

RC

Revista de Cultura
Review of Culture

International Edition 42

Edição Internacional 2013

INSTITUTO CULTURAL do Governo da R.A.E. de Macau

PORTUGAL,
MACAU
E O
EXTREMO
ORIENTE

PORTUGAL, MACAO
AND THE FAR EAST



東北織女星十一指平水

西北布司星四指平水

西南布司星四指平水

燈籠骨星正十四指平水

南門雙星平十五指平水



高即務

翼城

不葛蘭

甘巴里頭

第一赤泥

短知歪

酒溪里麻

鹿

用丹戌針五十五更收此平年時無
用辛戌針五十五更收起來

佳知滿

酒來起

華益七指官
二角

用庚酉庚酉針一百五十五更船收水宿都

用辛戌針六十五更船收水宿都

十

用庚酉針五十五更
用辛戌針五十五更
用壬戌針五十五更
用癸亥針五十五更

用甲子針五十五更
用乙丑針五十五更
用丙寅針五十五更
用丁卯針五十五更

用戊辰針五十五更
用己巳針五十五更
用庚午針五十五更
用辛未針五十五更

EDITOR

Publisher
INSTITUTO CULTURAL
do Governo da Região Administrativa
Especial de Macau

CONSELHO DE DIRECÇÃO

Editorial Board
Ung Vai Meng, Yao Jingming,
Wong Man Fai, Luís Ferreira,
Wong Io Fong
rci@icm.gov.mo

EDITOR EXECUTIVO

Executive Editor
Sofia Salgado
SofiaSalgado@icm.gov.mo

COORDENADOR

Co-ordinator
Luís Ferreira
LuisF@icm.gov.mo

DIRECTOR GRÁFICO

Graphic Director
Victor Hugo Marreiros
VictorHugoM@icm.gov.mo

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Graphic Design
Grace Lei Iek Iong

SEPARAÇÃO DE CORES

Color Separation
Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

IMPRESSÃO

Printing
Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

TIRAGEM

Print Run
1100

REDACÇÃO E SECRETARIADO

Publisher's Office
INSTITUTO CULTURAL
do Governo da R.A.E. de Macau
DEIP - Divisão de Estudos, Investigação e Publicações
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural, Macau
Tel: (853) 83996381
Fax: (853) 28523660
Email: rci@icm.gov.mo
Internet: <http://www.icm.gov.mo>

RC é uma revista de Cultura e, domínio do Espírito, é Livre. Avassalada ao encontro universal das culturas, servente da identidade cultural de Macau, agente de mais íntima relação entre o Oriente e o Ocidente, particularmente entre a China e Portugal. RC propõe-se publicar todos os textos interessantes aos objectivos confessados, pelo puro critério da qualidade. Assim, as opiniões e as doutrinas, expressas ou professas nos textos assinados, ou implícitas nas imagens de autoria, são da responsabilidade dos seus autores, e nem na parte, nem no todo, podem confundir-se com a orientação da RC. A Direcção da revista reserva-se o direito de não publicar, nem devolver, textos não solicitados.

RC é uma revista trimestral, simultaneamente publicada nas versões Chinesa e Internacional (em Português e Inglês). Buscando o diálogo e o encontro francos de Culturas, RC tem na limpidez a vocação e na transparência o seu processo.

RC is a cultural magazine published quarterly in two versions — Chinese and International (Portuguese/English)—whose purpose is to reflect the unique identity of Macao. The magazine also seeks to promote freedom of expression and through the articles published we hope to stimulate ideas and discussion of topics related to Western/Eastern cultural interchange, especially between China and Portugal.

RC publishes articles covering an extensive range of topics expressing a diversity of views. However, RC is not responsible for ideas and opinions voiced in these articles and thus they cannot be taken as editorial opinion. In addition, we reserve the right to withhold any unsolicited text from publication and the right not to return any unsolicited text.

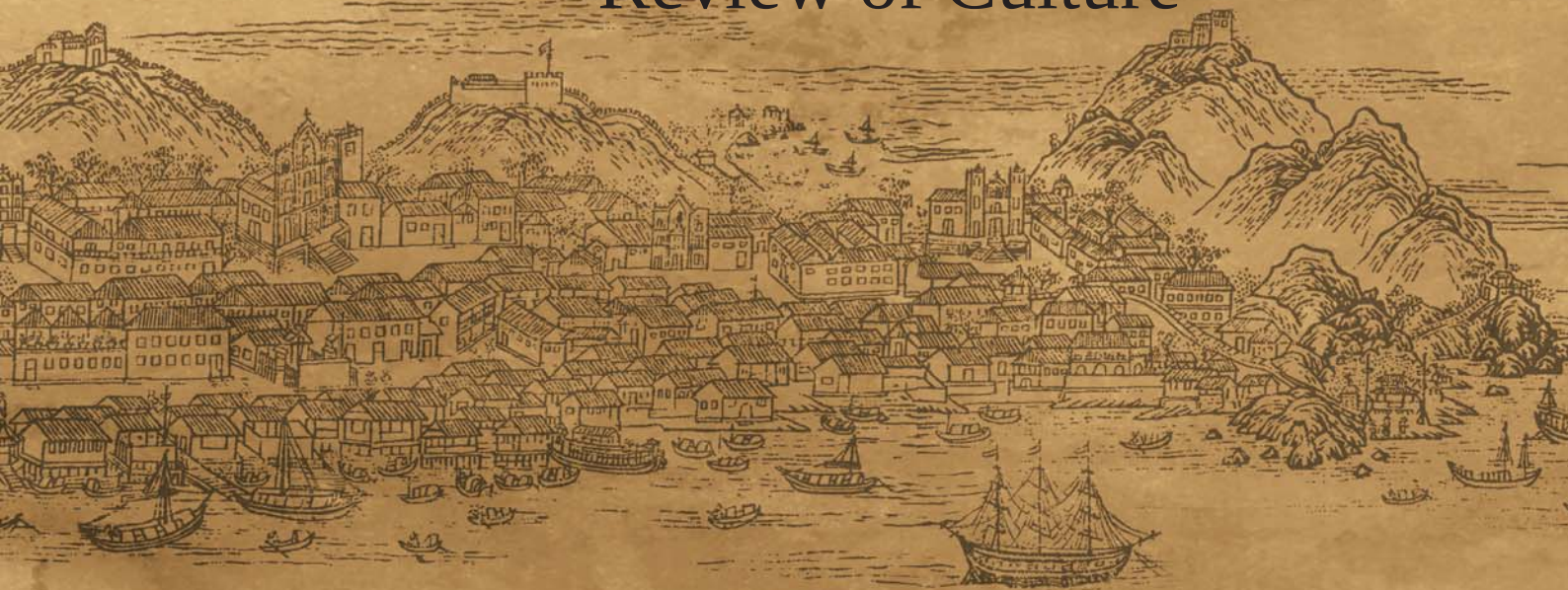


Assine a

Revista de Cultura

Subscribe to

Review of Culture



Preços / Rates

Exemplar Avulso / Single Copy

Macau

MOP 80,00

Ásia / Asia

via aérea / air mail

US\$ 23,00

via marítima / surface mail

US\$ 14,00

Outros países / Other countries

via aérea / air mail

US\$ 29,00

via marítima / surface mail

US\$ 16,00

Assinatura / Subscription

(4 números / issues)

Macau

MOP 160,00

Ásia / Asia

via aérea / air mail

US\$ 72,00

via marítima / surface mail

US\$ 36,00

Outros países / Other countries

via aérea / air mail

US\$ 96,00

via marítima / surface mail

US\$ 44,00

A globalização do conhecimento começou em Macau no século XVI quando os *saberes* do Oriente e do Ocidente se cruzaram nesta terra singular do Sul da China.

No século XXI, o intercâmbio cultural entre os *dois mundos* continua a ser a vocação de Macau.

A *Revista de Cultura* é o veículo dessa vocação.

Knowledge entered into an age of globalisation in Macao in the 16th century when the *wisdoms* of East and West met in this unique part of South China.

In the 21st century, Macao remains dedicated to cultural interchange between *both worlds* in a vocation maintained by *Review of Culture*.



Para fazer a assinatura ou para a compra de números atrasados, s.f.f. preencha e envie o formulário destacável que encontrará nas últimas páginas desta edição.

To subscribe or to purchase back issues, please fill in and mail the form available at the end of this issue.

CONTACTOS

Contacts

Email: rci@icm.gov.mo

Tel: 853-83996381

Fax: 853-28523660

COLABORARAM NESTE NÚMERO

Contributors to this Issue

RC, n.º 42, IIIª Série, 2.º Trimestre 2013

RC, no. 42, IIIrd Series, 2nd Quarter 2013

TEXTOS

Texts

Akiko Sugiyama
Anabela Nunes Monteiro
Denise Lu Dan
Dora Nunes Gago
Fernando Mendonça Fava
Fiona Qi
Fiona Tang
Francisco Vizeu Pinheiro
Isabel Augusta Tavares Mourão
Jorge Torres Pereira
Leonor Diaz de Seabra
Manuel Lobato
Maria de Deus Beites Manso
Paul B. Spooner

TRADUÇÃO

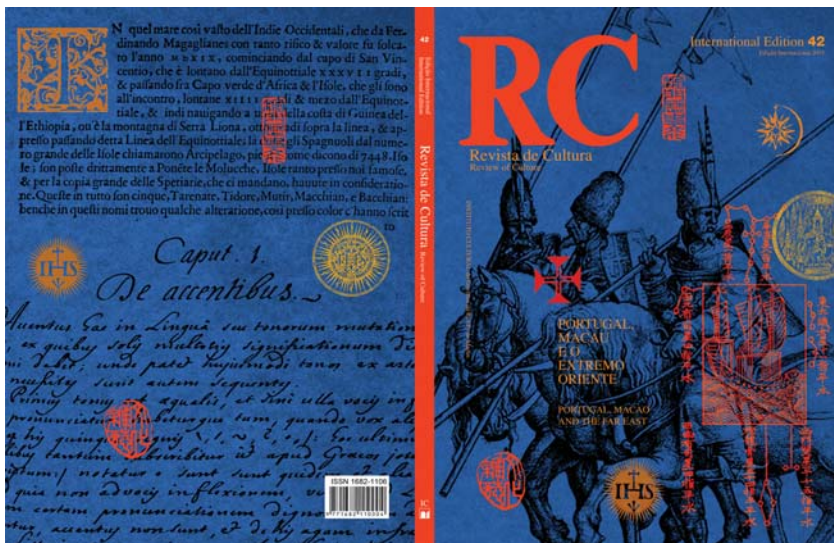
Translation

PHILOS - Comunicação Global, Lda.
(Português-Inglês e Inglês-Português)

REVISÃO

Proofreading

Chao Siu Fu (Chinês),
Luís Ferreira (Português),
Jennifer Ann Day (Inglês)



Design Victor Hugo Marreiros

A NOSSA CAPA

Este número da *Revista de Cultura* é diferente. Resulta de uma parceria com o Departamento de Português da Universidade de Macau, sendo os textos aqui publicados baseados nas comunicações apresentadas no Colóquio Internacional subordinado ao tema “Relações de Portugal com a Ásia do Sudeste: 500 Anos de História”, organizado, em Novembro de 2012, por aquele Departamento.

Se hoje em dia é recorrente falar-se de Macau como uma importante plataforma entre a China e os países de língua oficial portuguesa, não deve esquecer-se o passado e o papel que Macau desempenhou ao longo dos séculos no âmbito do relacionamento Este-Oeste. É este, aliás, o objectivo estatutário da *RC*, servente da identidade cultural de Macau, agente da mais íntima relação entre o Oriente e o Ocidente, dentro do tema mais vasto do Encontro de Culturas.

OUR COVER

This issue of *Review of Culture* is different. It is the result of a collaboration with the University of Macau's Department of Portuguese who selected texts for publication among the papers presented at the International Colloquium it organised in November 2012, entitled “Portugal and Southeast Asia: 500 Years of History”.

If today it is recurrent to speak of Macao as an important platform between China and Portuguese-speaking countries, one should not forget the past and the role that Macao has played over the centuries in the Western/Eastern cultural interchange. This is, indeed, the statutory purpose of *RC*, servant of the cultural identity of Macao, and agent of the most intimate relationship between East and West, part of the much broader theme of Cultural Encounter.

SUMÁRIO

Index



PORTUGAL, MACAU E O EXTREMO ORIENTE PORTUGAL, MACAO AND THE FAR EAST



HISTORIOGRAFIA * HISTORIOGRAPHY

- 7 GEOPOLITICAL LENS: THE TURKISH INVASIONS OF EUROPE AND THE PORTUGUESE EXPANSION TO ASIA
从地缘政治看土耳其入侵欧洲和葡萄牙在亚洲的扩张
Paul B. Spooner
- 20 THE MATTER OF THE SIZE AND THE SIZE OF THE MATTER IN MING CHINA AND PORTUGUESE D' AVIS MARITIME EXPEDITIONS.
A COMPARATIVE ANALYSIS OF THE MISSION AND CONSEQUENCES OF ZHENG HE AND VASCO DA GAMA FLEETS
明代中国和葡萄牙阿维什王朝海上探险：郑和和达伽马船队航海成果的比较分析
Francisco Vizeu Pinheiro, Denise Lu Dan, Fiona Qi, Fiona Tang
- 42 SULTANS, RAJAS, SANGAJI AND KHIMALAHA: CULTURE AND POWER IN THE MALUKU ISLANDS
ACCORDING TO THE EARLY PORTUGUESE AND SPANISH SOURCES
早期葡萄牙和西班牙原始资料有关马鲁古群岛文化与权力的记载
Manuel Lobato
- 60 SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA EMBAIXADA DE MANUEL DE SALDANHA A PEQUIM (1668-1670):
CARTAS E OUTROS DOCUMENTOS NO HISTORICAL ARCHIVES OF GOA
曼努埃尔·萨达尼亚出使北京(1668-1670)研究：存于果阿历史档案馆的信函及其他资料
Anabela Nunes Monteiro
- 75 PORTUGUESE FEITORIA OF BANGKOK: AN OVERVIEW (19TH CENTURY)
曼谷的葡萄牙贸易货栈概述(19世纪)
Leonor Diaz de Seabra
- 94 ECOS E INFLUÊNCIAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA PORTUGUESA EM MACAU
葡萄牙第一共和国在澳门的反映和影响
Fernando Mendonça Fava



MISSIONAÇÃO * MISSIONARY

- 105 MISSIONÁRIOS OU RICOS MERCADORES? O COMÉRCIO DA SEDA ENTRE O JAPÃO E MACAU
NOS SÉCULOS XVI E XVII
他们是传教士还是商人？16-17 世纪日本与澳门之间的丝绸贸易
Maria de Deus Beites Manso
- 114 ASPECTOS DA MISSÃO JESUÍTA DA COCHINCHINA (EM TERRAS DO VIETNAME)
科钦支那(越南)的耶稣会传教团概况
Isabel Augusta Tavares Mourão



GOVERNO DA PROVINCIA DE MACAU

報 憲 門 澳

SEGUNDA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 1910—SUPLEMENTO AO N.º 41

報附號一十四第 日八初月九年戌庚 日十初月十年十壹百九千壹 日在拜禮

PARTE OFFICIAL

SECRETARIA GERAL DO GOVERNO DA PROVINCIA DE MACAU

Por ordem superior se publica o seguinte:

TELEGRAMMA:

GOVERNADOR GERAL, MACAU.

Lisboa, 6-10-1910.



红楼夢



- 125 DIPLOMACIA * DIPLOMACY**
 INTERACÇÃO ENTRE HISTORIADORES E DIPLOMATAS NO OBJECTIVO COMUM DE AUMENTAR
 O CONHECIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E A ÁSIA DO SUDESTE
 加强葡萄牙与东南亚国家的相互了解：历史学家与外交家的互动
 Jorge Torres Pereira

- 133 LITERATURA * LITERATURE**
 PELOS TRILHOS DA HISTÓRIA: IMAGENS DA CULTURA CHINESA EM *A QUINTA ESSÊNCIA*
 DE AGUSTINA BESSA-LUÍS
 历史留踪：阿古斯蒂娜·贝萨路易斯小说《第五质》中的中国文化图像
 Dora Nunes Gago

- 140 MÚSICA * MUSIC**
 MACAO'S TWO OPERA SEASONS IN 1833 AND 1865: A STUDY OF TRAVELLING MUSICIANS
 AND MARITIME CONNECTIONS IN THE 19TH-CENTURY WORLD
 澳门1833年及1865年的两个歌剧节：19世纪旅行音乐家和海路交往研究
 Akiko Sugiyama

- 151 RESUMOS**

- 155 ABSTRACTS**



Geopolitical Lens

The Turkish Invasions of Europe and the Portuguese Expansion to Asia

PAUL B. SPOONER*



The Portuguese advance around Africa and into Asia in the 15th to 16th centuries took place as the Turks of the Ottoman Empire threatened to overthrow Western Christendom through military invasion in a manner similar to their subjugation of Eastern Christendom in 1453. Stopping the Turks were the German Catholic Habsburg dynasty of Europe's largest political entity, the Holy Roman Empire. Popular texts do not treat sufficiently the relationships between the strategies of the Habsburg dynasty as it confronted the Turks and those of Portugal's Avis Dynasty as it was establishing a dominant presence in the Indian Ocean. A review of secondary and primary sources, however, assuredly demonstrates the close ties between the traditional Portuguese-Catholic Avis dynasty and the German-Catholic Habsburg Dynasty as both confronted a life-threatening and militarily expanding Turkish power in Central Europe and the Mediterranean.

There are two theoretical components to the context of Portuguese advance into Asia: the first is the larger strategy that the central political authorities of Christendom in Rome and Constantinople were attempting to employ against their Islamic adversaries, who in various eras would include the Abbasid Caliphate, the Umayyad Caliphate of Córdoba,

the Seljuk Turks, the Egyptian Mameluks, and the Ottoman Empire. This larger strategy is anchored in the fact that in the 13th century the Mongol empire crushed the Abbasid Dynasty, then the chief competitor to Christendom for the previous 500 years. The Mongols serendipitously appeared as the Crusader states in the Holy Land and were in their final decades of fending off their Mameluk and Seljuk Turk opponents.

The second component is the role that the Iberians played as part of Christendom's central strategy. During the 15th and 16th century period of Portugal expansion into the Indian Ocean, an aggressively expanding Ottoman Empire posed a deadly threat to the West. The chronological sequence demonstrates that Portugal entered the Indian Ocean and seized control of the trade between the Middle East and Southeast Asia at the very time the Habsburg rulers of the Holy Roman Empire struggled to survive the Turkish Ottoman invasion. Rarely emphasised in secondary literature, in the 16th century the Hapsburg and Avis Dynasties, were linked by blood and marriage.

Specifically, the reign of Ottoman conquerors Sultan Selim I (1515-1520) and his son Suleiman the Magnificent (1520-1566) closely coincided with that of their Habsburg opponents, Holy Roman Emperors Maximilian I (1493-1519) and Charles V (1519-1556). Between 1510 and 1517, Selim I had conquered Syria and Egypt. His son ascended as Sultan in 1520. As the Protestant Reformation exploded in Germany, Suleiman began undertaking a series of much more significant and threatening actions that included the conquests of the strategic Christian fortress that guarded the lower Danube River at

* Since 2010 he has been teaching in the Departments of History at the University of Macau and at Lingnan University in Hong Kong. He holds a Ph.D. in Modern Chinese History from the University of Hong Kong, an M.A. from Yale in Chinese Studies, an M.B.A. from the University of Michigan in International Finance and a B.A. from Columbia University.

Doutorado em História Chinesa Moderna pela Universidade de Hong Kong, Mestre em Estudos Chineses pela Yale University, M.B.A. em Finanças Internacionais na Universidade de Michigan e bacharelato na Columbia University. Desde 2010 lecciona História na Universidade de Macau e na Lingnan University (Hong Kong).



HISTORIOGRAPHY

Belgrade in 1521, the seizure in 1522 of the 400-year-old base of the Order of St John (Hospitallers) at Rhodes which guarded access to the Mediterranean, and the subjugation of Roman Catholic and Habsburg-affiliated Kingdom of Hungary at the Battle of Mohacs in 1526. By 1529 Suleiman had Vienna under siege, the Habsburg capital and central city of the Holy Roman Empire. The loss of Vienna to the Turks would have opened up the Danube River Valley in Germany to Suleiman's conquest with disastrous consequence for Europe and the Roman Catholic Church. Seventy-six years after the Ottomans had extinguished the Eastern Roman Empire through the capture and sack of Constantinople they were by 1529 threatening to do so to Rome.

The Holy Roman Emperors who confronted the threat had deep roots in Portugal. Eleanor of Portugal, the niece of Portugal's Henry the Navigator, had been the Holy Roman Empress and consort of the Habsburg Emperor Frederick III at the time of the fall of Constantinople in 1453. She was the mother of Emperor Maximilian I. As importantly, Charles V and the Portuguese King Dom João III, whose reign from 1521-1557 matched that of Charles V (1519-1556) virtually to the year, had married one another's sister. Isabella of Portugal, the daughter of Dom Manuel I (1495-1521) and the sister of Dom João III, became Charles V's only spouse and the mother of the future King of Spain and Portugal, Philip II. Her father Dom Manuel I had been personally responsible for sending Vasco da Gama around Africa to India in 1498 and for sending Afonso d' Albuquerque to the Indian Ocean to solidify Portuguese control there in 1507. Isabella was talented and attractive when she died in childbirth in 1539; her spouse Charles V, the Holy Roman Emperor (HRE), dressed in black for the rest of his life and never remarried. Dom João III married Charles V's sister, Catherine of Austria. A surviving son, John, was Crown Prince of Portugal in his short life from 1537 to 1554, producing the final monarch of the Avis line, Dom Sebastião. Following the death of her husband Dom João III, Catherine served as Regent of Portugal for the five years until 1562. Charles V and Dom João III could not have been more closely synchronised: by

their immediate family relations, their main opponent and the chronology of the actions.

Plate 1 demonstrates the significance of Eleanor of Portugal's marriage to the German King Frederick III on 16 March 1452. Aeneas Sylvius Piccolomini, the future Pope Pius II (1458-1464), had negotiated and then blessed the marriage. Pope Nicholas V (1447-1455) crowned the couple Holy Roman Emperor and Empress three days later. When Constantinople fell, Pope Nicholas V called for an immediate crusade to regain the city, but died attempting to organise it. Aeneas Sylvius Piccolomini as Pope Pius II (1458-1464) followed up on this call for Crusade at the Congress of Mantua, and then he too died in August 1464 trying to launch it. Frederick III would establish the concordant between the Holy Roman Empire with the Catholic Church that would last for the next 400 years,¹ while he and his wife Eleanor's son Maximilian I would rule jointly at the end of his reign. At a time when the Avis Dynasty was gaining a decisive military edge by mounting state-of-the-art cannon on its sailing vessels, HRE Maximilian I wrote his autobiography, intriguingly entitled the *White Knight and Artillery* (*Weisskunicg*). Detailing the rise in firearms that began in the 13th century, it would only be published for the first time in 1775.²

It is worthwhile to restate the significant: the father of HRE Charles V's wife Isabella had launched Portugal around Africa by backing Vasco da Gama and had sent Afonso d' Albuquerque on the mission that firmly implanted Portugal in Asia. The ports that Dom Manuel I seized in Morocco including Safim in 1508, Azamor in 1513, and Mazagao in 1514, were defensive bases to protect the Portuguese homeland from invasion during the Avis Dynasty's initiative to the Indian Ocean. Vastly more strategic acquisitions included Brazil (1500), Diu (1509), Goa (1510), Malacca (1511) and Hormuz (1515). During Manuel's reign in 1513 Jorge Álvares undertook Portugal's first mission to China, as did Tomé Pires undertake the second ill-fated mission in 1517. In recognition of the spectacular success of the Avis Dynasty's expansion project, on 3 November 1515 Pope Leo X (the second son of Lorenzo the Magnificent, Giovanni de Medici) extended privileges to Portugal over all lands discovered or conquered from Cape of Bojador to the Indies, thereby creating Portugal's famed Padroado for its overseas territories.

Plate 1: Pinturicchio, 'Aeneas Piccolomini introduces Eleonora of Portugal to Frederick III' (detail), fresco in the Piccolomini Library, Duomo, Siena. (http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pinturicchio_002a.jpg).

HISTORIOGRAFIA

In order to begin to assess whether the actions of the Portuguese kings and Holy Roman Emperors were coordinated, rather than serendipitous or random, we observe three historic eras of particular interest. Examples of relationships during each period suggest a coordinated strategic approach to a common enemy; first, by those in power in Rome and Constantinople who sought military allies in the East, and secondly by those on the Iberian periphery who played a role in the strategies of the central powers.

Three eras appear best to frame the geopolitical context of the Iberian Expansion:

(i) The Crusades, from 1054 to 1353 freed Portugal for its later expansion. During this era in 1258 the Mongol Empire destroyed the chief competitor to Western Christendom, the Abbasid Caliphate. This ensured that a central Islamic power could not direct forces to the re-conquest of Iberia. The period provides the analytical precedent to view military actions across the Mediterranean as being coordinated. The Mediterranean, known as 'Our Sea' (*Mare Nostrum*) to the Roman Empire, was certainly viewed in its strategic entirety by Roman military leaders. More

importantly, Mongol armies are likely to have provided to Christendom an impetus for the search in later eras for a strategic partner to the east of its Islamic chief opponent.

(ii) The Fall of Constantinople, extending from 1389 to 1453, put the responsibility for the defense of Christian Eastern Europe on to the Holy Roman Emperor Frederick III. During this period by 1389 the Ottoman regime had firmly established itself in the Balkans through the destruction of the Kingdom of Serbia at the Battle of Kosovo. The Ottomans subsequently extinguished the Eastern Roman Empire through the capture of Constantinople in 1453. Arguably, this was the city that brought Christianity to Europe. The psychological blow to Christendom of the city's loss stimulated attempts to undertake new Crusades, from both the Papacy and from the Holy Roman Emperors.

(iii) The Ottoman Empire Expansion into the Balkans, Central Mediterranean and North Africa, from 1510 to 1699, brings the Turkish threat to the doorstep of the Habsburgs and Avis. Between 1510 and 1517 the Ottomans consolidate their Eastern Mediterranean

Plate 2: Prester John as Mongol Wang Khan in Marco Polo's *Le livre des merveilles*. (http://en.wikipedia.org/wiki/Wang_Khan).



HISTORIOGRAPHY

position through the seizure of Syria and Egypt; in 1521 they pivot to attack Europe through the Danube River Valley. In this third period the Avis Dynasty of Portugal, during the reigns of the Holy Roman Empire's Maximilian I and Charles V, aggressively enters the Indian Ocean seizing the trade routes from Southeast Asia to the Middle East, offsetting local Asian Islamic power, and establishing an ocean empire that will be dominant for the next 150 years.

Certainly the political power holders in Rome and Constantinople, the former capitals of the pagan Roman Empire and then the dual capitals of Christendom, would not have been naïve players in the contest of global power. For Rome and Constantinople the concept of *Mare Nostrum* had not died out with the sack of Rome in 476 AD. Emperor Justinian I (527-565 AD) operating from Constantinople 100 years later almost recreated the reality. For the next 500 years Constantinople maintained a direct and unbroken line back to the Roman Emperors Constantine the Great and Justinian I, while retaining near continuous control of its Western Mediterranean bastions in Southern Italy, Sicily, Sardinia and Corsica. Establishing relations with military power that existed on the opposite side, in this case to the east, of one's chief rivals was a well-known stratagem. However, these potential relationships for the Crusades of the 12th to 14th centuries and the Iberian Expansion of the 15th and 16th centuries have been virtually ignored in English-language secondary histories.

The origins of this absence may reside in the intensive European struggles that arose after the 1492 discovery of the ocean routes to Asia-America and the Iberian expulsion. Certainly Portugal itself has undergone four distinct regime changes since the Absolutist-Liberal civil war that ended in 1834. This war was one of the first manifestations of the break-up of the Anti-Napoleon coalition, 'the Concert of Europe', established under Austria's Count Metternich in Vienna in 1815. Still in power until 1848, Metternich undoubtedly backed the losing pro-Habsburg Miguelist faction of the Portuguese Civil War as London backed the victorious Liberals under Dom Pedro. Few of the intellectuals that supported subsequent Portuguese political elites, beginning with the Bragança's London-influenced constitutional monarchy, would have regarded the conservative Roman Catholic Church of the Habsburg era with favour.

But, the search for Prester John has been well documented, as Portuguese explorers in the early 1500s sought to establish contact with the rumored Christian emperor to the east of Egypt's Arab Mameluks and Asia Minor's Turkish Ottomans. Some assert Prester John was Ethiopian and Ethiopia's Coptic Emperor, but Marco Polo contends that Prester John was Toghrul, also known as Wang Khan 王汗 (1203),³ the Nestorian Christian elder of the Mongol Kerait clan that produced the mother of the conqueror of China, Kublai Khan.⁴ An edition of Polo's book published in France in the 15th century (*Le livre des merveilles*)⁵, depicts Wang Khan as a cardinal with his followers bearing crosses (Plate 2). Indeed, the Portuguese attempted to establish relations with Ethiopia (1520), while the Jesuits initially under their General Ignatius of Loyola (1540-1556) operated a mission there from 1555 to 1632.⁶ He had already established bases in Asia, including those in Goa (1542),⁷ Malacca (-1547), and Kyushu (1549), which sought relations with the major powers of the Far East, and would open one in Macao in 1556, the year of his death.

For Western European Scholars locating Prester John in Ethiopia forestalls the difficult task of deeming him to have been the Nestorian-Mongol kinsman of Hulagu and Hulagu's Nestorian Christian wife. That narrative could not have avoided the record of the devastating destruction of Baghdad in 1258. Asserting that Prester John was in Ethiopia, however, removes from the analytical process recognition of a compelling strategic mission for the 16th century Jesuits. Led by the former military officer and General of the Jesuits, Ignatius of Loyola, it is doubtful that senior Jesuit leadership missed the example of the Nestorian Christians, nor the implications for the Ottoman Turks of a successful re-establishment of the relations between Rome and Beijing.

One merely needs to widen the geographic and temporal scope of the struggle against the Turks to obtain striking corollaries in the 18th and 19th centuries. As the Qing conquered Turkestan (Xinjiang) in mid-18th century, the Russians seized the strategically critical and Ottoman-controlled north shore of the Black Sea. One hundred years later, as the Qing repressed an extensive rebellion in Turkestan the Russians conquered the western half of the region. Both the Qing and Russian empires had significantly reduced, at the same time, the Turkish sphere of power and

HISTORIOGRAFIA

influence, while splitting control of the Silk Route, a reportedly significant overland trade route between the Eastern Mediterranean and China. Not coincidentally, the first two key treaties between the Qing and the Russian Empires, which preceded these conquests, were Nerchinsk in 1689 and Kiakhtha in 1727. Both were facilitated by Jesuit advisors to the Qing court, and at least the first was reported to have been written in Russian, Manchu and Latin.

Certainly, as Rome and Constantinople battled Islamic power in the Eastern and Western Mediterranean from 1000-1300 and then again from 1400-1800, military initiatives in the eastern Mediterranean would have inevitably impacted those in the west. In both eras, military allies to the east of the Arabs and then the Turks would have been an effective method of focusing Islamic military power in Mesopotamia and not in Iberia. A review of the map of the Abbasid Caliphate in 750 AD demonstrates the global stretch of Rome and Constantinople's strategic opponent (see Plate 3). The Caliphate controlled a region that extended from India to Iberia, including three sides of Rome-Constantinople's *Mare Nostrum*. Importantly, while the Eastern Roman Empire blocked Arab power from a direct assault on Rome from the east (including through the control of the strategic islands of Sicily, Sardinia and Corsica), the threat from Iberia was much more immediate, and therefore of much greater concern. Indeed it had been Charles Martel at the Battle of Tours (Poitiers) in October 732 that had halted a Moorish invasion deep into Western Europe led by the Umayyad Caliphate's Abdul Rahman Al Ghafiqi, Governor-General of al-Andalus (Spain). An eight-century-long attempt to eliminate this power, known popularly as the *Reconquista*, followed. The direct political descendant of Charles Martel was Charlemagne. His Holy Roman Empire, for which he was crowned Emperor in Rome on Christmas Day 800 AD, would become the major political entity in Europe for the next thousand years.

THE CRUSADES, FROM 1054 TO 1353

The Mongol destruction of the key competitor to Western Christendom in 1258, the travels and publications of the Marco Polo family in Asia shortly thereafter, and the half-century long Roman Catholic mission to the Mongol-Yuan Dynasty that existed from 1286 to 1353 may have provided the example and

the inspiration for the Holy Roman Empire's search for strategic allies in the east. Though the Crusades preceded Portugal's 15th century expansion into the Indian Ocean region, it was not by a particularly lengthy period. The last mission from the Yuan Capital arrived in Avignon in 1353; only 62 years later Dom João I in 1415 began the Portuguese move around Africa with the seizure of Ceuta.

The Crusading era had begun as Rome and Constantinople split Christendom in 1054, creating two Churches from one. Constantinople's power was soon expelled from Southern Italy in 1071, while the Seljuk Turks in the same year invaded Anatolia and dealt Constantinople a crushing defeat at Manzikert on 26 August 1071. After capturing the *Emperor Romanos IV Diogenes*, the Seljuks rapidly conquered cities of Anatolia which had been Christian and Roman for the better part of eight centuries. Nicaea, Antioch, and Tarsus, which had played fundamentally important roles in the emergence of Christianity centuries before, became Turk and Moslem.⁸

In reaction to Emperor Alexios I Komnenos' call for assistance, Pope Urban II responded with the First Crusades on 27 November 1095. For the next approximately the next 200 years, Western Christendom battled to maintain a position in the Holy Land against the Seljuk Turks and the Mameluks of Egypt. It is of singular importance for modern analysts not to miss the significance of Iberia during this period. The Crusading armies moved from a 'Western Front' in France and Germany that was in extraordinarily close proximity to Iberia, to seize Jerusalem, a city that controlled the overland routes of any army entering Egypt from Mesopotamia. More important than being a Holy City, a well-endowed army at Jerusalem in the Judean highlands could block the route along the coast from Mesopotamia to Africa: specifically, the route the main Abbasid armies would have to take from their capital at Baghdad to Iberia.

Though the First Crusade had captured Jerusalem in 1099, it is often reported that the remainder of the Crusades were substantially less successful. But whether by plan or by coincidence this surely was not accurate. How could military operations in the eastern and western Mediterranean not have been related? After the conquest of the Cordova Emirate's capital of Toledo in 1085, Rome and Western Europe launched its first strike into the heart of Islamic power in 1095. The

HISTORIOGRAPHY

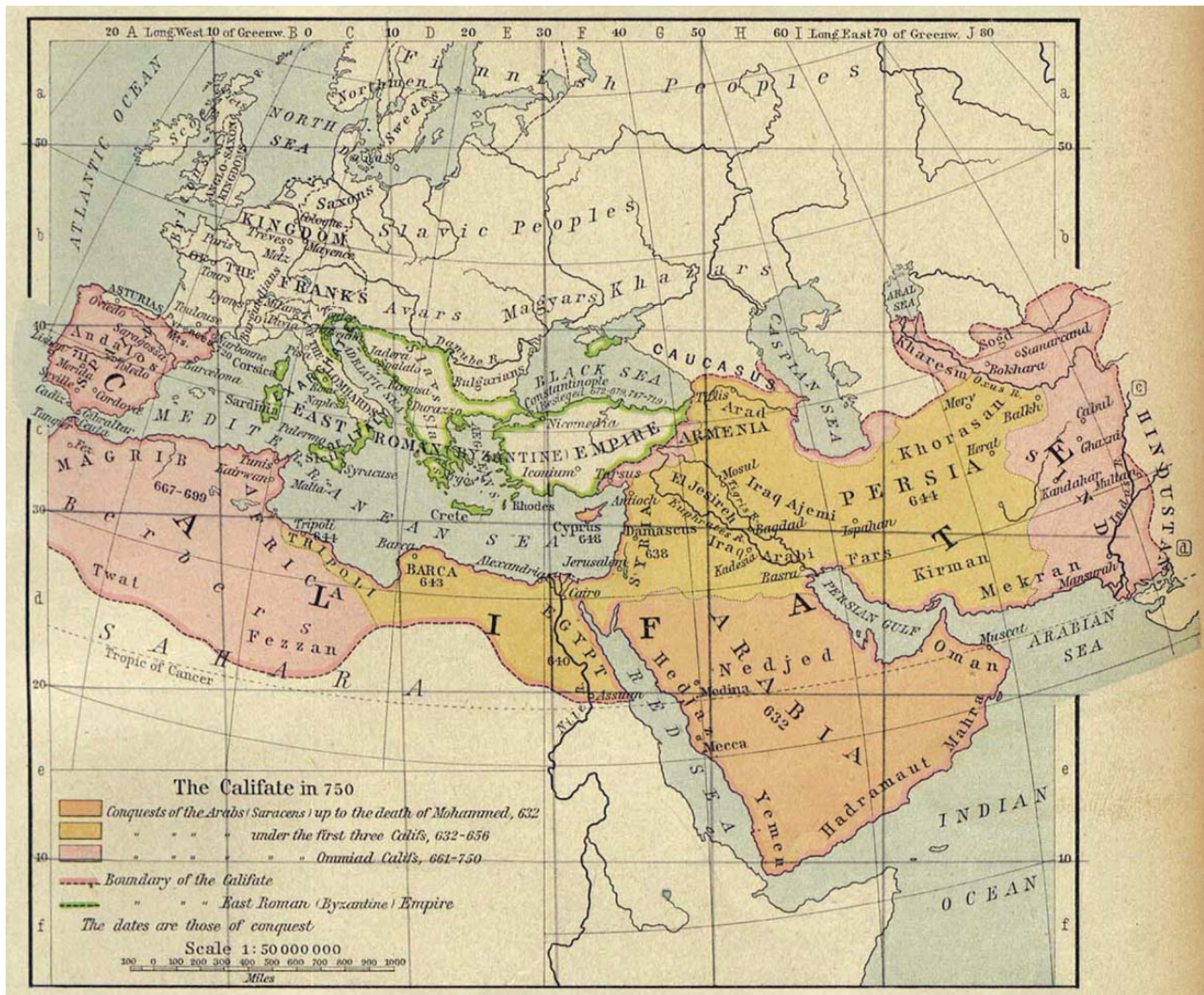


Plate 3: The Caliphate in 750. From William R. Shepherd's *Historical Atlas* (New York: Henry Holt and Company, 1911).

Iberian *Reconquista*, from a base in Northwestern Spain that included the Basque region (home of the future Jesuit founder Ignatius of Loyola) then relentlessly moved ahead.

Modern analysts should recognise that the existing narrative of the Crusades in virtually all secondary literature does not juxtapose critically important dates which sketch a Western European-Roman move to widen its circle of security: (i) 1054: split between Rome and Constantinople; (ii) 1061: Beginning of the Norman conquest of Sicily and Southern Italy at the behest of the Pope; (iii) 1071: Norman conquest of Bari, Constantinople's key port and headquarters in Southern Italy; (iv) 1071: Turkish defeat of Constantinople at Manzikert and capture of

Roman Emperor; (v) 1085: King Afonso of Leon and Castile capture of Toledo, capital of Cordova Caliphate in Spain; (vi) 1095: launch of Crusades; (vii) 1099: capture of Jerusalem; (viii) 1147: Capture of Lisbon and control of the Tagus River, the key waterway of the Iberian Peninsula.⁹

WESTERN MEDITERRANEAN STRUGGLE: ROME VERSUS CARTHAGE, 218-208 AD

The Iberian Peninsula, which controlled trade in the Western Mediterranean and the ocean trade link between the Mediterranean and Northern Europe, had been one of the earliest sites of ancient Roman expansion. It was the center of the struggle with

HISTORIOGRAFIA

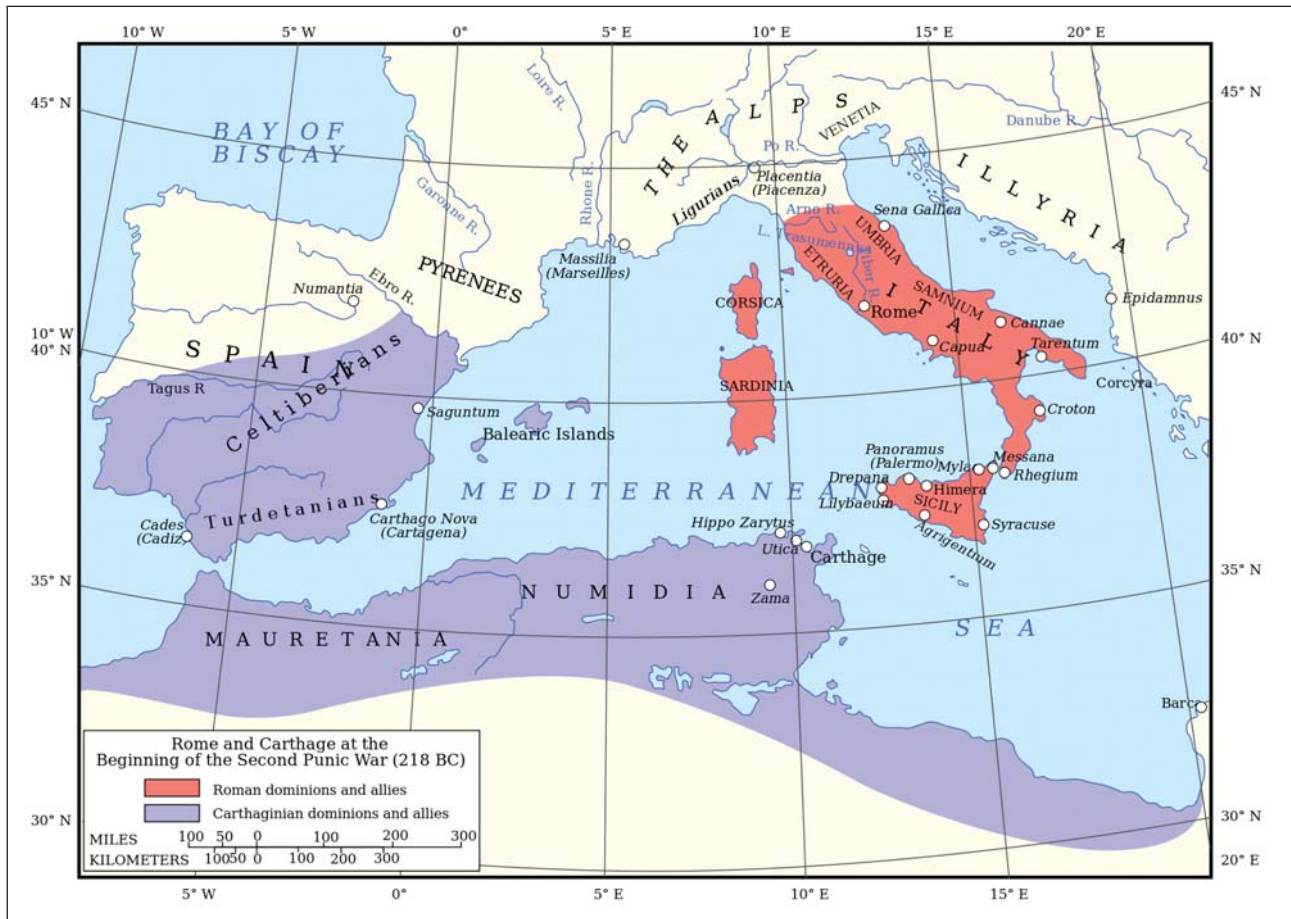


Plate 4: Rome and Carthage at the beginning of the Second Punic War. Adapted from William R. Shepherd's *Historical Atlas*.

Carthage for dominance during the Punic Wars. The Second War in the Third century BC (218 -201 BC) provided a classic example of military strategy for subsequent military analysts. From an Iberian base, Carthage's Hannibal sought the destruction of Rome, while Rome's Scipio Africanus invaded Carthage's home and to score a devastating and war-winning victory. While it might be tenuously proposed that Latin scholars in Rome may have forgotten this struggle, the rulers in Constantinople, who deemed themselves Roman Emperors (and direct descendants of the Roman Republicans) and who until approximately 1061 AD controlled the islands over which Roman and Carthage fought, would surely have not. Cato's famed '*Cathago delenda est*' forgotten?

The Roman Church would not have forgotten Charles Martell, who had defeated the Iberian-based Moorish invaders in France in 734 AD. Launching from Spain, Hannibal's attack had been the most significant

threat to Rome's existence in history. For over 2,000 years his destruction of the Roman Army at Cannae in 216 BC has provided the most enduring declaration of the danger. The counter to Hannibal, as students of military history have learned for centuries, was Scipio's attack on Carthage's home territory. His victory at Zama on 19 October 202 BC ended the war, ensured Roman dominance of the Western Mediterranean, and ultimately resulted in the total destruction of Carthage. This military strategy of attacking in the heartland of an enemy to alleviate deadly threats from its periphery has become a time-tested maxim. Why would Rome and Constantinople not have employed this strategy during the Crusades? Were they to wait for the Turks to crush Constantinople from the east, while their Moorish allies did the same to Rome from the west?

In fact, during the period when Christendom had occupied a key military position in what it deemed the Moslem heartland of Jerusalem and the Holy Land,

HISTORIOGRAPHY

it permanently regained control of Iberia. Fourteen years after the Moslem Turks began the conquest of Asia Minor in 1071, by 1085 the capital of the Emirate of Cordoba was in Christian hands. After the capture of Jerusalem in 1099, most of the Iberian Peninsula would be re-conquered by 1250, prior to and not impacted by the fall of the last Christian enclave at Acre in 1291.

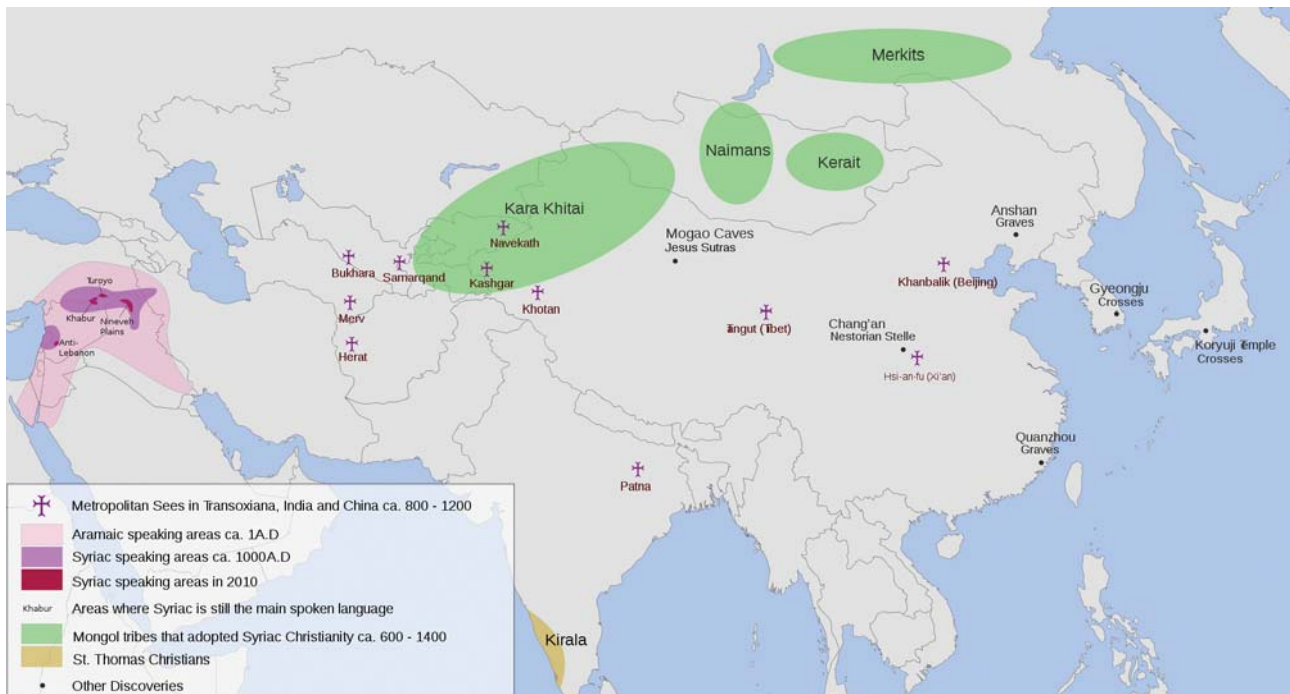
Certainly with respect to the Second Crusade, the time sequence is clear: reported to have substantially failed in the Holy Land between 1145 and 1149, this Crusade in 1147 captured the biggest prize in the west: the city of Lisbon, the estuary of the Tagus River (on whose banks also was Toledo) and the best port on Europe's Atlantic seaboard. The strategic value of the Port of Lisbon has been demonstrated innumerable times since then. It facilitated the British capture of the key military bastion guarding the mouth of the Mediterranean at Gibraltar during the War of the Spanish Succession (1701-1714) as well as the defeat of Napoleon's French-Spanish Fleet at Trafalgar in 1805. Analysts need only recognise that the common narrative of the capture of Lisbon consistently omits the discussion of the conquest of Toledo on the upper reaches of the Tagus River only thirteen years before

to recognise a distortion inTM the traditional analysis. With both Toledo and Lisbon in Christian hands, Christendom held the key water resource that divided the Iberian Peninsula; its recapture by Islamic forces was remote.

With respect to the final creation of Portugal, King Afonso III completed the acquisition of the last piece of continental territory in 1249 by taking Faro in the Algarve. Within three years of the capture of Algarve, the Emirate of Granada, along the southeastern rim of Iberia (and including Gibraltar) remained the only Islamic foothold in Western Europe (1252). By 1258 Hulagu's destruction of Baghdad precluded any assistance coming again from the Caliphate for a Moslem re-conquest of Iberia.

It would take another 250 years before the Christian Iberian powers had the power and motivation to conquer Granada. In 1492 Ferdinand and Isabella of Aragon and Castile seized Granada, thereby depriving the Islamic powers of their strategic hold on the water transport routes from the Mediterranean to northern Europe and their last foothold in continental Western Europe. This action came as the soon-to-be Holy Roman Emperor Maximilian I prepared to step into the role that his father, Frederick III, had held for the

Plate 5: Nestorian Christians in the Mongolian Empire (http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Syriac_Christianity.svg.)



HISTORIOGRAFIA

previous five decades. Maximilian I's mother, of course, had been Eleanor of Portugal, the daughter of the Portuguese King Dom Duarte and niece of Henry the Navigator, who had indisputably launched Portugal on its mission around Africa.

The Crusading era both illustrates the relationship between European moves on Iberia and those in the Holy Land and demonstrates the potential benefits of European military coordination with Asian powers. Objections that these moves were not related and unlikely to have been recognised by the existing military powers in the West must overcome the clear example of Charles Martel's defeat of the Moors (October 732 AD) for Rome, and the Punic Wars (202 BC) for Constantinople. Establishing the existence of this collective case of amnesia seems to be a highly dubious task. To recap the phenomenon of military coordination between the West and Asia: in 1258 Hulagu, the half-brother of Kublai Khan, the founder of the Yuan Dynasty, under the orders of the Mongke Khan assembled the largest Mongol army to date to crush the Islamic states of Southwest Asia. With an army of Mongols, Armenians and some Christians he destroyed Baghdad on 10 February 1258, the capital of the Abbasid Caliphate, and subjugated Syria. Hulagu would have proceeded to Egypt, had he not returned to Mongolia following the death of Mongke. Steven Dutch in *The Mongols* asserts that 'the Mongol destruction of Baghdad was a psychological blow from which Islam never recovered'. The Caliphate's massive stretch of territory from Persia in the East to Morocco in the West, which included three coasts of the *Mare Nostrum*, would never again be controlled by a central Islamic power.

The defeat of Abbasid Caliphate was followed by a series of diplomatic initiatives between Rome and the Mongol Emperor Kublai Khan, and between Constantinople and the Mongol Ilkhans that ruled Persia. It is reported that Hulagu's wife, Dokus Khatun, was a Nestorian Christian whose intervention had spared the Christians of Baghdad, and that the former royal palace was offered as a Cathedral to the Nestorian Catholicos Mar Makikha.¹⁰ Historically too, Nestorius, the reputed founder of the Nestorians (Church of the East) had been the Archbishop of Constantinople from 428 to 431. His views against a strident position on Mary as 'the Mother of God' brought him into conflict with the Emperor Theodosius II and his bishops; he was

exiled first to Antioch and subsequently to Upper Egypt where he died in 451 AD. Eight hundred years later his church and beliefs remained widespread throughout the East. They continue to the present era as the Assyrian Church of the East.¹¹

The Nestorian Church had, in fact, made significant inroads in the Central Asian tribes, including becoming the religion of the Kerait Mongolians, the dominant tribe of the Mongolian plateau which Genghis Khan had incorporated in the empire he created in 1206. Details of this relationship were provided by SH Bira in his article entitled 'Mongolian Tenggerism and Modern Globalism' in the *Journal of the Royal Asiatic Society* in April 2004. Genghis Khan ordered a Uighur scholar in 1206 to develop a writing system for the Mongolian language that would be based on the Syriac Script at a time when Syrian Christians were the largest religious group among the Uighurs.¹² More significantly, a Nestorian Christian woman of the Kerait tribe, Sorghaghtani Beki, married the youngest son of Genghis Khan (Tolui). Her children, who included Kublai Khan, Mongke, and Hulagu, became the dominant leaders of Mongolia, and incorporated China and Persia into the Mongol empire.¹³ These were precisely the individuals with whom the powers in Rome and Constantinople sought to establish alliances.

Shortly after the destruction of Baghdad (and before the 1261 end of the Latin Regime that had begun with the Venetian sacking of Constantinople in 1204) Marco Polo's father and uncle left Constantinople on a nine-year journey (1260-1269) through Asia. Upon their return, they brought the young Marco Polo from Venice on a longer twenty-four year long trip (1271-1295) to the Yuan Dynasty. Departing from Acre and returning by sea to Ormuz, Marco Polo would bring back with him detailed observations on the Mongol ruler of China and the Christians therein.

While ultimately the enhanced relationship that was attempted between Rome and the Mongol-Yuan Dynasty is not reported having come to fruition, it would seem highly doubtful that the extensive diplomatic effort expended over many decades was not memorialised in the records in Rome or the Habsburg capital of Vienna. Indeed, Marco Polo's journeys during this time were extensively published after his return in 1295. These provided detailed reporting on the Nestorian Christians then in Mongolia and China and the Great Khan's relationship to them.

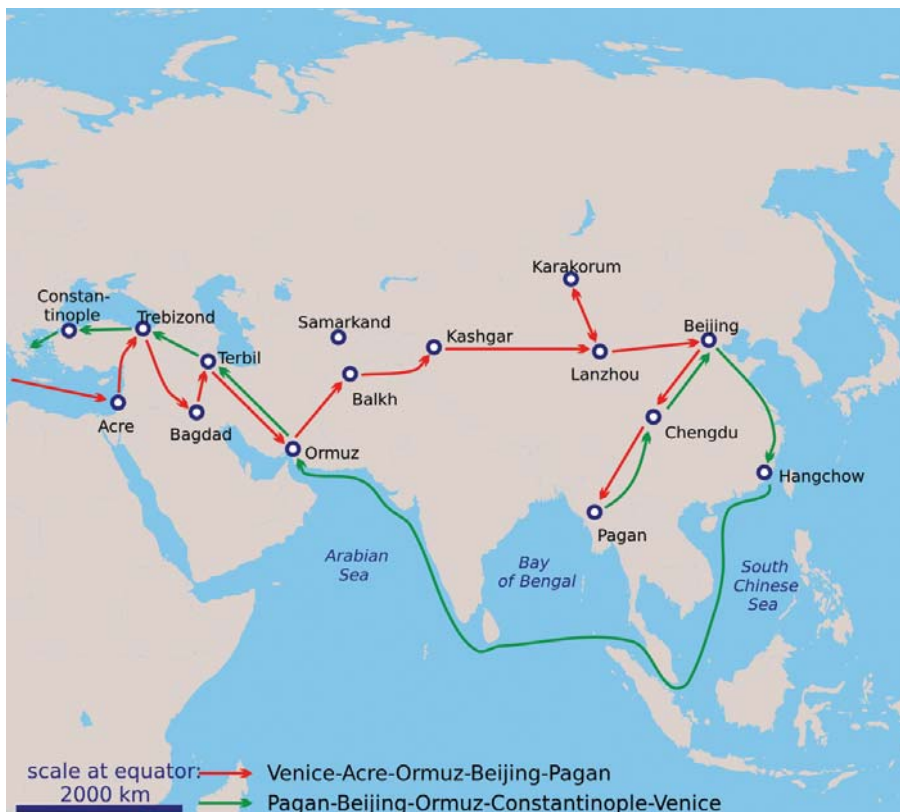
HISTORIOGRAPHY

MARCO POLO'S TRAVELS
IN THE MONGOLIAN EMPIRE, 1271-1295

Prior to Marco Polo's return from China to Italy the Roman Church had already taken steps to advance relationships with the Mongols. In 1289 the Italian Franciscan Giovanni (John) Montecorvino led a full-blown mission from Rome to the Yuan Emperor in Khanbalik (Beijing).¹⁴ Pope Nicholas IV (1288-1292), who had been Montecorvino's superior as head of the Franciscan order and also the Latin Patriarch of Constantinople¹⁵ initially in 1275, sent Montecorvino to Persia. Ten years later in 1286 the son of Hulagu and the Ilkhan ruler of Persia, Argun, requested through the Nestorian Christian Monk Rabban Bar Sauma that Rome send Catholic missionaries to the court of the Great Khan Kublai (1260-1294) in China itself. In 1289 Nicholas IV therefore sent Montecorvino as Roman legate on a mission to the Mongols. It is reported that these and similar missions were stimulated by the 18 May 1291 loss of the last Christian city in the Holy Land, Acre, to the Egyptian Mameluks.

By 1307 Montecorvino had been named the Roman Catholic Patriarch of Khanbalik (Beijing), a position he would hold until his death in 1328. The mission would continue for 40 years more, until the 1368 overthrow of the Yuan Dynasty by the Ming. In the last years of the dynasty in 1336, Toghun Temur, the final Mongol Emperor of China, sent a mission to Pope Benedict XII (1334-1342) in Avignon headed by two Genoese. In response the Pope in 1338 dispatched 50 missionaries led by a John Marignonlli, who would return to Avignon in 1353 with a letter from the Great Khan to Pope Innocent VI (1352-1362).¹⁶ By that time the Black Death had struck in both China and Europe, sweeping large sections of the population to the grave, including a massive percentage of the population in Henan. With the death of the Yuan Dynasty came the end of the Roman, Constantinople and Nestorian missions and communities in China. This was almost 200 years before the Jesuits attempted to re-establish the mission in the 16th century, but only 62 years before Dom João I and his sons set out on the first step of Portugal's expansion to Asia in 1415.

Plate 6: Marco Polo's travels (http://en.wikipedia.org/wiki/File:Travels_of_Marco_Polo.svg).



Marco Polo's work is variously known as *The Travels of Marco Polo*, *Il Milione*, *Livres des merveilles du monde*, and *Divisament dou monde*. At times, as is demonstrated by Wikipedia, graphic excerpts that detail Marco Polo's lengthy discussions of Christianity in the Mongol Empire are obscured. Wikipedia reported that these are sourced from *Livres des merveilles du monde* (*Book of the Marvels of the World*) rather than the more obvious *The Travels of Marco Polo*. The depiction of Hulagu imprisoning Caliph Al Must'asim after the sack of Baghdad illustrates this phenomenon (Plate 7). The relationships of the Christians and Mongols could have been well-known to the readers of the French edition of Marco Polo from the 1400s. That

HISTORIOGRAFIA

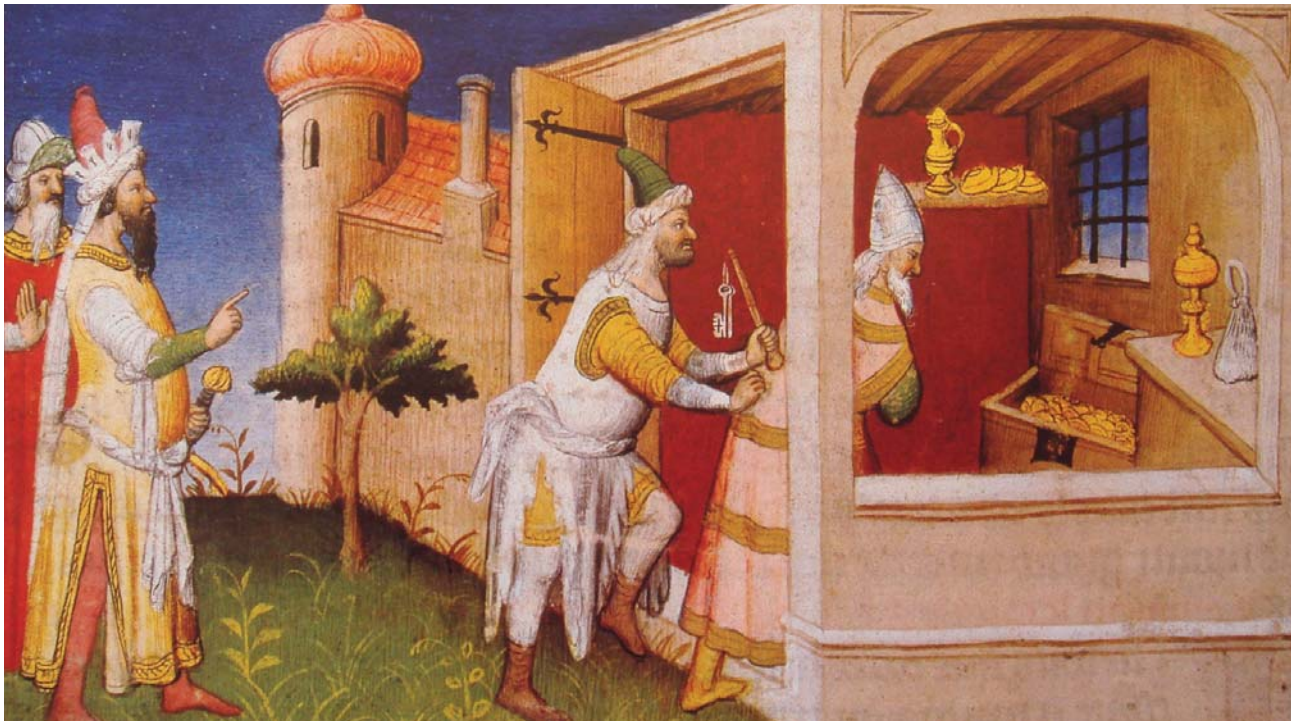


Plate 7: Hulagu imprisons Baghdad Sultan. Depiction from *Le livre des merveilles* (<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:HulaguInBagdad.JPG>).

they have been somewhat obscured in reporting in the modern era suggests that the topic continues to be one of sensitivity.

The published secondary discussions of the Jesuit mission to Beijing 300 years after Marco Polo do not disclose Marco Polo's memoirs as having been consulted by Jesuits traveling to the Far East in the 16th century; but such sources do report that Christopher Columbus had used them extensively 50 years before. Indeed, Marco Polo's report was virtually the only substantive report published by any Western on the inner-workings of the Chinese kingdom prior to those published by the Jesuits themselves. Because Marco was himself Italian from the largest and most important trading city of Europe, it seems a very tenuous argument to assert that neither of the influential Italian Jesuits that followed in his footsteps (Alessandro Valignano and Matteo Ricci), who had the objective of establishing the Roman Catholic Mission in Beijing, consulted the one known source available that reported first hand on Christianity in the same city.

Irrespective of what the various interpretations of Prester John may have been, by the mid-1200s Rome and Constantinople had become well aware of

the importance of Mongol military power as an offset to Arab and Moorish power. Baghdad had been the capital of the Abbasid Dynasty, and it had been the major competitor to Christian Europe for the previous 500 years. While the Abbasid and Constantinople had established a tenuous border in southern Anatolia over the previous centuries, and therefore the Abbasid Dynasty was not an immediate threat to Rome from that quarter, the Abbasid did control vast stretches of North Africa and asserted power into Iberia. The destruction of the Caliphate might have been regarded as beneficial in many quarters. Derivatively it seems unlikely that Rome and Vienna, with the knowledge that Constantinople had already been destroyed, were not aware of the potential benefits of a powerful state to the East during their conflict with the Turkish Ottomans that commenced 200 years later.

SUMMARY

As Portugal expanded into the Indian Ocean, the Holy Roman Emperors (HRE) of the Habsburg Dynasty, who were inter-married with Portugal's Avis Dynasty, were confronting the biggest challenge to Christian Europe since the fall of Rome 1,000 years

HISTORIOGRAPHY

before. The Ottoman conquest of Constantinople in 1453 opened Europe to Turkish invasion via the Danube River Valley and the Mediterranean. HRE Frederick III and Maximilian I were first forced to deal with the Turks, while as a twenty-one year-old, HRE Charles V (1500-1558) battled Suleiman the Magnificent as his powerful armies invaded the Danube River Valley. With the Reformation flaring behind Charles V, Suleiman took Belgrade in 1521, the Island of Rhodes in 1522, and the Roman Catholic Kingdom of Hungary in 1526. He had Vienna itself under siege by 1529.

The consort of HRE Charles V, Isabella of Portugal, was the daughter of Dom Manuel I (1495-1521), the Portuguese king who had launched Portugal on a decisive strategy of rounding Africa and seizing the lucrative trade routes from Asia to the Middle East. This trade helped bankroll the Ottoman state and its Islamic rivals, the Mameluks. Dom Manuel's initiatives to Asia were undertaken as his first cousin HRE Maximilian I (1493-1519) ruled from Vienna. Maximilian's father, HRE Frederick III (1452-1493), had been the first Habsburg to face directly the military power of the Turks following the loss of the Constantinople, the fortress city that for more than a thousand years had anchored Christendom in the East.

Dom Manuel's initiative to reach Asia from 1495 tracked a route to the East that had been established three centuries before during Europe's conflict with the Abbasid Caliphate. Rome and Constantinople had both established relationships with the Nestorian-affiliated Mongol rulers that destroyed Christendom's chief Islamic opponent in Baghdad in 1258. While the

Crusader states were lost by 1291, Christendom reconquered the most important geopolitical position in Western Europe, the Iberian Peninsula. The Christian base had included the Basque region of Northwestern Iberia. In the late 15th century the knowledge of the benefits of a powerful state east of the Ottomans was certainly known to the Habsburg and Avis rulers Vienna and Lisbon. For the previous 300 years one of the most widely read books in Europe had been Marco Polo's memoirs (*Livre des merveilles du monde*). The famed text had specifically recounted the Nestorian Christian relationships with the Mongols.

As the Turkish Ottomans threatened Christendom as never before between the 15th and 17th centuries the strategic examples of history could not have been forgotten in Rome, Vienna and Lisbon. The Roman Scipio Africanus had defeated Hannibal of Carthage through invasion of his homeland in the Punic Wars in 202 BC; the *Reconquista* had seized most of Iberia by 1252 as the Crusades occupied the Abbasid Caliphate's military routes from Mesopotamia to Iberia; and the Abbasid Caliphate was destroyed by the Mongol Hulagu in 1258. Assuredly these strategic initiatives were not lost on Charles V who between 1519 and 1556 had the chief responsibility beginning in 1519 to forestall a disaster in Rome similar to that which had befallen its sister Christian capital in Constantinople in 1453. He, after all, ruled as *La Compagnie de Jésus* was established in 1540. And, he then oversaw the dispatch of its most talented members to India, Japan and China under the Basque and Jesuit General Ignatius of Loyola (1540-1556) shortly thereafter. **RC**

NOTES

- 1 http://en.wikipedia.org/wiki/Fall_of_Constantinople.
- 2 Hagen Schulze, *Germany, a New History*. Cambridge, Mass., and London: Harvard University Press, 1998, p. 47.
- 3 http://en.wikipedia.org/wiki/Wang_Khan.
- 4 http://en.wikipedia.org/wiki/Christianity_among_the_Mongols.
- 5 http://en.wikipedia.org/wiki/Le_Livre_des_Merveilles (The Travels of Marco Polo).
- 6 http://www.harrassowitz-verlag.de/dzo/artikel/201/003/3614_201.pdf?t=1244127310.
- 7 [http://goanhvchurches.com/Orders,Congregation,Societies?Jesuits%20\(S.J.\).htm](http://goanhvchurches.com/Orders,Congregation,Societies?Jesuits%20(S.J.).htm).
- 8 http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=File:Crusade_of_1101_v1.svg&page=1.

- 9 An interesting note is that in 1088 Europe's oldest university, the University of Bologna, was founded in the Papal States with what came to be the Europe's leading school of law.
- 10 [http://en.wikipedia.org/wiki/Siege_of_Baghdad_\(1258\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Siege_of_Baghdad_(1258)).
- 11 http://en.wikipedia.org/wiki/Assyrian_Church_of_the_East.
- 12 Jean-Pierre Charbonnier, M.E.P. *Christians in China: A.D. 600 to 2000 (Histoire des chrétiens de Chine)*. Paris: Les Indes Savantes, 2002). San Francisco: Ignatius Press, 2007, p. 73.
- 13 http://en.wikipedia.org/wiki/Sorghaghtani_Bekhi.
- 14 http://en.wikipedia.org/wiki/John_of_Montecorvino.
- 15 http://en.wikipedia.org/wiki/Pope_Nicholas_IV.
- 16 http://en.wikipedia.org/wiki/Giovanni_da_Montecorvino.

No Anno de 1497 -

Partio Vasco da gama pera a India a vto de Juego por capitão mór cō quatro bellas, 3. pera sequir
ho descobrimento da India e hũa carregada de mantimentos pera se cō elles e cō a gente dell
Reformare, das quaes - Des são os capitães / -



S. granel



C Vasco da gama. D

S. Raphael



C Paulo da gama D

Jmao de Vasco da gama á tornada pera por
tugal, Varou e os Gayxos Antre amilo e mo
baca, aos quaes fmaão de S. Raphael por tres
da Mar su: asi se fmaana, e a gente della
se hepartio pelas duas da compan fia. -

Corrio



C Nicolao coeco. D



C goncallo nunez. D

Criado de Vasco da gama de pois da Mar ter passado
ho cabo de boa esperanca e der pouca diante da agoada
de são bras se hepartirão os mantimentos e a gente
della pelas outas da compan fia, e de pois de des pe
jada e se poserão fogo / -

The Matter of the Size and the Size of the Matter in Ming China and Portuguese D' Avis Maritime Expeditions A Comparative Analysis of the Mission and Consequences of the Zheng He and Vasco da Gama Fleets

FRANCISCO VIZEU PINHEIRO*,
DENISE LU DAN**, FIONA QI** AND
FIONA TANG**



* Ph.D. from Tokyo Institute of Technology, Japan. Adjunct Professor at St. Joseph's University (Macao) and part time lecturer at the Institute for Tourism Studies (Macao).

Doutorado pelo Instituto de Tecnologia de Tóquio. Professor Adjunto na Universidade de S. José (Macao), lecciona ainda, a tempo parcial, no Instituto de Formação Turística.

** Estudantes do Programa de Gestão do Património do Instituto de Formação Turística (Macao)

** *Students of the Heritage Management Programme of Institute for Tourism Studies (Macao).*

INTRODUCTION

The maritime expeditions of Zheng He 郑和 (1371-1433, China) and Vasco da Gama (Portugal) are two important milestone references in the history of Asia and Europe. Zheng He broke the myth of Chinese isolation as well, that it was too far culturally and physically from India, Arabia and Africa. He promoted trade, improving Chinese settlements overseas and made a Chinese presence that influenced maritime policy. Da Gama discovered the direct maritime route to India, opening the way to the Pacific. He refuted the myths that the world ends in an abyss at Cape Bojador (Western Sahara) not far from the Canary Islands and that there was no way to the Indian Ocean, resulting in most of the spices trade from Asia to Europe coming under the control of the Muslim kingdoms of Egypt, Turkey and their Venetian partners for distribution in Europe. He also made possible direct contact with maritime powers like England and France with China. When elaborating on this comparative history of Zheng He and da Gama, we come across some difficulties of interpretation emanating from what we can call the 'fog of memory' and the 'mystification of history'.

The fog of memory increases with time, diluting the contours of history contributing to reinterpretations, myths or inventions that have portrayed some men as heroes and others as villains. Carroll (2004) mentions the impossibility of having a 'neutral' history. Hofstede (2005) mentions the need for heroes for the formation of culture and education in national values. The person writing has always a reason and a perspective, either by belonging to a small-educated elite, such as government 'officials' having written an 'official' story or officials praising glorious success or justifying failure.¹ There is no culture without heroes. The fog of time helps nationalist vision deform history, trying to canonise some and labeling others villains. This Manichean vision makes easy to 'understand' history from the aspect of the 'good' national ones, in opposition to the 'bad' others, from other nations.

Time dilutes memories of past events, creating a gap with room for fanciful build-up of fact that helps to re-create not the true history, but created histories that obscure the real difficulties and merits of the protagonists and the choices they took, right or wrong. At the end they are shown, not as common people but as superheroes. In the case studied here, both men,

HISTORIOGRAFIA

Zheng He and da Gama, were exalted in poetry and in temples.² Da Gama is in the national pantheon of the heroes of the discovery age, Geronimo's Cathedral in Lisbon. Zheng He was venerated as a god in Buddhist temples and even had mosques dedicated to him; in many ways he was a maritime version of Guan Yu 关羽, a general of the Three Kingdoms period,³ worshipped in southern China and overseas, with an image practically omnipresent at the gates.

Lack of records and historical gaps are an open invitation to history opportunists or novelists like Gavin Menzies to fabricate histories by adulterating history, a tendency often found in school manuals. Gavin skillfully mistranslates archeology remains to fit a fanciful fact like Zheng He reaching America in 1421. The success of this first book inspired the author to elaborate a less convincing one for scholars but attractive enough for common people, selling the idea that Zheng He started the Renaissance revolution when he reached Venice in 1434 after crossing a 'primitive' Suez Canal. What is surprising is not the fictitious content of these novels, but the number of scholars who consider the stories in them to be very probable historic facts.

The objective of this paper is not to debunk Menzies' style, or nationalist 'official' histories, both widespread and very harmful to the search for truth, but to learn from the real lessons history teaches all of us. To achieve this process it is important to have comparative studies of history, with scholars from both (and often opposite) sides of historic events. This process will facilitate overcoming cultural barriers, historical bias or ignorance and racist stereotypes. Comparative studies can contribute to an international appreciation of history and promote the 'heroes' virtues. A Chinese hero could be really appreciated in the West, and a man from the West appreciated as a hero, a reference for all.

Quoting the first Chinese Chronicle:

I have examined the deeds and events of the past and investigated the principles behind their success and failure, their rise and decay, in one hundred and thirty chapters. I wished to examine into all that concerns heaven and man, to penetrate the changes of the past and present, completing all as the work of one family.

Sima Qian 司马迁. 'Letter to Ren'an'.⁴

To finish the introduction of the background of this research, this paper arose out of a program on Intercultural and Social Issues in the Tourism School

of Macao. Reading reports of cultural comparative studies, the cultural bias and different historic and often contradictory interpretation of different cultures were very apparent; for example with simplified labelling of some as 'traditional', and others as 'progressive'; again, the good and the bad example. To comment on history is always to take one perspective, or point of view. The comparative studies with researchers from different cultures provide different perspectives that are communicated by writing in a 'neutral' international language. Trying to understand each other's interpretation and going deep into each other's culture was learning process for all joint authors.

We hope this initial exercise and short essay will inspire enthusiasm in others for comparative East-West studies.

CHINA MARITIME VOCATION AND THE JOURNEY TO THE WESTERN SEAS

For centuries overseas foreign trade with China was dependent on foreign vessels. Benite (2005) elaborate on the trading 'west', and western traders for China were mostly Arabs or Muslim Asians who created large trading communities in Chinese cities. This phenomenon is apparent in Hangzhou and Canton, as well in Siam, Champa (southern Vietnam), Java, the Philippines and many other maritime settlements in Asia. During the Song Dynasty (960-1279), the military and commercial backbone for survival against the Mongols was a large navy, and a network of national and international ports for trading in Southeast Asia from places far away like Sumatra, Champa, Korea, Japan, and the Philippines.

During the Mongol-ruled Yuan Dynasty (1279-1368) the expertise of Persians and Arabs in military technology and commerce was recruited to help control the majority of the Han population. Without Persian help the Mongols could never conquer the fortified cities of the Jing and Song. As mentioned in Schottenhammer (2008), without Muslim⁵ and Chinese defectors, the Mongols could never have conquered the Song Dynasty 'Sea Wall' in the Yangtze at the battle of Xiangyang, and the last Song stance at the Naval Battle of Mount Yamen in Guangdong.

Kublai Khan, after establishing the Yuan Dynasty, decided to include in the tributary system far away countries like Japan and Korea, invading

HISTORIOGRAPHY

these countries. The Yuan navy, which inherited all knowledge and power of the Song navies, was the sea arm to invade Vietnam and some kingdoms in Java. However, most of Mongol navy operations resulted in disaster, the one in Japan being the most well-known in history as by the intervention of the gods the kamikaze (divine wind) was sent to destroy the Mongol fleet.

The Ming success in overthrowing the Yuan lay in the naval battle of Lake Poyang (from 30 August to 4 October 1363). The battle was opposite the town of Namchang, held siege by Han rebel forces leaded by Chen Youliang. The Ming leader Zhu Yuanzhang 朱元璋, the Hongwu Emperor 洪武帝 (vastly Martial), sent from Nanjing a relief fleet, with the heavier ships in the center, a formation later replicated by Zheng He's fleet.

The Ming proved themselves powerful in navy operations when they defeated the Dutch fleet in 1633 at the Battle of Liaoluo Bay, lead by Zheng Zhilong 郑芝龙.⁶ His son would soundly defeat and expel the Dutch from Taiwan in 1662, making the (Southern) Ming stand until 1662, lasting 294 years. The Hongwu Emperor is enshrined in his temple named Ming Taizu (Great Ancestor of the Ming). His fourth son, and third of the Ming rulers, Zhu Di 朱棣, Prince of Yan 燕王, was enthroned as Yongle 永乐帝 (perpetual Happiness).

Why did China, a natural land-oriented nation, go overseas, so far and on such a large scale? The reasons for exploration were obviously not economic or scientific. An alternative is for political reasons, linked with the tributary system that could incur punishment of war if the diplomatic obligations were not fulfilled. We should clarify that the military aspect was an inseparable part of politics, not only because most rulers and governors had military functions, but also because without military defense, cities, ships or even countries will not last in a general culture and environment when the strongest rules. It is a pattern in history that without a strong arm to implement law and order anarchy, decay and revolution will soon appear, even in societies ruled by law, as was the case of the Roman Empire.

Why was a Ming fleet organised? The 'mandate of heaven' doctrine demands legitimisation, not only by force but also by national and international recognition (in both ways), that in China is the tributary system communication and connection not only by land but



Kublai Khan.

also by sea, which naturally required a navy, that, in the case of China, meant a navy of a size proportional to the size of the country.

Wade's (2004) research supports a dual motive for the maritime expeditions. The promoter of Zheng He's voyages was Emperor Yongle, the successful usurper of the Chinese throne who outsmarted and defeated the forces of the legitimate ruler, his nephew Jianwen Emperor 建文帝. In China, as everywhere in the world, an illegitimate ruler is always in danger of being challenged and destroyed by the ones organised under the legitimate banner. The first commonly accepted motive of the voyages was to make sure there were no survivors or sympathisers of the defeated emperor in Southern regions, from the waters of Guangdong, Annam, Champa or other regions, which according with Jungpang (2012) had many descendants of the refugees and rebels against the Mongol rule Yuan dynasty.

The purge of any opposition to the new emperor was critical in order to avoid rebellions. Yongle ordered the 'cleansing' of an estimated 50,000 officers and scholars in the administration of the government that could not compromise with the usurper's methods and policies, so opposed to Confucianism principles.

A eunuch class controlling the secret police and key government positions would create efficient leverage to overcome the scruples of the Confucianism administrators. Muslim military leaders supported

HISTORIOGRAFIA



HISTORIOGRAPHY

the first Emperor Hongwu (Zhu Yuanzhang), who rewarded them with special protection laws and privileges. Zvi Benite⁷ demonstrated this led to Muslim scholars considering the first Ming Emperor, Zhu Yuanzhang, the Ming Taizu, by words, like the 'Hundred Character Praise' and by facts of ordering the building of mosques, as a personal patron of Muslims. Until the end of the Ming the enfeoffment⁸ base system of tribute-recognition and alliances with tribes or polities plagued the system, helping first to expand to Yunnan and some Thai polities and Annan.

Following the Confucian and court legitimacy principles and the principles established by Zhu Yuanzhang, the succession to the throne fell to his teenage grandson, who became Emperor Jianwen. Jianwen started curbing the power of his uncles who were lords of large regions. Rebellion broke out. The principle of Yan (Beijing region), uncle of Jianwen, with the help of several Mongolian tribes and the organisational support of the eunuchs, conquered the capital, Nanjing.

Not surprisingly, the choice for leading the maritime expeditions was a trusted eunuch, Zheng He, 34 years old of Muslim nobility background, who was a descendent of the Persian governor of Yunnan (Sayyid Ajjal Shams al-Din Omar al-Bukhari) during the Mongol-ruled Yuan Dynasty. In the war with the Yuan remaining loyalist the power of minority warlords were curbed, and the descendents castrated, making sure in this way that there would be no future claim for local ruling. Nevertheless, Muslims were privileged minorities during Song, Yuan and Ming dynasties, mostly due to their commercial and financial connections, military knowledge and expertise in astrology and navigation. It would have been more difficult to establish trade links overseas without the help of foreign and local Muslims.

The second reason for the maritime expeditions was to legitimise the power by foreign recognition through the tributary system. Yongle ordered the Minister of Rites to send envoys to foreign countries or polities with instructions on the tribute to bring to Nanjing and also to prepare places for accommodation of foreign dignitaries and trade supervision offices in the provinces where the main ports; Guangdong, Fujian and Zhejiang, were located. Many of the foreign rulers

would be brought by sea and land to China. Zheng He was not the only powerful eunuch to be sent in maritime expeditions. Wang Guitong 王贵通, Hou Xian 侯显 and Zhang Qian 张谦 had similar missions designed to bring foreign envoys to China.

The tributary system was deeply changed by foreign northern rulers in past centuries. It implies also sending gifts, or exotic animals to the court, like elephants, tigers, or other payment in goods. Soldiers and silver would be requested, as in the case of Yunnan.

Depending on the tribute system, a foreign ruler could be recognised, receiving the imperial robes from China. Mediation for peace or military support could be given to the recognised ruler, as mentioned in the official history of the Ming, the *Mingshi* 明史, as happened several times during the conflict between Annan and Champa Polities (Northern and Southern Vietnam respectively). The tributary system was not only a diplomatic protocol, but implied trade obligations, and practically a monopoly of maritime trade that could only work by implementing *haijin* 海禁 (sea ban) policies for the private trade. Emperor Hongwu imposed the ban on maritime shipping in 1371. The tributary system and the enlargement of government fleets replaced progressively local private traders and traders from overseas communities. Although intended to curb piracy and rebellion, in fact the new policy labelled officially as 'pirates' or as sea rebels thousand of fisherman and traders who had had to survive by themselves for a living.

THE CAPITAL AND SHIPYARDS

Nanjing was adopted as the capital by the Ming. Being connected with a network of lakes and rivers, particularly with the water highway provided by the River Yangtze, it was the appropriate place for the location for two different shipyards: Treasure Shipyards, to build treasure ships and the Longjiang Shipyards for other military ships.

Nanjing is strategically well-located to function as the capital of the inner land as well as the overseas domains. Previously Quanzhou, the capital of the Song, was strategically located far from the northern borders where the main threats of invasion come, but well-linked with the Sea. The Ming would use Nanjing as the main imperial shipyard, building the bulk and the larger vessels of the navy; the treasure ships.

The Hongwu Emperor.

HISTORIOGRAFIA

Large ships were nothing new in China; there are records of them in the Han and Song period, as well in other different historic periods. Delgado (2010) mentions previous ocean-going ships in long-range trading with China were from Arab-Muslim countries. During the Song Dynasty a native Chinese navy for rivers and for oceans was developed.

The burning of official and technical documents of the period left room for succeeding writers to elaborate miscalculated dimensions or to be influenced by apocryphal sources or historical novels like the one by Luo Maodeng 罗懋登's on the *Voyage of the San Bao Eunuch* (Zheng He) to the Western Ocean written during the reign of Wanli 万历 (1572-1620) and accordingly with Robert Finley (1992) as a way to foster nationalism inspired by historical figure.

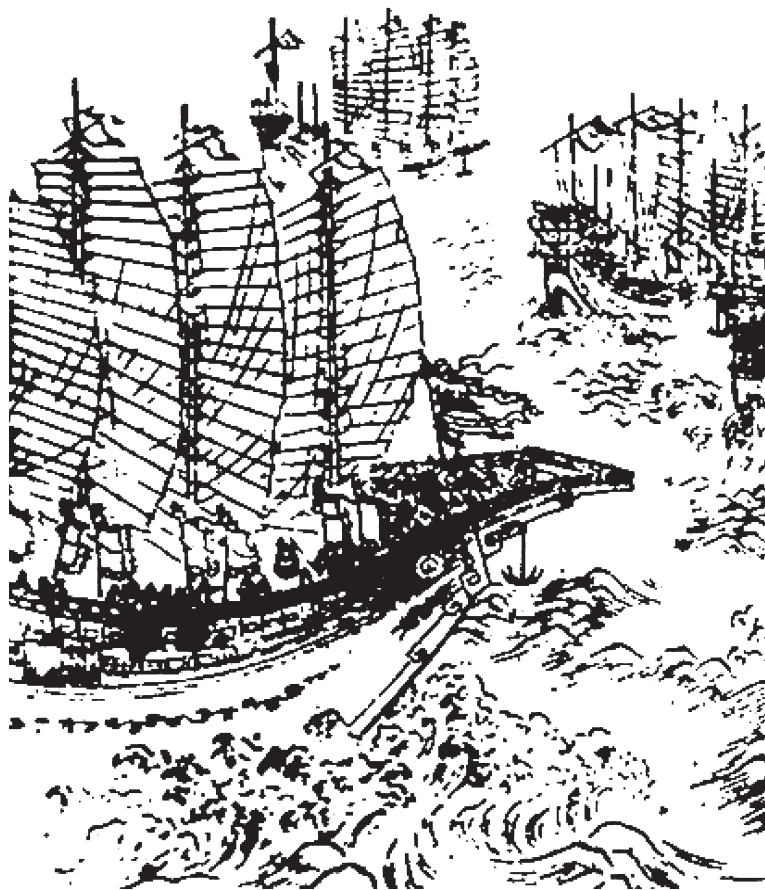
Church (2005) elaborates solid consideration on the size of the ships as well in the need for repair every few years and rebuilds every 10 years, and try to demystify the historical exaggerations that influenced the Ming Shi, the official history of the Ming.

There is no agreement as to the size of the treasure ship, with nautical engineers and some scholars defending a maximum dimension of circa 54 metres long, very different from the 150 metres long and 55 metres wide size often mention in brochures. The 'gigantic' ships of the Song period considered large had a length of 25 metres. Sally Church (2005) elaborated on several reasons for the origin of the large size misconception of the treasure ships that would break the long tradition of ship knowledge and construction in China. Many of the ships in the Zheng He fleet were commercial carriers like grain transporters, which were adapted to be used in the fleet. Sally Church's study concludes the more probable size of the different large ships to be 45, 53 and 60 metres long. Larger ships would have had many structural limitations as the design was limited to the size of trees. Although there are records of large amounts of wood needed to build palaces, there is no similar record of this amount for the ships, leading to the conclusion that many ships of the fleet were adapted from a commercial fleet and retrofitted for the new mission. Different kinds of imported woods were used in the ships, and again, there is no evidence of massive imports. Bin (2005) estimated 2,860 ships were built (probably including adaptations of existing ships) during the Yongle reign.

The excavations in Nanjing shipyard basins showed a system of raised columns and beams for ship construction. Of the 420 metres total length of the shipyard basins only 300 metres was the construction structure while the basins were around 40 metres wide and 4 metres deep. Most probably several ships were under construction at the same time in one basin, with thousands of craftsman working simultaneously, and with some free areas between the ships as working areas, thus bringing the width of the ship to a maximum of 30 metres, a size similar to the Song's ships. A crew of 27,000 men, divided by 300 ships, gives an average of 90 men per ship. An average of 100 crew men was needed for 250 tons of ocean-going junks. Bringing in soldiers in transport troops ships, the ratio of men per ship could rise several times.

Chinese ships were designed inspired in the natural wood, in this case the bamboo internal partition

Zheng He's ships as depicted in a Chinese woodblock print, early 17th century.



HISTORIOGRAPHY

of its stem by a diaphragm, the hull was also divided into waterproof sections, so that if filled with water this would not transit to other sections, allowing a greater resistance to floating in case of collision or tempest at sea. The first ships were ordered to be built in 1403, and were ready after two years. In 1405 1,180 ocean ships were ordered to be built and three years later, 43 treasure ships. There was no time for research and development of new designs, plus testing them in sea trials. Thus we may conclude that the ships followed well-experimented designs of long-range ocean-going ships, with a long tradition in Fujian and Guangdong.

The miscalculated estimation of Zheng He's large ships to be 450 feet (137 metres) long was made in 1957 after applying calculations of the rudder size to modern steel built ships or low-bottom river ships.

Delivering a mammoth ship 150 metres long, if technically possible (which many engineers doubt), would have occupied most of the resources, workforce and space for building other kinds of ships. The size of the ships is still under debate, with maritime architects and experts like Albion (1926) estimating that the longest possible dimension was around 70 metres long but for safer structure and more efficient performance it was approximated to be 50 metres long.⁹ A mammoth ship of 150 metres in length by 50 metres width would be very unstable and very difficult to navigate, like the 7 mast 120 metre long schooner Thomas W. Lanwson that was considered like a floating 'bath tube' difficult to maneuver, with two heavy body for the sailing area.¹⁰

Naval Architect Chung Chee Kit,¹¹ also disagree with the 150 metre long, mentioning that this size will be too big to control. He estimates the real size to be 60 to 62 metres long with the shape represented in a contemporary Buddhist prayer scroll engraved by Monk Sheng Hui who participated in the fifth voyage of Zheng He. In this image we see the traditional Song ships, with men on board giving a sense of scale and proportion with 4 masts. The ships in this scroll look more similar to the 160 feet (48.9 metres) long, named *Keying* that navigated in 1846 from Hong Kong to Boston and London, with a curved shape deck and hull was a common for centuries a very common sight in the waters of Southern China.

These large ships of Zheng He fleet were also large carriers of commercial products, in a trade dominated by the court that soon was transformed into a monopoly by curbing private maritime activities. During the

1370s several *haijin* decrees were implemented with the dual intentions of cutting private trade and rebel support. In the Song dynasty, maritime trade was the lifeline of the economy. A blockade to private ships was imposed, and blockade runners if captured were treated as pirates and annihilated.

MILITARY ASPECT OF THE MARITIME EXPEDITION

It is often described as 'politically correct', that Ming expeditions were just peaceful diplomatic expeditions, promoting friendship and bringing tributes and gifts,¹² while the expeditions from the European age of discovery, like the one of Vasco da Gama, were motivated by imperialist intentions, with the recurrent use of military force, the well-known 'gunboat diplomacy'. This is a simplistic and distorted vision of history, missing the contemporary situation and real political methods of the period. Practically nowhere in history does a case like this exist, that a kingdom prepares a mighty fleet to distribute goodwill wishes and gifts. To navigate in the oceans could be more dangerous than crossing tropical jungles, with plenty of natural dangers and threats from enemies or competitors.

The Ming fleet was no exception, having thousands of crack troops and the best defensive armour and offensive artillery in Asia. The maritime and land operations of the Ming in the Ava Burma region, Yunnan and in northern Vietnam, clearly show a superiority of organisation of attack and defense as well as firepower.

The Ming policies and methods are in great part a legacy of the Yuan Dynasty system with strong tribal division for alliances or rebellion, a pattern apparent during the Ming period, reflected also in the maps' boundaries, of expansion in earlier Ming (incorporation of Yunnan and Annam) and contraction in the last decades.

Zheng He was an experienced military commander, leading thousands of crack troops that would suppress local opposition, or challenge and change local rulers. Zheng He was not the only eunuch sent on maritime expeditions.

The tribute system implies recognition and enfeoffment alliances that are naturally linked with military operations to implement strategies linked with

HISTORIOGRAFIA

foreign policies. As an example we describe some of the Ming navy operations lead by Zheng He:

After the 1406 invasion of Annan, the northern part of Vietnam became the 14th Chinese Province, which was under Ming rule until 1428. Ming supported the Champa (Southern Vietnam).

In 1407 Ming planned to attack Ava Burma by sea and its local allies by land. Ming soldiers, like its predecessors of the Yuan dynasty, did not adapt well to the local hot and humid climate and because of difficulties of supplying a large army, there was a need to resort to the use of local allies in military operations. Thai people and Burmese had constant wars, often on the Yunnan frontier. Yunnan, Bin Yang (2009) mentions the Ming fears that Yunnan region, being a Mongol-controlled stronghold that previously threatened the Song dynasty from the southeast, now

could also threaten the Ming. The solution to avoid this threat was the Ming taking over Yunnan with an army of 300,000 troops. This led to confrontation with Thai and Burmese polities. The Ming had three lines of sequential firing of crossbows broke Thai armoured elephants carrying shooting turrets.

Considering the instability of Thai polities at Burma-Yunnan borders engaged in war with China, the Ming strategist decided to support the creation of a new polity situated behind enemy lines of the above mentioned war theatre. The creation of the new polity, the kingdom in Malacca, as well the 'tandem' naval base in Samudera (Java, Pasai, the Pacem in Portuguese) was a masterstroke in the chess war game.¹³ Teixeira (2008) refers to Malacca and Samudera as important places for controlling the trade with China, India and Java. With a Muslim ruler in Malacca, no sympathy and support could be expected for the dominant Thai, mostly Buddhist polities in the North. A Ming naval base in Malacca provided a perfect point for maritime operations. Zheng He's ships brought a delegation of 540 guests of the newly appointed Malay royalty to pay tribute to Emperor Yongle in Nanjing. A Chinese princess, Han Libao (Hang Li Poh 韓麗寶), and 500 handmaidens were sent to marry the ruler of Malacca. Bin (2005) mentions that most of the delegation of Chinese women married local men, becoming Muslims, and helping to convert Malacca to the center of the new polity independent from the former Buddhist kingdom of Thailand. However, by the end of the 15th and early 16th century Ming policies were abandoning the Southern polities, focusing concern on the northern borders of China.

The lack of government control in the seas thus favoured the increase of maritime trade both by Chinese and foreigners.

The Portuguese navigators to China arrived in this period, like Jorge Álvares (1513), being sent from Malacca.

The many years of maritime trade of the Song and Yuan dynasties contributed to the development of Chinese communities overseas; both Muslim and non-Muslim Chinese traders spread over Southeast Asia, with some envoys in contact with the Ming court.

In 1407 Zheng He implemented the *haijin* policy in overseas places, like the Old Port at

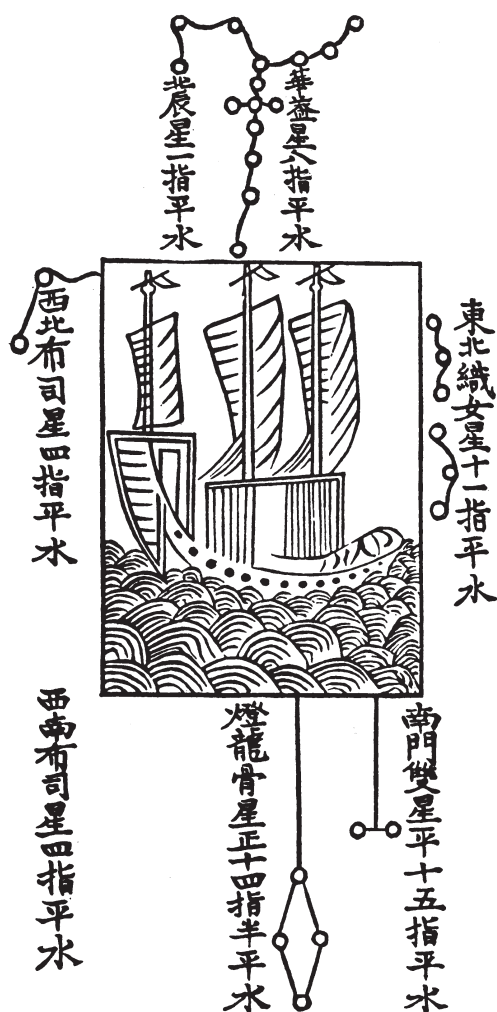
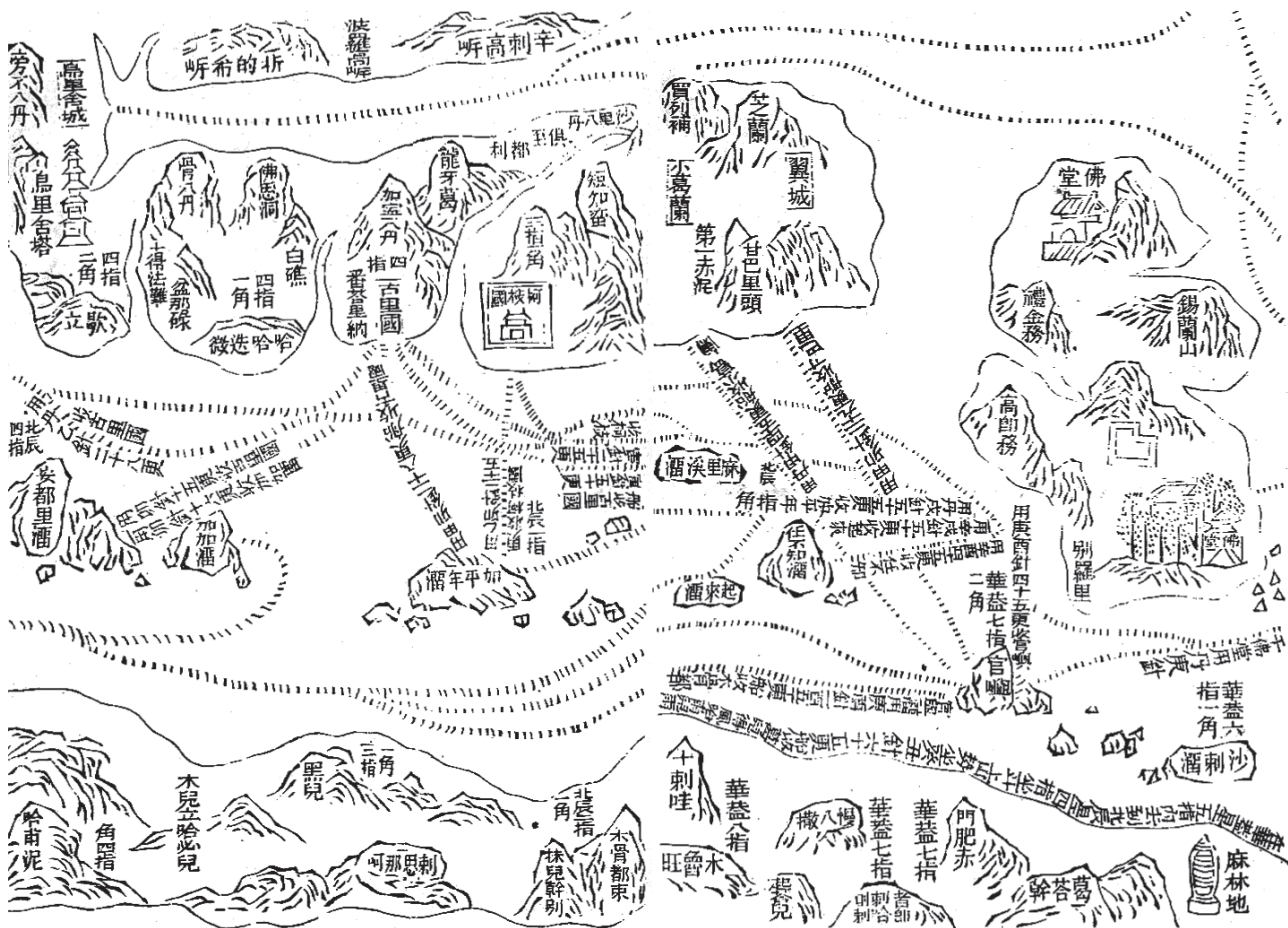


Diagram showing altitudes of guiding stars between Sri Lanka and Sumatra on the return voyage to China. From *Ancient China's Technology and Science*, Beijing, Foreign Languages Press, 1986.

HISTORIOGRAPHY



Section of the so-called 'Zheng He map': Sri Lanka (large island in the right half, Bengal (top right), India (land mass centre left), East African coast (land mass at bottom).

Palembang in Sumatra, the capital of the former Srivijaya Empire. The port was ruled in 1405 by a person from Guangdong,¹⁴ with many Chinese from Guangdong and Fujian provinces living here. The local Chinese commander, Chen Zhuyi 陈祖义, was captured and brought to Nanjing for public execution. In the operation, 5,000 'pirates' were killed, ten ships burned and seven captured; probably some others escaped the onslaught. No private or local navy could challenge the size and firepower of this Ming fleet. There is some probability that the Crane Wing formation was used, with the heavier battleships in the center, and the light and faster ones in the wing, encircling the enemy in two pincer movements, making it difficult to escape.

The Old Port¹⁵ city new ruler was submissive to the Ming. This situation lasted until the Ming navy was present in Java waters. China only lost the local influence with the end of the voyages after 1443.

In 1407 the Majapahit polity, a former maritime power in the region, was in a civil war process, with Zheng He's troops in the field suffering 170 casualties.

In 1409 Burma was threatened with military invasion from the sea, while Ming allies and troops attacked from the north. The maritime reference could only be to Zheng He, according to the research published by Karl Hack and Tobias Retting (2006).

In 1411 the ruler of Ceylon (Sri Lanka) Alagakkonara (Rayigama kingdom) was captured and brought with his family to the Ming Capital, being replaced by a leader docile to the Ming. In 1414 and 1415 Zheng He succeed in capturing Sukanla of Samudera, helping one side in the civil war in Java by bringing the captured leader to the court.

A man of courage and leadership was needed to lead a powerful fleet with different tasks. Bentley; Herbert (2007) revealed that Zheng He 'walked like a tiger' and did not shrink from violence when he

HISTORIOGRAFIA

considered it necessary to impress foreign peoples with China's military might. Tigers were common in Yunnan, the birthplace of Zheng He.

From this maritime perspective, Ming and Portuguese gunboat diplomacy did not differ much.

Bin (2005) describes the Ming fleet as organised and lined up in four departments:

1. Commanding and Decision-making: 7 *zheng shi tai jian* 正史太監 (Court eunuch), 10 *shao jian* 少監, 5 *jian cheng* 監承, 53 *nei guan* 內官 and *nei shi* 內史. The latter ones are a level lower than the former ones, in charge of commanding the whole fleet in terms of navigation, foreign affairs, military operations and trading;

2. Military commanders, marines force: 2 Chief Commanders (*duzhihui* 都指揮), 93 Commanders (*zhizhihui* 指揮), 140 *qian hu* 千戶, 403 *bai hu* 百戶. The latter ones are a level lower than the former ones. Then different types of soldiers: *guan xiao* 官校, *qi jun* 旗軍, *yong shi* 勇士;

3. Foreign Affairs and Logistics: 2 *she ren* 舍人 (main tasks: drafting documents), 1 *hu bu lang zhong* 戶部郎中 (main tasks: logistic supply), 180 doctors (*yi guan yi shi* 醫官醫士), 1 *jiao yu* 教諭 (Publicity Commissary);

4. Nautical Service: 1 *yin yang guan* 陰陽官 (Astrologer, main tasks: observing astronomy and forecasting weather).

Naturally each ship will have a captain (*huo zhang* 火長), helmsman (*duo gong* 舵工), the pilot (*ban ding shou* 班碇手) and sailors. From different contemporary records we know of many other supporting roles like: *Tong shi* 通事, translator, a key element in communicating with different regions; *maiban* 買辦, person who was responsible for purchasing; *shu shou* 書手, accountant and cashier; *min shao* 民梢, responsible for sails, paddles, cleaning and maintenance. Artillery was abundant not only in canons but also handguns. Repetitive crossbows also very effective at sea as well on land, when used against armed elephants.

The fleet carrying approximately 27,000 men was composed of an average of 300 ships, divided accordingly in Table 1.

The function of these large ships is similar to castles or sea fortresses; headquarters that were at the geometric centre of the navy.

The fleet disposition in arrows allows a better defense on this gigantic but slow ships located in the

center. From records of the Song and Yuan, we know tactical practice of linking large ships together to form extended and formidable defensive platforms. However this strong defense organisation can fail in storms or when attacked by fire boats. In order to increase protection of the fleet periphery, smaller and faster ships provide side, rear and advance protection as well supply and logistics.

After Zheng He era, the Ming fleet was still very powerful when going to support the Korean navy to defeat the Japanese invasion of Korea (1592-1598).

The navigation maps of Zheng He, based in landscape references, were very different from the Portuguese ones that tried to locate position with longitude and latitude references as well as mapping the winds and sea currents. At night both navies, Chinese and Portuguese, navigated by the stars. Zheng He's maps were efficient enough since the fleet was navigating to well-known waters, known for centuries as the highway route of the Sea Silk Road. Nevertheless, pilots familiar with the route and with knowledge of ocean and weather behavior, which varied with seasons, were doubtful about the success of the trip. Many of these pilots were from Muslim trading communities living in China. Navigation of the fleet was mostly done near the shores, in sight of land. Table II details the period, site and mission.¹⁶

In a prevision that become prophetic, the first Ming Emperor, Zhu Yuanzhang, on foresaw the possibility of future military threats to the Ming, mentioning that the North was dangerous, but the South not. This principle of tolerance to the South may be one of the reasons for allowing the Portuguese settling peacefully for four centuries. In fact they did not threaten the Empire, but helped protect the South, replacing in many ways the previous Muslim networks of traders.

PORTUGUESE EXPANSION TO THE ASIAN SEAS

We can consider that there were three main reasons for the Portuguese expansion to the oceans.

The first was the definition in the 14th century of its land's borders with the neighbouring kingdoms in the Iberian Peninsula, with mutual recognition treaties confirmed by Papal authority, which was concerned that Christian countries fight among themselves when

HISTORIOGRAPHY

TABLE 1. MAIN TYPE OF MING CHINESE SHIPS¹³

Type	Characteristics
Treasure ship	The largest ships in the fleet, large carriers for dignitaries as well cargo
Attendants	Support ship for personal or troops
Food supply	Logistics, for distribution to the fleet, as well for refitting on ports
Water supply	Water containers
Horse carrier	Cavalry were crucial for land operations
Warship	Mobile platforms for sea war; there were many different types

the Muslim threat to Europe was growing. The fall of Constantinople in 1453 at the hands of the Ottomans shocked Europe, which saw how clear and present was the danger of a massive Muslim invasion of Europe, now supported by a great navy after the capture of Constantinople shipyards. Since the foundation of Portugal, the legalisation of the ruler, in way different but similar from the Chinese the 'mandate from heaven', depended on victory, the re-conquest and liberation of previous Christian lands from the Arab invaders who had dominated the Iberian Peninsula since the 8th century. The expansion of the Portuguese territory was limited by the borders of the neighbouring Christian kingdoms.

The second reason was the medieval organisation of Portuguese society during the 15th and 16th centuries, with a medieval structure forged on centuries of war resisting and counter-attacking the many jihads launched by the Muslim kingdoms in Spain and their allies in North Africa. Feudalism and war were normal and the reason d'être of the nobility, formed by a military aristocracy. The king was the first among pairs (*primus inter pares*) without absolute power, needing the support of other nobles, as well the assemblies of the representatives of different classes, known as *Cortes*, that met in the city of Coimbra, for popular support and legitimisation for King John I, on politics as well as raising taxes and giving privileges. King John I, the founder of the Portuguese Dynasty of Avis as Emperor

Yongle needed legitimisation of his power, obtained after rebellion, called the 1835 Revolution, against John of Castile, the legitimate pretender to the Portuguese throne.

The social revolution led by the Master of Avis (military order) started in 1383 with a rebellion in Lisbon against the representatives of the legitimate but foreign ruler, followed by a siege of the city by a large Castilian army supported by many Portuguese and French noblemen. Martins (2006) narrates how the siege and survival of Lisbon was due to the pestilence that decimated only the attacking army, not the city, seeing in this phenomenon the hand of God (mandate of Heaven?) in supporting the claim of John as King of Portugal, later victorious in civil and foreign wars. After the 1385 revolution and struggle for independence from Spain, the national assembly met to define the attributions (powers) of the crown, war finances, and chapters proposed by different states, represented by the clergy as well as the bourgeoisie (people, mostly artisans and merchants living in 'burgos', that is, villages or cities). In the 1385 revolution the bourgeoisie and most of the commoners sided with the king and a few nobles against the local powerful nobility supported by the Spanish legitimate pretender to the Portuguese crown.

John I centralised the government and reduce the power of local lords.

Powerful dukes and counts, if growing too strong in resources and land, could challenge the king, provoking civil wars. Since 1147 Portugal independence owns much to nobility and to several military orders retained great military power were compensated with lands. A joint project of re-conquest or holy war (to counteract muslim Jihads) was an initiative that could unify the conflicting nobility as well as the common people, with gain of glory, land and resources.

The third reason was for maritime and economic explorations due to the limited access of the nation to the thriving Mediterranean market and the limited



King John I (1357-1433).

HISTORIOGRAFIA

TABLE II. PERIOD, REGIONS AND MISSIONS ALONG THE WAY¹³

Voyages period	Polities visited	Mission-
1405-1407	Champa, Java, Palembang, Malacca, Aru, Samudera, Lambri, Ceylon, Kollam, Cochin, Calicut	Built a base in Malacca, where there was already a Chinese community, Attack on Old Port polity and destruction of Pirates
1407-1409	Champa, Java, Siam, Cochin, Ceylon	
1407-1411	Champa, Java, Malacca, Sumatra, Ceylon, Quilon, Cochin, Calicut, Siam, Lambri, Kayal, Coimbatore, Puttanpur	Capture of Ceylon ruler, who is brought to Nanjing
1413-1415	Champa, Java, Palembang, Malacca, Sumatra, Ceylon, Cochin, Calicut, Kayal, Pahang, Kelantan, Aru, Lambri, Hormuz, Maldives, Mogadishu, Barawa, Malindi, Aden, Muscat, Dhofar	Capturing Sunganla of Samudera. Helping one side in the civil war in Java, bringing the captured leader to the court
1416-1419	Champa, Pahang, Java, Malacca, Samudera, Lambri, Ceylon, Sharwayn, Cochin, Calicut, Hormuz, Maldives, Mogadishu, Barawa, Malindi, Aden	Continuation of the Trade – Tribute and military operations
1421-1422	Hormuz, East Africa, countries of the Arabian Peninsula	Return of Ambassadors to their home country
1430-1433	Champa, Java, Palembang, Malacca, Sumatra, Ceylon, Calicut, Fengtu	Last mission - Zheng He died in the returning trip, near Calicut

size and resources of Portugal, then estimated to be a country of approximately one million people. Bin (2005) estimates Ming China in 1381 to have had a population of 60 million. The difference of population size and resources will determine the way China and Portugal expansion to the seas.

Centuries of struggle ended in the liberation in 1260 of the southern regions of Portugal, the Algarves. The kingdom was unified, but the southern lands and parts of the coast were insecure because of constant attacks by pirates from the Moorish kingdoms, mostly from North Africa, as well from pirates or corsairs from Europe. Corsair, a pirate activity under the flag of a nation or feudal lord was a common practice not only in the Mediterranean but also in Atlantic waters. In 1411 Portugal concluded a peace treaty with the Castilian Kings. Four years later King John I headed a fleet of

200 ships, 1,700 sailors and 19,000 warriors in the crossing of the Mediterranean and conquering Ceuta, an important target in the reconquest process. Since at that time law forbade direct commercial activities with the Moors, this conquest was only justifiable as a bold military expedition. The Moroccan coast was since the 8th century the bridgehead where the Muslim Military and pirates departed on expeditions against the Iberian Peninsula. The king's third son was Henry (1394-1460), Duke of Viseu and Master of the military Order of Christ. (The caravels' sails bear the cross of this Order.) In 1422 the Master, 'Henry the Navigator', had begun to send ships to explore the end of the ocean world, the 'Bojador Cape'. As a Prince and scholar he was directly involved in the research, design and construction of the new seaworthy ship, the caravel. He pressed the captains of the expeditions to sail farther and farther.

HISTORIOGRAPHY

In 1488 the caravel of Bartolomeu Dias crossed the Cape of Good Hope. The sea gate to the Indian Ocean and to Asia was definitively open, representing a new opportunity for the establishment of a profitable trade with areas previously monopolised by Muslims. From the coast of Africa to China, the explorers found Christians and non-Christians willing to support the new overseas allies and partners in the trade. In 1492 Columbus reached American shores. Eight years later, Pedro Álvares Cabral landed in Santa Cruz, Brazil, as part of the Iberian 'discovery race to India'. The two former adversaries in the Iberian Peninsula, Portugal and Spain, now often met at sea competing for the same goals. This created several conflicts like the Canary and Madeira Islands incidents. Each part justified its position according to international rights (under the framework defined in the 1456 *Bula Inter Caetera* for Portuguese sailors, which was 'conceded' to Prince Henry from Cape Bojador to India) and geographically inaccurate maps (which were kept secret by each party). Columbus always believed that he had reached India and not a new continent, later called America. After several confrontations with Spain, in 1494 the Tordesillas treaty was signed between Portugal, under King John II (1455-1495), and the Spanish monarchs, Isabel and Fernando. This treaty defined more clearly the geographic borders for ocean exploration under the Portuguese or Spanish flags. This treaty was a corner stone that had helped to peacefully define the delimitation of the Iberian cities in Asia, America and Africa.

The 'Padrão', a stone column with the Portuguese coat of arms, was used as reference for explorers and a mark of new borders since cosmography and sea mapping definitions were not as accurate as in modern times.

The King who promoted the final leap converting the Portuguese expansion in an overseas empire was Manuel I (1469-1521), king of Portugal from 1495 to 1521.

King Manuel I was a patron of the arts, sciences, religion and a reformer of the law codes. He was also a military visionary who revolutionised the sea strategy, like the new tactic of avoiding direct boarding of ships, fighting at distance in order to minimise casualties. Many of the nobility opposed the king's decision to explore the maritime route to India, with concerns about lack of human and economic resources for

this endeavour as well as the enormous risks. Many nobles in the court opposed the ocean journey to India, to the evident cost in economic and human resources. However, Manuel I was committed to the sea expansion, a fact that was apparent in the 1498 decision to move the court and palace for the safe high grounds of the city castle to the Tagus river shore, side by side with the shipyards and the storage and workshops facilities (called the Tercenas).

The shipyards and the maritime commerce were now direct neighbours of the court. With the international prestige and the economic success brought by the discovery of the direct way to India by Vasco da Gama, most opposition to the trips diminished and the country, from top to bottom, embraced it with enthusiasm.

With the mapping of the landcoast, winds and sea currents, the way was opened to other European countries, who prized highly the Portuguese maps, which showed for the first time a scientific and more accurate vision of the world. An example of contemporary espionage for navigations maps is the 1502 Cantino planisphere, obtained illegally by Alberto Cantino from Portugal by the Duke of Ferrara. Since the late 1480s spies were sent to learn about the trade in India, Africa, and the Middle East, like Pero da Covilhã



King Manuel I
(1469-1521).

HISTORIOGRAFIA

and Afonso de Paiva, as well some Jewish traders such as Rabi Abraham, to communicate with them. These spies visited faraway places like Cairo, Aden, Sofala, Ethiopia, Zaila and Calicut. Information brought by spies, although with many lacunae and inaccuracies, was critical for success in the field.

THE CHOICE OF DA GAMA FOR THE VOYAGES

Madan (1998) is one of the more complete narrations in English on the life and voyages of Vasco da Gama.

The choice of the Portuguese of da Gama, was not the choice of one man's performance and skills, namely Vasco's, but of the family and the group or clique that he represents. Vasco da Gama was born in 1460 in the coastal village of Sines. His father was mayor-governor of Sines and knight of the king and member of the military order of Santiago. He learned the physics, geometry, mathematics, languages and skills in the art of war in the Order of Santiago, whose grand-master was Prince John, the future king John II. In this period military virtues can be easily be tested in the common conflicts with the neighbouring polities, either Muslim or Christian. Following orders of King John II, in 1492 Vasco proved his maritime skills by capturing French ships in retaliation for French pirate attacks on the Portuguese coast.

After the death of King John II, the successor, King Manuel, choice was Vasco, as a way to please both nobility parties in favour and against the king's maritime project. In July 1497 Vasco da Gama departed to India in four ships, two naus (carracks) a caravel and a smaller supply ship, with an estimated crew of 160 to 170 men.

The caracks were named after the three archangels in the Bible: Gabriel, Raphael and Michael. The flagship, *S. Gabriel*, commanded by da Gama, was a 120-ton carrack built of wood from the king's forest in Leiria. This three-masted vessel was 110 foot (33 metres) long. The main mast used square sails, with a mizzen triangular sail in the rear castle. The ship carried 20 guns. Later ships would increase in size, tonnage and crew capacity. The *São Rafael* carack was commanded by Paula da Gama, brother of Vasco.

After crossing the South Africa coastal divide of the Atlantic and Indian Ocean, the rest of the voyage

was in seas and ports mostly controlled by Muslims, a few welcoming them, but most strongly opposed to the newcomers, who would compete not only in commerce but challenge their religious authority, which often prompted for the call of Jihad. Da Gama was extremely prudent about ambushes that could easily destroy his small force. This first trip was mainly an exploratory trip to find the way to the spice cities in India, particularly Calicut, and to look for Christian allies in the Cruzades-Jihad efforts, that had the ultimate objective to liberate the Holy Land, Israel, from Muslim control. Vasco survived several ambush attempts in East Africa and with the help of the friendly ruler of Malindi (Kenya) and local pilots, reached Calicut on 20 May. In Malindi Vasco met Indian traders, who, when they saw the image of Holy Mary with the child Jesus, prostrated themselves on the ground and shouted what Vasco's man understood to be 'Christ, Christ', probably confusing this with the sound of 'Khrisna. Khrisna' and leading them to believe that Calicut and its ruler were Christians.

Da Gama, like Zheng He, wanted to implement an enfeoffment relationship with local polities. This Portuguese version of a tributary system was called *vassalagem*, the feudal vassallage tradition of a local ruler to a king.

The gifts of textiles, some metal artwork, and sweet products like sugar and honey brought by da Gama to the Zamorin, the Hindu ruler of Calicut, were ridiculous considering the enormous wealth of the city.

The proposal for friendship and alliance with the far away Portuguese king was also not attractive, when considering that the Zamoring had more powerful local allies; the Arab and local Muslim community, the Mappila, that practically controlled the sea trade. However, the Portuguese were initially welcomed by the Zamorin as well by Chinese traders, who saw Portugal as a potential new partner and alternative to the Arab-Mappilas control. Here da Gama heard about some white men dressed in metal, that came a long time ago in large ships, Vasco thought they may be Germans or Russians. Chang (1997) mentions these white men with metal armour and in large ships were not German or Russians but part of the Chinese Ming fleet led by Zheng He.

Vasco da Gama, in the mid-16th century *Lendas da Índia* by Gaspar Correia.



DOM VASCO DAGAMA

HISTORIOGRAFIA

The misunderstandings in Calicut ended in a conflict with the Muslim traders trying to annihilate the Portuguese, who nevertheless being in the minority managed to escape on 29 August. Vasco returned, losing most of his crew to scurvy, with the death of his older brother in Azores during the return trip, and having to abandon ships like the *S. Rafael* due to lack of crew, reaching Lisbon in September 1499 in a small caravel from the Azores.

Although the trip did not achieve the diplomatic objectives, it nevertheless achieved the main objective which was to discover the maritime way to India and the way trade was done in the region. Vasco's ships brought spices that largely compensated for the investments in the voyage. The second trip was led by Pedro Álvares Cabral, ordered to establish relations with the Zamorin, believing that he was a heretic Christian and opposed the Muslim control. Cabral was an impulsive and violent leader who created more enemies than allies in India and lost most of the ships. Nevertheless it is to his credit to have been 'officially' discovered, or rediscovered, Brazil with friendly Indians, leaving two *degradados*¹⁷ to explore the place. Cabral's expedition with 13 ships tried to repair relations and implement a *feitoria*¹⁸ (trade post) in Calicut. Cabral's mission in Calicut was also a failure; after 70 Portuguese were killed by a Muslim revolt, he ordered a bombardment of the city and destroyed the Muslim ships. In coming to Cochin (or Kochi), a port competing with Calicut, Cabral was well received. Cochin would remain the oldest ally of the Portuguese in India. Later Cananor and Quilon would offer their trading ports for Portuguese trading, starting a network of cities and settlements in India.

GAMA SECOND TRIP, A REVENGEFUL RETURN

Da Gama was sent again in 1502 to India, this time with 800 soldiers, in 10 large ships, and Vicente Sodré, uncle of da Gama, in command of five caravels. Five smaller ships would follow under the command of Estevam da Gama, a cousin of Vasco. His other maternal uncle, Brás Sodré, was also in the fleet. Here we see the link of nobility and the familiar connections.

After submitting and ordering the Sultan of Kilwa to pay tribute, da Gama engaged in corsair activities. Monteiro (2009) mentions the incident

with the great ship *Miri*, a military and cargo carrack, belonging to the Sultan of Cairo, bringing many rich moors from Calicut on a pilgrimage to Mecca. The *Miri* had 260 men, crew and soldiers. After an artillery duel, the *Miri* started to sink slowly. Only a few children were rescued from the ship; da Gama decided that there would be no prisoners. After pillaging the ship, the moors struggled and overcame the Portuguese on board, who had to withdraw to their ships. The next day the *Miri* was set on fire and sunk with the loss of lives on board. This act of cruelty and revenge against the Arab and Mappila traders, even against the advice of his own men, marks the second trip of da Gama as a revenge journey for repairing the failure and humiliations from previous trips, far exceeding the king's orders. Da Gama blockaded the Calicut sea trade, making an effective economic embargo against Cairo-Venetian traders. Da Gama asked for compensation for the treatment of the Portuguese during Cabral's expedition. The Zamorin was ready for the treaty to establish a Portuguese factory in Calicut but da Gama demanded also the expulsion of the hostile Muslim community, a petition that could not be accepted without damaging the trade. Da Gama's ships survived two traps for capturing his ships. Calicut was bombarded for two days and ships were captured. War was declared and the Zamorin fleet was assembled and ordered to intercept and destroy the Portuguese in their loading harbour. Da Gama was informed of the threat that outnumbered him in the number of ships and men. On the return trip from the harbour of Cochin and Cananor, loaded with spices, da Gama was intercepted 1 February near Calicut. Guilmartin (2002) narrated the Arab and Zamorin cooperation in organising a fleet of two squadrons composed of ten Red Sea Egyptian dhows and 60 Indian prahus (the *paraus* in Portuguese sources). Da Gama avoided boarding tactics in order to fight at a distance, keeping the enemy at bay, by navigating in line, with the lighter caravels on the front and the loaded carracks at the back. Here is probably the first time in history that a line formation of the fleet is used opposed to concentration on rows inspired in land formation, like was the case of the battles of Lepanto and Invencible Armada. Portuguese fleet also used the innovation technique to fire the canons '*ao lume da água*', near the waterline, making the stone balls bouncing on the water, reaching farther and accurately enemy's targets. Other innovation in local combat, later improve by

HISTORIOGRAPHY

Albuquerque marines, was to keep a sequential and continuous line of fire, avoiding the tradition to fire all guns at the same time then waiting for recharging. The large number of the Portuguese small breech loading guns allowed a higher sequence of fire than the larger muzzle loading guns of their enemies, creating a devastating effect at short range.

The caravels, like light cavalry, with a crew of approximately 30 men could fire four heavy guns under deck and six falcons of light artillery. The tall carracks carried six large guns and several light swivel guns on deck. At this time the Portuguese were the best navigators and navy, with a crew spending years at sea. In the artillery duel several Arab and Zamorin ships were sunk without Portuguese losses. Mameluc Egypt would organise a fleet and would defeat the Portuguese squadron in 1508 in Chaul, but would lose the next combat in Diu. The caravels' mission under the Sodré brothers was to protect the factories of Cochin and Cananor, and have corsair activities in the ships from the Red Sea. The political and military instability in India, with different polities fighting among themselves, had a strong appeal to corsair activities, that according to Pelucia (2010), led many Portuguese and other Europeans to corsair and pirate activities, particularly in the early 17th century; curiously, a phenomenon also affecting some overseas Chinese communities. However, with the greed of getting more personal

profit, the Sodré brothers engaged in corsair activities against the Red Sea trade, leaving Cochin and Cananor unprotected from the powerful land army of the Zamorin that attacked Cochin with 50,000 men against the 5,000 defenders.

The Sodré brothers' action was much criticised in the court. Da Gama's, who although with the title of Admiral of the Fleet was ostracised for 20 years, saw now a new opportunity for returning to India and clean his name from his enemies critics.

GAMA THIRD TRIP: REDEMPTION

The third and last trip of da Gama to India, was in part a consequence of Gama's threat to the court to leave Portugal and dedicate himself to the service of Spain, as did Ferdinand Magellan, who led an expedition to the Spice islands in 1521, in a period when the new Portuguese King John III took the crown. The mission of da Gama now was to put order in the mismanagement and corruption of Duarte the Menezes' governorship of 'Portuguese India'. There were two different approaches and practical proceedings of the leaders of the government in India; the one that implemented the court monopoly and control of the trade, and the other that indulged in self-service trade and corsair activities, a 'liberal' attitude that wanted little intervention from the crown. Since governors, soldiers, and other investors

TABLE III. MAIN TYPE OF PORTUGUESE SHIPS TO INDIA

Type	Characteristics
Nau	A carrack was the largest ship in the fleet, for military transport as well as cargo. Large artillery guns for defense
Caravel	Fast sailing ship for exploration or support activities. Easy to handle with a small crew. Lighter ordinance. Caravels could be of different size and design
Galera, Fusta, Catur	A galley, rowing ship of average 30 oars (3 men per oar) with auxiliary sails, with a central heavy gun. Fusta has 10 oars (1 man per oar). The Catur was the smallest of the type with 6 oars
Galeça	Hybrid ship between a Nau and a Galera (could have 25 oars of 7 men per oar)
Batel	Small rowing boat, sometimes protected by wooden planks for operations under enemy fire
Warship	Mobile platforms for sea war, there were many different types

HISTORIOGRAFIA

in the trade (ship owners, etc, among them Vasco da Gama) could have a share in the trade, there was a strong temptation for greed in the local government as well in the soldiers to serve as mercenaries and corsairs overseas where they could benefit much more than dedicating themselves to rural activities. Camões, the greatest Portuguese poet, cursed the discoveries age as the cause of the country's de-population and ultimately the loss of national independence.

Leaving for India with two of his sons, Estêvão and Paulo, on 9 April with nine large ships and five caravels with 2,500 men, but only 10 ships arrived in India, the others having been lost in storms, reef shipwreck and mutiny. Vasco flagship, *The Santa Catarina do Monte Sinai* was a large carrack 38 metres length, width 13 metres armed with 140 guns, built in Cochin, India a decade before. After arriving in India, now with the title of Viceroy, da Gama arrested Menezes and put order in the governance and trade. He also captured a Muslim ship from Aden, but this time no harm was done. The crusading-Jihad violent spirit changed in the old da Gama. He advised the king to abandon the military operation, the crusade in North Africa, and focus on the Indian trade. He imposed a system to navigate with a permit, the 'Carta', to implement the sea trade monopoly. The small size of Portuguese ships paid off, leading the nation to a race to Asia, then to South America and Africa, depopulating the country, but creating many settlements overseas with populations now counted in millions, forming the Portuguese Commonwealth of Nations.

Teixeira (2008) illustrated in the period of King Manuel rule (1495-1521), the building of sixteen fortified settlements in the Indian and Pacific Ocean, from the coast of East Africa to Indonesia Archipelago that survived by the proved formula of building fortifications in strategic points with the support of the fleet.

Da Gama died on 24 December in Cochin, India, aged 64 years. Muslim potentates reacted to the Portuguese presence, from the Mamluk Sultana in Cairo to the rulers of the Ottoman Empire and the Moguls of India. However, the Portuguese would only be dislodged, in some places, by their European Dutch or British rivals, leaving the last outpost in India after 1960s independence movements, and Macao-China in 1999 after peaceful negotiations, been the first European nation to arrive to Asia and the last to leave.

CONSEQUENCES OF DA GAMA OPENING THE SEAWAY TO INDIA

Da Gama's discovery opened the way for western countries to India and China, breaking the isolation of centuries of several countries. In Malacca the Portuguese started the quest for friendship with China, and after a long period of difficulties managed to reach an agreement for renting a place on the coast of China, known as Macao. The process of trading, culture and politics was a progressive one by trial and error. The monopoly of the crown gave way to East Indies companies and during the Industrial Revolution, to a colonisation process.

Another consequence of the age of discoveries, was feudal Portugal literally moving to the sea, not only represented in the floating castles of the *naus* (Portuguese man of war), but also in the stone keeps, like the Belem tower that was built in the middle of the Tagus River on the shores of Lisbon. Copycats of these medieval towers with small artillery ordnance were built in Portuguese overseas settlements, to protect the *feitorias*, that were fortified maritime outposts. The medieval tower (Macao also had one in Monte Fort, as archeological remains and documents show), was progressively replaced by a more efficient system of bastions, trenches and ramparts, that provided a more effective defense against the growing power of cannons.

Da Gama, like Columbus, was pursuing a misconception, in fact an error. Columbus reached a new continent believing he had reached India. Da Gama believed Indians were Christians and potential allies against the powerful Muslim countries.

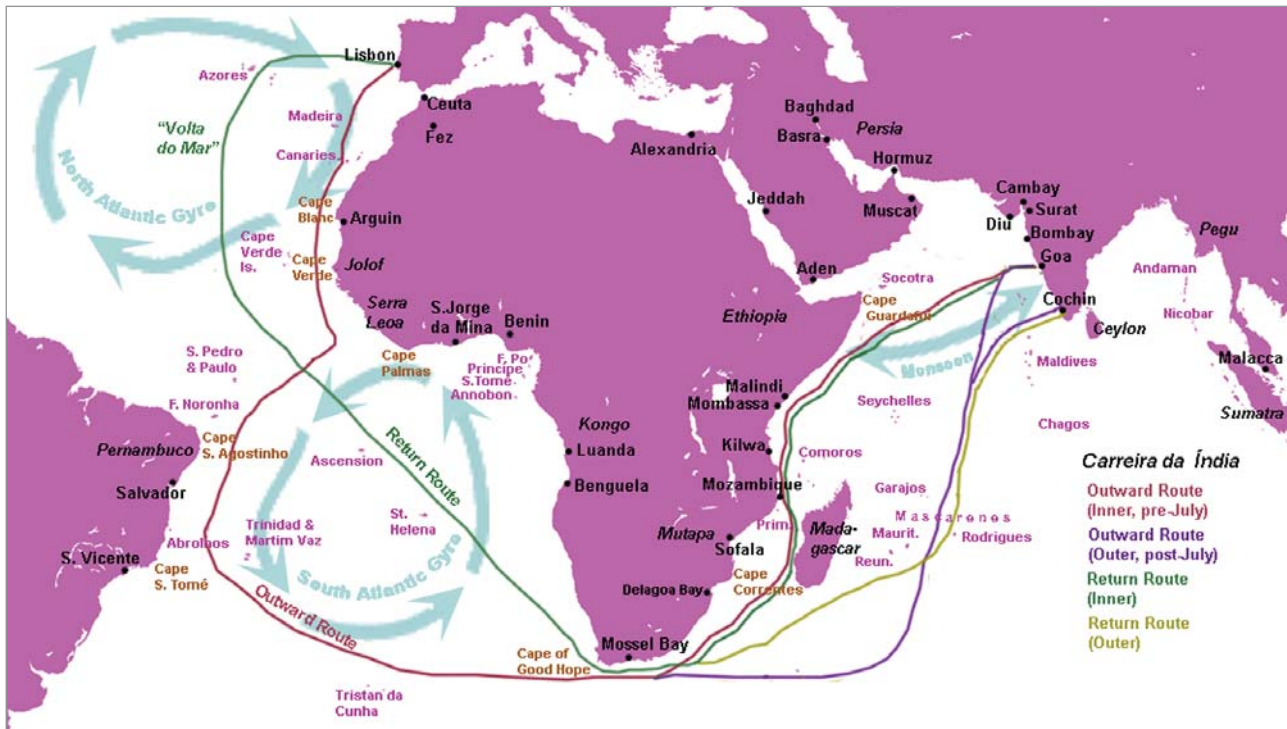
CONCLUSION

Zheng He and da Gama gave contributions not only to maritime development, but also helped the first direct contact and globalisation in history. Both men made a deep impression in the history and culture of China and Portugal, each one with navies proportional to the nation's size, and with contemporary technology, the top of the line respectively in Asia and Europe.

These are some common features of the Portuguese and Chinese voyages:

- Initial internal opposition to the voyages
- Implemented state monopoly in maritime trade
- Very profitable economic return

HISTORIOGRAPHY



Map of Portuguese 'Carreira da Índia' (http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Map_of_Portuguese_Carreira_da_India.gif).

- Imperialist perspective and search for international recognition and prestige
- Overseas power-playing, legitimising or removing foreign rulers
- Opening new ways of sea trade to distant countries
- Cultural presence and science/technological exchange
- Ethnic mixing
- Inspiration for the future

These are some of the differences:

- In China the internal opposition was continued by the Confucian-inspired administration that managed to cancel the voyages. In Portugal the initial opposition was overcome, receiving popular support from all levels of society (aristocracy, clergy, traders, commoners).
- Closure of trade, focus on internal affairs and military threats from the north that could challenge dynastic rule. It was decided to abandon the maritime expeditions to the South, and reinforce the defenses in the North provided by the Great Wall. However the lack of resources, Portugal decided to favour sea trade, abandoning unprofitable positions in North Africa and focusing on the route to Asia.

- The imposition of restrictive measures in China overseas trade *haijin* led to an increase of illegal activities, piracy, and isolation of the country. Portugal's increased exposure and expansion led to contact with people and cultures of different continents.

• Zheng He voyages had reinforced the overseas communities (and some future Chinatowns) with a flourishing trade that made them sustainable without government support. In spite of the efforts, Portuguese settlement in Asia had limited influence in local national cultures, considered always as European, and was in a continuous struggle for economic and political survival.

• China had superior ship technology, with stronger hulls composed of three layers of planks, divided into separate compartments, making them more resistant to sinking. Portugal had better navigation maps and knowledge of East and West seas as a result of decades of research and exploration, a learning that in the long run profited all Europe.

• In the long term China's isolation was forced to end in the mid-19th century by western powers that were technologically more developed and more organised with an efficient economy and administration, starting a painful process of colonisation that lasted a century.

HISTORIOGRAFIA

• Although very different in many aspects, Macao was the first place in Asia where Chinese and European culture met and interacted in a peaceful way, a good sign for the future.

Both countries have a long coast and long maritime tradition. Although China often preferred to focus on the country alone, ostracising overseas ventures, Zheng He's voyages show the importance and capability of China as a maritime nation, a factor that cannot be neglected in a globalised world. Maritime expeditions and trade help spread Chinese culture to several Asian countries, contributing to multi-ethnic and multicultural societies.

The commemoration of 500 years of Portuguese-Chinese relations in 2013 is a unique opportunity for East and West comparative history. Zheng He and Vasco da Gama are related in the way they helped connect the world.

The idea for this study by eastern and western researchers came about during a class on inter-social and cultural studies, after several students presentations had shown the need to re-access from different cultures

and historical backgrounds the contribution of different cultures to similar events.

Comparative history research has the enormous benefit of bringing learning from the past to the international audience. Heroes from the past are not angels or demons, but people like us. Finally, this essay provides a small and limited analysis, hoping more will follow, on the parallel journeys of nations, like the ones by the greatest and most ancient nation in the East, China, and a small country in Western Europe, Portugal. They started a community journey to the seas that led to meeting and discovering each other. In a 500 years period, a unique relationship of cooperation and tolerance was developed, influenced by the living side-by-side of Chinese and Portuguese communities, apparent in the existence of Macao, recognised by UNESCO as part of the World Heritage. **RC**

Author's Note: I would like to thank to Professor Ian Chaplin, University of Macau, for the revision and advice and to Professor Paulo Pinto, Catholic University of Portugal, for his insight and suggestions on da Gama's relationship with the court.

NOTES

- 1 Sima Qian (ca. 145 or 135 BC – 86 BC). A Han court official who was castrated as a less honorable alternative to death penalty after writing the first chronicle annals of Chinese history, relating true facts that were unpleasant to the rulers.
- 2 There is a statue of Zhen He at the grand Dajue Temple in the City District of Semarang. 10 Kilometers away are the Sam Po cave with the portrait of Zheng He. In Semarang muslims also praise Zheng He for helping spreading Islam as mention by Bin, Lin at Zheng He's Voyages Down the Western Seas. China Intercontinental press. 2005. P 65
- 3 From the romance version written during the Ming Dynasty.
- 4 Reference from http://en.wikipedia.org/wiki/Sima_Qian.
- 5 In 1277, the city of Fuzhou was captured by the Mongols. The leading Song General, Zhang Shijie 张世杰 wanted to use Quanzhou, an important port of the Song for organising a navy. For this he asked the help of the powerful Muslim Merchant Pu Shougeng 蒲寿庚 who, became wealthy through the trade with Southeast Asia (Champa Brunei) and was in charge of the Song Maritime Trade Office. He refused the request from help of the Song. Nevertheless Song General Zhang confiscated the boats and fled with the court. Pu Shougeng retaliated by killing an Imperial clan member and officials left in the city, and surrendering to the Mongols, who used Quanzhou as a navy base, helping in the collapse of the Song.
- 6 Zheng was born in Fujian, came to Macao and was baptised Catholic with the name Nicolas Gaspar. He spoke Portuguese and worked as translator for the peace negotiations with the Dutch. His son from a

- Japanese woman in Nagasaki, Zheng Chenggong 郑成功 is known in the west as Koxinga.
- 7 Zvi Ben-Dor Benite is a prolific writer on Islam in China. With several articles like 'The Marrano Emperor: The Mysterious, Intimate, bond between Zhu Yuanzhang and his Muslims' demystify the bold claims that the first Ming Emperor was a 'Marrano' (hidden Muslim); 'Follow the white camel: Islam in China to 1800' in The New Cambridge History of Islam. Here he describes how one third of the superintendents of Fujian ports were Muslims. <http://nyu.academia.edu/zvi>
- 8 The enfefment system is not new in China, but was greatly promoted during the Yuan dynasty, as feudalism was in the very base of the tribal system of Mongol tribes. Its differences from European feudalism are rooted in the nomadic character of the Mongols.
- 9 This was the British battleship of the line, 74 guns.
- 10 [http://en.wikipedia.org/wiki/Thomas_W._Lawson_\(ship\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Thomas_W._Lawson_(ship)).
- 11 From the documentary "Emperor of the Seas" by Discovery Channel. Film produced by Bang, Singapore
- 12 Geoff Wade mentions the demand from Si Lunfa ruler of the Thai Mao polity (Burma-Yunnan) of Lu-chuan/Ping-mian to provide for the Ming, 15,000 horses, 500 elephants and 30,000 attle, as well large amounts of silver. The use of force can be applied if the demands are not corresponded.
- 13 Pacem was occupied by the Portuguese in 1521, a consequence of the conquest of Malacca.
- 14 <http://www.epress.nus.edu.sg/msl/polities.html>, entry on Old Port.

HISTORIOGRAPHY

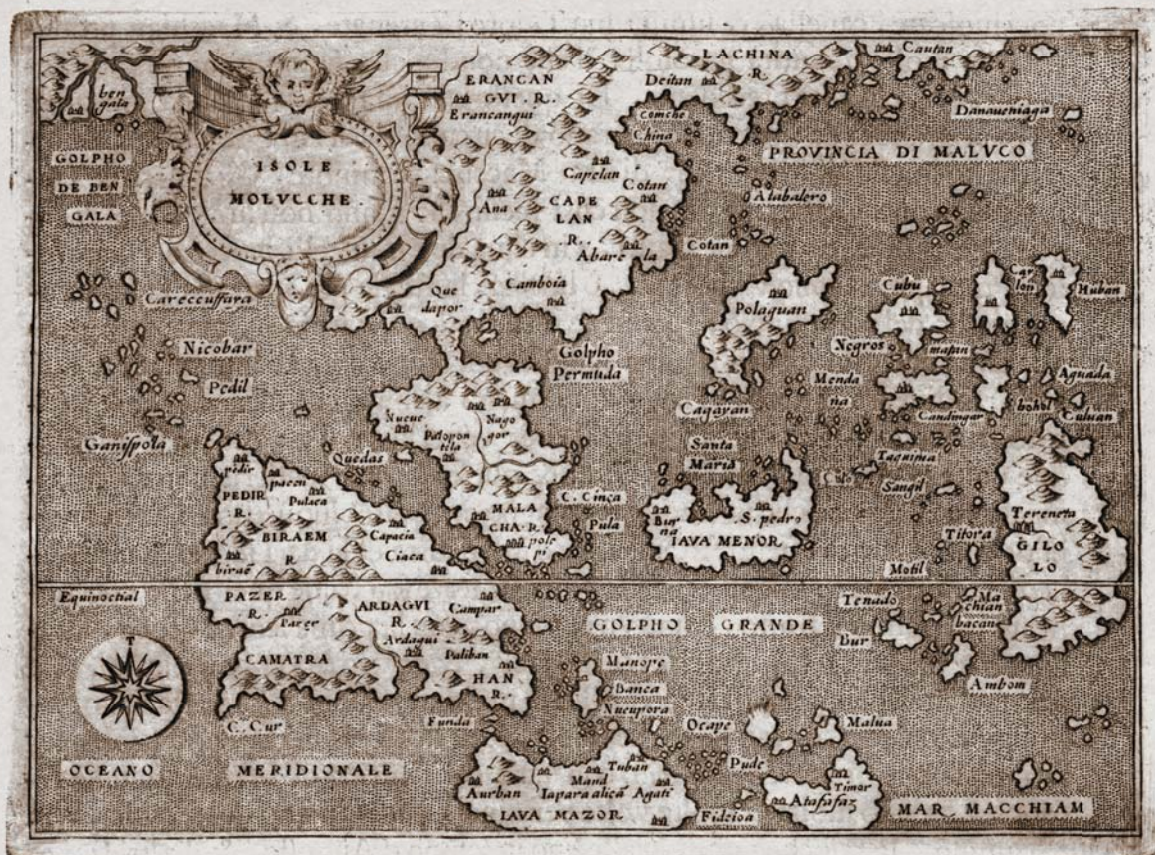
- 15 Geoff Wade mentions that the Old Port was recognised as a 'Pacification Superintendency', designating a polity ruled by non-Chinese on the Chinese borders.
- 16 Based on the table of the trips in Wikipidea on Zheng He and on *Maritime Silk Road* edited by Li Qingxin.
- 18 *Degradados* is the word for degraded men, people condemned to jail, but replacing their penance by participating the voyage dangerous mission. Banished criminals were often used in Portuguese maritime expeditions, and Australia was a target for sending these men far away. In China during the Han dynasty many *degradados* were used in the front line position in conflict or in war regions.
- 19 The *feitorias* in Portuguese India were fortified storage and shop area.

BIBLIOGRAPHY

- Albion, Robert. *Forests and Sea Power: The Timber Problem of the Royal Navy, 1652-1862*. Cambridge: Harvard University Press, 1926.
- Benite, Zvi Ben-Dor. *The Dao of Muhammad: a Cultural History of Muslims in Late Imperial China*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.
- Bentley, Jerry H.; Ziegler, Herbert. *Traditions and Encounters: A Global Perspective on the Past*. New York: McGraw-Hill, 2007, p. 586.
- Bin, Lin (ed.). *Zheng He's Voyages: Down the Western Seas*. Beijing: China Intercontinental Press, 2005.
- Bin Yang. *Between Winds and Clouds: The Making of Yunnan (Second Century BCE- Twentieth Century CE)*. New York: Columbia University Press, 2009.
- Carrol, Warren H. *The Founding of Christendom: A History of Christendom*. Front Royal, VA: Christendom College Press, 2004.
- Church, Sally. 'Zheng He: An Investigation into the Plausibility of 450-ft Treasure Ships'. *Monumenta Serica*, vol. 53, 2005.
- Delgado, James. *Kublai Khan Lost Fleet: In Search of a Legendary Armada*. Berkeley: University of California Press, 2009.
- Finlay, Robert. 'Portuguese and Chinese Maritime Imperialism: Camões's *Lusiads* and Luo Maodeng's *Voyage of the San Bao Eunuch*'. *Comparative Studies in Society and History*, vol. 34, no. 2 (1992), pp. 225-241.
- Guilmartin, John F. *Galleons and Galleys*. London: Cassel & Co, 2002.
- Hofstede, Geert and Gert, Jan Hofstede. *Cultures and Organizations: Software of the Mind*. New York: McGraw Hill, 2005.
- Jung-pang Lo. *China as a Sea Power 1127-1368. A Preliminary Survey of the Maritime Expansion and Naval Exploits of the Chinese People during the Southern Song and Yuan Periods*. Edited and with commentaries by Bruce A. Elleman. Hong Kong: Hong Kong University Press and National University of Singapore, 2012.
- Madan, K.D. *Life and Travels of Vasco da Gama*. New Delhi: Asian Educational Services, 1998.
- Martins, Miguel Gomes. *A Vitória do Quarto Cavaleiro: O Cerco de Lisboa de 1384*. Lisboa: Editora Prefácio, 2006.
- Monteiro, Saturnino. *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol. 1, *Poder Naval à Escala Planetária 1139-1521*. Lisbon: Sá da Costa, 2009.
- Pelúcia, Alexandra. *Corsários e Piratas Portugueses. Aventureiros nos Mares da Ásia*. Lisbon: A Esfera dos Livros, 2010.
- Qingxin Li. *Maritime Silk Road*. Beijing: China Intercontinental Press, 2006.
- Schottenhammer, Angela (ed.). *The East Asian 'Mediterranean': Maritime Crossroads of Culture Commerce and Human Migration*. (East Asia Maritime History 6). Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2009.
- Teixeira, André. *Fortalezas do Estado Português da Índia. Arquitectura Militar na Construção do Império de D. Manuel I*. Lisboa: Tribuna da História, 2008.
- Tien-Tsê Chang. *O Comércio Sino-Português entre 1514 e 1644. Uma Síntese de Fontes Portuguesas e Chinesas*. Macao: Instituto Português do Oriente, 1997, pp. 69-78.
- Wade, Geoff. 'Ming China and Southeast Asia in the 15th Century: A Reappraisal'. Singapore: Asia Research Institute. National University of Singapore, 2004. http://www.ari.nus.edu.sg/docs/wps/wps04_028.pdf.
- . 'Ming Colonial Armies in Southeast Asia'. In *The Armed Leviathan: Colonial Armies in Southeast Asia*, edited by Karl Hack and Tobias Retting. London: Routledge, 2004.



DESCRITTIONE DELL'ISOLE MOLVCHE.



L quel mare così vasto dell'Indie Occidentali, che da Ferdinando Magaglianes con tanto rischio & valore fu solcato l'anno MDXIX, cominciando dal capo di San Vincentio, che è lontano dall'Equinottiale xxxvii gradi, & passando fra Capo verde d'Africa & l'Isole, che gli sono all'incontro, lontane xiiii gradi & mezzo dall'Equinottiale, & indi nauigando a uista della costa di Guinea dell'Ethiopia, ou'è la montagna di Serra Liona, otto gradi sopra la linea, & appresso passando detta Linea dell'Equinottiale; là doue gli Spagnuoli dal numero grande delle Isole chiamarono Arcipelago, pieno (come dicono di 7448. Isole; son poste drittamente a Ponēte le Molucche, Isole tanto presso noi famose, & per la copia grande delle Speriarie, che ci mandano, hauute in consideratione. Queste in tutto son cinque, Tarenate, Tidore, Mutir, Macchian, e Bacchian: benchè in questi nomi trouo qualche alteratione, così presso color c'hanno scrit

Sultans, Rajas, *Sangaji* and *Khimalaha* Culture and Power in the Maluku Islands According to the Early Portuguese and Spanish Sources

MANUEL LOBATO*

INTRODUCTION

The opening of the Maluku Archipelago to the outside world started in a very remote distant. Javanese, Chinese and Malay influences preceded the arrival of Europeans, i.e., the Portuguese and the Spaniards, which occurred in 1512 and 1521 respectively. It is consensual that the Iberians created a political rupture and brought intense and profound transformation to different areas of the natives' lives which had left traces in the historical sources.

It is surprising the abundance of narrative and primary sources dealing with Maluku despite its peripheral location. This can be explained by a combination of different reasons. The primary one concerns the island's location in the border zone between the Spanish and the Portuguese empires which was intensely disputed by both Iberian crowns until the late 1560s. The administrations of both empires felt the need to publicise their activities and achievements in the region as a means to assert their ownership rights

in the so-called 'Question of the Moluccas', which, contrary to what is usually assumed, was not entirely solved by the 1529 Treaty of Zaragoza. From New Spain, the Spaniards continued to send expeditions to the Spice Islands during a few decades until they finally settled in the Philippines. The 'Question of the Moluccas', triggered by the circumnavigation of the Magellan-Delcano fleet, was continually a motive for dispute while the 1494 Treaty of Tordesillas omitted a bordering line in the antipodes corresponding to the Atlantic partition. Given the inability to accurately determine the location of the anti-meridian separating the Portuguese and the Spanish overseas spheres of influence, this dispute eventually provided the 'Spice Islands' a certain notoriety in some learned European circles.

Paradoxically, the remoteness of these islands seems to have contributed to Maluku's fame. The islands were visited by a large number of merchants, missionaries and agents of both the Portuguese and the Spanish crowns. Moved by either itinerant or travelogue reasons, some of the Portuguese visitors decided to write about Maluku as a region requiring a longer time to be reached sailing from Goa than the time elapsed to accomplish the ordinary route from Goa to Lisbon by the Cape of the Good Hope.² There was thus an additional incentive to write about regions that only a few people had the opportunity to visit.

* Titular Researcher at the Portuguese Institute for Tropical Research (IICT); vice-director of the IICT's Center of History (HIST); Lecturer at the Institute of Oriental Studies of the Catholic University of Portugal (Lisbon). Author of four books and more than fifty papers on the history of the Portuguese presence in Mozambique and the Eastern African Coast, India and the Malay-Indonesian Archipelago during the Early Modern Age.

Investigador Auxiliar com nomeação definitiva do Instituto de Investigação Científica Tropical; vice-director do seu Centro de História. Lecciona no Instituto de Estudos Orientais da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa. Publicou quatro livros e mais de cinquenta artigos sobre a história da presença portuguesa em Moçambique, Índia e arquipélago malaio-indonésio nos primórdios da Idade Moderna.

'Isle Molucche', from Thomaso Porcacchi's, *L'isole piu famose del mondo* (Venice, 1576?).

HISTORIOGRAFIA

However, the Portuguese travelling literature cannot be equated quantitatively and qualitatively to the English, Dutch, French, Italian, and even the Spanish travelogue production. Unlike the Portuguese, the Spaniards used to report their expeditionary maritime enterprises extensively and exhaustively: each officer was required to make a detailed report on every relevant fact either on board or on land, which resulted in a number of sailing journals or accounts for each expedition and even for a single sailing journey. The most significant example for our purposes is the striking contrast between the only known account of the first voyage of Vasco da Gama against the 36 different narratives of the circumnavigation of the globe by Magellan-Delcano, an expedition primarily headed to the Maluku Islands. The most comprehensive of such accounts was written by the Italian Antonio Pigafetta, who joined the fleet as a mere 17-year-old unskilled *criado* or *sobresaliente*.³

PORTUGUESE, SPANISH AND MISSIONARY SOURCES

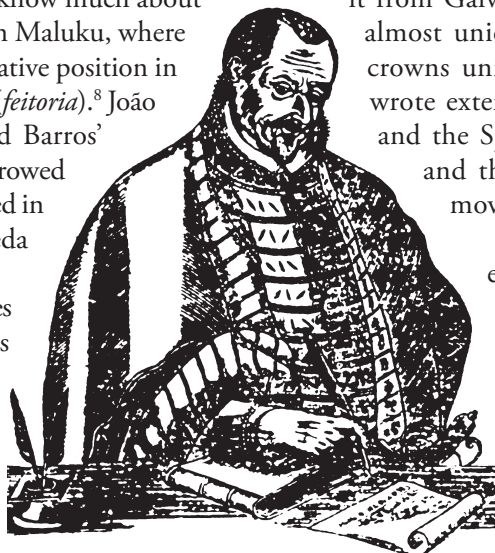
Some of the best histories, however, came from the pen of writers such as João de Barros who certainly did not visit Asia.⁴ Some other major chroniclers, such as Gaspar Correia or Diogo do Couto,⁵ only sailed to India or Melaka. The *Historia* by Fernão Lopes de Castanheda is undoubtedly the best source book dealing with Maluku among the general chronicles concerning the Portuguese in Asia.⁶ He is also the most reputed Portuguese author who ever visited the Maluku Islands. Unfortunately we do not know much about his Asian career⁷ and his sojourn in Maluku, where he possibly occupied an administrative position in the fort or in the local trading post (*feitoria*).⁸ João Baptista Lavanha, who published Barros' fourth and unfinished *Década*, borrowed several chapters on Maluku included in bk. II and bk. VII from Castanheda and Couto.⁹

In addition to the missionaries who worked in Maluku, like Francis Xavier, the founder of the Jesuit mission in those islands, there are some other authors who visited and stopped there for a few years or even for most

of their lives. However, texts on Maluku written by merchants during the 16th century have not been found so far. All laic authors were military or administrative officials: captains of fortresses and ships, clerks, accountants, etc., most of them of aristocratic descent and having had a fairly good education, though all of them also traded in spices.

Besides the chapters on Maluku included in the general chronicles, there are several other histories focusing specifically on these islands. The most widely known and often quoted was written by António Galvão (c.1490-1557), captain of the Portuguese fortress in Ternate from 1536 to 1539, an author who achieved wide recognition in Portugal and abroad. Son of Duarte Galvão, the most significant imperial ideologist in the service of King Manuel (r.1495-1521), António Galvão is the author of the famous *Tratado dos Descobrimentos*,¹⁰ a major source for Diogo do Couto's *Década Quarta*.¹¹ Another importante writing of Galvão is *A Treatise on the Moluccas Islands*. This text remained supposedly lost until the Jesuit Hubert Jacobs ascribed it to Galvão and published it in the early 1970s along with a profusely annotated English translation from an anonymous copy existing in the *Archivo General de Indias*. It is an unfinished manuscript with the Spanish title *Descripción de las Islas del Maluco y de las Costumbres de sus Indios*¹² with a preamble in the same language. According to the editor,¹³ the Portuguese text could be a draft obtained by the Spanish cosmographer Alonso de Santa Cruz during a short visit to Lisbon in 1545, not discarding the possibility that Santa Cruz obtained it from Galvão himself.¹⁴ The author offers an almost unique example, prior to the Iberian crowns union in 1581, of a chronicler who wrote extensively about both the Portuguese and the Spanish navigations in the Atlantic and the Asian seas 'as part of the same movement'.¹⁵

Another chronicler focusing exclusively on the Maluku islands, though lesser known than the previous one, is Gabriel Rebelo, who was a *casado* in Ternate, where he held several public positions, as interim keeper of the local fortress (*alcaide*), factor (*feitor*, who had similar functions to a Spanish



HISTORIOGRAPHY

contador or accountant), and clerk of the Judicial Court and Public House. He wrote the *Informaçam das Cousas de Maluco* known in two different autographed versions written in 1561 and 1569, both dedicated to the viceroy Constantino de Bragança (1558-1561).¹⁶ Rebelo was an enquiring personality who climbed Mount Gamalama (1715 m), the volcano of Ternate, making observations and measurements in its crater by using fishing lines.¹⁷ In his history he also provides extensive ethnographic and political information on major Malukan kingdoms. In his *Década Quarta*, Diogo do Couto used Rebelo—whom he excels as a remarkable person and a natural philosopher—to compose most of his description of the Luso-Castilian rivalry in Maluku, reproducing *verbatim* Rebelo's abbreviated version of the Treaty of Saragoça (1529).¹⁸ Written in 1569, the *Informaçam* by Gabriel Rebelo narrates a complete cycle in the history of Maluku, as the great sultan Hairun would be murdered in the following year by the Portuguese captain of Ternate, Diogo Lopes de Mesquita,



opening a lasting period of major difficulties to the Portuguese that they would never overcome without Spanish assistance after 1582.

Another prominent author, who lived for some years in the Maluku, is the humanist Duarte de Resende, a learned Latinist and a 'student of geography and of the things concerning to the sea', according to João de Barros, who was his cousin and to whom Barros dedicated his *Ropica Pnema*.¹⁹ He was captain of several ships in the sea-route linking Melaka to Maluku and also an accountant in Ternate, a position he served under the command of António de Brito, the first Portuguese governor and founder of the

Fernão Lopes de Castanheda's *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*.



CONQVISTA DE LAS

ISLAS MALVCAS
ALREY FELIPE III.^O N. S.
Escrita por el Licen.^{do} Bartolome
Leonardo de Argensola capellan
de la Magestad de la Emperatriz
y Retor de Villahermosa.



HISTORIOGRAPHY

local fortress.²⁰ Based on documents seized in Tidore aboard the ship *Trinidad*, Resende wrote a *Tratado* on the voyage of Magellan as referred to by Barros, a text unfortunately lost.²¹ Some other highly learned men and scholars have passed through the Maluku Islands, such as António Pereira Marramaque, Captain General of the Sea of Maluku and the founder of the first Portuguese fortress in Hitu, in the Ambon Island. Son of a well-known poet of the new Italian style, he preferred, however, to use his literary talents in courtly pleasantries than to write about Asian matters.

Some 16th and 17th Portuguese chroniclers, while having witnessed the events they described, remained in the shadow of anonymity, such as the author of the chronicle known as *Capitania de Amboino*,²² sometimes erroneously ascribed to the official chronicler and guardian of the royal archives in Goa, António Bocarro.²³ To some extent, the major works by Galvão and Rebelo and the anonymous *Capitania de Amboino* form a quite perfect sequence: Galvão describes the Iberian interference in Maluku until the end of his governance, in 1539; Rebelo only goes into a detailed account after this precise date, most likely because he was aware of both Spanish and Portuguese previous accounts; finally, the text of the *Capitania de Amboino* brings the narrative to 1579 in the early days of Sancho de Vasconcelos governing at Ambon.

A text also deserving to be mentioned is the chronicle by António Pinto Pereira on the first government of the viceroy D. Luís de Ataíde (1568-1571), which contains a number of chapters on Maluku up to 1575. It was first printed in Lisbon in 1586, but was only published in 1617, despite some parts having been circulated previously.²⁴

Spanish authors who sojourned in or wrote about Maluku are very important. Inherently relevant, the Spanish writings and documents offer information often omitted in the Portuguese sources and vice-versa. Inter-textual references are usually featured in a number of these texts, some of which enter into dialogue with earlier writers, sometimes polemicising against them. G. Freire, in her unpublished master's thesis dedicated to the texts of Gabriel Rebelo, maintains that, among



Bartolomé Leonardo de Argensola.

other reasons, the text of his second version 'seems to have been designed to refute the disclosure of the same events by Spanish authors'.²⁵ Regardless of the dedication of his text to the viceroy and the extensive accounts on the rivalry between the Portuguese and the Spaniards, Rebelo cannot be included in the series of official chroniclers. He was committed to offer a rather local perspective on Maluku as a man of great experience and authority, who had witnessed some of the events he described and who personally met some of the protagonists he deals with in his account.

Although a few scholars have contended that there is a greater amount of available 16th century information on the Sultanate of Ternate than on Tidore,²⁶ this is only an accurate conclusion regarding the writings of the Portuguese and the Jesuits. Considering the materials held in the Spanish archives, a major part of them remaining unpublished so far,²⁷ a rather different assessment emerges. To some extent, the Spaniards left us probably a greater amount of information on Tidore than the Portuguese did on the Malukan Archipelago as a whole. We have in mind, amidst reports of the expeditions sent from various ports in Spain, Mexico and Peru, and some private and religious chronicles, the rather official *Conquista de las Islas Malucas* by Bartolomé Leonardo de Argensola, published in 1609 and dedicated to the King Philip III.²⁸ The five-year correspondence exchanged between the governor of Maluku, Gerónimo de Silva, who was the head commander of the Spanish forces in Tidore from 1612 to 1617, and several important personalities, including the Sultan of Tidore, Mole Majimu (r.1599-1627),²⁹ should also be noted. Focusing on the military information gathered through the Spanish intelligence in Maluku, most of these letters reflect the political intrigue at the court of Tidore offering a few insights into its internal life, the figures of the Sultan, the crown prince and future sultan, *kaicil* Naro (r.1627-1635), and a few other Tidoran personalities in Soasio, the sultanate court.

Frontispiece of Bartolomé Leonardo de Argensola's *Conquista de las Islas Malucas*, 1609.

HISTORIOGRAFIA

There is a third group of writings formed by the letters and reports of the Jesuit missionaries, mostly written in Portuguese and Spanish. Among these letters the report entitled *Informação da cristandade de Maluco no anno 1588*, by the visiting superior, the Italian Antonio Marta, deserves special mention. This small but invaluable treatise offers a great quality of detailed information and a systematised approach on various aspects of political and cultural life of different North and Central Malukan groups, even on some people far from the immediate areas surrounding the Portuguese settlements and strongholds.³⁰ Most of the Jesuit letters describing the activities of the Maluku's mission were extensively collected and published by Father Hubert Jacobs in the afore-mentioned *Documenta Malucensia*.³¹ Actually, they were primarily written to serve the Jesuit propaganda, once inserted in full or in abridged, shortened, curtailed or paraphrased versions, either in books or pamphlets, in Latin or in other languages,

all to be widely circulated among the learned circles in Europe.

A REPRESENTATION OF THE NATIVE WORLD IN THE IBERIAN SOURCES: VALUE AND LIMITATIONS

In the same way, and despite the fact that the Iberians are counted among the early Europeans to describe the Malay Archipelago, their descriptions of the indigenous realities are generally rather superficial, advancing political, economic or religious principles. Obviously, there are some descriptions of the uses and customs of the indigenous that offer a rather unbiased and uncommitted view. However, by and large, the Portuguese and the Spaniards, too focused on issues most directly affecting them, were only marginally able to nurture a genuine interest in describing the native people as such. Indeed, the nature of the information conveyed by the European sources is only partial, focusing on a small number of islands and islander communities. It is sufficiently clarifying to look for the studies on the evolution of the geographic and cartographical European knowledge of the Malay Archipelago during the 16th and 17th centuries to become aware of how narrowed the European perspective was.³² Fortunately, the Malukan people have not failed to challenge politically and economically the Portuguese settlers and visitors, otherwise they would have been almost missing from the writings available to us.

Because of the very nature of most of these historical sources, we are well-informed about military events, but we know much less about political and social life. Though we can reconstruct essential features of the Malukan social and cultural life from materials recently collected by the anthropologists, we continue to ignore a substantial part of the long-vanished political institutions, as we still do not know much about the social practices related to specific social segments belonging to the elites and the ordinary people.

After some highly documented work accomplished prior to World War II by C. Wessels, the pioneer who wrote the *History of the Mission of Ambon*,³³ and the contribution of the Jesuit



Philip III (1578-1621) King of Spain and Portugal from 1598 until his death.

HISTORIOGRAPHY

scholar Georg Schurhammer,³⁴ the early articles on a 'comprehensive history' of the Portuguese period in Maluku and in the Lesser Sunda Islands from an Asian perspective only appeared in the final 1970s due to the not yet superseded work of the late Paramita A. Abdurachman.³⁵ She highlighted both the cooperative attitude of the local rulers and their strategies *vis-à-vis* the European intrusion, as well as the changes that the political organisation of each state suffered on account of it. Human groups and the ancestral conflict dividing them were also addressed by Abdurachman, based on the Iberian sources. With the tools provided by the anthropology of the Malay-Polynesian peoples, she was the first scholar who explained the success of Islam and the setbacks of Christianity by mapping opposing groups throughout the east Indonesian archipelago. The scope of a genuine political anthropology of social changes according to very particular historical circumstances could be outlined. The author also paid attention to the ecological conditions of each island articulating the dispute on the ownership of exporting food areas and the violent behaviour pattern exhibited by groups from villages located in poor harvesting areas. Defining the relevant issues, Abdurachman and other Indonesian historians, for example Adriaan Lapien and Richard Z. Leirissa, working on the Dutch colonial period, developed a historiographical field of their own for the Modern and Early Modern Age, mostly based on the European sources.³⁶

The Portuguese period in Maluku also attracted the attention of non-Indonesian researchers with sufficient language skills to work directly from the sources. This is the case of the Sinhalese Chandra de Silva, who continued in the English language the studies by V. M. Godinho and L. F. Thomaz on inter-Asian and Asian-European trade in cloves.³⁷ The efforts developed by John Villiers in achieving a partial synthesis also proved to be well-succeeded. In a fine documented series of articles, he provided a general overview of the Portuguese presence in Maluku, Banda and the Lesser Sunda Islands, in the political, religious and economic domains, also drawing a fairly complete picture of the historical regional framework and its evolution throughout the 16th century.³⁸

Finally, Leonard Y. Andaya, sometimes considered 'the historian' of Maluku, followed the method of dismantling cultural assumptions in which the Europeans perceived the Eastern Indonesian realities

and produced their records. In the case of the Iberian nations, and Portugal in particular, he considers a sampling of most representative *items* collected in specialised literature on the Portuguese medieval culture and in the Mediterranean and Arabic influences that the Portuguese would have accommodated. The results of this unconvincing method never did appear and so his effort was rather fruitless. However, the same cannot be said on the way Andaya (re)constructed the Asian cultural realities which, according to his 'cultural' and innovative 'thesis', determines the entire history and the collective experience of the peoples of Maluku from their inception by sharing the belief in the *Bikusigara* myth. This creed provides a supposed 'ideology' concerning the primordial unity of that region, whose roots are believed to be found in the cosmic order. Andaya approaches the myth based in Mircea Eliade, establishing geographical locations corresponding to the upper world and the underworld. So Loloda, in Northwestern Central Halmahera, would be the door to the upper world, while Bacan refers to the limits of the underworld; Jailolo, Ternate and Tidore would represent different aspects of the earthly world. This regional topography would be designed to reaffirm the unity of the archipelago and the dominance of its centre—Ternate—over the entire region.³⁹

Mentioned in early accounts, a version of this myth would probably have been collected on the first hand by members of António de Brito's fleet of 1522, but no reference to it was kept in the records concerning this expedition. It was collected once again between 1536 and 1539 by António Galvão, who recorded it c. 1544 in his above-mentioned *Treatise on Maluku*. As this text remained unpublished until recently, the myth was first released, with minor additions, by João de Barros, who clearly relied on Galvão. However, despite the sacred nature of the founding myths on which Andaya relied, he perhaps exaggerated such influences, as the primordial unity of all the four Malukan kingdoms was not meant to survive to the European interference. Around 1516, the kingdom of Makian, located on the island of the same name, was already occupied and divided between Tidore and Ternate. Thus, as an independent state, this kingdom disappeared when its ruler, Raja Baab Husein (Lebechucem), was banished from the island and sentenced to a humiliating exile, as he declares in a letter to King Manuel.⁴⁰

HISTORIOGRAFIA

Several authors had already mentioned the role played by this myth as a common belief of the peoples of the region. Certainly Andaya suggests that his experience of working with Melanesian societies was a source of inspiration for his theoretical option. The definition of cultural areas was formerly set according to linguistic criteria: people of North Maluku belong to the same Ternatan-Halmaheran linguistic group inhabiting the central-northern part of Halmahera and the adjacent islands. Speaking different variants, linguistically interrelated, to communicate to each other these neighbouring communities had been forced to resort to the Papuan language previously spoken in Ternate as a *lingua franca*, progressively replaced since the 15th century by the Malay language brought from Melaka, the *lingua franca* already spoken at the time in most interregional ports of the Island Southeast Asia. Adriaan Lapien, in particular, finds it curious that three out of four main North Malukan political entities—Ternate, Tidore and Jeilolo—belong to the non-Austronesian group of languages, while the language of Bacan—the fourth political entity—is closely related to the western Malay languages belonging to the Austronesian family. This author also believes that the ethnic unity in Maluku, despite the language differences, shows that ‘the convergence of these contrasting elements’ must be very old, in any case several centuries older than the ‘linguistic convergence’. Lapien also suggests that such a process would have occurred during the 16th and the 17th centuries.⁴¹ However, Bausani had demonstrated, based on the famous vocabulary collected in 1521 by Antonio Pigafetta in Tidore and other Eastern Indonesian ports, that the Malay language was already playing the role of *lingua franca* in the early 16th century.⁴² From Ternate, the use of the Malay language radiated in several directions, reaching Manado in north Sulawesi, where it was introduced as a *lingua franca* developing into a local variant in use until today, though with plenty of numerous Papuan terms from the language originally spoken in Ternate.⁴³

Despite the smallness of the islands, a distinction between coastal communities and those living inland existed until recently in Halmahera and other major islands. The cultural influence from abroad was felt sooner and more strongly by coastal communities, the first that embraced Islam and adopted the Malay language as a common language alongside the use

of writing. However, some primitive strata of the population already spoke a Proto-Malay-Polynesian variant back from about 4,500 years ago when they settled there from the Philippines, almost eradicating the primitive Papuan languages. Conversely, these languages survived until recently in Ternate and Tidore, as well as in Morotai and in northern regions of Halmahera, as languages of the same group that also survived in Timor, Alor and Pantar, or Nusa Tenggara.⁴⁴

16TH CENTURY SOURCES AND THE POLITICAL-ANTHROPOLOGY OF MALUKU

The scenario just sketched above was inhabited by populations with a strong sense of social hierarchy and group integration. The first Europeans who arrived there—namely, the Portuguese and the Spaniards—usually resorted to images taken from the European social structure to describe the local society. The heads—or *sangaji*—with greater or lesser autonomy *vis-à-vis* the kings, are described as dukes or earls, occupying the top of a blood aristocracy further comprising its ‘knights’ (*cavaleiros*) and ‘knaves’ (*valetes*). Slaves, occupying the bottom of society, were also labelled according to subgroups that can hardly be integrated into the European stereotypes for the captives and other dependent or non-free people. The earliest Iberian records on Moro describe its inhabitants as ‘slaves’ of the Sultan of Ternate,⁴⁵ an epithet not appropriate to their status, though founded in the fact that each year these populations were compelled to perform certain services and provide a few days of free labour to the kings of Ternate and Tidore, who some Moro communities acknowledged as their supreme rulers. Maluku being a region hastily changing during the period in question, in vain we find among the natives a mercantile class, although there is no doubt about the existence of individuals, especially among the elites, who were engaged in the marketing of cloves.

António Galvão, like other authors, has resorted to the European aristocratic system to describe the social hierarchy in Maluku: ‘The first and most important dignity is that of the king, whom they call *kolano*; the queen is called *radja*; and the dukes, the *sengadjis*; the knights, *mersaolis*’.⁴⁶ Fifty years later, the Italian priest Antonio Marta, Visitor of the Jesuit mission, will repeat: ‘In these islands of Maluku there

HISTORIOGRAPHY

are four kingdoms and seventeen *sangaji*, who are like dukes or earls in the European manner'.⁴⁷ According to his highly biased opinion, they were also rude headmen, poorly dressed and malnourished, unable to seek the means of becoming wealthy enough to be magnificently served by pageantry, whose humble religious ceremonies were not to be compared to those taking place among the Turks, as these rulers also had no shame to beg for whatever they wanted to own, 'as any poor man in Portugal'.⁴⁸

However, while the small group of *sangaji* was considered as corresponding to the high ranking European noblemen, actually they were locally entitled 'raja' like any other Malukan ruler at the time, as they were sacred persons, a condition which the term itself expresses.⁴⁹ Their royal condition was reinforced through kinship ties, since they are said to marry among the ruling families. The kings and the *sangaji* were usually elected among the sons of the ruler with his main wife, locally named 'raja' and queen or princess in the European sources. Moreover, it is said that all rulers developed kinship ties with all the headmen under their allegiance, especially the *sangaji*, most of them acknowledging the pre-eminence of either the sultan of Ternate or the raja of Tidore, also entitled and recognised as a sultan since the mid-16th century. Some *sangaji*, however, particularly the raja of Jeilolo, behaved as an independent sovereign by temporarily rebelling against the authority of the sultan of Ternate.⁵⁰ In his *Historia da Índia*, Antonio Pinto Pereira left us one of the best definitions of the characteristic status common to the seventeen *sangaji*, also expressing slight distinctions among them. Referring to the *sangaji* yielding obedience to the sultan of Ternate, he states: 'the Sangajes ... are masters external to Ternate, because Sangaje is the highest title of all, except the royal dignity, and so are called the subjected princes and lords, and also some sovereigns whose states are not entitled to be kingdoms'.⁵¹

According to the customary usages in Ternate that regulate the ruler succession, only a princess being the daughter of a king was to be considered a 'queen' among the many wives of the sultan, and her eldest son should be chosen to inherit the throne. Twice throughout the 16th century the figure of the 'queen mother' played an important role during the youth of the presumptive ruler. On both occasions, the queens were daughters of the raja of Tidore and they allowed

their fathers to retain some influence over Ternate, which could have proved crucial in times of crisis, but actually resulted in being rather thwarted by internal opponents grouped around other candidates said to be 'bastards' of the sultans of Ternate in the Iberian sources.⁵²

*To some extent, the Spaniards
left us probably a greater
amount of information
on Tidore than the Portuguese
did on the Malukan
Archipelago as a whole.*

In the case studied by Paramita Abdurachman of a queen coming from Java, possibly from Japara or Grisek, she was entitled Niachile Boki Raga (raja), being *niachile* being the feminine of *kaicil*, a princely title exclusive to the sons and brothers 'of the major policies' rulers, as the sultans of Ternate and Tidore. She was the 'queen' (*rainha*) in the Portuguese sources, mother of Sultan Tabarija (r. 1533-1535), who was the only Ternatan ruler to convert to Christianity after being driven to Goa.⁵³ He died in Melaka while returning home, probably murdered by order of his substitute, Sultan Hairun (r. 1536-1570), who would become the great Ternatan ruler during the 16th century. The sultans of Ternate and Tidore were also the only kings in Maluku who married with princesses coming from prestigious religious centres from outside the archipelago, such as the Philippine Islands, Sulawesi, Timor or the Raja Ampat Papuan archipelago. However, none of these wives acquired the status of a 'queen' or mother of the future heirs to the throne. Although such marriage alliances often sealed defensive agreements and reinforced friendly trading and warring connections, usually they also reflected the imposition of taxes and relations of political subjection in respect of which the head of a village or of a larger ethnic group paid tribute by handing over her sister or her daughter to the sultan.

As Andaya figured out, in the royal marriages the role of Tidore seems to be 'wife-giver' regarding Ternate,

HISTORIOGRAFIA

the 'wife-taker'.⁵⁴ However, the rajas or sultans of Tidore occasionally took a Ternatan princess, though they used to take wives from major kingdoms of Maluku other than Ternate.⁵⁵ Reciprocal wife-exchanging usually did not occur, avoiding situations in which political hierarchies among rulers and the political effect intended to be achieved through royal unions would be partially lost. This practice particularly prevented a cloistered offspring resulting from excessive cross-cousin marriages. Thus, for the purpose of preserving self-identity, the relatively autonomous political entities should have taken into account the imperatives of royal blood exogamy.

Anthropological studies carried out in the field during the past 40 years showed that the political structures were based on consanguineous marriage between cross-cousins,⁵⁶ the kings and the heads of the villages being interconnected by family ties favoured by the practice of polygamy. In the Portuguese and Spanish sources, the sultans of Ternate and the raja of Jeilolo are said to have had more than 300 women. Despite the symbolic amplification of this number,⁵⁷ there is no doubt that the political system was found on the circulation of women. They played—and still play—in the Malay world a very important political role, even when they stay fairly invisible.

Being strongly effective at the level of royal kinship, the observance of non-reciprocal marriages and the adoption of wife-giver and wife-taker practices would also have taken place on a lower level, namely among the *sangaji* and the *khimalaha* families, although no Iberian evidence exists to support such a premise beyond a fair degree of reasonable doubt. Unfortunately, the Jesuit Marcos Prancudo failed to give positive examples:

In these parts is very common that relatives marry to relatives in such a way that sometimes a brother is found married to his sister, at least cousin to his cousin, uncle to his niece, brother-in-law to his sister-in-law. Neither have they found this extraordinary. Besides that, these honourable men take for a great insult by marrying lower women that they are. And the kings and the lords are so related and linked to each other, that they hardly find a woman who is not their close kin.⁵⁸

A *khimalaha*⁵⁹ was often the head of a *kampung*, or *soa*, that is, one of the two or more segments in

which each village was divided,⁶⁰ consistent with the definition given in 1607 by the first Spanish governor of Maluku, Juan de Esquivel (1606-1608): '*guimala* is like a headman of a neighbourhood'.⁶¹ The social status and the political power that were endowed to the *khimalaha* did not cease increasing until the 19th century, particularly in the peripheral areas like Moro.⁶² They appear in the oral narratives as playing an important role in extending the influence of the Sultan of Ternate to new areas as the Sula islands. Around 1618, the representatives of the Sultan of Ternate in Hitu, on the island of Ambon, were recruited among the leading Tomagola, one of the most important families in the sultanate whose members held the *kimalaha* title.⁶³ By the mid-17th century, they lead the opposition to the Dutch in Ambon, in close coordination with the Sultan of Makassar.⁶⁴ As a source of power, the use of this Ternatan title—'*guimalaes* are like [European] titled holders'⁶⁵—expanded in the 17th century up to Mindanao along with the use of *sangaji*,⁶⁶ also attested in Timor during the same period.⁶⁷

The local kingdoms having not evolved politically towards the creation of a single hegemonic state, the system of succession to the throne, which was regulated by a set of customary dispositions, would therefore find no response within the tradition. Probably, a king who would rule over the entire Maluku Islands should have to seek his 'queen' abroad, in a larger regional frame than the Malukan micro-states felt inclined to interact with, though one of the main wives of the Sultan of Ternate Abu Lais (r.1501-1521), sometimes erroneously believed to be the 'queen' in some Portuguese sources, has been registered as a Javanese princess.⁶⁸ Such episodes were quite rare despite the suitable conditions for navigation and maritime communications over long distances. These kingdoms sustained political relations excessively centred in the Maluku cultural area. However they also established diplomatic, trading and kin relations to distant powers that played a limited role, so as to confer prestige to the rulers. The few known examples of royal marriages with wives from outside Maluku, either Javanese or Papuan princesses, shows that only exceptionally have they generated candidates to the throne. However, António Galvão registered an oral version concerning the introduction of Islam in Ternate that assigned a major role to a Javanese princess married to the raja Tidore Vongui, who would be the first Malukan ruler to become a sultan around 1465.⁶⁹

HISTORIOGRAPHY

The islands are more complex realities than their small-sized territories would suggest. More than a microcosm, the islands' realm is the whole known universe for the people living in it. The ecological constraints being hardly surmountable, the Malukan people preferred an unstable balance of powers and the division of spheres of influence between the Portuguese and the Spaniards to a definitive victory of a single party. For this reason the Portuguese, though often successful in war, faced enormous difficulties to deal with the Spaniards and their supporters. Only on a few occasions did they feel powerful enough to act as if they had really mastered Maluku. They usually feared a general uprising by the different kings against them. For this reason, the first captain of Maluku, António de Brito, started the practice of keeping the sultan of Ternate in a golden cage, along with other young candidates to the throne, all sons of the deceased Sultan Abu Lais (r.1501-1521). The successors of António de Brito continued to hold the sultan as their hostage to prevent the natives from delivering a coup against the fortress.

The Portuguese also succeeded in imposing native authorities to the sultanate by manipulating their election for the job during the childhood of the sultan, or removing those that were not favourable to their purposes, as *kaicil* Tarrawese, who after being declared 'perpetual regent' by the Portuguese in 1530, came to be sentenced to death and executed by them in the following year, under Captain Gonçalo Pereira.⁷⁰ His position was locally designated as *Patih*,⁷¹ except when the person exerting it was from royal blood, being then called *kaicil*, a title that was the exclusive of the uncles, brothers and sons of the kings, as already mentioned above. Thus, the Portuguese interfered deeply in the internal politics of the sultanate of Ternate, transforming it for a brief period into a sort of protectorate and conditioning its relationship with the neighbouring polities.

ROYAL POWER AND POLITICAL CENTRALISATION

The process leading to the formation of state entities in the Malay Archipelago is fairly well known. The explanations that have been advanced are essentially speculative and based on the minimal available evidence. In these regions it seems to have been a fairly wide range of forms of political centralisation, since

the fledgling confederation of villages—they were to a degree only slightly more centralised than the mere tribal organisations—to kingdoms that arose from them. The political system in Ternate kept much of its traditional basis. The Council of Elders appointed members of the four main families to government posts, a practice originally intertwined with the formation of the state itself. The role of the Council of Elders was similar across the Eastern Archipelago. On the islands of Banda, this representative body maintained the prestige and primacy under the Dutch rule until a late period. In Ternate it represented, according to the tradition, the four main lineages or primal *soa*, which joined five others families said to have come from abroad and that would have settled on the shores of the island. Hence the designation of the Council of Elders in Ternate: *Soa Sio* or the nine families. This powerful institution is mentioned very few times in the Portuguese sources, often in a rather inadequate and ambiguous—but also significant—way, as the 'uncles' of the sultan.

After a period of fighting each other, a new rotating system of government among *momole*, or leaders of each of the four primal *soa* arose. The *momole* then elected becomes the *kolano* or king. The consolidation of royalty, whose unifying role is evident, appears to have been accelerated in the second half of the 15th century after the advent of Islam. The remaining *momole* from the four main families—Tomagola, Tomaitu, Marsaoli and Limatahu—were elected by the *Soa Sio* for government posts, which were his distinctive mark. These positions were, in descending rank, *Jou-gugu* or prime minister, the *Pinate*, finance minister and chief judge—a sort of 'general provider', according to the Portuguese sources—the *Hukum*, minister of justice, interior and police, and the *Sadaha*, defense minister. The most important lineage was the Tomagola, which owned the *Jou-gugu* hereditarily. As a principle, the royal successor comes from the main wife of the king chosen in this lineage. The *momole* from the four major lineages form a new palace aristocracy—the *Fala Raha*—which held the main functions in the Council of Elders, including electing the king.⁷²

Royal primogeniture had a different meaning than the one assigned to it in the European monarchies. Admitting a variable number of candidates it often caused short crises of succession. The sultan's successor should be either a younger brother of the deceased

HISTORIOGRAFIA

monarch, son of the same mother, the main widow of the previous sultan—the ‘queen’ in the Portuguese sources—or, if there was none, another brother or the son of a legitimate royal spouse. The sultan’s sons born from concubines were excluded from the succession and were dubbed as ‘bastards’ in the Iberian sources.⁷³

The islands are more complex realities than their small-sized territories would suggest. More than a microcosm, the islands’ realm is the whole known universe for the people living in it.

Assuming that the rules for royal succession date back to the pre-Islamic period and that they would have remained unchanged, P.R. Abdurachman rightly refuses the legitimacy of the will imposed by the Portuguese authorities and enacted in 1545, in Melaka, by Sultan Tabarija, appointing his successor to be the King of Portugal.⁷⁴ Nevertheless, other cases should be also considered in which the opinion and desire of the king were taken into account, despite the political body composed by the brothers of the deceased king having a decisive vote on matters concerning the royal succession. Though a candidate was unlikely to succeed without the sanction of this council, it was not impossible to accomplish it, given the reverence regarding the last wishes of the deceased king in the choice of his successor. This happened once again in the 1560s, when Sultan Hairun, adopting a position contrary to his brothers, withdrew the inheritance of the throne from his eldest son Mandar Syah, designating precisely his ‘bastard’ Baab Ullah to succeed him.⁷⁵ The supposed reluctance by the council to acknowledge Baab Ullah during the days of sultan Hairun, which is rather doubtful, gave way to a sense of earnestness and pragmatism that would have prevailed among the Ternatan royal family and authorities after his death.

According to Diogo do Couto, Sultan Baab Ullah, who succeeded Hairun in 1570, was said to be a ‘bastard’ chosen by his father but not a usurper.

According to him, there was also a consensus concerning the need to prevent a weak leadership against the Portuguese. The Portuguese sources recorded that since Diogo Lopes de Mesquita had ordered Sultan Hairun to be murdered, the succession in the person of the eldest son of the Queen Putri, the ‘princess’ of royal lineage—the *permaisuri*, a term that designates the principal wife of the sultan⁷⁶—ceased to be kept in Ternate. While the heir, Mandar Syah, was still a minor—who would be finally assassinated—the crown passed to Sultan Baab Ullah (r.1570-1585), considered to be the most able to lead the war against the Portuguese on account of his personal skills that would be actually evidenced when he seized the Portuguese fortress in 1575. Argensola tells how the enthronement of Sultan Baab Ullah was recognised by all the kings and *sangaji* of Maluku in a public Islamic ceremony that took place in the Great Mosque.⁷⁷ Baab Ullah, in his turn, appointed another ‘bastard’ to be his successor, the future Sultan Sayd Berkat (r.1585-1606). As in the case of his predecessor, the ascent to the throne of Sayd Berkat was not affected carelessly, since he could count on the support of an uncle, also said to be a ‘bastard’, and collected supporters through the distribution of large bribes.⁷⁸ Also in Tidore, *kaicil* Kotta, the legitimate heir, was set aside for the benefit of his brother, *kaicil* Mole (r.1599-1627), whose popularity, charisma and ability to raise supporters met the royal will of the previous Sultan Gapi Baguna (r.c.1577-1599), anticipating a possible crisis to occur after his death.⁷⁹ One should conclude that the rules for royal succession came to be quite fluid in Maluku during the late 16th century as a result of the European interference.

CONCLUSION

In the Maluku islands the first reliable estimate of the local population dates back to 1534, under the Governor Tristão de Ataíde,⁸⁰ almost twenty years after the Portuguese ships started to regularly visit the islands and twelve years after the founding of the first permanent settlement. Ataíde is also the first to mention the different governing functions at the Ternatan court, though he only named the *pinate*, the minister who collected tributes and ran the sultan’s finances. The *Patih*, a title imported from Java to designate a kind of prime minister, would only be first mentioned around 1545.⁸¹

HISTORIOGRAPHY

The Portuguese also conveyed some misconceptions about how the presumptive heirs ascended the throne after the death of the rulers. The misconceptions about the sultans' descendants were repeated again and again throughout the 16th century, when those receiving the epithet of 'bastards', though not necessarily in a pejorative sense, were considered illegitimate children. This biased attitude in the way the Europeans regarded a kinship system different from their own was, after all, a fair justification to prerogatives apparently enjoyed by the son of the 'Queen' or the most important wife of the sultan and a key figure, serving their purposes of political dominance by manipulating a single strong ruler instead of controlling a rather diffuse system of family allegiances. This type of inaccuracies caused a rather inadequate representation of the political system as defined in the local *adat*, the traditional law of the sultanate orally transmitted over the generations. Due to governmental decisions often based on a consensual practice, even the most charismatic kings, as Sultan Hairun (r.1535-1570), depended to some extent of the Council on the Elders that in Ternate was called the *Soa Sio*, by bringing together the members of the royal family and the representatives of the most important families.

The analysis of the relations between the kings and the *sangaji*, often mentioned as 'governors' by both the Portuguese and the Spanish, emphasises that these minor 'rulers' rebelled with some ease against the local sultans. Indeed, a *sangaji* was a second-ranked ruler whose powers were hereditarily transmitted and by no means a governor appointed by a major king. The deficit in authority exhibited from time to time by the sultan of Ternate and Tidore should not be taken as a

lack of prestige and acknowledgement. Both sultans often justified the infringement of direct orders by the subjects as the result of their personal royal allegiance to the Portuguese and the Spanish. The rulers invoked powerlessness to be obeyed by their subjects as part of a double game they played to disguise their own duplicity while resisting to the Europeans demands.

From the inception, the European presence in Maluku was instrumental to the local rulers to reinforce their personal power. By invoking a sort of legitimacy that they never possessed, the rulers obtained support from the Iberians—as later they would get from the Dutch—to persecute alleged rebellions from communities that previously hardly tolerated close control procedures. According to L. Andaya, in the last quarter of the 17th century the authority of the ruler was finally shaped at the resemblance of the European kingship, the main rulers becoming real kings and the people were either subdued or they rebelled against them.⁸² This way, practices quite common across the archipelago were labelled as legitimate or illegitimate, creating one-sided views and stereotypes. J. Warren's statement that 'the dynamic interplay between raiding ... and investment in the maritime luxury goods trade ... was a major feature of the political economies of coastal Malay states'⁸³ can be easily telescoped to an earlier period in the history of Maluku. It would be difficult to think of alternative opportunities to Ternate and Tidore to accumulate such huge regional prestige and power other than those offered by the spice trade. The result of the political influence long acquired by Ternate through the control of imported goods matched the Portuguese efforts to impose a clove monopoly in Northern Maluku. This way the sultan authority was reinforced by his association with the Europeans. **RC**

NOTES

1 The expression 'Spice Islands' appears for the first time in Portuguese in a letter from Jerónimo Gomes S.J. to the General of the Jesuits (Cochin, 14 January 1603, in *Documenta Malucensia*, II, edited and annotated by Hubert Jacobs S.J., Rome, IHSI, 1980, p. 608), referring to the Dutch who, he says, 'come to discover these islands of spice' ('*vem a descobrir estas ilhas da especiaria*'). The adoption of this expression in the Portuguese language seems to have been accomplished through a literary influence, not having been in use by the Portuguese authors during the 16th century. However, it corresponds exactly to the Spanish

expression in use since the preparation of the Magellan's expedition, the Moluccas being designated either as *Maluco* or, more vaguely, as the *Islas del Poniente* or *de la Especeria* and then simply *La Especeria*. This expression may have been borrowed from the Arab geographers, who, since the ninth century, referred to as the 'Island' or 'Islands of Perfume' (*Jazirat* or *Juzur al-Tib*), later identified with the Maluku and the Banda Islands (G. R. Tibbets, *A Study of the Arabic Texts Containing Material of South-East Asia*, Leiden and London, E. J. Brill for the Royal Asiatic Society, 1979, p. 180).

HISTORIOGRAFIA

- 2 António Pinto Pereira, *Historia da Índia no tempo em que a governou o visorey dom Luis de Ataíde*, facsimile edited by Manuel Marques Duarte, Lisbon, INCM, 1987, p. 97.
- 3 *Colección de los viajes y descubrimientos, que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV*, edited by Martin Fernandez de Navarrete, IV: *Expediciones al Maluco. Viage de Magallanes y de Elcano*, Madrid: Imprenta Nacional, 1837, p. 96. See also Juan Gil, 'El entorno vasco de Andrés de Urdaneta (1525-1528)', in Susana Truchuelo García (ed.), *Andrés de Urdaneta: un hombre moderno*, Ordizia: Ayuntamiento de Ordizia, 2009, p. 331.
- 4 João de Barros, *Ásia. Dos Feitos que os Portugueses fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente*, 4 vols. (*Década Primeira, Segunda, Terceira* [1563¹] and *Quarta* [1615¹]), edited by Hernâni Cidade and Manuel Múrias, Lisbon, Agência-Geral das Colónias, 1945-1948.
- 5 In this study were used, in addition to the edition quoted in the previous note, also the very old edition of the *Décadas* by João de Barros and Diogo do Couto (*Da Ásia - Décadas*, 24 vols., Lisbon, Régia Oficina Tipográfica, 1777-1788, reprint Lisbon, Liv. Sam Carlos, 1973-1974), and the critical editions of the *Década Quarta* and *Década Oitava* edited by Maria Augusta Lima Cruz: *Diogo do Couto, Década Quarta da Ásia*, 2 vols., Lisbon, CNCDP-FO-INCM, 1999 [vol. I: *Fixação do Texto*; vol. II: *Notas Históricas e Filológicas, Glossário e Índice de Antropónimos e Topónimos*], and *Diogo do Couto e a Década 8ª da Ásia*, 2 vols., Lisbon, CNCDP/INCM, 1993-1994 [vol. I: *Edição Crítica e Comentada de uma Versão Inédita*; vol. II: *Das Variantes entre as Duas Versões à Explicação de Um Texto Inédito. O Discurso Histórico*].
- 6 Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, edited by M. Lopes de Almeida, 2 vols., Lello & Irmão, Oporto, 1979.
- 7 C. R. Boxer, *João de Barros. Portuguese Humanist and Historian of Asia*, New Delhi, Concept Publishing Company, 1981, p. 7.
- 8 C. R. Boxer, 'Some Portuguese Sources for Indonesian Historiography', in *An Introduction to Indonesian Historiography*, edited by Soedjatmoko, Ithaca, New York, Cornell University Press, 1965, p. 220.
- 9 Boxer, *João de Barros*, cit. pp. 113-114.
- 10 First published after the death of Galvão (*Tratado. Que compôs o nobre & notauel capitão Antonio Galvão, dos diuersos & desuayrados caminhos, por onde nos tempos passados a pimenta & especearia veyo da Índia ás nossas partes, & assi de todos os descobrimentos antigos & modernos*, Lisbon, João de Barreira, 1563), was published in 1601 by Richard Hakluyt in an abbreviated English translation, being reprinted six times until the Hakluyt Society published in 1862 the only bilingual edition so far (*The Discoveries of the World, from Their First Original unto the Year of Our Lord 1555. Corrected, Quoted, and Published in England, by Richard Hakluyt (1601). Now Reprinted with the Original Portuguese Text and Edited by Vice-Admiral Bethune*, London, Hakluyt Society, 1862).
- 11 M. A. Lima Cruz (ed.), *Diogo do Couto e a Década Quarta da Ásia*, II, cit., pp. 43-44, 51, 155 and 235.
- 12 The manuscript in the Archivo General de Indias, *Patronato* 46, ramo 29, is listed under no. 5823 in the *Catálogo de los documentos relativos a las islas Filipinas existentes en el Archivo de Indias de Sevilla*, by Pedro Torres Lanzas and Francisco Navas del Valle, 9 vols. in 10 tomes, Barcelona, Impr. de la viuda de L. Tasso, 1925-1936.
- 13 Hubert Th. Th. M. Jacobs, S. J., *A Treatise on the Molucas (c. 1544) Probably the Preliminary Version of António Galvão's lost Historia das Molucas*, edited, annotated and translated into English from the portuguese manuscript in the Archivo General de Indias, Seville, Rome and St. Louis, USA, Historical Institute, Sources and Studies for the History of the Jesuits, III, 1971. This edition is desirable to the later Portuguese editions: 'Tratado de las Yslas de los Malucos y de los costumbres de los Indios y de todo lo demas', in A. Basílio de Sá (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*, vol. VI, Lisbon, IICT, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1988, pp. 5-160; *Tratado das Ilhas Molucas*, edited by Luís de Albuquerque and Maria da Graça Pericão, Lisbon, Alfa, 1989. The Portuguese editors assigned no authorship to the manuscript, nor seem to have had notice of the bilingual and critical edition carefully prepared by Father Jacobs.
- 14 Jacobs (ed.), *A Treatise on the Molucas*, cit., 'Introduction', p. 18.
- 15 Sanjay Subrahmanyam, 'Holding the World in Balance: The Connected Histories of the Iberian Overseas Empires, 1500-1640', *The American Historical Review*, 112, 5, p. 1363.
- 16 Gabriel Rebelo, 'Informação das cousas de Maluco dadas ao senhor D. Constantino', in *Colecção de Notícias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas que Vivem nos Domínios Portugueses ou lhes São Vizinhas* etc., t. VI, Lisbon, Academia Real das Sciencias, 1856, pp. 143-312. This is the later version of 1569. In 1955 it was reprinted as 'Informação das Cousas de Maluco, Dadas ao Senhor Dom Constantino, Em que se tratão algumas novidades da natureza, e succintamente de seu descobrimento pelos portugezes e castelhanos, e de todas as armadas suas, que la forão, até Rui López de Villa Lobos, e a destruição das Fortalezas de Geilolo, e Tidore, em que se recolhião. Composto por Gabriel Rebello', in A. Basílio de Sá (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*, vol. III, Lisbon, Agência Geral do Ultramar, 1955, doc. 35, pp. 348-508. The 1569 version was newly edited as 'Informação das cousas de Maluco' etc. (*ibid.*, vol. VI, cit., doc. 2, pp. 163-288.), but from a manuscript existing in the Charles Boxer's library, supposedly different from the one that existed in the Library of the Casa Cadaval from where it disappeared long since. The earlier 1561 version was also published in 1955 as the *História de Maluco, escripta no anno de 1561* (*ibid.*, vol. III, doc. 34, pp. 193-339).
- 17 Diogo do Couto, *Década Quarta da Ásia*, I, edited by M. A. Lima Cruz, cit., bk. VII, Ch. X, p. 394.
- 18 António Coimbra Martins, 'Introdução à leitura da Década Quarta', *ibid.*, pp. XXXVIII-LI. See also *ibid.*, p. 345, n. 8.
- 19 Barros, *Década Terceira*, Part One, cit., bk. V, Ch. X, p. 297. About this figure and his footprint in Maluku see Boxer, *João de Barros*, cit., pp. 110 and 138; António Borges Coelho, *João de Barros. Vida e Obra*, [Lisbon] GTMECDP, 1997, pp. 39 and 61; Manuel Cadafaz de Matos, 'Dos primórdios da imprensa cristã nas Filipinas e a sua relação com a cultura portuguesa no Oriente (1593-1640). Para uma história da leitura por portugueses nas Molucas entre 1523 e 1530', *Mare Liberum*, X, Dec. 1995, pp. 463-485, especially pp. 473 and sq.; also José Manuel Garcia, 'A grande aventura de Fernão de Magalhães na cronística portuguesa do século XVI', *Review of Culture / Revista de Cultura*, International Edition, series III, 17, 2006, pp. 84-104.
- 20 See António de Brito's warrant to Duarte de Resende give two bars of clove in Melaka to two Turks who repaired the ship *Santa Eufemia*, Maluku, 28 January 1525, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Part II, bundle 123, doc. 133; Warrant to receive in Maluku sulphur and saltpetre from the scrivener of the ship *Santa Luzia*, whose former captain was Duarte de Resende, Maluku, 8 September 1525, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Part II, bundle 128, doc. 77; Application for Duarte de Resende factor in Maluku on the clove and nutmeg bars loaded in the galleon *S. Lourenço* to Cochín, Maluku, 22 April 1528, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Part II, bundle 147, doc. 119. We know that he returned to Melaka, where he arrived on 20 August 1527, as the captain of the ship *S. Pantalão* that he bought in Maluku, en route to Cochín (Barros, *Década Quarta*, cit., bk. I, Ch. XV, p. 55; L. F. Thomaz, *Os Portugueses em Malaca (1511-*

HISTORIOGRAPHY

- 1580, Bach. thesis, I, Lisbon, Faculty of Arts, 1964, pp. 205-206 and the Arquivo Nacional da Torre do Tombo's archival sources therein quoted, including the letter of Jorge Cabral, captain of Melaka, to King John III, Melaka, 10 September 1527, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Part I, bundle 22, doc. 80, publ. in L. F. Thomaz, 'O malogrado estabelecimento oficial dos portugueses em Sunda e a islamização de Java', in *Aquém e Além da Taprobana. Estudos Luso-Orientais à Memória de Jean Aubin e Denys Lombard*, edited by L. F. Thomaz. Lisbon: CHAM, 2002, p. 506.
- 21 Barros, *Década Terceira*, cit., bk. V, Ch. X, pp. 297-298; Queiroz Velloso, *Fernão de Magalhães. A Vida e a Viagem*, Lisbon, Editorial Império, 1941, pp. 62-63. About Duarte de Resende see also the short bio-bibliographic note inserted by Barbosa Machado in his *Bibliotheca Lusitana, historica, critica e cronológica*, vol. II, edited by M. Lopes de Almeida, Coimbra, Atlântida Editora, 1965, p. 214.
 - 22 Anonymous history also known as the 'Historia de Maluco no tempo de Gonçalo Pereira Marramaque e Sancho de Vasconcellos' and as the 'Relação dos Feitos eroicos em Armas que Sancho de Vasconcelos fez nas partes de Amboino e Maluco, sendo capitão em ellas vinte annos pouco mais ou menos...', in A. Basílio de Sá (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*, vol. IV, Lisbon, Agência Geral do Ultramar, 1956, pp. 164-454.
 - 23 C. R. Boxer, 'Some Portuguese Sources for Indonesian Historiography', cit., p. 221.
 - 24 Manuel Marques Duarte, 'Introdução' to António Pinto Pereira's *Historia da Índia*, cit., pp. 19-20.
 - 25 Ana Gabriela Naré de Moraes Freire, *Novidades, Feitos e Murmúrios. Os Textos de 1561 e 1569 de Gabriel Rebelo, Oficial Português nas Molucas*, M.A. thesis, Universidade Aberta, Lisbon, 2003, p. 99.
 - 26 It is sufficient to recall that, unlike the well-known complete sequence of the sultans of Ternate, it is not known who the raja or Sultan ruling in Tidore from 1554 to the mid-1560s was, nor is it possible to establish an accurate chronology of all its rulers during the 16th century. See the gaps in the list of the kings of Tidore in H. Jacobs, 'General Introduction' to *Documenta Malucensia*, vol. I, cit., p. 4*.
 - 27 Since the 18th century the knowledge of the Spanish archival materials on Maluku has progressed through the transcription of sources and catalogues relating to the Philippine Islands. Maria Bellén Bañas Llanos published a study of the sources concerning Maluku. Cf. 'Fuentes Hispanas para el Estudio de la Presencia Ibérica en las Islas Molucas', in Francisco Solano *et al.* (eds.), *El Extremo Oriente Ibérico. Investigaciones históricas: metodología y estado de la cuestión*, Madrid, AECE-CEH (CSIC), 1989, pp. 243-256, and also by the same author, *Las islas de las especias. Fuentes etnohistóricas sobre las Islas Molucas (s. XIV-XX)*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2000.
 - 28 Bartolomé Leonardo de Argensola, *Conquista de las Islas Malucas*, 3rd ed., Madrid, Miraguano-Polifemo, 1992 (Madrid, 1609¹; Madrid, Imprenta del Hospicio Provincial, 1891²). Among those authors who while writing on the Philippines also gave a special attention to the history of Maluku it should be noted, in addition to Argensola, Rodrigo de Aganduru Moriz (*Historia general de las Islas Occidentales a la Asia adyacentes, llamadas Filipinas*, vol. I (Part One), Colección de documentos inéditos para la Historia de España, t. LXXVIII, Madrid, 1882) and Gaspar de San Agustín, OSA, *Conquista de las Islas Filipinas, 1565-1615*, Madrid, CSIC, 1975.
 - 29 Almost one hundred and fifty letters from the private collection of D. Jerónimo de Silva covering 400 out of 564 pages of the 52nd volume in the Colección de Documentos inéditos para la Historia de España, from the period he ruled the Spanish forces in Maluku: *Correspondencia de Don Gerónimo de Silva con Felipe III, Don Juan de Silva, el rey de Tidore y otros personajes, desde abril de 1612 hasta febrero de 1617, sobre el estado de las islas Molucas, Sacada de una copia coetánea perteneciente a don Martín Fernandez de Navarrete*, Madrid, Imprenta de la Viuda de Calero, 1868.
 - 30 Hubert Jacobs S. J. (ed.), *Documenta Malucensia*, vol. II (1577-1606), Rome, Instituto Historico Societatis Iesu, 1980, pp. 244-279.
 - 31 In 3 vols., edited and annotated by Hubert Jacobs S.J., Rome, Jesuit Historical Institute, 1974-1984.
 - 32 Luís Filipe F. R. Thomaz, 'The image of the Archipelago in Portuguese cartography of the 16th and early 17th centuries', *Archipel*, 49, 1995, pp. 79-124.
 - 33 Charles Wessels, *Histoire de la mission d'Amboine. 1546-1605*, Leuven, Museum Lessianum, 1930, translated by J. Roebrock from the 1926's Dutch original, *De geschiedenis der R.K. Missie in Amboina vanaf haar stichting door den H. Franciscus Xauerus tot haar vernietiging door de O. I. Compagnie. 1546-1605* [Mission in Ambon from its foundation by the Holy Francis Xavier until its destruction by the O.I. Company. 1546-1605], Nijmegen-Utrecht.
 - 34 'Novos documentos para a História das Molucas no tempo de S. Francisco Xavier', *Brotéria*, XIV, 5, 1932, pp. 278-288. See also *Die Zeitgenössischen Quellen zur Geschichte Portugiesisch-Asiens una seiner Nachbarländer zur Zeit des Hl. Franz Xaver (1538-1552)* [Contemporary sources on the History of Portuguese-Asia and its Neighbour Countries at the Time of Saint Francis Xavier], Rome, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1962.
 - 35 Paramita Rahayu Abdurachman, *Some Portuguese Loanwords in the Vocabulary of Speakers of Ambonese Malay in Christian Villages of Central Moluccas*, Jakarta, LIPI, Seri Lembangan Khusus, 1, 1972; id., 'In Search of Spices: Portuguese Settlements on Indonesian Shores', *The Indonesian Quarterly*, II, 2, Jan. 1974, Jakarta, Centre for Strategic and International Studies, pp. 113-133; id., 'Moluccan Responses to the First Intrusion from the West', in *Dynamics of Indonesian History*, edited by Haryati Soebadio and Carine H. du Marchie Sarvaas, Amsterdam, North Holland Publ. Co., 1978, pp. 161-188.
 - 36 A. Lapien, 'Bacan and the Early History of North Maluku', in *Halmahera and Beyond. Social Science Research in the Moluccas*, edited by Leontine E. Visser, Leiden, KITLV Press, 1994, pp. 11-22. R. Z. Leirissa, 'St. Francis Xavier and the Jesuits in Ambon (1546-1580)', *Review of Culture / Revista de Cultura*, International Edition, series III, 19, 2006, pp. 53-63.
 - 37 C. R. de Silva, 'The Portuguese and the Trade in Cloves in Asia During the Sixteenth Century', *Studia*, 46, 1987, pp. 133-156.
 - 38 John Villiers is the author of several essays on the Portuguese presence in the Spice Islands and the Malay Archipelago: 'Trade and Society in the Banda Islands in the Sixteenth Century', *Modern Asian Studies*, 15, 4, 1981, pp. 723-750 [reprinted as 'Da verde noz tomando seu tributo: the Portuguese in the Banda Islands in the Sixteenth Century', in *East of Malacca. Three Essays on the Portuguese in the Indonesian Archipelago in the Sixteenth and Early Seventeenth Centuries*, Bangkok, Calouste Gulbenkian Foundation, 1985, pp. 1-30]; id., 'De um caminho ganhar almas e fazendas: Motives of Portuguese expansion in eastern Indonesia in the sixteenth century', *Terrae Incognita*, 14, 1982, pp. 23-39; id., 'Makassar and the Portuguese Connection', in *East of Malacca*, cit., pp. 31-57; id., 'Manila and Maluku: Trade and Warfare in the Eastern Archipelago 1580-1640', *Philippine Studies*, 34, 1986, pp. 146-161; id., 'Portuguese Malacca and Spanish Manila. Two Concepts of Empire', in *Portuguese Asia*, edited by R. Ptak, Stuttgart, Franz Steiner Verlag, 1987, pp. 37-57; id., 'As origens das primeiras comunidades portuguesas no Sueste Asiático', *Review of Culture*, 4, 1988, pp. 21-26; id., 'Las Yslas de Esperar en Dios: The Jesuit Mission in Moro 1546-1571', *Modern Asian Studies*, 22, 3, 1988, pp. 593-606; id., 'The Cash-crop Economy and State Formation in the Spice Islands in the Fifteenth and Sixteenth Centuries', in *The Southeast Asian Port and Polity. Rise and Demise*, edited by J. Kathirithamby-Wells and John Villiers, Singapore, Singapore University Press, 1990, pp. 83-105.
 - 39 A quite clear summary of Andaya mythic and territorial theory can be found in his 'Los primeros contactos de los españoles con el mundo

HISTORIOGRAFIA

- de las Molucas en las Islas de las Especies', trans. by C. A. Caranci, *Revista Española del Pacífico*, II, 2, 1992, p. 65.
- 40 Manuel Lobato, 'A man in the shadow of Magellan: Francisco Serrão, the first European in the Maluku islands (1511-1521)', *Review of Culture / Revista de Cultura*, International Edition, series III, 39, 2011, p. 112.
- 41 A. B. Lapien, 'Bacan and the Early History of Northern Maluku', cit., p. 12. On the development of the Malay language as a *lingua franca* in Maluku see the same study, p. 20.
- 42 Cf. Alessandro Bausani, 'The First Italian-Malay Vocabulary by Antonio Pigafetta', *East and West*, new series, 11, 1960, pp. 229-248, *apud* Ch. F. Van Fraassen, 'The North Moluccas: A Historical Introduction to the Literature', in *The North Moluccas: An Annotated Bibliography*, edited by Katrien Polman, The Hague, Martinus Nijhoff, 1981, p. 32.
- 43 David Henley, 'A Superabundance of Centers: Ternate and the Contest for North Sulawesi', *Cakalele*, 4, 1993, p. 56.
- 44 Peter Bellwood, 'Austronesian Prehistory in Southeast Asia: Homeland, Expansion and Transformation', in *The Austronesians: Historical and Comparative Perspectives*, edited by Peter Bellwood, James J. Fox and Darrel Tryon, Canberra, ANU E Press, 2006 [1995], pp. 106 and 113; id., *Prehistory of the Indo-Malaysian Archipelago*, Sidney, Academic Press, 1985, pp. 120-121 and 127-128; R. F. Ellen, 'The Centre on the Periphery: Moluccan Culture in an Indonesian State', *Indonesian Circle*, 31, Jun. 1983, p. 8.
- 45 Lionel de Lima to King John III, Melaka, 8 November 1527, in A. Basílio de Sá (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*, vol. I, Lisbon, Agência Geral do Ultramar, 1954, doc. 29, p. 220.
- 46 H. Jacobs (ed.), *A Treatise on the Moluccas*, cit., Ch. XVIII, p. 102.
- 47 Enformação da christandade de Maluco (...) no anno 1588, in Jacobs (ed.), *Documenta Malucensia*, vol. II, cit., doc. 73, p. 245.
- 48 Ibid., p. 246.
- 49 *Sengaji* or *sangaji* from the Javanese *sang*, the courteous article 'the' reserved for heroes, demi-gods, kings and other dignitaries, and *aji*, 'king', from the Sanskrit *adhipati* (see Leonard Y. Andaya, *The World of Maluku. Eastern Indonesia in the Early Modern Period*, Honolulu, University of Hawaii Press, 1993, p. 59). It is an honorific title from Javanese origin, similar to *sangadipati*, Portuguese *sangue de pate*, in use in Timor and other Lesser Sunda Islands, being *Patih* a prime-minister or a head of a village or district. Argensola was the first who attempt to explain the origin of the term, though he advanced a pseudo-etymology: 'Sen Shah, which means Captain in Turkish', he says (*Historia de la Conquista*, cit. p. 30). The term was disseminated by way of the wide Ternatan political influence acquiring the rather inaccurate meaning of 'governor', as reported by a number of Portuguese and Spanish officials.
- 50 Ch. F. van Fraassen, 'Types of Sociopolitical Structure in North Halmaheran History', in *Halmahera dan Raja Ampat Konsep dan Strategi Penelitian*, edited by E. K. M. Masinambow, Jakarta, Leknas-Lipi, PT Bhratara Karya Aksara, 1980, p. 90 (reprinted in Roy F. Ellen (ed.), *Moluccas*, Special Issue of *Indonesia Circle*, 23, 1980, pp. 21-40). See also 'A influência europeia na tradição arquitectónica das ilhas Molucas. Alguns exemplos de Ternate, Tidore e Halmahera', *Review of Culture / Revista de Cultura*, International Edition, III series, 35, 2010, p. 123.
- 51 António Pinto Pereira, *Historia da Índia*, cit., p. 110.
- 52 Castanheda is among the earlier authors who distinguished between the said 'bastards' and the 'legitimate' princes of Ternate. See Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, vol. II, cit., pp. 631-632.
- 53 Paramita Abdurachman, "'Niachile Pokaraga". A Sad Story of a Moluccan Queen', *Modern Asian Studies*, 22, 3, 1988, pp. 571-592.
- 54 On the role of wife-givers and wife-takers in the wider context of the Malay-Indonesian archipelago, as in Maluku, see L. F. Thomaz, 'As cartas malaia de Abu Hayat, sultão de Ternate, a el-rei de Portugal e os primórdios da presença portuguesa em Maluco', *Anais de História de Além-Mar*, IV, 2003, pp. 409-411, who, though following a rather different approach than Andaya, reached to a similar conclusion.
- 55 An example of a royal marriage between the raja of Bacan and a daughter of the sultan of Ternate can be seen in Gabriel Rebelo, 'Informação das Cousas de Maluco' (1569), in A. Basílio de Sá (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*, vol. III, cit., p. 494.
- 56 Ch. F. van Fraassen, 'Ternatan-Tidorese', in *Muslim Peoples: A World Ethnographic Survey*, edited by R.V. Weekes, London, Aldwych Press, 1984, pp. 782-783.
- 57 Gabriel Rebelo, in the later version of his 'Informação das cousas de Maluco' concluded in 1569, pointed out to these figures as 'errors' already circulating in his days. See Chapter One, 'Da nota dalguns principais erros que achei escritos de Maluquo' [Noticing some major errors that I found written about Maluku], in A. Basílio de Sá (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*, vol. III, cit., pp. 351-352, similar in *ibid.*, vol. VI, cit., p. 169-170. According to him '[the raja of Jeilolo] was said to have four daughters and six hundred sons, which was not too many given he had three hundred wives, what was greatly untrue, since the five kings that existed in those islands ever altogether have one hundred sons, and this is clearly known because, sometime before we [the Portuguese] arrived, they made themselves moors, and at that time, along with the novelty of that law, they took many wives. The same [raja of] Jeilolo had not so many vassals, not to say sons' (*ibid.*, vol. III, Ch. 18, p. 269).
- 58 Marcos Prancudo to Diego Laínez, General of the Jesuits, Ternate, 12 February 1564, in Jacobs (ed.), *Documenta Malucensia*, vol. I, cit., doc. 126, p. 424.
- 59 Ternatese *kimalaha* or Tidorese *gimalaha* (F. S. A. de Clercq, *Ternate. The Residency and Its Sultanate*, edited and transl. from the Dutch *Bijdragen tot de kennis der Residentie Ternate*, Leiden, Brill, 1890, by P. M. Taylor and M. N. Richards, Washington DC: Smithsonian Institution Libraries, Digital Ed., 1999, Appendix II, p. 241, www.sil.si.edu/digitalcollections/anthropology/ternate/ternate.pdf accessed on 26.03.2007), *kimelaha* in the dialect of Tobelo, in North Halmahera. Guimola in the Portuguese, or *Guimala* in the Portuguese and the Spanish sources, refers to the Tidorese rendering (Luís Fernandes S.J. to the Provincial of the Jesuits, Alberto Laerzio, Ternate, 10 April 1606, in Jacobs (ed.), *Documenta Malucensia*, vol. III, cit., doc. 1, p. 6; and Jorge da Fonseca S.J. to Claudio Acquaviva, General of the Jesuits in Rome, Ternate, 8 April 1612, *ibid.*, doc. 59, p. 224.
- 60 Fraassen, 'Types of Sociopolitical Structure', cit., p. 95.
- 61 Copia de la carta que scriuió el Maestre de Campo [Juan Esquivel] á los reyes de Bool Don Miguel rey de Tontoli Tululio rey de Menado rrey de Bulan y Dongue Reyna de Cauripa á cada uno de por si en ventiseis de julio de mil seiscientos seis, in Relación de lo subcedido en las yslas del Maluco desde tres de mayo de mill y seiscientos y seis que dom pedro de acuña se fue dellas y quedo gouernandolas el Maestro de campo Joan desquiel e estado en que estan [hasta el 1er de Marzo de 1607], Archivo General de Indias, *Patronato* 47, 21, fl. 6.
- 62 Fraassen, 'Types of Sociopolitical Structure', cit., p. 96.
- 63 L. Andaya, *The World of Maluku*, cit., pp. 90 e 157.
- 64 Pero Francisco S.J. to the governor-general Joan Maetsuyker, Makassar, 5 September 1655, *The Jesuit Makasar Documents (1615-1682)*, edited and annotated by Hubert Jacobs S.J., Rome, Jesuit Historical Institute, 1988, doc. 39bis, p. 128.
- 65 Governor Gerónimo de Silva to the king, 12 May 1615, in *Correspondencia de Don Gerónimo de Silva*, cit., p. 285.

HISTORIOGRAPHY

- 66 L. Andaya, *The World of Maluku*, cit., p. 98.
- 67 Alfredo Botelho de Sousa, *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia (1585-1669)*, vol. II, 1605-1617, Lisbon, União Gráfica, 1948, p. 333.
- 68 Manuel Lobato, 'A man in the shadow of Magellan', cit., p. 111 and n. 65 and the source therein quoted.
- 69 Galvão says: a noble Javanese woman of *patih* descent (which in that region means a chief) arrived in these ships, and, because she was a person of such high rank, Tidore Vongi, king of Ternate, had married her; for her sake they became Muslims, in H. Jacobs (ed.), *A Treatise on the Moluccas*, cit., pp. 82-84. See also Manuel Lobato, 'The Introduction of Islam in the Maluku Islands (Eastern Indonesia). Early Iberian Evidence and Oral Traditions', in *Estudos Orientais. Volume Comemorativo do Primeiro Decénio do Instituto de Estudos Orientais (2002-2012)*, edited by Eva-Maria von Kemnitz, Lisbon, UCP, 2012, p. 70.
- 70 Francisco Palha to the king, Goa, 20 November 1548, in Luís de Albuquerque and José Pereira da Costa, 'Cartas de "Serviços" da Índia (1500-1550)', *Mare Liberum*, 1, 1990, p. 386.
- 71 Pate, Pati or *Patih* is originally a Javanese title given to the prime-minister or *vizir*, or to a senior adviser of the ruler. In Maluku, although sometimes designating a governor, was frequently assigned to a mere head of a village (Pero Mascarenhas to the Jesuits of the Goa College, Ambon, 15 June 1570, in Jacobs (ed.), *Documenta Malucensia*, vol. I, cit., doc. 179, p. 597, n. 6), as it usually also happens to the title raja (Dieter Bartels, 'Politicians and Magicians: Power, Adaptive Strategies, and Syncretism in the Central Moluccas', in *What is Modern Indonesian Culture?*, edited by Gloria Davis, Athens, Ohio University, Center for International Studies, Southeast Asia Series No. 52, 1979, pp. 285-286). In the Eastern Archipelago it appears most often in the form *sang adipati* (Portuguese 'sangue-de-pate'), designating a local prince (L. F. Thomaz, 'O malogrado estabelecimento oficial dos portugueses em Sunda e a islamização de Java', cit., p. 402, n. 85). Anthropologists usually place him hierarchically after the raja. However, according to the specific Malukan context under consideration, he is sometimes ranked to the second place, as in the Ambon Archipelago (Frank L. Cooley, 'Village Government in the Central Moluccas', *Indonesia*, 7, 1, 1969, pp. 143-144, n. 8), or the third, as in Seram (R. F. Ellen, 'Conumdrums about Panjandrums: On the Use of Titles in the Relations of Political Subordination in the Moluccas and along the Papuan Coast', *Indonesia*, 41, 1986, p. 54).
- 72 P. R. Abdurachman, "Niachile Pokaraga". A Sad Story of a Moluccan Queen', cit., pp. 578-581.
- 73 Ibid., p. 581.
- 74 Ibid., p. 578.
- 75 Argensola, *Conquista de las Islas Malucas*, cit., p. 176.
- 76 P. R. Abdurachman, "Niachile Pokaraga". A Sad Story of a Moluccan Queen", cit., p. 574.
- 77 *Conquista de las Islas Malucas*, cit., p. 80.
- 78 Couto, *Décima Década*, Parte Primeira, cit., bk. V, Ch. IV, pp. 506-509.
- 79 Argensola, *Conquista de las islas Malucas*, cit., pp. 149-58.
- 80 Tristão de Ataíde to king, Maluku [Ternate], 20 February 1534, in A. Basílio de Sá (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*, vol. I, cit., doc. 37, p. 321. The earlier figures in Tomé Pires's *Suma Oriental* were collected in Melaka from Indian or Chinese informants.
- 81 Jordão de Freitas to King John III, Ternate, 1 February 1545, in A. Basílio de Sá (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*, vol. I, cit., doc. 50, p. 421.
- 82 Andaya, *The World of Maluku*, cit., p. 58.
- 83 James F. Warren, 'A Tale of Two Centuries: The Globalisation of Maritime Raiding and Piracy in Southeast Asia at the end of the Eighteenth and Twentieth Centuries', *Asia Research Institute Working Paper Series*, 2, Jun. 2003, p. 3.

Subsídios para o Estudo da Embaixada de Manuel de Saldanha a Pequim (1668-1670)

Cartas e Outros Documentos no Historical Archives of Goa

ANABELA NUNES MONTEIRO*

No Historical Archives of Goa (Índia) encontra-se um conjunto inédito de 52 cartas referentes à embaixada de Manuel de Saldanha a Pequim, realizada entre 1668 e 1670. O dito conjunto assume uma importância histórica destacada, em relação a outras (pocas) fontes, na medida em que fornece informações detalhadas do evento diplomático e, por conseguinte, permite outras interpretações quanto a aspectos pouco esclarecidos desse período da história de Macau.

A análise desta documentação implica o cruzamento com outras fontes, das quais destacamos: o relato do jesuíta Francisco Pimentel,¹ que acompanhou a embaixada no seu longo percurso até Pequim; os escritos do dominicano Domingos Navarrete,² sempre tão pronto a dar uma imagem negativa da acção lusa por terras orientais, visível nos seus *Tratados*, publicados em 1676; as cartas redigidas pelo infortunado embaixador aos jesuítas Manuel Reis e Luís da Gama, procurador e visitador da Província do Japão da Companhia de Jesus, respectivamente; e algumas actas das reuniões do Leal Senado.

O espólio, que aqui abordamos, caracteriza-se por ser um testemunho na primeira pessoa, dado que consiste num “relato” do próprio Manuel de Saldanha. Não nos estamos a referir a algo semelhante a um

diário, mas a um conjunto de escritos, constituído por cartas de nomeações, regimentos, orientações e ordens emitidas pelo embaixador, fornecendo um quadro razoavelmente claro quanto à dinâmica das relações entre os membros do séquito diplomático, aos poderes de Saldanha, à trama política subjacente à deslocação da embaixada e, sobretudo, ao esforço que a comunidade de Macau estava a levar a efeito para garantir a sua sobrevivência. E, se a este espólio juntarmos as informações contidas nas outras fontes anteriormente citadas, o ângulo panorâmico de análise histórica amplia-se significativamente para o investigador ou mesmo até para o simples amante da história.

Da reflexão, possibilitada por esta documentação, resulta um conhecimento suficientemente translúcido para se afirmar que a embaixada padecia de credibilidade junto do poder mandarínico, sofreu grandes reveses ao longo dos dois anos e meio da sua vivência e não cumpriu os objectivos inicialmente propostos pelo Leal Senado de Macau e pela comunidade mercantil que acreditou fortemente na recuperação da sua economia. Tal reflexão contraria a ideia, razoavelmente aceite, que a embaixada tinha primado pela boa compreensão e aceitação sínica, ainda que tivesse visto gorados os seus desejos de abertura do trato para a comunidade mercantil de Macau.

Em jeito de síntese contextual, diremos que a deslocação diplomática em epígrafe deveu a sua existência à conjuntura política e económica vivida pelo Império do Meio naquela época. Os profundos

* Doutorada pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Mestre em Língua e Cultura Portuguesa pela Universidade de Macau, autora de vários artigos sobre a História de Macau.

Ph.D. from Arts Faculty of Coimbra University and M.A. in Portuguese Language and Culture from the University of Macau. Author of several articles on the history of Macao.

Carta enviada por D. Afonso VI ao imperador da China.

HISTORIOGRAFIA

tumultos políticos-sociais provocados pela mudança dinástica Ming/Qing consolidaram-se numa guerra civil devastadora.

Um dos partidários da dinastia deposta – o pirata Coxinga (Zheng Chenggong 郑成功) – atacava, constantemente, com as suas bem organizadas hostes, as costas da China, arrecadando mercadorias que destinava ao comércio com o Japão e outros lugares, e angariando novos membros para a sua causa. Como o grande suporte financeiro daquele agente era o comércio, o imperador Kangxi resolveu aceitar a sugestão do seu conselheiro Huang Wu 黄梧 (1617-1674) para fazer recuar para o interior, numa distância de quatro léguas, todas as populações das aldeias, vilas e cidades³ de cinco províncias costeiras da China: Shandong, Jiangnan, Zhejiang, Fujian e Guangdong.

Zheng Chenggong.



A violenta decisão condicionou profundamente as populações marítimas daquelas províncias, causando, por arrastamento, um enorme prejuízo financeiro às autoridades chinesas, em geral, e ao próprio imperador, em particular. As perdas, segundo Lach,⁴ ascenderam a cerca de quatro milhões em ouro por ano. A cidade de Macau ficou abrangida pela dita proibição de navegação e de comércio, contribuindo para a diminuição acentuada dos réditos imperiais, em virtude da falta de cobrança das taxas aplicadas aos navios e às suas cargas.

Dado que as gentes da cidade lusa apenas sobreviviam do trato, a situação tornou-se rapidamente insustentável. A degradação do burgo foi rápida e inexorável, dando origem a uma outra imagem económica e social, onde pobreza, fome e prostituição se fizeram sentir. O estabelecimento de Macau, de um passado viçoso e essencial na rede marítima portuguesa, passou a constituir um quase peso morto para a Coroa, ainda que continuasse a ser reconhecida a importância estratégica da sua localização. A chapa imperial de proibição do comércio, aliada à situação conturbada interna do império chinês e ao fim do próspero trato com o Japão em 1640, condenaram o estabelecimento luso.

Nesse contexto, a 17 de Dezembro de 1662, com grande preocupação quanto ao futuro, decidiu o Leal Senado enviar uma petição ao vice-rei da Índia,⁵ António de Melo e Castro, levada a Goa pelo Pe. André Gomes,⁶ na qualidade de procurador de Macau.⁷ Na carta, falava-se da importância de Macau para Portugal, das diversas proibições impostas à cidade pelos tártaros e de como se sentiam enganados por estes, factos que, em sua opinião, justificavam uma embaixada de desagravo ao imperador da China. Mais tarde, o vice-rei da Índia e conde de S. Vicente, João Nunes da Cunha, apoiou a ideia, sensibilizado pela situação em que as gentes de Macau se encontravam.

A incumbência da embaixada foi atribuída a Manuel de Saldanha,⁸ imbuído de poderes muito latos, conforme se deduz dos cabeçalhos dos documentos por si produzidos:

“Manoel de Saldanha fidalgo da casa de sua Mag.^e e do seu conzelho de Estado [...] dador da ordem de nosso s.^{or} Jesus Christo embaixador extraordinario ao [...] rador da Grã-China e Tartaria pella mag.^e Serenissima del Rey Dom Afonso nosso S.^{or}, e como a tal concedidos os poderes de VRey assi na pax, como na guerra

assim nesta Cidade de Macao, como en todas as mais partes que há do estreito da Sumda pera dentro Ettr^a.”

Saldanha trouxe de Goa uma pretensa carta do rei de Portugal, datada de 12 de Março de 1666, provavelmente redigida e selada em Goa. O vice-rei possuía poderes para se corresponder com as potências asiáticas, em nome da Coroa portuguesa, usando o selo real. Contudo, existem registos da aprovação da embaixada por parte do príncipe regente D. Pedro, o que significa que este governante foi posto a par do que se estava a passar em Macau, ainda que numa fase posterior.

Esta missão oficial é aquela que mais interrogações tem levantado ao investigador, provavelmente por ter sido a menos estudada de todas as incumbências diplomáticas portuguesas enviadas ao Império do Meio. A título de exemplo salientam-se alguns pormenores: a obra *Ou-Mun Kei-Leok (Aomen Jilüe 澳門紀略)*⁹ refere que o embaixador Saldanha foi até à China, mas “A que reino do ‘oceano Ocidental’ pertencia Má-Nou-Mât¹⁰ foi cousa que não se pôde apurar.”¹¹ E ainda mais surpreendente foi a informação dada pelo vice-rei de Guangdong ao imperador, depois das reuniões efectuadas com Manuel de Saldanha: “Vê-se bem que a Europa não é mais que duas ilhotas, no meio do mar”.¹² Aparentemente, nestas observações demonstram ignorância sobre a situação geográfica de Portugal e da própria Europa. Tal afigura-se difícil de aceitar, dado encontrarem-se jesuítas europeus na corte imperial e que não deixariam de clarificar assunto tão relevante junto das autoridades mandarínicas e mesmo imperiais. Assim, a interpretação mais provável, para as surpreendentes conclusões atrás referidas, é que o mandarinato de Cantão não tinha qualquer interesse na deslocação lusa a Pequim, pois as sucessivas extorsões de verbas, por parte do dito poder local sobre Macau, poderiam vir a ser conhecidas, provocando uma reacção imprevisível de Kangxi. Daí a necessidade de enviarem notícias desvalorizando os estrangeiros que ali se encontravam, pretendendo-se que o séquito diplomático não gozasse da autorização necessária para prosseguir viagem.

Neste conjunto de documentos encontram-se cartas para D. Álvaro da Silva,¹³ capitão-geral de Macau entre 1667 e 1670, ou seja, sensivelmente o tempo de duração da embaixada, cartas para o vice-provincial dos jesuítas, Pe. Luís da Gama¹⁴ e para outras personalidades



António de Melo e Castro, vice-rei (1662-1666). Reproduzido de Francisco Xavier Valeriano de Sá, *Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa*. Macau: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

que circulavam pelo mar do Sul da China e que, por casualidade ou necessidade, aportavam a Macau. Todos os agentes contemplados pela pena de Saldanha desempenharam algum papel, de maior ou menor destaque, no contexto da embaixada e na sobrevivência de Macau daquela época.

Com Saldanha e o novo capitão-geral deram entrada na cidade cerca de cem soldados portugueses e indianos, assim como salitre, armas e arroz.¹⁵ Tal interpreta-se como havendo cuidados especiais na

HISTORIOGRAFIA

defesa e no abastecimento da cidade no período em questão. A maior parte das orientações de Saldanha passaram pelas mãos de D. Álvaro, que se revelou um grande apoiante do embaixador mesmo em detrimento dos anseios da comunidade mercantil. Os dois agiram sempre em consonância, funcionando o capitão-geral como uma retaguarda política do embaixador. Aliás, tal é visível numa das cartas, assinada por Saldanha e datada de 1 de Janeiro de 1669, em que chegava a nomear D. Álvaro da Silva para governador de Macau!¹⁶ A situação devia-se ao facto de os oficiais que haviam sido eleitos para funções da Câmara não quererem aceitar os cargos. Para evitar que Macau “se perdesse”, indigitou D. Álvaro da Silva para um cargo com poderes para eleger elementos para a edilidade, facto que contrariava o espírito democrático que presidia à eleição dos oficiais de Macau.

A relação de D. Álvaro da Silva com a edilidade norteou-se por desentendimentos e conflitos, sendo alguns deles de índole gravosa, como prender pessoas sem culpa formada ou espancamento de oficiais.¹⁷ No entanto, o embaixador e o capitão mantiveram uma estreita cooperação e confiança mútua durante o período da embaixada. Assim sendo, compreende-se por que razão as relações de ambos com o Leal Senado assumiram grande tensão, levando a uma situação de conflito aberto em 1670, protagonizado pelo secretário da embaixada e homem da confiança da comunidade de Macau, Bento Pereira de Faria.

Como resultado dos desentendimentos constantes, a edilidade, em carta enviada para Goa, expôs as queixas contra o capitão-geral, numeradas e organizadas cronologicamente, exigindo justiça.¹⁸ Tal mereceu uma cuidadosa atenção do poder central e o citado dignitário regressou a Goa de forma coerciva, onde foi julgado pelos crimes cometidos. Ainda nesse ano de 1670, foi substituído por Manuel Borges da Silva.

Mesmo ainda em Macau, antes do início do périplo da embaixada em terras sínicas, o embaixador fez uma série de nomeações, tendo algumas delas forte influência na vida política e económica de Macau. Uma dessas nomeações incidiu na pessoa de Simão Gomes da Silva, escolhido para seu principal adjunto durante o período da embaixada:

“Porquanto sua Mag.^e que Deós guarde a estas partes a nego [...] tão particulares, que delles depende juntam.^{te} a conservação dellas; e por

me achar neçessitado do principal fundam.^{to} que pera conseguir todos os boñs efeitos que nellas se pretende: me hê neçessario; e por que na pessoa de Simão Gomes da Silva que de prez.^{te} acabou de ser capitão Geral desta praça, concorrem todos os bons fundam.^{tos} por sua m.^{ta} autoridade, experiência serviços mereçim.^{tos} e valor. O nomeio p’ principal junto a minha pessoa, pera poder resolver em sua companhia cõ açerto, e como mais convier ao serviço de sua Mag.^e todas as embaraçadas materias que se me offereçẽ, a vencer as dificuldades que ouuer.”¹⁹

Saliente-se o facto de nesta carta de nomeação existir um dado de importância histórica, quando refere “na pessoa de Simão Gomes da Silva que de prez.^{te} acabou de ser capitão Geral desta praça”.²⁰ Se assim foi, o período só pode ter sido entre 1656 a 1664, lapso de tempo em que os capitães-gerais permanecem desconhecidos. A nomeação está datada de 25 de Outubro de 1667 e revela confiança na pessoa ou no desempenho de cargos anteriormente ocupados pelo indigitado,²¹ o que corrobora a indicação de ter sido capitão-geral. No entanto, a documentação em causa mostra que Gomes da Silva teve uma acção muito discreta nos problemas e conflitos que tiveram lugar nessa jornada diplomática a Pequim, não se evidenciando nem a favor dos interesses da comunidade mercantil, defendidos por Bento Pereira de Faria, nem dos interesses dos jesuítas, defendidos pelo capelão Francisco Pimentel, nem dos próprios interesses do embaixador.

Ora, o dito Bento Pereira de Faria foi uma das figuras-chave nesta acção diplomática. Saldanha, confiou-lhe a responsabilidade de secretário da embaixada, alegando ser fidalgo da “Caza de Sua Magestade” e homem de grandes qualidades. Apesar de não ser clara a verdadeira razão da escolha do embaixador, é possível que tenham concorrido para tal os conhecimentos administrativos de Pereira de Faria, pois havia sido vereador e juiz ordinário de Macau. Contudo, não é de ignorar que estamos perante uma figura de total confiança do Senado, órgão representativo da comunidade mercantil, que deve ter exercido uma grande pressão para que fosse um dos seus homens a levar a petição às mãos do imperador. Para os moradores, em geral, e para a elite macaense, em particular, a motivação era puramente material e muito objectiva. Interessava-lhes a reabertura do comércio.

HISTORIOGRAPHY



Mapa da foz dos rios do Oeste e das Pérolas com a península de Macau incluído no manuscrito *Advertencias ha Coroa del Rey Dom Joao 4º*, de Jorge Pinto de Azevedo, de 1646 (Biblioteca da Ajuda). Reproduzido de Luís Filipe Barreto, *Cartografia de Macau. Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Missão de Macau em Lisboa, 1997.

Neste leque de nomeações uma outra se destaca: a de capitão da viagem a Timor que foi passada a Fernão Martins da Ponte. Esta viagem era uma das que se revelavam com êxito comercial, desde que pudesse ser realizada. A carga de sândalo era muito rentável, pois o produto tinha uma infinidade de aplicações que variavam entre a feitura de mobílias até à confecção de chás, num leque opcional muito atractivo para a comunidade sínica. Daí que fosse necessário que a tutela da referida deslocação fosse entregue a um homem de confiança. E o mesmo ainda viria a ser contemplado por Saldanha com tarefas específicas, como aquietar as gentes de Solor e Timor, dado os desentendimentos locais, ainda que também tenha dado ao timorense Mateus da Costa o cargo de “capitão-mor da guerra daquelas partes”²² devido à preocupação, muito justificada, com a ameaça holandesa. Mas o desassossego do embaixador

foi mais longe, pois o designado por Goa, Simão de Souza de Távora, viria a ser impedido de exercer o dito cargo pelo próprio capitão-geral, D. Álvaro da Silva, cargo por si já atribuído a Martins da Ponte.²³ O mais interessante desta destituição é que Saldanha recorre aos bons serviços de Fr. Duarte Travassos de Ozorio, membro visitador do Santo Ofício, dando-lhe plenos poderes como consultor e nomeando-o fiscal de tudo o que dissesse respeito ao sucesso da embaixada:

“P.^o Mestre frey Duarte Travassos de Ozorio, G.^or Vizitador e comiss.^o do s.^o ofício do Bispado de Malaca, Comiss.^o e Vizitador da Religião dos pregadores nas Christand.^{es} de Solor e Timor pella qual o nomea VS.^a pello poder que tẽ por plenipotenciario, p.^a todo o espediente desta Embaixada p.^a que em tudo, e q' tudo o a ella conducente e pertencente seja chamado,

HISTORIOGRAFIA

consultado e ouvido, e assistente no que for justo, como se V.S.^a estivera presente cō os poderes q' de Sua Mag.^e tem. E e assi mais lhe dá VS.^a poder e espeçial p.^a conhecer e autuar a causa dos impedim.^{tos} que hã em Simão de Souza Tavora, p.^a não ter ef.^{to} a provizão que alcançou de S.^r Conde VRey para VS.^a ver."²⁴

Uma das cartas do espólio em análise é mesmo dirigida a Sousa de Távora, com duas ordens claras: que não saia de Macau e que está destituído do cargo em que havia sido investido por Goa.²⁵

Saldanha, um ano mais tarde, procedeu à nomeação de Jerónimo de Abreu Lima, distinto mercador e homem forte de Macau, para capitão-mor de Solor e Timor, já que Francisco Vieira de Figueiredo havia entretanto falecido:

“seus grandes mereçim.^{tos} e prestimo em tudo concorrem na pessoa de Hieronimo d'Abreu Lima cavaleiro profeço da Ordem de nosso S.^{or} Jesus Christo; E por que sō de seu grande talento se podem fiar os maiores asertos em tudo. Pellos poderes que tenho de Sua Mag.^e o nomeio pella presente por Capitão mor e com poderes de Geral desta presente viagem E das Ilhas de Solor e Thimor aonde o mado p' serviço de Sua Mag.^e e com os mesmos poderes nas ditas ilhas, e pera que melhor poça exxecutar o que lhe mando...”²⁶

Ou seja, requisita os bons serviços e confiança de um dos mais influentes moradores de Macau. Para tudo isto contava com os bons serviços de D. Álvaro da Silva para defender, em Macau, as ordens por si emitidas, mesmo que elas, eventualmente, desautorizassem o poder central de Goa.

Saldanha estendeu o seu controlo a outros cargos estratégicos da economia de Macau, nomeando gente que pudesse ser do seu agrado. Neste campo situa-se a nomeação de Pero de Moraes Pimenta “para feitor da fazenda real de Sua Mag.^e nesta praça de Macao”,²⁷ com a indicação expressa de que o titular designado não tinha de prestar contas a Goa, alegando ser grande a distância entre as duas cidades. Portanto, bastava dar as informações necessárias apenas a Saldanha. Outro que se seguiu foi Domingos Cardozo Vieira, cuja nomeação para ouvidor foi um facto, com todos os poderes, privilégios e isenções a que tinha direito o titular desse cargo.²⁸

Na ambição de coroar de êxito a embaixada – nem por isso o propósito fulcral da mesma – Saldanha

foi mais longe em 1668, ainda em Cantão, quando ordenou que a percentagem aplicada sobre a carga dos navios fosse escrupulosamente observada, para que da mesma saísse algum benefício para o “commum” de Macau, mas principalmente para a sua embaixada.²⁹ Temendo ordens contrárias de Goa, e querendo dirigir a situação, ordena ao seu apoio D. Álvaro da Silva que não deixasse de receber bem os dois mandarins, “com agazalhos e cortezias”, enviados por Cantão para ver a cidade, e que se finja doente para evitar receber os ditos emissários sînicos,³⁰ que chegaram a 19 de Julho de 1668³¹ para inspecionar as zonas costeiras. O imperador tinha ordenado a sua reocupação sem, contudo, incluir as ilhas. De imediato, a comunidade lusa redefiniu as suas estratégias políticas, pretendendo incluir a cidade como zona abrangida pelo decreto. É provável que tivessem sido oferecidos subornos às autoridades para a obtenção destes desideratos, visto que o Pe. Luís da Gama refere que, a 30 de Dezembro desse ano, tinha vindo de Cantão a notícia que os dois procuradores de Macau, juntamente com o embaixador, tinham negociado a pretensão portuguesa pela quantia de 120 000 taéis.³²

Para além disso, admite que o séquito diplomático se encontra num “aperto”, solicitando o envio urgente de algum “cabedal” para sustento do mesmo.³³ Nesta estratégia de exigência de socorro, escreveu também para o já referido Mateus da Costa para o envio de um donativo a ser pago por todos os mercadores de Solor e Timor.³⁴ Para alívio da situação, chega mesmo a dar ordem que, para garantir o sustento e o êxito da iniciativa diplomática, Macau deveria recorrer aos fundos da Santa Casa da Misericórdia e ao cofre das viúvas e dos órfãos, assim como procedeu a nomeações de pessoas para se deslocarem a Timor à procura de bens, ou para irem buscar D. Catarina de Noronha, viúva do riquíssimo Francisco Vieira de Figueiredo. O documento é bastante explícito quanto à ordem dada:

“a Dona Catharina de Noronha molher que ficou do defunto Capitão mor de todo o Sul Francisco Vr.^a de Figueiredo p.^a que absolutam.^{te} e sem dependência de nenhũ cabo maior de guerra ou justiça ande ou asista do Estreito da Sumda p.^a dentro, ou seja, cō minhas ordeñs ou do S.^{or} Conde VRey que p.^a este caso p' esta(?) som.^{te} hey por levantadas e derogadas possa embarcarse no seu navio nossa S.^{ra} da Conçeição

HISTORIOGRAPHY

E São Domingos Suriano (que nesta monção mandey que fosse sem impedim.¹⁰ algũ a busca ou a fazer o que a dita S.^{ra} lhe mandasse) e nelle poderá trazer toda a carga p' sua conta ou a parte que della quizer a seu livre alvedrio...”³⁵

Ao contrário do que aparentemente está expresso no documento, a preocupação de Saldanha pela dita senhora era movida pela ambição e não por qualquer fim altruísta. Com a ida dela para Macau, iria a fortuna em navios e bens do seu falecido marido. Tal era fundamental para o equilíbrio financeiro da cidade, como, aliás, deixou claro em missiva por si redigida a D. Álvaro da Silva, o seu amigo e apoiante em Macau: “não ter outro senão tem vindo, a qual pode ajudar muito com seu cabedal a essa cidade e ao serviço del Rey em ocasião prezente de tanto aperto pera tudo...”³⁶

E, na continuação do empenhamento em levar a embaixada a Pequim, também ordena que todos os oficiais da cidade de Macau acudam à situação, admitindo que até já havia sido vendida a prata dos serviços do grupo diplomático, bem como refere que estavam retidos em Cantão, sem permissão de seguir viagem. Tais pedidos e desabafos desesperados estão patentes nas cartas escritas para os jesuítas Manuel dos Reis e Luís da Gama que chegaram mesmo a contribuir com dinheiro, coral e até pimenta, estes para venda:

“Agradeço tanto a V R.^{ma} a merce q' me faz sem respeito a alguma cousa, dos quinhentos pardaos, e maço do coral que não sera bastante a vida a lho pagar em serviços alem da satisfação principal...”³⁷

Desta forma, tornam-se consistentes os escritos de Domingos Navarrete, quando refere que a embaixada não gozava de qualquer crédito junto do mandarinato de Cantão.³⁸

Nesse contexto, Saldanha nomeou Manuel Leal da Fonseca e Miguel Grimaldo, moradores em Macau, como seus enviados ao rei do Sião para lhe solicitar um empréstimo para suporte da embaixada a ser pago, obviamente, por Macau.³⁹ Estes representantes da comunidade foram portadores de uma carta para o monarca siamês, onde se salientava a amizade entre os dois povos bem como a necessidade extrema de um empréstimo em prata para salvaguardar o futuro de Macau, personificado no envio da embaixada a Pequim. O montante em causa era cerca de 120 000 taéis, explicando-se que o que iria ser pedido em Pequim era

a liberdade de comércio, única fonte de rendimentos da cidade lusa. As cartas enviadas ao barcalão do Sião, bem como ao feitor português no Sião, são as únicas no conjunto deste espólio de cartas e outros documentos em que o embaixador refere a necessidade de libertação da cidade lusa em relação ao decreto de proibição emanado em 1661. Quanto a este assunto, Saldanha procurou garantir que o montante enviado pelo Sião e o que tivesse entrado de Timor e Solor não fosse desviado para outros fins, nomeando uma junta, tendo como superintendente o bispo de Macau, Miguel dos Anjos (Ordem de Santo Agostinho), e, como adjuntos, João Vieira de Magalhães, Jerónimo de Abreu Lima, Belchior de Barros, Miguel Grimaldo e Gaspar do Rego da Cunha.⁴⁰

Com se não bastasse a situação periclitante de Macau, o infortúnio da deslocação diplomática e as tentativas absolutamente desesperadas em prosseguir o seu caminho até Pequim, à custa de tudo e todos, Saldanha adoeceu com gravidade, problema esse que foi uma constante durante a deslocação diplomática. Temendo pela sua vida, decidiu nomear para seu substituto André Coelho Vieira,⁴¹ caso viesse a falecer, o que, de facto, teve lugar já no retorno a Macau. A ordem continha indicações expressas para que todo o séquito diplomático reconhecesse o embaixador indigitado e que o mesmo cumprisse rigorosamente as orientações de Saldanha.⁴²

Devido às imensas dificuldades sentidas pelos membros da embaixada, os objectivos iniciais do evento diplomático foram sendo alterados, sob uma nova perspectiva. O impasse criado em Cantão levou a dois anos de delonga naquela cidade chinesa. Tal prejudicou muito a situação de Macau e aumentou as despesas. Para Saldanha o que interessava era mesmo garantir o sucesso da sua tarefa e o seu bom nome, sendo esta percepção razoavelmente clara nos seus escritos. As decisões, ou a falta delas por parte do embaixador, não beneficiaram a comunidade da cidade lusa. Contudo, as razões da espera em Cantão não foram da responsabilidade de Saldanha, pois outras explicações são viáveis naquele contexto histórico: o mandarinato desejava verificar a autenticidade das credenciais do diplomata e da carta régia, através da respectiva leitura, o que era sistematicamente boicotado pelo embaixador. Por outro lado, a falta de ostentação e a pobreza da própria embaixada teriam dado origem à desconfiança chinesa sobre a possibilidade de a mesma vir de um país tão longínquo:

HISTORIOGRAFIA



O imperador Kangxi.

“Mando mais a dita nobre Cid.^e que pera ajuda deste grande aperto presente em que me vejo, p’ falta de prata (em cazo q’ não seja bastante socorrer esta embaixada as dividas que se lhe devem: ou em cazo q’ se lhe paguê em fazendas.”⁴³

Aliás, a pobreza do séquito diplomático aparece referida várias vezes na documentação em análise, como o pedir fiado mantimentos de primeira necessidade, conforme confessa numa das cartas o próprio embaixador. A oposição movida pelos mandarins explica-se, por um lado, porque as pretensões da elite macaense eram

HISTORIOGRAPHY

públicas, havendo muita gente chinesa e macaense na cidade que rapidamente fazia chegar aos ouvidos do mandarinato os desejos, dificuldades e anseios da comunidade portuguesa. A essa informação, tornada pública, podemos juntar o facto de as autoridades locais de Cantão terem arrecadado um bom pecúlio à custa de sucessivas chantagens sobre a comunidade portuguesa. Os interesses imperiais nem sempre coincidiam com os de um mandarinato corrupto, mais propenso para o lucro fácil em proveito próprio.

Por outro lado, a embaixada foi apoiada por mercadores de Macau que levavam mercadorias para Cantão, alegando necessidade de contactar o séquito diplomático. Mesmo pouco, o trato que se ia desenvolvendo era bem-vindo para uma cidade depauperada, mas igualmente para a embaixada, pois o próprio embaixador acusa a recepção de bens destinados ao comércio.⁴⁴ E havia ainda a questão do empréstimo solicitado ao monarca do Sião, um reforço a juntar à dívida já existente, contraída anos antes. Como já se viu atrás, o citado reforço foi pedido, em 1667, para pagar a deslocação a Pequim,⁴⁵ tendo chegado a Macau em Julho de 1669.

Assim, a embaixada foi obrigada a iniciar uma luta pelo prosseguimento dos seus intentos, de ir até Pequim e ser recebida por Kangxi. Entre 1667 e 1670, as extorsões por parte do mandarinato sobre Macau não pararam, contribuindo para o agudizar da situação económica e para exacerbar os ânimos das gentes da comunidade já muito desgastadas com o seu infortúnio. Aliás, esta será a grande razão do atrito violento que rebentou entre os membros do séquito diplomático, após a morte de Saldanha, mas latente desde início. O facto de o diplomata referir nas suas missivas que teve de vender objectos de uso diário da embaixada para conseguir fundos para o seu sustento não devia ser fácil de aceitar, pois estava em causa a própria dignidade da comunidade de Macau. Apesar do capelão da embaixada, Francisco Pimentel, apenas referir a gentileza e apreço das autoridades mandarínicas em relação aos membros e à própria deslocação diplomática, verifica-se, mais uma vez, que a versão dos acontecimentos dada pelo dominicano Fr. Domingos Navarrete⁴⁶ é consentânea com a que se encontra patente nas missivas que o embaixador trocou com D. Álvaro da Silva e com os jesuítas.

Fr. Navarrete diz claramente que a embaixada e o próprio embaixador estiveram longe de ser bem tratados

pelas autoridades chinesas, passando inclusivamente muitas dificuldades e até humilhações.⁴⁷ O testemunho do espanhol poderá ter alguma credibilidade, em virtude de o mesmo ter chegado a Macau a 18 de Dezembro de 1669, vindo de Cantão, e ter acompanhado de perto a presença dos portugueses nessa cidade antes da ida dos mesmos para Pequim.

O dito depoimento encontra-se incluído nos seus *Tratados*, publicados em 1676 e, desde logo, foi alvo de controvérsia. Os missionários apostólicos do Império da China, sobre esse escrito, redigiram um memorial⁴⁸ apologético ao conde de Villa-Humbrosa, Presidente do Conselho Supremo de Castela dividido em *Reparos* que analisam, demoradamente, o livro do frade. Este havia seguido para o Oriente em 1659 com o cargo de *Procurador General en la Corte de Madrid por la Provincia del Santo Rosario das Filipinas*, mas, como ele próprio admite, pouco tempo passou nessas ilhas. No mesmo ano, já estava na China (Fujian e Zhejiang). Em 1665, foi à Corte de Pequim para depois seguir para Cantão, onde esteve preso juntamente com outros missionários de diferentes ordens religiosas, aquando da perseguição ao Cristianismo. Decidiu fugir, deixando os seus companheiros de prisão numa situação de grande desconfiança por parte dos chineses. Em Abril de 1672 encontrava-se em Madrid, depois de ter passado por Macau em 1669. Mesmo antes de publicar a sua obra, já esta era muito contestada por religiosos contemporâneos que diziam que só poderia enganar quem não estivesse informado sobre a China. Nessas críticas, os autores consideravam que ele destruíra e caluniava o trabalho jesuíta, não só de portugueses como também de evangelizadores de outras nacionalidades.

Da leitura destas fontes conclui-se que houve muitos choques de interesse nos propósitos, desenvolvimento e conclusão dessa iniciativa diplomática. Senão, vejamos o seguinte: os jesuítas residentes na Corte sínica tinham a informação segura de que o mar não seria aberto até haver a certeza de que a ameaça iniciada por Coxinga se encontrava definitivamente ultrapassada. A informação tinha sido dada por um “colao” (*ge lao* 閣老, mandarim de primeiro grau e conselheiro supremo do imperador),⁴⁹ grande amigo dos jesuítas em Pequim. Os sacerdotes Luís da Gama, Manuel dos Reis e Gabriel de Magalhães pronunciaram-se também contra a entrega do memorial, deixando bem claro, junto do embaixador, que se podia incorrer numa

HISTORIOGRAFIA

potencial perseguição aos missionários, na corte e fora dela, pondo em causa todo o trabalho evangélico realizado durante décadas. Para além disso, o citado documento continha feitos de guerra, mostrando serem os portugueses bons militares. Os jesuítas chamaram a atenção para o que tinha acontecido com os holandeses: quiseram duas feitorias,⁵⁰ uma em Nanquim e outra em Fujian, tendo obtido permissão, desde que dessem apoio militar para expulsar os chineses partidários da deposta dinastia Ming das ilhas da província do Fujian (entre 1662 e 1668).⁵¹ Os holandeses, comandados pelo almirante Balthasar Bort, desejosos de cair nas boas graças dos chineses, resolveram demonstrar todo o seu nível bélico, e, apesar de terem perdido três naus, conseguiram expulsar os referidos opositores. Mas, como consequência dessa ostentação bélica, os tártaros ficaram surpresos e amedrontados com aqueles “aliados”, considerando-os demasiado perigosos para o império chinês. Foram expulsos e as suas feitorias recusadas, tornando-se o exemplo por demais significativo para ser subestimado. A embaixada corria o sério risco de lhe acontecer o mesmo se as autoridades chinesas se sentissem ludibriadas.

Por outro lado, a comunidade representada pelos homens da confiança do Senado, Bento Pereira de Faria e Vasco Barbosa de Melo,⁵² responsáveis pela defesa económica de Macau, exigia a entrega do memorial, pois seria a única forma de se libertar a cidade da proibição de navegação. E qual a posição de Goa relativamente a todo este processo? As motivações do poder central aparecem mais diluídas no emaranhado político-económico da questão. O vice-rei acedeu à realização do evento diplomático, desde que as despesas fossem custeadas pela Cidade do Nome de Deus e, mesmo assim, esta autorização oficial só foi obtida cerca de quatro anos após o primeiro pedido. Em nossa análise, tal situação demonstra a pouca importância atribuída aos moradores e à própria localidade ou descrença em que uma embaixada pudesse vir a resolver os problemas de Macau, para além de Goa não compreender a gestão política do Leal Senado e da elite mercantil nem a sua relação com o mandarinato. Igualmente se encontram no Historical Archives of Goa cartas do vice-rei criticando as gentes de Macau, em análises completamente fora do contexto vivido pelas gentes da cidade em causa.

Finalmente, a postura de Saldanha, reinol, revelou-se algo dúbia. Se a embaixada foi organizada

como medida de desagravo junto das autoridades chinesas, algumas das suas cartas revelam mais uma preocupação de êxito pessoal do que o cumprimento dos objectivos inicialmente propostos. Tal poderia ter sido motivado pelo passado do diplomata que, frequentemente, aparece referenciado como a pessoa que, por erro estratégico, entregou Olivença aos espanhóis e que, por isso, foi julgado em tribunal e deportado para a Índia.⁵³ A identificação do diplomata tem levantado uma sucessão de dúvidas aos historiadores por não haver provas documentais seguras acerca de quem se trata. No entanto, alguns autores como Lima Durval,⁵⁴ sugerem que seja o quarto filho de Luís de Saldanha, vedor da casa da rainha D. Leonor, e de D. Maria da Silva, tendo servido como militar no Brasil e encontrando-se em Portugal em 1648. Anos depois, em 1653, foi nomeado mestre-de-campo em exercício no Alentejo, onde permaneceu cerca de três anos. Nos inícios de 1657 tornou-se capitão da nau almirante da esquadra com destino à Índia, mas recusou o cargo para aceitar o governo da cidade de Olivença, em substituição de André Mendes Lobo. Olivença foi atacada por Francisco de Touteville, conde de S. Germano, e a praça, sob a liderança de Saldanha, rendeu-se após algumas semanas de cerco. A capitulação desagradou profundamente ao Reino, incluindo os próprios habitantes da cidade, que preferiam perder os seus bens a ficar sob domínio castelhano.⁵⁵

O Conselho de Estado, em consequência da situação vivida, mandou prender Saldanha, que foi condenado ao degredo para a Índia, castigo aplicado às classes mais altas do reino.⁵⁶

Contudo, aceitando ser esta pessoa o embaixador Manuel de Saldanha que teve a missão de se deslocar à corte do Celeste Império em 1668, Durval Lima apresenta uma outra razão do degredo do fidalgo para zona tão longínqua. O embaixador português em Inglaterra possuiria a informação de que os holandeses se preparavam para tomar Goa. Tal hipótese não era descabida, atendendo à apetência desse povo europeu pelas rotas lusas no Oriente em geral. Assim, tornava-se premente o envio para a Índia de um militar experimentado. No entanto, não foi encontrado suporte documental para tal análise, ainda que se admita ter Durval Lima tido acesso, em 1930, a documentação que, entretanto, se tivesse deteriorado. Toda a sua atitude patente nessa epistolografia sugere uma grande preocupação em não deixar cair a imagem de Portugal

e, por consequência, o seu próprio bom nome. Se tal pessoa não é a mesma que governou e deixou cair Olivença em mãos inimigas, então estaremos perante alguém que recebeu uma incumbência diplomática e, muito alheado da vivência dramática dos portugueses radicados em Macau, tentou à sua maneira garantir o êxito de uma embaixada com um propósito meramente cortês. A hipótese, apesar de ter que ser considerada, não nos parece verosímil dada a quantidade de informações consentâneas com a possibilidade de Saldanha ser, de facto, o responsável pelo desastre de Olivença. Nas cartas e regimentos por si emitidos verifica-se um alheamento quanto às verdadeiras necessidades e propósitos da comunidade sediada em Macau. Desta forma, Manuel de Saldanha optou pela não entrega da documentação alusiva à falta de liberdade do comércio no Sul da China.

Apesar de todo o conflito e jogo de interesses, no decorrer das vicissitudes dessa embaixada alguns missionários surgiram como os grandes obreiros da boa recepção em Pequim: os jesuítas residentes na corte imperial. Estes interferiram no evento, conseguindo que a embaixada fosse recebida pelo imperador Kangxi. Apesar da grande fonte histórica continuar a ser o Pe. Pimentel,⁵⁷ o embaixador e os membros da embaixada foram bem recebidos, principalmente se levarmos em conta a recepção, bem menos cordial, que haviam tido os holandeses uns anos antes.⁵⁸ A primeira embaixada a entrar sem o estatuto de tributária, em mais de dois mil anos de história da China, teria sido, aparentemente, a de Saldanha, de acordo com a documentação portuguesa coeva. O facto devia-se, sem dúvida, à influência dos notáveis jesuítas residentes em Pequim, ao conseguirem que o barco do embaixador transportasse o estandarte com a designação de *Cinhó* (*jin he* 进贺), que significa “entrar a dar parabéns”, em substituição do tradicional *Cincum* (*jin gong* 进贡) traduzido por “entrar como tributário”.⁵⁹ A notícia da aceitação da embaixada como sendo não tributária deu ânimo às gentes de Macau, contribuindo para um certo clima de esperança quanto aos objectivos pretendidos. Num país de hábitos milenares, tão fechado e cioso dos seus princípios, hábitos e costumes, tornava-se notável o feito diplomático conseguido pelos sacerdotes atrás referidos.

No entanto, nas fontes chinesas, a embaixada aparece referida como tendo sido tributária, mas nem Pimentel, Navarrete ou as cartas do embaixador

indicam que tivessem sido usadas atitudes protocolares consentâneas com a situação indicada. Não deixa de existir uma certa lógica na insistência de ser considerada tributária, pois, para ser aceite pelo imperador, a embaixada teria de ter essa classificação, como, de resto, acontecia a todas as missões diplomáticas que quisessem ir até Pequim.⁶⁰ Por esses anos, ainda segundo o Pe. Pimentel, os reinos que tinham entrada com tal designação eram a Coreia, o Laos, a Cochinchina, o Sião, o Sulu, a Birmânia e a Holanda.

A viagem de regresso foi atribulada, devido ao eclodir de ressentimentos recalcados durante aqueles dois anos. Quando o embaixador faleceu, Bento Pereira de Faria assumiu o seu posto, modificando as últimas vontades de Saldanha. Após a chegada a Macau, tornou pública uma acusação contra a Companhia de Jesus sobre as razões que levaram ao fracasso do propósito diplomático, criticando severamente o bloqueio jesuíta à entrega do memorial.

A acusação, sob a forma de um *Libelo Acusatório*, percorreu a cidade, exaltando ânimos e constituindo uma polémica declarada entre o poder religioso e o poder autárquico, ou seja, entre a poderosa Companhia de Jesus e os comerciantes e edis de Macau, que tentavam manter viva a sua única fonte de subsistência, o comércio. A controvérsia chegou a Goa, tendo, inclusivamente, os jesuítas proposto Bento Pereira de Faria para excomunhão, proposta que se torna nebulosa para o investigador, dado que a documentação se revela pobre quanto à evolução de toda essa interessante questão.

Quanto aos gastos da deslocação diplomática – gastos que merecem ser referidos por terem sido pagos por uma comunidade muito debilitada economicamente – atingiram o montante de 29 371 taéis em 1667, acrescido, em Fevereiro de 1668, de cerca de 207 taéis em produtos e agravado em Setembro, entre produtos, prata e despesa variada, de mais 1574 taéis. Para as despesas de Bento Pereira de Faria, Vasco Barbosa de Melo e dos jurubaças, um de nome José da Costa e outro Moraes, em Cantão, gastaram-se mil taéis. Tudo somado, as despesas aproximaram-se dos 32 200 taéis ainda em Cantão,⁶¹ uma quantia astronómica para uma cidade com graves dificuldades de sobrevivência. O empréstimo obtido junto do rei do Sião só viria a ser saldado em 1722 e tornou-se vulgar retirar todos os anos um por cento da venda dos produtos que vinham nos navios para o pagamento dessa quantia. Por vezes,

HISTORIOGRAFIA

já nas duas últimas décadas do século, a dificuldade em amortizar a dívida foi tal que a sua suspensão temporária se tornou um facto.

As considerações feitas por Saldanha na sua epistolografia não deixam de ser significativas sobre certos aspectos. Por exemplo, considerava a prática de subornar tão frequente e aceite pelas autoridades sínicas que tal teria sido a razão do pouco êxito diplomático dos holandeses, por não respeitarem esse costume. Numa carta, datada de 1 de Setembro de 1669 e endereçada ao Pe. Luís da Gama, dizia

“com esta clara verdade dou a V R.^a as graças, e os parabens de ser chegada a chapa, partiremos a Corte, de que por via de Capitão Geral (a quem peço) muito nos de hum treslado a Vossa Reverendissima para que melhor veja a certeza do muito, que devemos, a quem com dinheiro nos patrocina...”⁶²

Por aqui se vê que a Companhia de Jesus não só apoiava diplomaticamente a missão como também a suportava com dinheiro. O auxílio, solicitado pelo embaixador, está patente em mais duas cartas, datadas

de 3 de Setembro de 1669 e 8 de Janeiro de 1670, onde também agradecia toda a influência e benefícios feitos pela Companhia de Jesus à embaixada e ao seu propósito e feitos, agradecimentos dirigidos em especial aos jesuítas residentes em Pequim.

Apesar dos conflitos internos e das suas consequências já no território de Macau, a embaixada tinha deixado uma boa imagem de Portugal junto do imperador. As ofertas eram superiores às efectuadas aos outros países que visitavam a China com embaixadas ou como estados tributários. O regresso a Macau da comitiva diplomática iniciou-se a 27 de Agosto de 1670⁶³ em sete barcas imperiais, revestindo-se a partida de solenidade.

A carta imperial, escrita por Kangxi, cujo conteúdo era de amizade e apreço pelo monarca português, mas sem contemplar o tão ansiado, foi registada em reunião do Leal Senado, sendo lançada nos livros da Câmara pelo escrivão Domingos da Silveira e subscrita pelo tabelião Manuel Leitão no dia 27 de Dezembro de 1670.⁶⁴ **RC**

NOTAS

- 1 Francisco Pimentel, *Breve Relação da Jornada que fez a Corte de Pekim o Senhor Manoel de Saldanha, Embaixador Extraordinario del Rey de Portugal ao Emperador de China, e Tartaria (1667-1670)*.
- 2 Domingo Fernandez Navarrete, *Tratados historicos politicos, ethicos y religiosos de la Monarchia de China*.
- 3 Francisco Pimentel, *Breve Relação da Jornada que fez...*, p. 12.
- 4 Donald Lach Lach e Edwin Van Kley, *Asia in the Making of Europe*. vol. 3 - *A Century of Advance*.
- 5 “Do Leal Senado para o vice-rei da Índia”. Arquivo Histórico de Macau [AHM], microfilme C0627, documento n.º 12 (o documento encontra-se no Historical Archives of Goa [HAG]).
- 6 Este padre substituiu, com o título de vice-provincial, o Pe. Pero Jusarte em 27 de Agosto de 1667, em virtude de este se encontrar ausente na Europa. A substituição foi determinada pelo Pe. Luís da Gama. Em 1683, André Gomes voltou a ser nomeado para o mesmo cargo, mas já tinha falecido.
- 7 Macau custeou esta viagem, chegando a ter que fretar um navio tanto para Goa, como para Macau, já na companhia de Manuel de Saldanha. As listas detalhadas das despesas efectuadas com estas viagens, bem como com as despesas do embaixador e da embaixada encontram-se na obra do Pe. Pimentel, *Breve Relação da Jornada que fez...*. Os documentos encontram-se na Biblioteca da Ajuda [BA], Coleção *Jesuítas na Ásia*, Códice 49-IV-62.
- 8 Má-Nou-Mât, em chinês. Tcheong-U-Lâm e Ian-Kuong-Iâm, *Ou-Mun Kei-Leok. Monografia de Macau*, p. 158.
- 9 *Ibidem*, p. 129.
- 10 Manuel de Saldanha.
- 11 Tcheong-U-Lâm e Ian-Kuong-Iâm, *Ou-Mun Kei-Leok*, p. 158.
- 12 Gabriel Magalhães, *Nouvelle Relation de la Chine*, p. 77.
- 13 Capitão-geral de Macau entre 1667-1670. Face a arbtrios cometidos na cidade foi preso e levado para Goa, vindo a falecer nessa cidade. AHM, microfilme C0568, documentos n.ºs 12 e 18 (os originais encontram-se no HAG).
- 14 Luís Gama, “Ressurreição Histórica”, in J. F. Marques Pereira, *Tá-Ssi-Yang-Kuo*, Série I- vol. I-II, pp. 31-41; 113-119; 181-188; 305-310; 693-702; 747-763.
- 15 Tudo isto está muito bem explícito numa carta datada de 16 de Dezembro de 1667, de Goa para o rei de Portugal. É dito que os soldados enviados são gente experimentada nas guerras de Cananor e Cochim, assim como D. Álvaro é referido como fidalgo de valor e experiência. A carta encontra-se no AHM, microfilme C0627, n.º 14 (o documento original encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]).
- 16 HAG, Códice 1210, documentos n.ºs 23 e 24.
- 17 HAG, Códice 1264, Correspondência de Macau (1677-1681).
- 18 *Ibidem*.
- 19 HAG, Códice 1210.
- 20 O fl. 17 da documentação em causa, “Treslado de huá carta que o Sn^{or} Embaixador escreveu ao capitão geral de Macao Dom Alvaro da Silva”, volta a referir que este homem tinha sido capitão-geral de Macau.
- 21 “Treslado da provisão que o s.^{or} Embaixador Manoel de Saldanha mandou passar a Simão Gomes da Silva”. HAG, Códice 1210, documento n.º 4, fl. 3v.
- 22 *Ibidem*, fl. 6.

HISTORIOGRAPHY

- 23 *Ibidem*, fl.12.
- 24 *Ibidem*, fl. 13.
- 25 *Ibidem*, fl. 18.
- 26 *Ibidem*, fl. 48.
- 27 *Ibidem*, fl. 4.
- 28 *Ibidem*, fl.9.
- 29 *Ibidem*, fl.11v.
- 30 *Ibidem*, fl. 16v.
- 31 Luís da Gama, “Ressurreição Histórica”, p. 751.
- 32 Francisco Pimentel, *Breve Relação da Jornada que fez...*, pp. 54, 60 e 61.
- 33 HAG, Códice 1210, fl. 17v.
- 34 *Ibidem*, fl.19v.
- 35 “Treslado de hũa Provizão que o snôr [...] passar á Snrã Dona Catherina de Noronha, molher do defunto Franc.” Vieira de Figueiredo”. HAG, Códice 1210, fl. 50.
- 36 “Treslado de huã Provizão que o s.^{or} Embaixador mandou a Dom Alvaro da Silva, Capitão geral de Macao”. *Ibidem*, fl. 43.
- 37 *Arquivos de Macau*, 2.^a série, volume único, pp. 289-301; 339-353.
- 38 HAG, Códice 1210, fl. 22.
- 39 *Ibidem*, fl. 27, 27v. e 28.
- 40 *Ibidem*, fl. 36v.
- 41 *Ibidem*, fl. 40.
- 42 *Ibidem*, fl. 27.
- 43 “Treslado de huã Provizão que o s.^{or} Embaixador mandou passar pera nobre Cid.^e de Macao”. *Ibidem*, fl. 34.
- 44 *Ibidem*, fl. 41.
- 45 A referência a esse reforço aparece numa missiva, 11 anos depois do pedido de dinheiro. *Ibidem*, Códice 1265, carta datada de 23 de Setembro de 1678.
- 46 Domingo Fernandez Navarrete, *Tratados historicos, politicos...*, Tratado VI.
- 47 *Ibidem*, p. 351.
- 48 BA, Colecção *Jesuítas da Ásia*, Códice 49-V-16.
- 49 Francisco Pimentel, *Breve Relação da Jornada que fez...*, p. 37, nota de C. R. Boxer.
- 50 BA, Colecção *Jesuítas na Ásia*, “Réplica Jesuíta”, fl. 427, faz referência a três feitorias: uma em Cantão, outra em Chincheo e outra em Nanquim.
- 51 Francisco Pimentel, *Breve Relação da Jornada que fez...*, p. 38, nota de C. R. Boxer.
- 52 Este homem, ainda em Cantão, solicitou o seu retorno a Macau devido a problemas familiares. HAG, Códice 1210, fl. 35.
- 53 AHM, microfilme C0627, n.º 14 (o documento original encontra-se no AHU).
- 54 Rui Pires Durval de Lima, *Embaixada de Manoel de Saldanha ao Imperador K'ang-hi em 1667-70*, pp. 8 e *passim*.
- 55 Manuel de Saldanha era tido como benemérito e embaixador “apesar da sua desgraça”. Esta expressão serve também para corroborar a ideia que é, de facto, a pessoa do cerco de Olivença. A carta encontra-se no AHM, microfilme C0627, n.º 14 (o documento original encontra-se no AHU).
- 56 Os nobres não podiam ser condenados às galés. Assim, eram degredados por um período limitado de anos ou indefinidamente. O castigo, apesar de severo, pois ficavam separados das famílias, era misericordioso. Os crimes que levavam ao degredo eram menores, graves e imperdoáveis. É nesta última categoria que se inseria o de traição (lesa-majestade) em que Saldanha incorrera. Ainda dentro do mesmo grupo existiam os crimes de heresia, contrafacção e sodomia, por dizerem respeito aos fundamentos políticos, teológicos, sociais e económicos do Estado. Timothy Coates, *Degredados e Órfãos. Colonização Dirigida pela Coroa em Território Português, 1550-1755*, pp. 43, 57- 60.
- 57 A obra de Francisco Pimentel tem de ser vista com uma certa reserva e cautela. Tem um carácter um tanto apologista da acção e intenção dos portugueses. O testemunho de Navarrete, apesar de muito contestado, aliado às cartas do embaixador, não deixa dúvidas que Pimentel escondeu os factos menos agradáveis aos interesses dos portugueses e, como tal, do Cristianismo.
- 58 Bento da França Oliveira Salema, *Subsídios para a História de Macau*, p. 75. Em 1655, uma embaixada holandesa chefiada por dois homens, Goyer e Kaiser, foi até Pequim para obter permissão de comerciarem em Cantão, tendo apenas conseguido a abertura dos portos chineses para quatro dos seus navios, uma vez de oito em oito anos. John Wills, *Embassies and Illusions*, pp. 42 e 43, indica que o jesuíta Adam Schall, que gozava da confiança do imperador, dificultou as intenções comerciais dos holandeses para proteger a elite mercantil de Macau.
- 59 Francisco Pimentel, *Breve Relação da Jornada que fez...*, p. 36.
- 60 *Ibidem*, p. 14.
- 61 *Ibidem*, Apêndice, pp. IV e *passim*.
- 62 *Ibidem*, p. 71.
- 63 *Ibidem*, p. 28.
- 64 José de Jesus Maria, *Ásia Sínica e Japónica*, p. 83.

HISTORIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias

Arquivo Histórico de Macau (AHM)

* Mic. C0627, documentos n.ºs 12, 14.

* Mic. C0568, documentos n.ºs 12 e 18 (os documentos originais encontram-se no HAG).

Biblioteca da Ajuda

* “Jesuítas na Ásia”, Cód. 49-IV-62; Cód. 49-V-16.

Historical Archives of Goa (HAG),

* Cód. 1210 - “Embaixada à China de Manoel de Saldanha 1667-1670”.

* Cód. 1264 e 1265 - “Correspondência de Macau (1677-1681)”

Fontes impressas

Arquivos de Macau, 2.ª série, volume único. Macau: Imprensa Nacional de Macau, 1941, pp. 289-301; 339-353.

Gama, Luís. “Ressurreição Histórica”, in J. F. Marques Pereira, *Ta-Ssi-Yang-Kuo*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude/Fundação Macau, 1995, Série I- vol. I-II, pp. 31- 41; 113-119; 181-188; 305-310; 693-702; 747-763.

Lima, Rui Pires Durval de. *Embaixada de Manoel de Saldanha ao Imperador K'ang-hi em 1667-70*. Lisboa: Tipografia & Papelaria Carmona, 1930.

Pimentel, Francisco. *Breve Relação da Jornada que fez a Corte de Pekim o Senhor Manoel de Saldanha, Embaixador Extraordinario del Rey de Portugal ao Emperador de China, e*

Tartaria (1667-1670). Edição de C. R. Boxer e J. M. Braga. Macau: Imprensa Nacional, 1942.

Magalhães, Gabriel. *Nouvelle Relation de la Chine*. Paris: Claude Barbin, 1688.

Maria, José de Jesus. *Ásia Sínica e Japónica*. Edição de C. R. Boxer. Macau: Instituto Cultural de Macau/Centro de Estudos Marítimos de Macau, vol. 2, 1988.

Navarrete, Domingo, Fernandez. *Tratados historicos politicos, ethicos y religiosos de la Monarchia de China*. Madrid: Imprenta Real, 1676.

Tcheong-U-Lâm e Ian-Kuong-Iâm. *Ou-Mun Kei-Leok. Monografia de Macau*. Lisboa: Quinzena de Macau, 1979.

Estudos

Lach, Donald e Van Kley, Edwin. *Asia in the Making of Europe*, vol. 3 - *A Century of Advance*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

Coates, Timothy. *Degredados e Órfãos. Colonização Dirigida pela Coroa em Território Português, 1550-1755*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

Salema, Bento da França Oliveira. *Subsídios para a História de Macau*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.

Wills, John. *Embassies and Illusions: Dutch and Portuguese Envoys to K'ang-hsi*. Cambridge, Mass.: Council on East Asian Studies, Harvard University, 1984.

Portuguese *Feitoria* of Bangkok

An Overview (19th Century)

LEONOR DIAZ DE SEABRA*



INTRODUCTION

As far as is known, the first contacts between the Portuguese and the Siamese go back to the beginning of the 16th century¹ with Afonso de Albuquerque's dispatching of Duarte Fernandes to the King of Siam in order to establish friendly relations.²

Fernão Lopes de Castanheda also refers to this, as well as to the fact that the King of Siam had sent his ambassador to Afonso de Albuquerque.³ Thus began the trade relationship between Portugal and Siam.

Siam, an agricultural country, needed trade, yet, on the other hand, it had a great deal of wealth that attracted the envy of other nations.⁴ This is mentioned by contemporary authors, such as Duarte Barbosa,⁵ Tomé Pires,⁶ João de Barros,⁷ Fernão Lopes de Castanheda,⁸ and Fernão Mendes Pinto.⁹

Thus, we can see that the policy initiated by Afonso de Albuquerque in trying to establish good relations with the neighbouring kingdoms of Malacca, had the objective of securing for the Portuguese the possibility of trading peacefully in that region. This policy of having good relations with one's neighbours, that the Portuguese developed with Siam, had many

motives: Malacca's dependency on rice and provisions that came from Siam; the general development of the military and naval power of the Siamese; and the avoidance of involvement in more military conflicts in the region.

Of all the European nations, the Portuguese were the first to arrive at Ayutthaya. They brought to the Kingdom of Siam essentially three things: advances in military technology and technique (specifically the art of modern warfare) and the construction of defensive fortifications.¹⁰ This 'military revolution' spread throughout Southeast Asia, where modern firearms were introduced by the Portuguese merchants. The latter not only sold weapons to the Asian kings, but they were themselves mercenaries, fighting in the military campaigns. This is how the Portuguese mercenaries would have made their first appearance in the Kingdom of Siam and essentially throughout all of Asia, while the other kingdoms were modernising their armies.¹¹

Consequently, since the first contacts between the Portuguese and the Siamese, the perspective of military assistance played a very important role in the relations between Siam and the Portuguese authorities in the East. In exchange for this assistance, the Portuguese tried to ensure the favourable disposition of this important Southeast Asian kingdom in relation to their permanent presence in the region. The Portuguese undertook to provide weapons and ammunition; the King of Siam, for his part, should provide the Portuguese with the means to establish themselves and trade in Siam, and grant them freedom of religion.¹²

Nevertheless, for the Kingdom of Siam it was not enough to acquire modern Portuguese armament,

* Assistant Professor in the Department of Portuguese of the University of Macau. Ph.D. in History from Oporto University, Master in Asian-Portuguese Studies from the University of Macau. Her main research interests are the Holy House of Mercy of Macao and the relations between Macao and Siam. She published several books and articles in academic journals.

Professora Auxiliar do Departamento de Português da Universidade de Macau. Doutorada em História pela Universidade do Porto, Mestre em Estudos Luso-Asiáticos pela Universidade de Macau. A Santa Casa da Misericórdia de Macau e as relações entre Macau e o Sião são as áreas preferenciais da sua investigação. Publicou diversos livros assim como artigos em publicações académicas.

HISTORIOGRAFIA

which the Siamese did not know how to use. So, Malacca not only provided weapons to the King of Siam, but also manpower to handle them. This assistance was crucial in the wars of Siam against its enemies. It would seem that, as a result of this military assistance against the Burmese, which the Portuguese offered the Siamese on many occasions, that they were donated a plot of land in order to settle.¹³ Thus, the Portuguese Settlement in Siam came into being.

The establishment of private Portuguese merchants throughout Southeast Asian regions and in the Malay Archipelago dates from the government of Lopo Soares de Albergaria and his 1515 decree of freedom of trade beyond Cape Comorim. Many Portuguese became established in Siam between 1516 and 1538. At this time, however, wars between Pegu and Siam, Taungoo, Ava and Arakan were frequent, conflicts in which the Portuguese adventurers were very active.¹⁴

The missionaries also played an important role throughout the East. The Dominican friars Jerónimo da Cruz and Sebastião do Canto, sent by the Vicar of Malacca, Fr. Friar Fernando de Sta. Maria, in 1566, were the first missionaries in Siam.¹⁵

Subsequently, the arrival of the Paris Foreign Missions Society came to interfere with the areas where the rights of Portuguese *Padroado* (Portuguese Ecclesiastic jurisdiction) were felt, disputing the right of the Portuguese *Padroado* over Tonkin, Siam, China and Cochinchina. The discord became particularly violent when the Apostolic See chose to name apostolical vicars solely dependent on the Pope rather than on any ecclesiastic patronage.¹⁶

After various conflicts, the Portuguese ecclesiastic jurisdiction over Siam was abolished in 1669. Since the missionaries of the *Congregatio de Propaganda Fide* were protected by King Phra Narai and by his minister, Constantine Phaulkon, from this time on Portugal saw its influence diminished in Siam.¹⁷

Thus, throughout the 17th century, many disagreements clouded the local setting, not only those of a religious nature, but also concerning the interests of other European nations in this region, such as the Dutch, then the English and, latterly, the French.

On the other hand, Malacca fell in 1641, and the Portuguese trading supremacy was finally transferred to the Dutch. Subsequently, in 1660, the Portuguese were also expelled from Makassar by the Dutch. As

a result, at the beginning of 1661, more than 200 Portuguese had left not only for Macao and Timor, but also for Siam, in ships belonging to Francisco Vieira, a rich merchant who traded in this region. In June of the same year, a further 110 Portuguese embarked in Malacca, in a Dutch ship, bound for Siam and other locations.¹⁸

Between the years 1660 and 1680, Macao traded with Siam and with the ships of the Siamese Crown, which sometimes made a stopover in Macao, where they would acquire supplies and cargos, and would contract sailors. The repayment of the loan made by King Phra Narai of Siam to the Macao Senate, in 1669—at the request of the Senate, to cover the expenses of the embassy of Manuel Saldanha to the emperor of China, in 1670, because of ‘drained of resources’—was made in the course of the direct trade of Macao to Ayutthaya. From the 1690s, the Portuguese of Macao repaid this loan to the Siamese Crown by paying the customs’ taxes of the vessels of the Siamese Crown in Canton, and by despatching on board the same ships’ payments in goods, namely in silk, on the return Canton-Macao-Ayutthaya route.¹⁹

In 1683 Pero Vaz de Siqueira²⁰ was sent from Macao to Siam by the King of Portugal and by the Macao Senate, as ambassador. His mission had essentially commercial objectives, which did not seem to gain the support of the King of Siam, Phra Narai.²¹

Nevertheless, relations between the two nations were to continue. After the destruction of Ayutthaya, in 1767, P’ya Taksin conquered the small port of Thonburi, on the west bank of the river Chaophraya (Menam), where he installed the capital. Having established his base, he rushed to conquer several localities, trying to re-establish the central authority through the submission of rivals. To the Portuguese who fought at his side, in 1768 he granted a plot of land in the new capital, where they became established, building a church (Igreja de Santa Cruz de Thonburi).²²

The ascension to power of King Rama Thibodi I (1782-1809—who began the *Chakri* dynasty in Siam—the capital was transferred to Bangkok, a little bit below Thonburi, on the east bank of the river Chao Phya (Menam). During his reign, it appears that the Portuguese Government of India was offered land to establish a *feitoria* (trading house), as reported by

HISTORIOGRAPHY

the Consul of Portugal in Siam, António Feliciano Marques Pereira, in 1881.²³ This does not seem to have materialised owing to opposition from the *Congregatio de Propaganda Fide*, by that time already well established in Siam. According to others, the Portuguese and their descendants settled in Bangkok, on land donated by the King of Siam in 1786. At this location, called *Campo do Rosário*, they built a church (Igreja Nossa Senhora do Rosário).²⁴

After the destruction of Ayutthaya, however, Siam entered a period of revolutions and of wars that extended for more than 40 years. On the other hand, in Europe the French Revolution took place and, subsequently, the Napoleonic Wars. As a result, the relations between Siam and the European nations, including the Portuguese from Macao, were interrupted.²⁵

Where religion was concerned, in spite of the 1669 abolition of Portuguese ecclesiastic jurisdiction in Siam, the Portuguese residing there continued to write both to Goa and Macao, insistently requesting Portuguese priests.

In 1788, the Archbishop Primate of the Orient once again promised the Brothers of the Confraternity of Our Lady of the Rosary in Siam that Portuguese priests would be sent.²⁶

On the other hand, in a letter to the Macao Senate, the *Phra Klang*—Minister for Foreign Affairs of the Kingdom of Siam—expressed a desire to reactivate trade with the Portuguese, as in former times, permitting them the entry of ships and missionaries.²⁷ The Governor of Macao, Dom Francisco Xavier de Castro, replied to the King of Siam, informing him of the efforts undertaken in order to get a ship to the Kingdom, in accordance with the King's wishes.²⁸

In 1806, Friar Manuel de S. Gualdino, Archbishop of Goa and Primate of the Orient, instructed the Christians of Siam that, by order of the Pope, they must submit to the jurisdiction of the French Bishop and missionaries.²⁹

 THE ESTABLISHMENT OF THE *FEITORIA*

In February 1811, the *Leal Senado* (Loyal Senate) of Macao had sent letters of congratulations to the new King of Siam, Rama II, by way of the ship *Maria Feliz*, expressing the desire to rekindle the former friendly relations with that Kingdom.³⁰ In March of that year,

the same wish was communicated to the Regent Prince of Portugal by the *Ouvidor* Miguel de Arriaga Brum da Silveira. And in 1812, the Minister of the State, the Count of Galveas,³¹ informed Arriaga that the Regent Prince approved all means that could facilitate an increase in the commerce of the residents of Macao.³²

However, it was only in 1816 that Arriaga informed the King of Siam of the wishes of the King of Portugal regarding trade between Siam and Macao.³³ The *Phra Klang* agreed with the reinstatement of commercial relations between the two ports. He also requested that he be sent two or three thousand muskets.³⁴ In the following year, as the ship from Macao did not arrive, the King of Siam decided to send a small brigantine to Macao, in order to know the reply to the letter sent with captain Constantino José Lopes,³⁵ including the request for the muskets.³⁶

At the beginning of 1819, Miguel de Arriaga granted accreditation to Carlos Manuel da Silveira, appointing him as 'Deputy of the city of Macao to the Kingdom of Siam', in order to deal with the establishment of commercial relations with that kingdom.³⁷ Armed



with this *alvará*, Carlos Silveira embarked on the ship *Viajante*³⁸ for Bangkok, where he was very well received by the King. After the establishment of the *feitoria*, Silveira believed that the Portuguese would benefit from all the exemptions of the past, the regulations of which still existed in the Royal Siamese Archives.³⁹

Later, Carlos Manuel da Silveira had gone from Bangkok to Goa to handle the matter of the *feitoria* directly with the Viceroy carrying the letters from the King of Siam and his ministers that had been handed to him for delivery to *Ouvidor* Miguel de Arriaga Brum da Silveira.⁴⁰

This was how Carlos Manuel da Silveira was appointed 'Consul General at the Court of Bangkok and *feitor* (superintendent) of the Portuguese *feitoria*', according to a charter signed by the Viceroy of India.⁴¹

In May, 1820, Carlos Manuel da Silveira, Consul of Portugal to the Kingdom of Siam, embarked in Goa for Siam.⁴²

HISTORIOGRAFIA

Carlos Manuel da Silveira arrived in Siam on 8 July 1820. He was very well received and established various contacts with the King and the Princes, and was given the honorary title of '*Luang Apha Pranit*'⁴³ and was granted land for the *feitoria*.

Having obtained a larger allotment for the establishment of the *feitoria*, negotiations then began concerning the 23 articles of the preliminary document (*Preliminar*) for a treaty between the two countries. According to Carlos Manuel da Silveira, things did not go well, and this led the interference by various officials of the Kingdom and, worse still, opposition on the part of the Chinese who controlled the trade and captained the *somas*.⁴⁴

The Minister of the Kingdom of Siam, Phia Surwon Montri, himself wrote to the Viceroy, the Count of Rio Pardo, not only to thank him for the letters and gifts that he had sent, but also to inform him of the negotiations that he had been having with the Consul General of Portugal. He also stressed the role of the Minister of Macao, Miguel de Arriaga Brum da Silveira, in relation to the reestablishment of this friendship.⁴⁵ In another letter, referring to the negotiations concerning the treaty, the same Minister of the Kingdom of Siam proposed various alterations to the preliminary version of the treaty sent by the Viceroy of India.⁴⁶ The Portuguese Consul, meanwhile, protested against some of these alterations, exactly as he himself had written to the Viceroy considering them offensive to the dignity and respect of a Nation, and severely criticising Prince Cromachiet.⁴⁷

In all of the Consul's correspondence, whether concerning the negotiations of the treaty or subsequently, a degree of bitterness is detected, in particular against Prince Cromachiet, the eldest son of the King, who would become the King of Siam, bearing the name Rama III.

The Consul insisted on the need to conclude a treaty as soon as possible, and obtain confirmation of the privileges and advantages of the *feitoria* and its trade, in order not to be overtaken by others, namely the English, as had happened in other places.⁴⁸ And he complained of the financial difficulties experienced in maintaining the *feitoria* with his meager income (6,000 *taels*⁴⁹ of income, and 2,000 *taels* for the clerk). He even thought that it would be preferable to see the *feitoria* removed, if the measures considered indispensable for its continuity were not taken. He

added that both Prince Cromachiet and the King found it strange that no Portuguese ship had come to trade.⁵⁰

However, the revolution of 1820 had produced various disturbances, not only in India but also in Macao. In Goa, in 1821, a revolution broke out and as a result the Viceroy, the Count of Rio Pardo, was deposed and imprisoned in the *Forte do Cabo*, and a Provisional Junta was installed in the Government, only to be subsequently dissolved and substituted by a new Provisional Junta on 3 December in the same year.⁵¹

By the official order of 17 September 1821, issued by the first Provisional Junta, the Portuguese *feitoria* was abolished as it did not fulfill the practical purposes for which it was established.⁵² On the same day, the Junta instructed Silveira that he could go to Macao or to wherever was convenient, and that the garrison of the *feitoria* was to return to Goa.⁵³

Only in September 1822, did Carlos Manuel da Silveira learn that the *feitoria* of the Kingdom of Siam had been abolished. From that moment on, he continually sent official letters to Goa and Macao, without receiving any response.⁵⁴

In 1823, the Consul of Portugal, Carlos Silveira, informed the Government of Goa of the embarkation of the garrison of the *feitoria* for Macao—on the ship *Magnífico*, that had just been built—thus carrying out the order that had been given on the abolition of the *feitoria* in 1821.⁵⁵

In 1824, he sent a notification to the Loyal Senate of Macao concerning the conduct of José Joaquim de Noronha e Miguel de Araújo Rosa, in his regard, *Comendador* Domingos Pio Marques' agents. He had requested that they pay him 2,100 *ticais*, at the rate of 2 *ticais* per day, for the two years during which the ship *Magnífico* had occupied half of the floor-space of the *feitoria*.⁵⁶ Having sent a copy of that notification to the Governor of Portuguese Índia, he recalled, once again, that only through ship-building could any profit be made by the *feitoria*, because of the docks and floor-space that they occupied, aside from the rental of the docks themselves—specifically in the case of the Chinese who berthed there—since there was no national trade.⁵⁷ As a consequence, the Viceroy, Dom Manuel da Câmara, pointed out to the Loyal Senate that Goa should more directly bear in mind the commercial benefits and interests of Macao,

HISTORIOGRAPHY

and considered that the *feitoria* could still be very useful for the interests of Macao. As such he ordered that the Government of Macao and *Ouvidor* Arriaga should reflect upon the future of the *feitoria*. He also ordered that the consul be paid in full and that his debts be settled, removing him from Siam.⁵⁸

On 15 September 1822, Arriaga had been arrested in Macao, but had managed to flee to Canton, returning to Macao only in 1823. After his return, he immediately expressed his interest in the *feitoria* in the same way that Silveira himself would communicate to Goa,⁵⁹ also giving rise to the deliberation of the Senate that Carlos Manuel da Silveira should be paid according to the terms stated by the Viceroy, and that the *feitoria* should be maintained on the basis for which it was established, nominating as Silveira's successor Simão Vicente Rosa with the title of Political and Commercial Agent.⁶⁰

However, on 13 December 1824, Miguel de Arriaga passed away and, thus, the *feitoria* was maintained just as it had been.

However, following the request for help that Silveira made to the British envoy, Captain Burney, who went to Siam in 1826, the Government of Goa received news that Silveira was still there in the 'same state of poverty and abandon'.⁶¹

In 1828, the Governor of Goa, Dom Manuel de Portugal e Castro, ordered the Loyal Senate to obtain information concerning the ex-consul of the Bangkok *feitoria*, of its state and of its advantages—specifically commerce and ship-building in Siam—and he sent a copy of an official letter from the Secretary of State for Maritime and Foreign Affairs revealing that, by the orders of the King, all efforts should be made to maintain not only the Bangkok *feitoria*, but also political and commercial relations with the Siamese nation.⁶² Following the receipt of this order, the Loyal Senate sought to assess whether Simão Vicente Rosa was available to go to Siam as commissioner of the Senate.⁶³ However, he declined⁶⁴ and Miguel de Araújo Rosa was contacted for the same purpose;⁶⁵ he accepted the post and requested the position of clerk for his son, Marcelino de Araújo Rosa.⁶⁶

This outcome was communicated to the Government of Goa, as were the steps taken with regard to the exit of the ex-consul Carlos Manuel da Silveira.⁶⁷ These steps, such as the payment of the debt concerning the muskets that had been requested of

Arriaga and which had never been delivered,⁶⁸ would have the approval of the the Governor of India, Dom Manuel de Portugal e Castro.

After everything was settled, the Commissioner, Miguel de Araújo Rosa, left his son—who had gone with him as clerk—as the manager of the *feitoria* in place of Carlos Manuel da Silveira.⁶⁹

THE EVOLUTION OF THE BANGKOK *FEITORIA*

In 1829, the Minister of State, the Count of Basto,⁷⁰ sent a royal dispatch to the Loyal Senate of Macao granting it responsibility for the Portuguese *feitoria* in Bangkok and its maintenance.⁷¹ In the following year, Dom Manuel de Portugal e Castro, Viceroy of Índia, again appointed Carlos Manuel da Silveira as consul and administrator of the Portuguese *feitoria* in Bangkok, with instructions that he should present himself in Macao.⁷²

In Goa, Carlos Silveira embarked on 4 April 1830 on a British ship from Bombay, bound for Macao. He arrived one month later. He presented himself before the Loyal Senate who had decided to send him to Siam via Singapore.⁷³ Later, a ship was found that would go directly from Macao to Siam.⁷⁴ However, Carlos Manuel da Silveira was to embark only on 20 March of the following year, arriving in Bangkok on 11 April.⁷⁵

After his arrival, he would once again insist on the necessity of sending ships to Siam, not merely because this would please the King and his Ministers, but because it would bring some revenue to the *feitoria*,⁷⁶ as well as leading to the signature of a treaty to safeguard the interests of the Portuguese merchants, the absence of such a treaty being one of the principal reasons why Portuguese ships did not go to Siam.⁷⁷ The *Phra Klang* himself said that he was afraid of speaking about this matter to the King, because the topic had been touched upon years before and not one ship had turned up to trade. Silveira commented that he had already heard these very words from the King when he was still Prince Cromachiet, on every occasion that Silveira spoke to him concerning a 'treaty and a reduction of taxes'. The very same had occurred when Miguel de Araújo Rosa—sent there by order of the Loyal Senate—had spoken to the King concerning the same matter in 1829.⁷⁸

HISTORIOGRAFIA

His relations with the *Phra Klang* and with the King of Siam, Rama III—former Prince Cromachiet—would not have been better than the first time that he was there, as can be deduced from the reading of his correspondence from that period.⁷⁹ As a consequence, it is probable that his coming to Siam a second time may not have been well accepted, not only by the King of Siam and his ministers, but also by the Loyal Senate de Macao itself. Once again, new misunderstandings arose between the Government of Goa, that had appointed the Consul, and the Loyal Senate of Macao, which was obliged to pay his salary and that of his clerk.

Meanwhile, the *Phra Klang*, Chau Ohai Phra Klang, had written to the Viceroy of India, Dom Manuel de Portugal e Castro, reclaiming the replacement of Silveira because of his past conduct, which had attracted the disapproval of the King and his Ministers and led to the loss of the confidence of the Portuguese residents themselves.⁸⁰ As a consequence, the Viceroy ordered that this consul surrender his position and, in his place, he appointed Marcelino de Araújo Rosa, who had been there as overseer of the *feitoria*.⁸¹

Only on 24 May 1832 was the Consul, Carlos Manuel Silveira, informed of his substitution and that he should return to Macao in order to be paid outright, as had been ordered by the Loyal Senate.⁸²

In 1833, Marcelino de Araújo Rosa arrived in Bangkok, in order to relieve the previous consul. After his arrival, he informed the Viceroy of India of the good reception that he had received from the King of Siam and his ministers.⁸³ However, much later, he too would complain of the lack of Portuguese shipping, as well as of the lack of money for the maintenance of the *feitoria* and its employees.⁸⁴

In order to attempt to resolve the situation and increase national trade with Siam, principally trade from the city of Macao, the Viceroy of India, Dom Manuel de Portugal e Castro, would order the Loyal Senate to implement its order of 11 May 1831, so that goods from the ports of Cochinchina, Cambodia and Siam were declared free of duty at the Macao Customs House, provided that they were conveyed on Portuguese ships.⁸⁵ However, the Senate requested permission of the Viceroy in order to delay that execution of the order, adding that this delay would not be detrimental to anyone, precisely because of the lack of trade with the Kingdom of Siam.⁸⁶

The *feitoria* struggled from the outset with the lack of Portuguese shipping and trade, even from the port of Macao.

There are records of passports issued to certain ships by the Loyal Senate. Of these, the brigs *Esperança* and *Feliz Viena* were leased by a Chinese with cargo from Siam to Macao, just as Silveira mentioned: ‘The same Chinese who transported cargo on the *Esperança* two years ago [...] now once again is the charterer of the brig *Feliz*’. This Chinese, Silveira maintained, had the trust of the *Phra Klang*.⁸⁷

YEARS	SHIP	PURPOSE
1819	<i>Viajante</i>	Transport Carlos Manuel da Silveira as Deputy, to Siam ⁸⁸
1828	<i>Esperança</i>	Transport Miguel de Araújo Rosa, Commissioner of the <i>Leal Senado</i> , to Siam ⁸⁹
1831	<i>Feliz Viena</i>	Transport Consul Carlos Silveira, appointed for the second time to Siam ⁹⁰
1833	<i>S. Francisco Xavier</i>	Transport the new Consul to Siam, Marcelino de Araújo Rosa ⁹¹

From this point on, no further passports or other information is to be found indicating whether further ships, or which ships specifically and with what objectives, sailed from Macao to Bangkok. On the contrary, everything suggests that there was little or no further shipping between the two ports, since even the consuls themselves, when departing from Macao, began to travel to Siam via Singapore.⁹² And they never ceased to refer to this situation, as can be verified through their correspondence with various authorities.

However, all these endeavours by the Portuguese consuls in Siam were in vain. Neither the authorities, whether Portugal or Macao, nor the traders themselves, were interested in the development of the commercial relations that were so desired by the consuls.

An examination of data referring to shipping movements in the port of Macao yields further information regarding ships leaving Macao.

In this same year, there is also information that 198 ships entered Macao: 52 warships and 146

HISTORIOGRAPHY

ORIGIN	VESSELS	TONNAGE	CARGO	DESTINATION	DATE
England	Barque <i>Braganza</i>	398	In ballast	Bangkok	8 March 1867 ⁹³
Prussia	Galleon <i>Helena Dammer</i>	647	Cinnamon	Bangkok	25 September 1867 ⁹⁴
Hamburg	Barque <i>Cary and Jane</i>	420	In ballast	Bangkok	30 December 1867 ⁹⁵

merchant vessels (of which 87 carried ballast only, and 59 carried cargoes and passengers). Among these ships, some came from Bangkok, the Straits of Singapore and other origins. The goods imported were rice, sugar, areca, cotton, coconut, pepper, gunpowder, rattan, etc. Still in the same year, 203 ships sailed from the port of Macao: 50 warships and 153 merchant ships (of which 36 carried ballast alone and 77 conveyed cargoes and passengers). The nationality of the merchant ships and warships included 32 British ships, 26 Spanish, 1 Siamese, etc. The goods exported were chests, potatoes, wax, tea, Chinese lacquer, ivory, cinnamon, flour, Chinese crockery, paper, fireworks, pepper, Chinese shoes and hats, silk and tobacco, and the destinations for these exports were Bangkok, Batavia, Straits of Singapore, among other ports.⁹⁶

For the same year, there are some data referring to the products imported,⁹⁷ as in the following table:

PRODUCTS IMPORTED BY	MACAO CHINESE TRADE
Direct imports	Indirect imports (via Hong Kong)
Manila	Europe
China	United States
	Siam

Source: *Boletim da Província de Macau e Timor*, Vol. XIII, no. 38, 23 September 1867, pp. 222-223.

With regard to the products imported, there is information that the rattan and the ivory came from Siam, whereas rice came from different locations, including Siam.⁹⁸

As can be seen from this data, even ships from the port of Macao sailed to and from Bangkok, with

cargo or ballast. However, they were always foreign ships, none bearing a Portuguese flag.

The same was the case with ships coming from Portugal, as can be seen in the registry of shipping movements through the port of Bangkok, during 1870. In this period only one Portuguese ship came to this port, in contrast with ships of other nations.⁹⁹

NATION	ENTRY		EXIT	
	SHIPS WITH CARGO	SHIPS IN BALLAST	SHIPS WITH CARGO	SHIPS IN BALLAST
America	—	8	7	1
Denmark	5	5	9	—
France	16	13	29	31
England	97	64	169	—
Holland	12	4	18	1
Portugal	—	1	1	—

Source: 'Mapa da entrada e saída de navios nacionais e estrangeiros no porto de Bangkok, durante o ano de 1870', *Boletim da Província de Macau e Timor*, Vol. XVII, no. 17, 24 April 1871, p. 70.

In the following year, no ships left Portugal for the Kingdom of Siam.¹⁰⁰

This situation always caused considerable difficulties for the consuls, not merely of a political and diplomatic nature with regard to their relations with the King of Siam and his Ministers but also of an economic nature. It affected their own income,

HISTORIOGRAFIA

especially as their salaries were not substantial. Indeed, quite the contrary.

From the very beginning, in order to make some income from the *feitoria*, in addition to the construction of ships, which gave returns through the use of the docks and the floor-space of the *feitoria*, the docks themselves were rented out.¹⁰¹

All of this created problems for the Consul. The fact that the salaries were not fixed was a particular problem. Another was the ease with which protection was granted to the Chinese from Macao who wished to trade there. This was another form of obtaining income for the Portuguese *feitoria* and Consulate, which caused difficulties with the Siamese Government which, in turn, created obstacles for the *protégés* of the Portuguese.¹⁰²

The state of the *feitoria* and the Consulate of Portugal in Bangkok remained unaltered

ACTIVITIES OF THE PORTUGUESE CONSULATE

The Portuguese Consulate had always afforded protection not only to Christian subjects but also to subjects who were not Christians, the latter being mainly Chinese originating from Macao.¹⁰³ Moreover, this question of protection was precisely one of the factors that caused great problems between the Siamese Government and the Consulate of Portugal in Bangkok.

Sometimes the consuls themselves were the cause of these very problems. However, there were also situations where the reverse was true. The Siamese Government created considerable obstacles regarding the recognition and protection of the Consulate of Portugal. Such was the case of five Chinese who travelled to Siam on passports issued by the Government of Macao. The Minister of Foreign Affairs of Siam rejected the validity of consular protection for four of these individuals, alleging that they had not been born in Macao.¹⁰⁴

Because of these problems, in 1868, the Proctor for Chinese Affairs of Macao posted a proclamation requesting all parents, delegates or representatives of Macao-born Chinese residents in Bangkok, to report at the Trustees Office in order to justify the rights of those Chinese to protection by the Consulate of Portugal in the Kingdom of Siam.¹⁰⁵

The complicated and litigious matters basically concerned the sale of alcoholic beverages in the Kingdom of Siam, an activity to which the majority of subjects and *protégés* of the Portuguese Consulate were dedicated. The disputes concerning the sale of foreign wines worsened, it seems, in direct relation to the decrease in the number of wine sellers. The so-called *monopolistas* (monopolists)—the Siamese vendors—protected by the Siamese authorities, went from stealing the beverages to the detention of those involved in this perfectly legitimate trade, even as far as murder.¹⁰⁶

Subsequently, the complaints by the Consulate of Portugal against the alcohol sellers continued, because of the instances of robbery of Portuguese subjects prior to the enforcement of the law of 1887 (which had as its objective the restriction of this traffic).¹⁰⁷

Concerning this matter, the commander of the gunboat *Tejo*, Wenceslau de Moraes, in the report on his visit to the Kingdom of Siam in 1890, also referred to the question of the indemnities which had still not been satisfactorily resolved,¹⁰⁸ observing that it was precisely the protection of the Chinese that made the position of the Consul in Bangkok risky. In that period, Portugal was protecting about 120 Chinese from Macao, whereas the Portuguese colony of Bangkok consisted of over 50 persons.¹⁰⁹ Yet, who were these subjects and *protégés* of the Portuguese Consulate in the Kingdom of Siam?

In 1881, the Consul of Portugal, António Feliciano Marques Pereira, regretted the lack of complete records, for although the protection provided by the Portuguese Consulate dated from an early time, he had found only a few meager records.¹¹⁰

As such, as of the date of his arrival, he proceeded to conduct a regular register of the Portuguese subjects and *protégés*.

YEARS	NO. OF INDIVIDUALS REGISTERED
1871	1 Indian and 4 Chinese
1872	1 Chinese
1873 (until 19/5)	1 Chinese
1873 (from 25/6 to 1/10)	368 Chinese ¹¹¹

Source: AHM, 'Administração Civil', P287 - 'Relatório do cônsul geral de Portugal em São, António Feliciano Marques Pereira, datado de 1 Março 1881'.

HISTORIOGRAPHY

Thus, in 1881 the following numbers of persons were under the jurisdiction of the Portuguese Consulate:

Jurisdiction	Number of individuals
Subjects	35
<i>Protégés</i>	62
Servants	274
Total	371

Source: AHM, 'Administração Civil', P287 - 'Relatório do cônsul geral de Portugal em Sião, António Feliciano Marques Pereira, datado de 1 Março 1881'.

For the year 1875, the Portuguese Consul, António Feliciano Marques Pereira, provides some further information.¹¹² (Table 1)

Regarding the Chinese *protégés* of the Consulate, some information is also provided.¹¹³ (Table 2)

In 1886, Consul Frederico António Pereira also provides some data concerning the same matter.¹¹⁴ (Table 3)

Thus, in 1875, of the 32 Portuguese subjects, the large majority originated in Macao, and they were involved principally in trade or related activities, followed next by those who were employed by the Siamese Government. There were almost as many married as unmarried men, and their average age was 37 years.¹¹⁵

In 1886, nearly all the Chinese were married traders, just as had been noted for 1875.¹¹⁶ They were all from Macao, and their average age was 30 years. As for the Portuguese subjects, there seem to have been only five. On the contrary, in 1886, the number of Chinese protected by the Consulate had increased from 9 to twenty-two.¹¹⁷

TABLE 1. REGISTER OF PORTUGUESE SUBJECTS RESIDENT IN THE CONSULAR DISTRICT OF SIAM

NAMES	PLACE OF BIRTH	AGE	CIVIL STATUS	OCCUPATION	PLACE OF RESIDENCE	NUMBER OF ACCOMPANYING FAMILY	OBSERVATIONS
António Raymundo da Silva Jullay	Bangkok	16	Single	Shopkeeper	Supan		
Joaquim Vicente d'Almeida	Macao	58	Single	Secretary of the Consulate	Bangkok		
António Joaquim Franco da Luz	Bangkok	31	Single	Copyist and interpreter of the Consulate	Bangkok	1	
Adeodato Francisco de Jesus	Macao	34	Married	Copyist and interpreter in the Ministry of Foreign Affairs of Siam	Bangkok	5	
Belmiro Pereira Simões	Macao	34	Single	Commercial clerk	Bangkok	4	
Tim	Bangkok	35	Widow	Shopkeeper	Sam-sen	3	
Filomeno Manuel de Jesus	Macao	38	Married	Commercial clerk	Bang-kuang	9	

HISTORIOGRAFIA

Germano José da Silva	Macao	64	Married	Seaman	Bangkok	1	
Luiz Manuel Cardoso	Bombay	30	Single	Seaman, at present tavern keeper	Bangkok		
Francisco da Silva Reina	Lisbon	33	Married	Owner of a guesthouse	Bangkok	2	
Licínio Jeronimo Xavier	Macao	25	Married	Commercial clerk	Bang-kuang		
Zeferino Demetrio Cordeiro	Macao	53	Married	Seaman and proprietor	Bangkok	3	
Belizario Braz de Barros	Macao	24	Married	Shopkeeper	Bangkok	1	
António Frederico Moor	Macao	68	Widower	Retired trader and proprietor	Bang-ko-lém		
José Maria Fidelis da Costa	Macao	38	Married	Trader	Bangkok	4	
Honorato de Sá	Goa	32	Single	Copyist and interpreter in the Ministry of Foreign Affairs of Siam	Bangkok	1	
José Mana Xavier	Macao	18	Single	Shopkeeper	Bangkok		
Alexandre Henrique de Campos	Bangkok	33	Single	Merchant captain	Bangkok	2	Travelling
António Gomes de Mello	Lisbon	26	Single	None	Bangkok		
Francisco João Raphael Donno	Macao	23	Single	Shopkeeper	Bangkok		
Domingos Mana Xavier	Bangkok	26	Married	Shopkeeper	Bangkok	2	
Simão Vicente Cordeiro	Bangkok	44	Married	Interpreter of the International Court of Siam	Bangkok	6	
Florencio Miguel da Luz	Macao	27	Single	Shopkeeper	Bangkok	1	

HISTORIOGRAPHY

Joaquim Maria Xavier	Bangkok	75	Married	Proprietor	Bangkok	3	
Luiz Maria Xavier	Bangkok	35	Widower	Head of department in the Ministry of Finance of Siam, proprietor	Bangkok	1	
Manuel José da Conceição	Lisbon	51	Married	Merchant captain	Bangkok	3	Travelling
Marcelino Maria Xavier	Bangkok	46	Married	Merchant	Petrio	1	
Gervazio António de Barros	Macao	30	Married	Cashier	Bangkok	2	
Cacilda Maria do Rosário	Bangkok	38	Widow	Shopkeeper	Bangkok		
Maria Antoma da Fonseca	Bangkok	36	Widow	Tavern keeper	Bangkok	1	
Calisto António do Rosário	Macao	47	Married	Tavern keeper	Bangkok	1	
Raymundo António	Singapore	37	Single	Interpreter	Bangkok		

Source: *Boletim da Província de Macau e Timor*, Vol. 21, n.º 43, 23 October, 1875, p. 182.

TABLE 2. CHINESE *PROTÉGÉS* OF THE CONSULATE

NAME	IDENTITY BY BIRTH	AGE	CIVIL STATUS	OCCUPATION
Lam-i	Fujian	30	Married	Oil producer
Lam-inn	“	28	“	Shopkeeper
Chan-tai-hoc	Tehchio	37	“	Shopkeeper
Siáo-agí	“	43	“	Trader
Tan-a-tong	Chiu Chau	42	“	Trader
Li-náo-quei	“	37	“	Trader
Ché-a-sang	“	33	“	Shopkeeper
Chon-a-fon-loc-seng	“	35	“	Tavern keeper
Akam	Hianchan	56	“	Cook

Source: *Boletim da Província de Macau e Timor*, Vol. 21, n.º 43, 23 October, 1875, p. 182.

HISTORIOGRAFIA

TABLE 3. REGISTER OF Portuguese SUBJECTS AND PERSONS UNDER THE PROTECTION OF THE CONSULATE, RECORDED AT THE CONSULATE OF PORTUGAL IN SIAM DURING 1886

Names	Birthplace	Age	Civil status	Occupation	Place of residence	Date of registration	Observations
Chan-Veng-heng	Ka-ieng-Chao	38	Married	Trader	Bangkok	12 Jan. 1886	Coming from Macao with a passport
Chan-a-san	Chm-Chao	27	“	“	“	19 Jan. 1886	“
Li-Kong	“	35	“	“	“	19 Jan. 1886	“
Iong-kam-hi	Ka-ieng-Chao	29	“	“	“	20 Jan. 1886	“
Choi-kang-vo	“	37	“	“	“	20 Jan. 1886	“
Van-kiom-guin	“	29	“	“	“	22 Jan. 1886	“
Iu-tac-kun	“	31	“	“	“	22 Jan. 1886	“
Chan-kam-keng	“	45	“	“	“	22 Jan. 1886	“
Chan-kok	Chiu-Chao	34	“	“	“	25 Feb. 1886	“
Vong-a-lai	Macao	17	“	Clockmaker	“	13 March 1886	“
Chiong-a-chioc	“	24	“	Trader	“	8 June 1886	“
António Fidelis da Costa	“	22	Single	Copyist at the Ministry of Foreign Affairs	“	7 July 1886	Portuguese subject coming from Macao
Luiz Demetrio Cordeiro	Bangkok	21	“	Employee of the telegraph service	“	7 Aug. 1886	For having reached majority age, son of a Portuguese subject
Lao-keang-cheng	Macao	30	Married	Trader	“	10 Aug. 1886	Coming from Macao with a passport
Lam-chio-tong	“	23	“	“	“	10 Aug. 1886	“
Sio-chao-keng	“	42	“	“	“	17 Aug. 1886	“
Chan-cheng-kam	“	35	“	“	“	30 Aug. 1886	“

HISTORIOGRAPHY

Evaristo Augusto de Souza	Lisbon	43	Single		“	30 Aug. 1886	Portuguese subject coming from Lisbon
Quirino Eduardo de Souza	“	23	“		“	30 Aug. 1886	“
Maria Salomé da Conceição e Souza	Setúbal	46	Married		“	30 Aug. 1886	“
Jau-lai-keng	Tai-chiu	26	“	Trader	“	7 Oct. 1886	After having been proven by sworn witnesses to have been born in China and to be the son of <i>protégé</i> Ju-ian-liong
Chang-ioc-veng	Macao	36	“	Innkeeper	“	20 Oct. 1886	Coming from Macao with a passport
Lam-a-hong	“	48	“	Trader	“	22 Oct. 1886	Naturalised subject, coming from Macao with a passport
Lam-ju-heng	“	18	“	“	“	6 Nov. 1886	After having been proven by sworn witnesses to have been born in Macao and to be the son of Portuguese subject Lam-a-hong
Coi-hiang-chai	“	21	“	“	“	22 Nov. 1886	After having been proven by sworn witnesses to have been born in Macao and to be the son of <i>protégé</i> Choi-ieng-ei
Ho-loc-seng	“	38	“	“	“	3 Dec. 1886	Coming from Macao with a passport
Lam-a-chun	“	43	“	“	“	9 Dec. 1886	“
Chancellery of the Consulate of Portugal in Siam, Bangkok, 30 December, 1886. Frederico António Pereira - Consul							

Source: AHM, 'Administração Civil', P716 - 'Ofício do cônsul de Portugal no reino de Sião para governador de Macau, datado de 30 Dezembro 1886'.

HISTORIOGRAFIA

TABLE 4.

National	Lisbon	Goa	Macao	Bombay	Singapore	Bangkok	
	5	3	20	1	1	1	
Occupation	Employee of trade sector	Trader	Proprietor	Employee of the Government of Siam	Employee of the Consulate	Seamen	Unknown
	4	10	1	6	4	7	9

Source: *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau*, 2.º Suplemento ao n.º 6, 12 February 1897.

Later, through the general census administered in 1896, in which only the Portuguese subjects are recorded, the following data was obtained for the port of Bangkok.¹¹⁸ (Table 4)

An analysis of this data shows that the majority continued to be from Macao, being traders, sailors and employees of the Siamese Government.¹¹⁹

This census reveals, in addition, a total of 2,371 descendants of Portuguese (from Macao or their descendants) present in this region of the Orient, as well as the information that these individuals make their living through commerce or related occupations and activities.¹²⁰

In what way did the Consulate develop over the years?

It is known that, in 1875, the Consulate General of Portugal in Singapore and Malacca and its dependencies was annexed to the Consulate of Portugal in Siam. The Consul was then promoted to Consul-General of that consular district, and continued to manage the *feitoria*.¹²¹

From 1820 to 1887, the Consulate of Portugal in Siam was dependent on the Government of Macao. However, in 1887, the Consulate, and the administration of the *feitoria*, became directly dependent on the Portuguese Ministry for Foreign Affairs.¹²² In 1903, two Portuguese diplomatic missions were established in Beijing and Tokyo and a surtax of 25% was established on the fees charged in the Consulates of the Far East. This surtax and the earnings of the *feitoria* in Bangkok constituted revenue of the Treasury of Macao, and the administration of the *feitoria* being in charge of the Consul-General, under the supervision of the Government of Macao.¹²³

However, in 1911, the expenses of the Consulates and Legations of the Orient became the responsibility of the Ministry of Foreign Affairs and all remunerations on the part of the Treasury of the Province of Macao ceased,¹²⁴ as did all fiscal control by that body over the Portuguese *feitoria* in Bangkok.¹²⁵

The superintendency that the Government of Macao exercised over the *feitoria* in Siam was established through the position of Special Envoy and Plenipotentiary Minister of Portugal in China, Japan and Siam. All the Governors of Macao were invested with this position by the Ministry of Foreign Affairs. When this post was abolished in 1911, the superintendency over the Siam *feitoria* ceased.¹²⁶

CONCLUSIONS

During the reign of King Rama II (1809-1824), contact and friendship between Siam and Portugal—namely Macao—was strengthened. In 1816, a ship was sent to Siam with letters from the *Ouvidor* of Macao, Miguel de Arriaga Brum da Silveira, requesting the renewal of commercial relations between the two cities. In 1819, Carlos Manuel da Silveira travelled from Macao to Siam acting as Deputy delegated to deal with this matter. Subsequently, in 1820, he was nominated Consul General and manager of the Portuguese *feitoria* by the Viceroy of Goa. Having received an allotment for the *feitoria*, negotiations of a treaty between Portugal and Siam began, yet the treaty was never to become reality. According to some, this was the fault of Silveira, because of his relations with the *Phra Klang* (barcalão) and Prince Cromachiet—who later would become King Rama III. According to others, however, blame would

HISTORIOGRAPHY

lie with the British who, desirous of the concession of a *feitoria*, would have used all means available to turn the King and his ministers against the Portuguese.

From the beginning, the *feitoria* was confronted with a lack of Portuguese shipping and trade, even from the port of Macao. Some blamed this on the lack of a treaty to safeguard Portuguese interests; others attributed blame to indifference and abandonment on the part of the Macao Loyal Senate after the death of *Ouvidor* Arriaga, who had been the real supporter of the venture. The *feitoria* had been created thanks to his will and efforts, indeed some believe that Arriaga had in mind an ambitious project to establish a staging post that would guarantee opium trade on a grand scale. The Viceroy himself, the Count of Rio Pardo, had been equally enthused by the idea of the *feitoria*, above all in relation to the building of ships, whether for the Merchant Navy or for the Defense Navy, in view of the abundance of teak.

Siam was visited from ancient times by the Chinese, who dominated its trade even in the 19th century. Dutch trade, involving shipping from Batavia, was of considerable importance; the British came from Bengal and Singapore; and Americans too came, they together with the British dominating the opium trade, being well-established in Canton in the 19th century.

During the reign of King Rama IV (1851-1868), the Governor of Macao, Isidoro Francisco Guimarães, was sent to Siam with the purpose of negotiating an agreement with the kingdom as in the case of the other European powers. Although Portugal had been the first European country to establish a trade house and consulate in the Kingdom of Siam, it was only on 10 February 1859 that a Treaty of Friendship, Trade and Shipping was established between the two kingdoms. With regard to shipping movements from Macao to Siam, in the 19th century this continued to be modest. All attempts by the Portuguese Consuls in Siam to improve this situation were in vain. Neither the authorities of Portugal nor of Macao, nor the traders themselves, were interested in developing the trade relations desired by the consuls. All this caused problems for the Consul, in particular the fact that the *feitoria* continued to be faced with a lack of funds and that the salaries of the consular staff were not fixed. An additional problem was the fact that the Macao Chinese were readily granted protection to trade there—another

means of generating income for the *feitoria* and the Portuguese Consulate—and this caused conflicts with the Siamese government which, consequently, made things difficult for those under the protection of the Portuguese.

In 1868, a new king, Chulalongkorn Rama V, ascended to the throne. The King visited various European countries that maintained relations with Siam. These included Portugal where the King arrived in 1897. He was warmly received by the King of Portugal, Dom Carlos I, a fact that contributed to a strengthening of the friendly relations between the two countries. However, the situation of the *feitoria* and the Consulate in Bangkok was to continue, without significant changes. The consuls themselves always proclaimed their dissatisfaction with their low salaries, and indeed the income of the *feitoria* was also

First page of the Treaty of Friendship, Trade and Shipping between the Kingdom of Siam and Portugal.



HISTORIOGRAFIA

insufficient for their maintenance and for the support of its undertakings.

In Lisbon, in 1925, Portugal and the Kingdom of Siam signed a further Treaty of Friendship, Trade and Navigation, a treaty of the same nature, signed in 1938.

Bearing in mind the various circumstances and factors that led to the development of Portuguese interest in Siam, it may be said that it was the adventurers, the mercenaries, the traders, the missionaries and the residents of Macao who played an important role

in the approachment of the two peoples. It was they who, even after the demise of an official Portuguese presence in the Far East, remained in the kingdom, in the same spirit, thriving and leaving their historic testimony. Almost 500 years of friendship exist between Portugal and Siam, modern Thailand, since the times of Ayutthaya, the Portuguese having aided and influenced technological and cultural areas diversely over the centuries. This is not the case for any other European country. **RC**

NOTES

- 1 On this question, see Maria da Conceição Flores, 'Os Portugueses e o Sião no Século XVI', Masters dissertation, Universidade Nova de Lisboa, 1991.
- 2 Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Livro Segundo, Tomo II, Cap. XXX, Oporto, Lello & Irmão, 1975, pp. 262-263. In Malacca, the Portuguese had their first contact with the Chinese. Indeed, Duarte Fernandes travelled to Siam 'in two junks belonging to the Chinese'.
- 3 Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Livro III, Cap. LXII, Oporto, Lello & Irmão, 1979, pp. 649-650.
- 4 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (henceforth ANTT), 'Coleção S. Vicente', vol. 15, fls. 54-58v - 'Descrição do reino de Sião'. See also ANTT, 'Manuscritos da Livraria', no. 1115, fls. 240-247 - 'El-Rei de Siam'.
- 5 Duarte Barbosa, *Livro em que dá Relação do que viu e ouviu no Oriente*, Introduction and notes by Augusto Reis Machado, Lisbon, Agência Geral das Colónias, 1946, pp. 199-200.
- 6 Tomé Pires, *A Suma Oriental*, edited by Armando Cortesão, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1978, pp. 242-243.
- 7 João de Barros, *Da Ásia, Década III*, Livro II, Cap. IV, Lisbon, Livraria Sam Carlos, 1973, p. 153.
- 8 Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Livro II, Cap. LXII, p. 648.
- 9 Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, Cap. CLXXXIX, Oporto, Lello & Irmão, 1984, p. 545.
- 10 Prince Damrog Rajanubhab, *The Introduction of Western Culture in Siam*, Bangkok, 1925, p. 107.
- 11 Some doubts persist regarding the genuinely pioneering character of this innovation, owing to the fact that the Chinese had this type of weaponry for some centuries. In China, firearms began to be produced between the 10th and 13th centuries. However, it is the case that artillery played a very important role, since the weapons produced by the Portuguese were more effective. Cf. Gernet, *Le Monde Chinois*, Paris, Armand Colin 1987, p. 388.
- 12 W. A. R. Wood, *A History of Siam*, Bangkok, The Siam Barnavich Press, 1933, pp. 98-99.
- 13 Dhiravat na Pombjara, 'Ayutthaya and its External Relations', in *Ayutthaya Historical Study Centre*, Bangkok, Allide Printers, 1990, p. 109.
- 14 Hugh Clifford, *Further India*, Bangkok, White Lotus Co., 1990, p. 87.
- 15 The Diocese of Malacca was created by Pope Paulo IV, at the request of the Queen of Portugal, Dona Catarina, and Cardinal Dom Henrique, by the papal bull *Pro Excellenti Praeeminentia*, on 4 February 1557. The first bishop, Dom Fr. Jorge de Santa Luzia, a Dominican, embarked for India in March 1559, in a fleet of six ships under the command of Pero Vaz de Sequeira. In 1561, together with the Dominicans Fr. António da Cruz and Fr. Aleixo, he sailed for Malacca, where he remained until 1577. Cf. Pe. Manuel Teixeira, *Early Dominicans in Malacca (1511-1636)*, Colombo, The Rosary Apostolate, 1963, pp. 8-9.
- 16 António da Silva Rego, *Lições de Missionologia*, Lisbon, Junta de Investigações do Ultramar, 1961, pp. 174-175.
- 17 António da Silva Rego, *Le patronage Portugais de l'Orient. Aperçu Historique*, Lisbon, Agência-Geral do Ultramar, 1957, pp. 55-56. Concerning the activities of the Portuguese missionaries and of the *Congregatio de Propaganda Fide*, see Adrien Launay ed., *Histoire de la mission de Siam, 1662-1811*, Paris, Missions Étrangères de Paris, 1920.
- 18 Charles Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo e os Portugueses em Macassar e Timor na Época da Restauração (1640-1668)*, Macao, Escola Tipográfica do Orfanato Salesiano, 1940, p. 16. Yet another approximately 530 Portuguese left for Macao and a further 120 for Timor.
- 19 George Bryan de Souza, *A Sobrevivência do Império: Os Portugueses na China (1630-1754)*, Lisbon, Publicações D. Quixote, 191, pp. 62-63. The article by Jean Aubin, 'Les Persans au Siam sous le Règne de Narai (1656-1688)', in *Mare Luso-Indicum*, 4, Paris, Société d'Histoire de l'Orient, 1980, should also be consulted.
- 20 About this subject see Leonor de Seabra, *A Embaixada ao Sião de Pêro Vaz de Siqueira (1684-1686)*, Macao, IPOR/Fundação Oriente, 2004.
- 21 Ibid., p. 63.
- 22 Joaquim de Campos, 'A Feitoria de Sião (II)', in *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, ano XXXV, no. 410, Maio 1938, p. 872.
- 23 Arquivo Histórico de Macau (henceforth AHM), 'Administração Civil' (henceforth AC), P287 - 'Relatório do cônsul geral de Portugal em Sião, António Feliciano Marques Pereira, acerca do Congresso de Geografia Comercial a realizar em Lisboa, datada de 1 de Março de 1881'.
- 24 Manuel Teixeira, 'A Missão Portuguesa no Sião', in *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, vol. LX, no. 703, Novembro 1962, p. 931.
- 25 'Relatório do Oitavo Congresso de Medicina do Extremo Oriente, realizado em Bangkok', *Arquivos de Macau* (henceforth AM), 4.^a Série, vol. VII, t. I e II, Jan.-Dez. 1987, p. LXIV.

HISTORIOGRAPHY

- 26 ANTT, Núcleo do Ministério Núcleo do Ministério Núcleo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, maço 70, 'Confraria do Rosário do Sião e outros (1769-1914)', fls. 39 e 39v - 'Carta do Arcebispo Primaz do Oriente para os Irmãos da Confraria de N^a S^a do Rosário do Sião, datada de 12 de Maio de 1788'.
- 27 'Carta do Barcalão, primeiro ministro do rei de Sião, para o Governador e Senado de Macau, datada de 12 de Junho de 1782', AM, 3.^a Série, vol. XVI, no. 5, Nov. 1971, pp. 254-255.
- 28 ANTT, Núcleo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, maço 70, 'Confraria do Rosário do Sião e outros (1769-1914)', fl. 7 - 'Carta do Governador de Macau, D. Francisco Xavier de Castro, para o rei de Sião acerca do comércio entre este reino e Macau, datada de 22 de Março de 1783'.
- 29 Ibid., fls. 64 e 64v - 'Carta do Arcebispo Primaz do Oriente, D. Frei Manuel de S. Gualdino, para os cristãos do Sião, datada de 6 de Janeiro de 1806'.
- 30 Pe. Manuel Teixeira, *Portugal na Tailândia*, Macao, Imprensa Nacional, 1983, p. 186.
- 31 The Count of Galveas, João de Almeida de Melo e Castro.
- 32 'Ofício do Ministro de Estado, Conde das Galveas, ao Conselheiro Arriaga sobre a renovação das novas relações comerciais com o reino de Sião, datado de 29 de Outubro de 1812', AM, 3.^a Série, vol. XII, no. 5, Nov. 1969, p. 252.
- 33 'Carta de Miguel de Arriaga para o rei de Sião acerca do restabelecimento das relações comerciais entre os dois reinos, datada de 22 de Novembro de 1816', AM, 1.^a Série, vol. I, no. 2, Jul. 1929, pp. 89-90.
- 34 'Carta do Barcalão para o Conselheiro Miguel de Arriaga, datada de 23 de Dezembro de 1816', *ibid.*, p. 92.
- 35 Constantino José Lopes was the captain of the ship *S. Miguel*, belonging to the Baron of Porto Alegre—father-in-law of Miguel de Arriaga—who had gone to Siam in 1816. Cf. 'Carta de Miguel de Arriaga para o rei de Sião acerca do restabelecimento das relações comerciais entre os dois reinos, datada de 22 de Novembro de 1816', *ibid.*, pp. 89-90.
- 36 Ibid., pp. 90-91. In another letter dated the 1 July 1816 (?), the *Phra Klang* (barcalão) said that he had received the letter from the Magistrate Miguel Arriaga in 1816, expressing concern that no ship had yet arrived from Macau, as had been indicated in the earlier letter: 'it had been determined that ships would be sent the following year with goods to trade in the Kingdom'. The date, 1816-7-1, appears to be incorrect because, according to the same letter, it can be deduced that it relates to the following year, that is 1817.
- 37 'Credencial passada pelo Conselheiro Miguel de Arriaga - autorizado pelo Aviso Régio de 29 de Setembro de 1812 - a Carlos Manuel da Silveira, datada de 22 de Fevereiro de 1819', AM, 3.^a Série, vol. XII, no. 5, Nov. 1969, pp. 252-253.
- 38 AHM, 'Leal Senado' (henceforth LC), Cod. 569, fl. 96 - 'Passaporte (registro do) passado pelo Leal Senado ao navio *Viajante*, propriedade de António de Vasconcelos, para navegar para o reino de Sião, datado de 13 de Fevereiro de 1819'.
- 39 F. Alves de Azevedo, 'Como se restabeleceram as relações de Portugal com o Sião em 1819', in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 67^a, nos. 1/2, Janeiro-Fevereiro, 1949, p. 18.
- 40 ANTT, Núcleo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, maço 70, 'Livro de Registo da Correspondência da Feitoria Portuguesa em Bangkok, no Reino de Sião, com o Governo de Goa (1820 e 1821)', fls. 62-65 - 'Carta de Carlos Manuel da Silveira para o ministro do reino de Sião, Than Phia Surwon Monti, datada de 8 de Julho de 1820'.
- 41 'Carta Patente de Carlos Manuel da Silveira passada pelo Conde de Rio Pardo, Vice-Rei da Índia, datada de 2 de Maio de 1820', AM, 3.^a Série, vol. XII, no. 5, Nov. 1969, pp. 258-259.
- 42 Armed with the *Carta Patente*, the preliminary version (*Preliminar*) of a treaty (to negotiate with the King of Siam), and various letters and presents for the King and his ministers, Silveira embarked for Siam in the brigantine *S. João Baptista*. His entourage included the clerk of the *feitoria*, Cipriano José Baptista, some assistants, and five soldiers for the garrison of the *feitoria*.
- 43 *Luang Apha Pranit*, a title with which the King of Siam honoured his most important subjects and which, in Silveira's words 'amounts to the same as Consul'. Cf. ANTT, Núcleo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, maço 70, 'Livro de Registo da Correspondência da Feitoria Portuguesa em Bangkok, no reino de Sião, com o Governo de Goa (1820 e 1821)', fl. 72 - 'Relatório do cônsul Carlos Manuel da Silveira para o Vice-Rei da Índia, Conde de Rio Pardo, datado de 7 de Novembro de 1820'.
- 44 Ibid., fls. 82-91 - 'Carta do cônsul de Portugal, Carlos Manuel da Silveira, para o Vice-Rei da Índia, acerca das negociações com o príncipe Cromachiet, para o tratado entre Portugal e o Sião (s.d.)'.
- 45 Ibid., fls. 92-93 - 'Carta do ministro do rei de Sião para o Vice-Rei da Índia, Conde de Rio Pardo, datada de 9 de Novembro de 1820'.
- 46 Ibid., fls. 94-103v - 'Carta do ministro do rei de Sião para o Vice-Rei da Índia, Conde de Rio Pardo, referente às negociações sobre o tratado, datada de 9 de Novembro de 1820'.
- 47 Ibid., fls. 82-91 - 'Carta do cônsul português para o Vice-Rei acerca das negociações para o tratado entre Portugal e o Sião (s.d.)'.
- 48 Ibid., fls. 119v-122v - 'Carta do cônsul português para o Vice-Rei da Índia, Conde de Rio Pardo, datada de 29 de Agosto de 1821'.
- 49 *Tael*, a monetary unit equivalent to 60 réis.
- 50 ANTT, Núcleo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, maço 70, 'Livro de Registo da Correspondência da Feitoria Portuguesa em Bangkok, no Reino de Sião, com o Governo de Goa (1820 e 1821)', fls. 119v-122v - 'Carta do cônsul português para o Vice-Rei da Índia, Conde de Rio Pardo, datada de 29 de Agosto de 1821'.
- 51 Pe. M. J. Gabriel de Saldanha, *História de Goa: Política Arqueológica*, Nova Goa, Livraria Coelho, 1925-1926, pp. 241-250. The Viceroy, the Count of Rio Pardo, was deposed on the 16th of September of 1821, when the Constitution was proclaimed and he was succeeded by a Provisional Junta of the Government, which itself was dissolved on the 3rd of December, 1821. Dom Manuel da Câmara arrived in Goa on 25 November 1821, and became president of the new Provisional Junta, eight days after His arrival. On 18 October 1822, the 2nd Provisional Junta was dissolved, and its president became Governor, later, in November 1823, being made Viceroy until his death on 16 November 1825.
- 52 'Portaria da Junta Provisional de Goa para desfazer a *Feitoria*, datada de 17 de Setembro de 1821', AM, 3.^a Série, vol. XII, no. 5, Nov. 1969, p. 260.
- 53 'Outro Ofício da mesma Junta ao cônsul de Sião, Carlos Manuel da Silveira, datado de 1821', *ibid.*, p. 261.
- 54 'Carta de Carlos da Silveira para o Enviado britânico ao Sião, Capitão Burney, datada de 25 de Junho de 1826', AM, 3.^a Série, vol. XII, no. 6, Dez. 1969, pp. 306-307.
- 55 ANTT, Núcleo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, maço 70, 'Livro de Registo da Correspondência da Feitoria Portuguesa em Bangkok, no Reino de Sião, com o Governo de Goa (1823 e 1824)', fl. 2 - 'Carta de Carlos Silveira para o Governador da Índia, datada de 31 de Julho de 1823'.
- 56 Ibid., fls. 10-14 - 'Carta do cônsul Carlos Silveira para o Vice-Rei da Índia, D. Manuel da Câmara, datada de 29 de Junho de 1824'.
- 57 Ibid., fls. 3 e 4 - 'Carta de Carlos Manuel da Silveira para o Governador da Índia, datada de 23 de Agosto de 1823'.
- 58 'Ofício do Vice-Rei da Índia para o Leal Senado de Macau, datado de 8 de Abril de 1824', AM, 3.^a Série, vol. XII, no. 5, Nov. 1969, pp. 250-252.
- 59 ANTT, Núcleo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, maço 70, 'Livro de Registo da Correspondência da Feitoria Portuguesa em Bangkok, no Reino de Sião, com o Governo de Goa (1823 e 1824),

HISTORIOGRAFIA

- fls. 9 e 9v - 'Carta do cônsul português para o Vice-Rei da Índia, datada de 28 de Junho de 1824'.
- 60 'Vários ofícios a respeito da Feitoria Portuguesa em Sião, datados de 2 de Maio de 1827', AM, 3.^a série, vol. XII, no. 6, Dez. 1969, pp. 298-299.
- 61 Ibid., p. 300.
- 62 'Ofício pedindo informação relativamente à conservação da Feitoria Portuguesa em Sião, datado de 27 de Abril de 1828', AM, 3.^a Série, vol. XIII, no. 2, Fev. 1970, pp. 92-93.
- 63 'Carta do Leal Senado de Macau a Simão Vicente Rosa, datada de 5 de Novembro de 1828', *ibid.*, vol. XIX, no. 5, Maio 1973, p. 267.
- 64 'Resposta de Simão Vicente Rosa acerca de Sião, datada de 7 de Novembro de 1828', *ibid.*, pp. 267-268.
- 65 'Carta do Leal Senado a Miguel de Araújo Rosa sobre o mesmo assunto, datada de 7 de Novembro de 1828', *ibid.*, p. 268.
- 66 'Resposta de Miguel de Araújo Rosa aceitando a incumbência, datada de 8 de Novembro de 1828', *ibid.*, pp. 268-269.
- 67 'Ofício do Leal Senado para o Vice-Rei da Índia, D. Manuel de Portugal e Castro, datado de 29 de Dezembro de 1828', AM, 3.^a Série, vol. XX, no. 2, Agosto 1973, p. 105. The Senado also requested that the Government of Goa advance him part of the sum spent on the disengagement of the ex-consul Carlos Manuel da Silveira. This was granted to him.
- 68 AHM, LS, Cod. 13 - 'Ofício do Vice-Rei da Índia, D. Manuel de Portugal e Castro, para o Leal Senado de Macau, datado de 30 de Março de 1829'. For the payment of this debt, the Leal Senado would discount the 'third of a *tael* for each box of opium, that the aforesaid *ouvidor* and his heirs have by way of royal dispensation'. Cf. AHM, LS, Cod. 42 - 'Ofício do Leal Senado para o rei de Portugal com informações sobre a dívida ao rei de Sião, datado de 23 de Janeiro de 1833'.
- 69 'Informação do estado actual da Feitoria Portuguesa em Sião, suas relações políticas e comerciais com a Nação Portuguesa, dada pelo Comissário Miguel de Araújo Rosa, datada de 14 de Outubro de 1829', AM, 1.^a Série, vol. III, no. 2, Agosto 1930, p. 89.
- 70 The Count of Basto, José António de Oliveira Leite de Barros.
- 71 'Régio Aviso sobre a Feitoria Portuguesa no Sião, datado de 30 de Abril de 1829', AM, 3.^a Série, vol. XXIV, no. 5, Nov. 1975, p. 276.
- 72 ANTT, Núcleo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, maço 70, Livro de Registo da Correspondência entre o Cônsul e o Governo Superior de Goa, e o Leal Senado de Macau (1830 a 1838), fls. 2 e 2v - 'Ofício de Carlos Manuel da Silveira para o Leal Senado, comunicando ter sido nomeado pelo Vice-Rei da Índia, como cônsul de Portugal à Corte de Bangkok, datado de 20 de Julho de 1830'.
- 73 Ibid., fl. 3v - 'Acta da Sessão do Senado de 15 de Setembro de 1830'.
- 74 Ibid., fls. 9-9v - 'Comunicação de Miguel Pereira Simões, escrivão interino da Câmara e Fazenda, a Carlos Manuel da Silveira, datada de 9 de Dezembro de 1830'.
- 75 Ibid., fls. 18-18v - 'Relatório de Carlos Silveira para o Leal Senado de Macau, datado de 7 de Julho de 1831'.
- 76 Ibid., fls. 19-23v. At the time, the *feitoria* had only the income from renting out the docks, in particular to the Chinese who sailed there with their junks, three or four months of the year.
- 77 Ibid., fls. 24-29 - 'Relatório de Carlos Silveira ao Vice-Rei da Índia, D. Manuel de Portugal e Castro, datado de 30 de Agosto de 1831'.
- 78 Ibid., fl. 25.
- 79 ANTT, Núcleo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, maço 70, Livro de Registo da Correspondência da Feitoria Portuguesa em Bangkok, no Reino de Sião, com o Governo de Goa (1820 e 1821), fls. 109-113 - 'Relatório de Carlos Manuel da Silveira para o Vice-Rei da Índia, Conde de Rio Pardo, datado de 20 de Dezembro de 1820'.
- 80 'Ofício do Vice-Rei da Índia a respeito dos Empregados da Feitoria Portuguesa em Sião, datado de 24 de Maio de 1832', AM, 3.^a Série, vol. XIII, no. 2, Fev. 1970, pp. 142-145.
- 81 ANTT, Núcleo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, maço 70, Livro de Registo da Correspondência entre o Cônsul e o Governo Superior de Goa, e o Leal Senado de Macau (1830 a 1838), fl. 44 - 'Portaria nomeando cônsul de Portugal no reino de Sião a Marcelino d'Araújo Rosa, datada de 16 de Maio de 1832'.
- 82 'Ofício do Governo da Índia, datado de 23 de Maio de 1832', AM, 3.^a Série, vol. XXI, no. 2, Fev. 1974, p. 85. The replacement of this cônsul by Marcelino de Araújo Rosa was communicated to the King of Siam and to the *Phra Klang*, Chau Phaia Phra Klang, who had written to him regarding this matter by the Viceroy Dom Manuel de Portugal e Castro on 23 May 1832.
- 83 'Ofício do Vice-Rei da Índia para o Leal Senado de Macau, sobre o bom acolhimento dos nossos Empregados em Sião, datado de 24 de Abril de 1834', AM, 3.^a Série, vol. XIII, no. 3, Março 1970, p. 163.
- 84 'Ofício do Governo da Índia para o Leal Senado, acerca dos negócios de Sião, datado de 18 de Abril de 1834', AM, 3.^a Série, vol. XXI, no. 2, Fevereiro 1974, pp. 106-107.
- 85 'Ofício do vice-rei da Índia para o Senado de Macau, datado de 24 de Abril de 1834', *ibid.*, p. 112.
- 86 'Ofício do Leal Senado pedindo a permissão do vice-rei para adiamento da Ordem sobre a isenção, na Alfândega de Macau, dos gêneros vindos de Cochinchina, Camboja, e Sião, datado de 23 de Dezembro de 1834', AM, 3.^a Série, vol. XX, no. 5, Nov. 1973, p. 288.
- 87 ANTT, Núcleo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, maço 70, Livro da Correspondência entre o Cônsul e o Governo Superior de Goa, e o Leal Senado de Macau (1830 a 1838), fl. 20 - 'Relatório de Carlos Silveira para o Leal Senado de Macau, datado 7 de Julho de 1831'.
- 88 AHM, LS, Cod. 569, fl.96 - 'Passaporte (registo do) passado pelo Leal Senado ao navio *Viajante*, propriedade de António de Vasconcelos, para navegar para o reino de Sião, datado de 13 de Fevereiro de 1819'.
- 89 Ibid., fl.171 - 'Passaporte (registo do) passado pelo Leal Senado ao brigue *Esperança*, propriedade de Francisco António Pereira da Silveira, para navegar para Singapura e mais portos que lhe convenham, incluindo o do Sião, datado de 17 de Dezembro de 1828'.
- 90 AHM, *ibid.*, Cod. 570, fl.24-24v - 'Passaporte (registo do) passado pelo Leal Senado ao brigue *Feliz Viena*, propriedade de José Baptista de Miranda e Silva, para navegar para o reino de Sião, datado de 11 de Março de 1831'.
- 91 AHM, AC, P570, fls.57-57v - 'Passaporte (registo do) passado pelo Leal Senado ao brigue *S. Francisco Xavier*, propriedade de Carlos Danenberg, para navegar para o reino de Sião, datado de 30 de Janeiro de 1833'.
- 92 AHM, 'Finanças' (henceforth FIN), Cod. 360, fl. 54v - 'Ofício da Junta de Fazenda Pública de Macau para o cônsul de Portugal em Singapura, José de Almeida, a encarregá-lo de providenciar uma passagem num navio de Singapura para o reino de Sião para Joaquim Vicente de Almeida, secretário do cônsul geral de Portugal em Bangkok, datado de 16 de Julho de 1868'.
- 93 'Movimento do Porto', in *Boletim da Província de Macau e Timor* (henceforth BPMT), vol. XIII, no. 10, 11 Março 1887, p. 54.
- 94 'Movimento do Porto', BPMT, vol. XIII, no. 39, 30 Setembro 1867, p. 234.
- 95 'Movimento do Porto', BPMT, vol. XIII, no. 52, 30 Dezembro 1867, p. 291.
- 96 'Movimento do Porto de Macau', BPMT, vol. XIV, no. 6, 16 Fevereiro 1868, p. 34.
- 97 'Produtos importados', BPMT, vol. XIII, no. 38, 23 Setembro 1867, pp. 222-223.
- 98 Ibid.

HISTORIOGRAPHY

- 99 'Mapa da entrada e saída de navios nacionais e estrangeiros no porto de Bangkok, durante o ano de 1870', BPMT, vol. XVII no. 17, 24 Abril 1871, p. 70.
- 100 'Mapa da entrada e saída de navios nacionais e estrangeiros no porto de Bangkok, durante o ano de 1871', BPMT, vol. XVIII, no. 52, 21 Dezembro 1872, p. 221.
- 101 ANTT, Núcleo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, maço 70, Livro de Registos de todas as transacções relativas à Feitoria Portuguesa de Bangkok (1831 a 1833), fl. 26 - 'Balanço geral das contas dos rendimentos e despesas da Feitoria Portuguesa em Bangkok, datado de 22 de Maio de 1833'.
- 102 Ibid.
- 103 AHM, AC, P.287 - 'Relatório do cônsul geral de Portugal em Sião, António Feliciano Marques Pereira, datado de 1 de Março de 1881'.
- 104 AHM, AC., Cod. 25, fls. 42v-43. - 'Ofício do Governador de Macau, Carlos Eugénio Correia da Silva, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros no reino de Sião, datado de 22 de Janeiro de 1877'.
- 105 'Edital do Procurador dos Negócios Sínicos de Macau, A. Marques Pereira', BPMT, vol. XIV, no. 45, 9 Novembro 1868, p. 206.
- 106 AHM, AC, P171 - 'Ofício do cônsul geral de Portugal em Bangkok, António Feliciano Marques Pereira, para o Governador de Macau, Carlos Eugénio Correia da Silva, datado de 30 de Março de 1878'.
- 107 Ibid., P1463 - 'Correspondência trocada entre o cônsul de Portugal em Bangkok e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Sião, de 13 de Outubro de 1894 a 6 de Dezembro de 1894'.
- 108 Ibid., P1004 - 'Relatório do comandante da canhoneira *Tejo*, Venceslau de Sousa Morais, acerca da sua visita ao reino de Sião, datado de 7 de Junho de 1890'.
- 109 Ibid. Note-se que os Portugueses, matriculados no Consulado, eram todos filhos de Macau, à excepção de um que era Europeu.
- 110 Ibid. P287 - 'Relatório do cônsul geral de Portugal em Sião, António Feliciano Marques Pereira, datado de 1 de Março de 1881'.
- 111 In this year, the new consul, Eduardo Pereira Leite, issued illegal documents of nationality (to Chinese originating from Macao). Cf. AHM, AC. Cod. 23, 2.^a parte, fls. 31v-32v - 'Ofício do Governador de Macau, Visconde de S. Januário, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, datado de 18 de Dezembro de 1873'.
- 112 'Relações de súbditos portugueses residentes no distrito consular de Sião e dos Chineses protegidos pelo Consulado de Portugal nesse reino, enviadas pelo cônsul António Feliciano Marques Pereira, datadas de 25 de Setembro de 1875', BPMT, vol. XXI, no. 43, 23 Outubro 1875, p. 182.
- 113 'Relações de súbditos portugueses residentes no distrito consular de Sião e dos Chineses protegidos pelo Consulado de Portugal nesse reino, enviadas pelo cônsul António Feliciano Marques Pereira, datadas de 25 de Setembro de 1875', *ibid.*, p. 182.
- 114 AHM, AC, P716 - 'Ofício do cônsul de Portugal no reino de Sião, Frederico António Pereira, para o Governador de Macau, a enviar uma lista dos súbditos e protegidos matriculados no Consulado português em Bangkok durante o ano de 1886, datado de 30 de Dezembro de 1886'.
- 115 'Relações de súbditos portugueses residentes no distrito consular de Sião e dos Chineses protegidos pelo Consulado de Portugal nesse reino, enviadas pelo cônsul António Feliciano Marques Pereira, datadas de 25 de Setembro de 1875', BPMT, vol. XXI, no. 43, 23 Outubro 1875, p. 182.
- 116 Ibid. We note that the average age of these Chinese *protégés* of the Portuguese Consulate, in 1875, is 37 years, the same as that of the Portuguese subjects at that time.
- 117 AHM, AC, P716 - 'Ofício do cônsul de Portugal no reino de Sião, Frederico António Pereira, para o Governador de Macau, a enviar uma lista dos súbditos e protegidos matriculados no Consulado português em Bangkok durante o ano de 1886, datado de 30 de Dezembro de 1886'.
- 118 'Recenseamento Geral da população portuguesa nos portos estrangeiros, datado de 13 de Fevereiro de 1896', *Boletim Oficial do Governo da Província de Macau*, 2.^o Suplemento ao n.º 6, 12 Fevereiro de 1897, p. 139.
- 119 'Recenseamento Geral da população portuguesa nos portos estrangeiros, datado de 13 de Fevereiro de 1896', *ibid.*, p. 139.
- 120 Ibid., p. 89.
- 121 AHM, AC, Cod. 5, fl. 55 - 'Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, datada de 19 de Abril de 1876'.
- 122 Ibid., P2531 - 'Processo contendo correspondência trocada entre o Consulado de Portugal no reino de Sião e as autoridades de Macau acerca da Feitoria Portuguesa em Bangkok, de 7 de Março de 1910 a 4 de Janeiro de 1912'.
- 123 Ibid.
- 124 AHM, FIN, Cod. 114, ofícios nos. 731 e 732 - 'Ofício do inspector da Fazenda de Macau, Manuel Ferreira da Rocha, para o cônsul geral de Portugal no reino de Sião, a respeito da administração da Feitoria Portuguesa de Bangkok, datado de 1 de Julho de 1911'.
- 125 Ibid., Cod. 4, ofício no. 448 - 'Ofício da Inspeção Geral da Fazenda do Ultramar para a Repartição Superior da Fazenda de Macau, datado de 29 de Novembro de 1911'.
- 126 Ibid.

BOLETIM OFFICIAL

DO

GOVERNO DA PROVINCIA DE MACAU

報 憲 門 澳

SEGUNDA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 1910—SUPPLEMENTO AO N.º 41

報附號一十四第

日八初月九年戌庚

日十初月十年十壹百九千壹

日壹拜禮

PARTE OFFICIAL

SECRETARIA GERAL DO GOVERNO DA PROVINCIA DE MACAU

Por ordem superior se publica o seguinte

TELEGRAMMA:

Lisboa, 6-10-1910.

GOVERNADOR GERAL MACAU.

Foi hontem proclamada republica com concurso exercito marinha e povo. Enthusiasmo. Ordem absoluta. Governo provisorio presidido Teofilo Braga. Ministros: guerra, Coronel artilharia Xavier Barreto; interior, António José d'Almeida; fazenda, Basilio Telles; obras publicas, Antonio Luiz Gomes; marinha e colonias, capitão de mar e guerra Azevedo Gomes; justiça Affonso Costa; estrangeiros, Bernardino Machado. Queira communicar autoridades civis e militares sob sua jurisdicção estes acontecimentos.

MINISTRO MARINHA AZEVEDO GOMES.

Está conforme.—Secretaria geral do governo em Macau, 10 de outubro de 1910.

O secretario geral interino,
Alvaro Cardoso de Mello Machado.

Ecos e Influências da Primeira República Portuguesa em Macau

FERNANDO MENDONÇA FAVA*

INTRODUÇÃO

A Revolução Portuguesa de 5 Outubro de 1910 foi o corolário lógico de uma longa luta iniciada pelo movimento republicano no século XIX. Sendo visíveis, já na década de vinte, algumas formulações de republicanismo, patenteadas sobretudo no seio do partido vintista, o movimento político para a instauração da República em Portugal só viria a ter efectiva representatividade e peso social a partir de 1880, com as “Comemorações do Tricentenário da Morte de Luís de Camões”, acontecimento que teve assinalável expressão em Macau e em Hong Kong.¹

Com efeito, em torno da grandiosa homenagem feita, então, à figura e obra de Luís de Camões, congregaram-se muitas vontades republicanas e mesmo outras que, não o sendo à data, vieram depois a sê-lo. Há mesmo historiadores que defendem ter sido esse o momento em que, na verdade, nasceu o Partido Republicano, muito embora uma data oficial aponte para 1876. Para muitos republicanos ilustres, entre outros, Sebastião de Magalhães Lima, Teófilo Braga e António José de Almeida, o tricentenário foi, reconhecidamente, o verdadeiro ponto de partida para uma oposição firme e continuada ao regime monárquico, a qual teve o seu desfecho a 5 de Outubro de 1910.

A este propósito, importa sobretudo reter que foi ao longo de todo esse tempo – após 1880 e até Outubro de 1910 – que se forjou o republicanismo

revolucionário que viria a concretizar a Revolução, num longo e porfiado caminho, pontuado por alguns marcos históricos importantes. De entre esses marcos, serão de salientar o *Ultimato Inglês* de 1890, a *Revolução Republicana* de 31 de Janeiro de 1891, a tentativa revolucionária de 28 de Janeiro de 1808 – *Revolução do Elevador* ou *da Biblioteca* –, o *Regicídio* e o chamado período de *Acalmação*, durante o qual reinou D. Manuel II, o último rei de Portugal.

Sendo certo que a revolução republicana trazia no seu bojo o necessitarismo da mudança de regime político e a imposição de profundas modificações na tessitura social do país, ela não poderia deixar de, naturalmente, causar alguns receios e perplexidades junto de estratos populacionais menos elucidados e, por outro lado, originar algumas confusões e embaraços junto de administrações locais, mormente as que se sentiam ideologicamente próximas ou afectas ao regime anterior.

Nas páginas seguintes ensaiaremos uma apreciação dos traços mais salientes do processo de reconhecimento da República em Macau e respectivas consequências. De salientar que este passo foi, sem dúvida, um momento histórico *sui generis*, posto o facto iniludível de tudo se passar num território em todos os aspectos dissemelhante da metrópole e do restante património colonial português. De tal maneira assim que muitas das determinações da República não encontraram em Macau condições para ser aplicadas, na íntegra ou no imediato, e outras houve que não chegaram mesmo a ser aplicadas.

* Mestre em História Contemporânea de Portugal. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra, tendo como área preferencial de investigação a Primeira República Portuguesa.

M.A. in Portuguese Contemporary History; researcher at Coimbra's University Centre for 20th Century Interdisciplinary Studies. his research focus on the First Portuguese Republic.

O telegrama anunciando a proclamação da República em Portugal foi publicado em Suplemento ao *Boletim Oficial* em 10 de Outubro de 1910.

SECRETARIA DO LEAL SENADO DA CAMARA DE MACAU

Copia.—Anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e dez, aos onze dias do mez de outubro nos Paços do Concelho d'esta cidade do Santo Nome de Deus de Macau na China, achando-se presentes, S. Ex.^a o Governador da provincia, o capitão do serviço do Estado Maior, Eduardo Augusto Marques, o Conselho do Governo, o Leal Senado da Camara e mais auctoridades e funcionarios d'esta colonia e o povo, alli, e em conformidade do que se acha exarado nos supplementos numeros um e dois, datados de dez e onze do corrente, ao *Boletim Official* do Governo, d'esta provincia, numero quarenta e um, de oito do corrente, se procedeu á cerimonia da proclamação da Republica Portuguesa, indo S. Ex.^a o Governador da provincia á varanda dos Paços do Concelho, onde proclamou a Republica, á qual deu vivas, que foram correspondidos entusiasticamente pelo povo e funcionarios presentes a esse acto, hasteando-se n'essa occasião a nova bandeira nacional, encarnada e verde, com tralha encarnada, do que tudo para constar, se lavrou este auto que, depois de ser lido em voz alta por mim, Patricio José da Luz, escrivão do Leal Senado, foi por todos assignado.—E eu Patricio José da Luz, escrivão do Leal Senado o fiz escrever e subcrevi e vou assignar.—(ass.) *Patricio José da Luz*, escrivão do Leal Senado. (Assignaturas): *Eduardo Marques*.—*Jodo Marques Vidal*.—*Fernando José Rodrigues*.—*Alvaro de Mello Machado*.—*Alvaro Cesar Correa Mendes*.—*Ernesto Espregueira Goes Pinto*.—*Luiz Gonzaga Nolasco da Silva*.—*Constancio José da Silva*.—*Delfino José Ribeiro*.—*Caetano Maria Dias Azedo*.—*Fernando Cello de Menezes*.—*Manuel da Silva Mendes*.—*Jodo de Souza C. Canavarro*.—*Luciano José Cordeiro*, ten.^{te} d'art.^o.—*Camille d'Almeida Pessanha*.—*Manuel Ignacio de Rezende*.—*Antonio Julio Guimarães Lobato*.—*Lucilio Cunha Ozorio Coutinho Rebello*.—*Annibal C. X. Telles Henriques*.—*Antonio do Nascimento Leitão*.—*Antonio Antunes*.—*Jodo Mariano Gracins*.—*José David Freire Garcia*, ten.^{te} col.^o.—*Antonio Alexandrina Gonzaga de Mello*.—*Miguel Rodrigues Morgado*.—*Jovita Julio Dias Azedo*.—*José Joaquim de Paiva*, cap.^o.—*L. A. Lopes Remedios*.—*Arthur Fernandes da Silva*, alferes pharmaceutico. —*Pedro Nolasco da Silva Jr.*.—*Eugenio M. Alvares*.—*L. C. Ozorio*.—*Eduardo Azambuja Martins*.—*Rodolpho dos Passos Xavier*.—*Philippe Augusto Tavares*.—*Secundino Jodo da Encarnação*.—*Jodo Pedro Ruella*, ten.^{te} d'inf.^o.—*Clementino José Borges*.—*Paulino Antonio da Silva*.—*José Maria Eduardo d'Almeida*, am.^o da Cam.^o.—*Euclides Honor Rodrigues Vianna*, esc. da Ad.^o.—*E. J. Nunes*.

Está conforme.—Macau, Secretaria da Camara, 12 de outubro de 1910.

O Escrivão do Leal Senado,
P. J. da Luz.

A REPÚBLICA EM MACAU

A Primeira República Portuguesa teve, como é conhecido, o seu início após a vitória obtida pelas forças republicanas no desenrolar da insurreição armada que Portugal se habituou a conhecer e a designar por *5 de Outubro de 1910* ou por *Revolução da Rotunda*.

É importante notar que toda a acção deste processo revolucionário se passou em Lisboa e que, no que respeita à província e às colónias, a Revolução e as mudanças que a mesma implicou foram instituídas por telégrafo em mensagens que, em boa verdade, se traduziram por ordens precisas e rigorosas do novo Governo em Lisboa, dirigidas às autoridades locais.

Em Macau também assim foi, sob a forma de um telegrama enviado pelo Ministério da Marinha e Colónias do Governo Provisório, datado de 6 de Outubro e que chegou ao Território no dia seguinte, 7 de Outubro. Todavia, já aí se tinha conhecimento da Revolução através de uma notícia publicada num jornal de Hong Kong – o *Hong-Kong Daily Press* – periódico que, precisamente a 6 de Outubro, reproduziu um telegrama enviado por Londres, sob o título “Rebentou a Revolução em Lisboa”.

O conteúdo deste telegrama foi depois reeditado, a 9 de Outubro, pelo jornal *Vida Nova*, semanário de Macau, então dirigido por uma influente individualidade macaense. De seu nome completo Luís Gonzaga Nolasco da Silva, era, à data, Presidente do Leal Senado. Na notícia intitulada “A República em Portugal”, os comentários então feitos pelo próprio Luís Nolasco assumem, em toda a linha, uma posição inequívoca a favor da República. Vejamos, a este propósito, a significativa frase, escrita, a dado passo, pelo articulista:

“se a monarquia se revelar impotente, como ultimamente se tem revelado, para realizar a sua função politico-social, rua com ella, e venha a republica.”²

Nada indiciando, em Macau, a existência de um ambiente hostil em relação ao novo regime, o facto é que somente a 11 de Outubro a República foi formalmente reconhecida, em cerimónia solene havida no Leal Senado. Estiveram presentes o governador, o Conselho de Governo e de Província, os membros do Leal Senado, o corpo consular, os oficiais da guarnição militar e o alto funcionalismo público. O presidente do Leal Senado, Luís Nolasco, fez a saudação ao novo regime, considerando que as maiores responsabilidades cabiam



Governador Eduardo Augusto Marques.

agora aos novos governantes e concluiu, dizendo: “Deixámos de ser súbditos para sermos cidadãos. Eis a grande conquista.”³

Depois, chegando-se à varanda do edifício, o governador falou ao povo, reunido no Largo do Senado, declarando instaurada a República em todo o território macaense; nos locais próprios – edifícios e navios de guerra – foi arriada a bandeira da Monarquia e içada uma bandeira da República e na Fortaleza do Monte foi dada uma salva de 21 tiros.⁴ Seguidamente, o inspector da polícia municipal, acompanhado de dois tambores e de um piquete de infantaria, percorreu as ruas, parando em frente às igrejas para aí ler o pregão que anunciava o novo regime.

O acontecimento veio largamente publicitado no jornal *A Verdade* de 13 do mesmo mês, jornal este que pertencia a uma outra personalidade influente em Macau, Constâncio José da Silva. De acordo com os dizeres desta outra notícia, tudo decorreu em ambiente de festa, sendo dados vivas à República e aos revolucionários de Lisboa. De notar que o governador de Macau era, à data, Eduardo Augusto Marques,

Auto da cerimónia solene havida no Leal Senado de reconhecimento da República, publicado no *Boletim Oficial*.

29-11-10



Ultimas

Lisboa.

Hoje na hora tarde souberam algumas
pessoas autôntica la tua juntaram-se com pessoas
policia e companhia europeia infantaria e vieram
residência governo disse que se tinham reunido para
fazerem um pri's secreto e outros mas que acabavam
saber em tua telegraphia governo com instruções que
estava seguindo e que estavam prontos receber toda
la tua o quartel se em posse de documentos de seus
não seriam castigados por não terem chegado telegraphia
Voz 18 corrente e para conseguir restabelecer
ordem comprometi-me nome governo provincia não
seriam castigados por não terem chegado telegraphia
confirme este meu compromisso que foi tomado tendo
vista a situação da colonia interesses e por não ter
fornos balneante Voz necessi dade muita modesta
substituição havendo aqui diferentes pessoas que
podem já assumir governo interinamente e indicando
em entre elas nome doutor João Marques Vidal e segund
tamente amado nullo machado actual secretario geral
por não ter chegado Voz refôrta urgentissima e designado dois
nomes para esse primeiro e segund governo interin
no se nomeado seguindo
Edm. Marques Governador.

HISTORIOGRAPHY

militar de engenharia e capitão de estado-maior e assumido monárquico, que, ao ter conhecimento da vitória republicana, logo manifestou intenções de se demitir, permanecendo, todavia, em funções por ordem expressa de Lisboa. Assim sendo, teve de presidir, na sua qualidade de governador, à cerimónia de reconhecimento e aclamação da República.

Após a formalidade, houve em Macau algumas manifestações de rua, com militares de baixa patente e alguns populares a darem vivas à República, ouvindo-se pontualmente vozes a exigir a expulsão das ordens religiosas, mormente dos Jesuítas. Nos dias que se seguiram, assistiu-se a uma formação espontânea de dois grupos republicanos rivais, cada um deles organizado em torno dos seus respectivos jornais – o *Vida Nova*, de Luís Nolasco e a *Verdade*, de Constâncio José da Silva. Numa contundente guerra de palavras, cada dos referidos grupos reclamava para si o estatuto de verdadeiro intérprete do pensamento e das intenções da República. Fora de Macau, o *Hong Kong Telegraph*, lançava mais achas na fogueira, fazendo acerbas críticas à adesão de Luís Nolasco ao novo regime, o qual era, dizia, “uma usurpação perpetrada por um punhado de traidores.”⁵

Sendo assim sentida no Território a existência de alguma tensão social, a mesma foi, entretanto, aumentando em função do facto de irem tardando em Macau quaisquer aplicações ou reflexos da legislação revolucionária que ia sendo produzida em Lisboa pelo Governo Provisório da República. Somente a 19 de Novembro foi oficialmente publicado em Macau o decreto de 8 de Outubro daquele Governo Provisório sobre questões religiosas. A sua publicação cavou ainda mais as diferenças de opinião já então bastante fortes em Macau.

Um tal contexto levou a que, em 29 de Novembro, pelas três horas da tarde, algumas unidades da guarnição de Macau saíssem dos quartéis e se dirigissem ao palácio do governador. Eram sobretudo marinheiros da canhoneira *Pátria*,⁶ cabos e soldados da Companhia Europeia de Infantaria e alguns polícias.

Nas palavras de ordem dos amotinados incluíam-se, principalmente, reivindicações de aumento de pré, de subida cambial da pataca e de repúdio pelas ordens religiosas residentes. Frente ao Convento de Santa

Clara, clamaram pela expulsão das irmãs da caridade e depois, junto do edifício do Governo, ameaçaram com as baionetas um oficial do exército, o capitão Martins, que então tentava acalmá-los. A par de tudo isto, deixavam transparecer o seu desagrado pela figura do governador Eduardo Marques que, sendo monárquico, não cumpria, em sua opinião, as ordens do governo republicano de Lisboa.

Os manifestantes foram, então, confrontados com o conteúdo de um telegrama do Ministério da Marinha e Colónias, no qual se determinava a expulsão imediata dos Jesuítas, mas se consentia a permanência de religiosos de outras ordens. Perante tal notícia, o protesto baixou imediatamente de tom e de conteúdo, com a frente da revolta a pedir desculpas pela sua ignorância e a centrar as suas exigências na valorização cambial da pataca e num pedido de perdão para o acto de indisciplina que então estavam cometendo.

Em presença de uma tal situação tumultuosa e desejando colocar um fim imediato à mesma, o governador Eduardo Marques fez promessas de que a pataca iria subir para 450 réis, prometendo ainda que eles, revoltosos, não seriam castigados caso se retirassem de imediato para os quartéis. Com isso conseguiu acalmar os ânimos, ficando então os insurrectos confiados no cumprimento das promessas feitas, ou seja, a valorização cambial e a não aplicação de sanções disciplinares.

Por telégrafo, o governador deu então conta a Lisboa da situação algo tensa que se vivia em Macau, pedindo a compreensão do Governo para com os compromissos assumidos por ele, governador, atitude com a qual havia logrado a contenção da revolta. Ao mesmo tempo solicitava a sua imediata substituição, apontando possíveis governadores interinos, designadamente o juiz João Marques Vidal ou o secretário-geral do Governo, o então segundo-tenente da Armada Portuguesa, Álvaro Cardoso de Melo Machado.

A resposta de Lisboa, contida num telegrama assinado pelo ministro da Marinha e Colónias com data de 3 de Dezembro, deu inteiro provimento aos pedidos feitos pelo governador Eduardo Marques quanto ao perdão para os militares implicados na revolta, atendendo a que ele nisso tinha implicado a sua palavra, mas incluía o aviso de que não seriam tolerados quaisquer outros actos de indisciplina. Caso acontecessem “seriam considerados protesto contra a República e traição à

⁵ Telegrama do governador de Macau de 29 de Novembro de 1910 sobre a revolta.

HISTORIOGRAFIA

Pátria”, sendo tal consideração válida quer para militares, quer para civis. Também o governador Eduardo Marques foi substituído no seu cargo pelo juiz Marques Vidal. Este magistrado declarou aceitar o cargo por patriotismo e por obediência às ordens vindas de Lisboa, mas insistiu em que o Governo da Província deveria ser entregue, nas suas palavras, “a uma personalidade reconhecidamente republicana”. E, para tanto, lembrou o nome do secretário-geral do Governo, Álvaro de Melo Machado. Igualmente foi confirmada a subida da pataca para o câmbio de 450 réis, decisão que sobretudo veio a contento dos militares e do funcionalismo público. Eram pessoas que estavam transitoriamente em Macau e que, em muitos casos, reuniam algum pecúlio durante essa estadia; ora sendo pagos em patacas, naturalmente pretendiam que esse dinheiro tivesse também poder de compra fora do Território.

... muitas das determinações da República não encontraram em Macau condições para ser aplicadas, na íntegra ou no imediato, e outras houve que não chegaram mesmo a ser aplicadas.

Com referência a estes dois grandes acontecimentos ocorridos então em Macau, a mudança de regime e a Revolta de 29 de Novembro, há que dizer que os mesmos causaram alguns receios, sobretudo entre a população chinesa, receios também alimentados ou agravados por notícias insertas em jornais chineses de Cantão, onde, na sequência de relatos e opiniões acerca da situação que então se vivia em Macau, se dava como certa a expulsão das ordens religiosas e mesmo se especulava sobre a possibilidade de uma guerra entre facções políticas rivais, guerra que, opiniosamente, estaria para breve. Estreitamente relacionado com estas afirmações, aparece uma informação da Polícia Secreta de Macau dizendo que, a pedido da Associação Comercial de Cantão, o vice-rei local estaria a preparar o envio de navios de guerra a Macau para protecção dos comerciantes chineses aí residentes.

O facto é, porém, que a realidade não confirmou nenhum destes rumores, acontecendo que, após Novembro, as coisas em Macau se acalmaram e a ordem pública voltou por completo ao Território, situação esta que traduziu a não verificação e a inconsistência de todas as atoardas feitas e propiciou a volta de alguns chineses que, entretanto e receosos com os acontecimentos, se haviam ausentado para a China ou para Hong Kong.

Depois, o tempo trouxe ainda outras harmonizações no seio das quais o regime republicano português, vigorando em Macau, acabou por ter um papel interveniente e positivo no movimento revolucionário de implantação da República chinesa, sobretudo quanto ao acolhimento e apoio prestado aos republicanos chineses, onde pontificava o Dr. Sun Yat Sen, pessoa com fortes ligações afectivas e políticas ao Território.

Em 17 de Dezembro de 1910, o governador interino, Marques Vidal, foi substituído no seu cargo pelo secretário-geral do Governo de Macau, o segundo-tenente Álvaro de Melo Machado. Este oficial era, assumidamente, um maçom e um republicano, surgindo a sua figura, por isso mesmo, como a escolha mais lógica e consequente para o cargo de governador. Mas, ainda que retintamente republicano, o governador Melo Machado sempre fez questão, no exercício do seu cargo, de se demarcar de personalidades republicanas de Macau. No “Relatório” que fez dos acontecimentos de 29 de Novembro, documento publicado a 28 de Fevereiro de 1911, conclui que a rebelião teve duas causas principais:

1 - A indisciplina reinante entre os soldados, na sua opinião propiciada por uma vida de ociosidade, pela boa alimentação e pelo distanciamento e pouca atenção dada pelos oficiais a esse estado de coisas;

2 - O facto de estes militares estarem ao alcance da influência de indivíduos civis, os quais, na altura, tudo fizeram para os instigar, a eles, soldados, a um acto de rebeldia que, segundo diz, poderia ter tido “consequências gravíssimas”.

Complementando estas asserções, afirma ainda a existência em Macau de um grupo de indivíduos que, no advento da implantação do novo regime, procuraria salientar-se como grandes defensores das ideias republicanas e da República. E textualmente diz:

“O que é curioso notar é que antes de 5 de Outubro não havia em Macau mais que dois republicanos e esses mesmos quase não

HISTORIOGRAPHY

ousavam manifestar as suas ideias. De repente, passou toda a gente a ser republicana, e um grupo especialmente, grupo que poucos dias antes escrevia artigos de louvor à Monarquia, transforma-se em republicano avançado. Não há em Macau a mínima cisão política. Todos são hoje republicanos como há meses eram monárquicos.”

Para lá desta acerba crítica ao procedimento de alguns indivíduos e grupos, Melo Machado aborda aqui uma questão deveras interessante que respeita a um fenómeno social que ocorreu em larga escala em Portugal durante os primeiros tempos da República, fenómeno que ficou historicamente conhecido por *Adesivismo*. Os “adesivos” eram todos aqueles que tendo, anteriormente, apoiado por actos e/ou palavras a Monarquia, se afirmaram depois, na República, como republicanos, alguns mesmo como ardentes republicanos. Vemos assim, através dos escritos de Melo Machado, que também em Macau houve alguma expressão deste fenómeno.

É sabido que estas críticas contundentes de Melo Machado iam directamente para o director do jornal *A Verdade*, Constâncio José da Silva, e para figuras que lhe eram próximas, designadamente Fernando Celle de Meneses e Damião Rodrigues. Há também conhecimento, embora menos preciso, que estas pessoas haviam tido contactos próximos com alguns elementos mais activos da Revolta de Novembro e, previamente conhecedores do telegrama de Lisboa que permitia a permanência das ordens religiosas, calaram esta informação, dando assim azo a que os revoltosos saíssem para a rua também por esse motivo. Por outro lado, é sintomático da existência de uma qualquer manipulação o facto de na noite de 29 de Novembro alguns soldados procurarem o bispo para lhe afirmar que não desejavam molestar as religiosas, alegando ao mesmo tempo completo desconhecimento quanto às ordens de Lisboa e pedindo perdão pela sua ignorância. Entre as palavras então proferidas pelo bispo D. João Paulino, estão as seguintes: “Por aqui se vê que os autores da Revolta não eram os pobres soldados...”⁷

Já em 9 de Dezembro de 1910 o governador Marques Vidal suspendera o jornal *A Verdade* sob suspeita do seu director ser um dos instigadores da rebelião de Novembro, sendo o facto comunicado a Lisboa. Uma segunda suspensão deste jornal ocorreu

ainda em meados desse mês de Dezembro, na sequência da publicação de um artigo em que Constâncio José da Silva afirmava o seu jornal como o único a defender a República, ao mesmo tempo que contestava os poderes políticos, militares e governativos existentes em Macau, tudo isso escrito em linguagem, acolá e além acusada de afrontosa e radical.

CONTEÚDOS IDEOLÓGICOS DA PRIMEIRA REPÚBLICA PORTUGUESA: SEUS EFEITOS EM MACAU

O republicanismo português e a República foram movimentos sociais e políticos que, sempre encimados pelo significado profundo da tríade *Liberdade, Igualdade, Fraternidade*, foram mais directamente motivados pelas teses positivistas de Augusto Comte e de Émile Littré acerca da transformação da sociedade e da organização política dos Estados e das Nações. A par destas filiações, o republicanismo português foi muito influenciado pelos valores e realizações políticas da Terceira República Francesa, aí avultando a escola laica, gratuita e obrigatória e a proibição do ensino religioso na escola pública.

No plano puro das intenções do republicanismo português concertavam-se objectivos principais: a democratização do país, a preparação dos cidadãos para a participação política (preparação que seria dada na escola através da alfabetização e instrução dos cidadãos), uma posterior instituição do sufrágio universal, a descentralização administrativa, a valorização do património colonial e o combate à influência da religião na sociedade, considerada excessiva e perniciosa.

Em Lisboa, logo após a tomada de posse, o Governo Provisório da República começou a produzir legislação no sentido de, na prática, se começar a trilhar o caminho ou caminhos que pudessem conduzir à concretização destes ideais. E, de facto, as coisas começaram a mudar em determinados aspectos até de uma forma desproporcionada e rápida demais. Estão no caso o ambiente de intenso anticlericalismo e as leis que pretendiam regular ou resolver o que então se considerava ser o “problema religioso”. E é aqui neste ponto que, doravante, mais nos vamos situar dado o mesmo ser, da legislação revolucionária, o que mais se fez sentir em Macau.

As leis religiosas do Governo Provisório da República compreendiam uma série de decretos com

HISTORIOGRAFIA

um cunho manifestamente anticlerical, designadamente o Decreto de 8 de Outubro de 1910, que confirmava como válidas e em vigor quer a legislação pombalina de 1756, quer as leis liberais de Joaquim António de Aguiar, de 1834. Estas leis expulsavam os Jesuítas de todo o território nacional e extinguíam mosteiros, conventos e, de uma forma geral e taxativa, todas as casas e instituições religiosas, fosse qual fosse a “denominação, instituto ou regra”. Por esta via da republicação ou revigoração de toda essa anterior legislação se legalizava, agora na República, a expulsão dos Jesuítas e a dissolução de todas as congregações religiosas.

Completando estas disposições, foi ainda promulgado o Decreto de 31 de Dezembro de 1910 que fazia passar para a posse do Estado todos os bens das corporações religiosas entretanto extintas ou a extinguir.

Álvaro de Melo Machado, o primeiro republicano a ser nomeado governador de Macau.



Foram leis que entraram imediatamente em vigor, empenhando-se a República na sua efectiva aplicação em todo o Portugal – Metrópole e Colónias.

Mas, em Macau, dadas as especificidades do Território, das suas gentes e das suas instituições, as mudanças ocorreram diferentemente e, particularmente, de uma forma bastante mais lenta. A publicação do decreto que mandava expulsar os Jesuítas foi propositadamente atrasada; a 15 de Novembro, nada se encontrando ainda decidido, Luís Nolasco trouxe o assunto para o Leal Senado, com o propósito de o mesmo aí ser discutido. Mostrou-se a favor da expulsão dos Jesuítas e dos Inacianos, mas advogou a permanência das Franciscanas Missionárias de Maria e das Canossianas, considerando que a partida destas traria graves consequências em actividades importantes como o ensino e a assistência aos mais carenciados.

Como solução imediata, propôs o envio de uma representação⁸ a Lisboa com o intuito de se conseguir da parte do Governo Provisório um adiamento da aplicação em Macau do Decreto de 8 de Outubro, de forma a dar tempo aos poderes locais em Macau para substituir as freiras, sem grandes prejuízos para o ensino e para a assistência beneficente. A proposta contou, de imediato, com a oposição de Constâncio José da Silva, mas foi aprovada com o voto de outros dois vereadores.

Três dias depois, 18 de Novembro, também os portugueses residentes em Hong Kong, conjuntamente com a comunidade católica chinesa de Macau, enviaram ao ministro um telegrama no qual exaravam igualmente uma petição, na sua essência praticamente igual à proposta de Luís Nolasco.

Em contraponto, o grupo de republicanos que se movimentava em torno do jornal *A Verdade* e da figura de Constâncio José da Silva fez a denúncia pública daquelas duas iniciativas e endereçou a Lisboa um pedido para que não fossem aceites as rogações anteriormente feitas, quer a

HISTORIOGRAPHY

do Leal Senado, quer a da comunidade portuguesa de Hong Kong.

A resposta de Lisboa chegou no dia 19 por telegrama no qual o Ministério informava que, fosse qual fosse o pretexto, não poderiam ficar em Macau quaisquer membros da Companhia de Jesus. Acautelando, porém, obras de educação e beneficência, este imperativo não era extensivo a outras congregações. Esta última disposição visava sobretudo a permanência dos Salesianos, das Canossianas e das Franciscanas Missionárias de Maria, face ao mérito e valimento das obras educativas e de assistência destes religiosos.

Os Jesuítas, já avisados e preparados, deixaram imediatamente Macau, rumo a Hong Kong e depois à Índia. Por decisão própria, e não que a tal fossem obrigados, os Salesianos e as Canossianas também saíram do Território, os primeiros para a China e as segundas para Hong Kong. Com estas saídas, fecharam portas os estabelecimentos que estes religiosos dirigiam, designadamente A Casa da Beneficência, as Escolas de Mong-Há e de S. Lázaro, o Orfanato da Imaculada Conceição e o Asilo de Santa Infância, na Taipa. Somente o Asilo de Infância da cidade ficou aberto e a funcionar sob a direcção de algumas (poucas) Canossianas que se mantiveram em Macau a pedido do Governador.

Porém, logo em Junho de 1911, tranquilizado por completo o ambiente social em Macau, as Canossianas retornaram ao Território e depois, em Setembro, também os Salesianos voltaram. Estes regressos permitiram a reabertura da maior parte dos estabelecimentos de assistência e de educação, entretanto fechados. Outros seriam transferidos para a alçada da administração pública.

A par destas consequências de expulsão e de saída e reentrada de religiosos, também se verificaram em Macau alguns outros ecos da legislação anti-religiosa da Primeira República: aos padres, quando fora dos templos, foi imposto o uso de vestes seculares (imposição nem sempre acatada); o bispo⁹ foi aconselhado a ausentar-se temporariamente, conselho que ele aproveitou para fazer uma já projectada visita às Missões. Algumas outras disposições não foram sequer aplicadas em Macau, pelo menos no imediato, estando neste caso o Registo Civil, o qual, durante muitos anos e apesar da vontade e insistências do Governo Central, não foi aplicado. Em 1914, os livros de assentos passaram do registo paroquial para o Leal

Senado, mas, mesmo aí, as anotações continuaram a ser feitas pelos padres, embora sob tutela da secretaria-geral do Governo. A secularização do cemitério, outra das imposições da República, encontrou fortes resistências da parte do bispo, prevalecendo alguns condicionamentos por este defendidos. A Lei da Separação da Igreja do Estado, de 20 de Abril de 1911, verdadeiro vértice da legislação produzida pelo Governo Provisório da República, também não encontrou condições de plena aplicabilidade em Macau – note-se a este propósito que, logo em 1911, o bispo, D. João Paulino, tomou assento no Conselho de Governo, presidido pelo governador Álvaro de Melo Machado. Também não foi conseguida a observância do descanso semanal obrigatório, por ser uma disposição que ia, naturalmente, contra os hábitos e pensares de uma população trabalhadora maioritariamente chinesa.

A República trouxe ainda outras modificações: algumas ruas e praças mudaram de nome e os impressos e valores selados do tempo da monarquia continuaram, mas com a sobrecarga República, aposta por meio de carimbo. Isto deu origem ao episódio curioso e algo burlesco, que foi o selo de 10 avos com a efígie de D. Carlos (emissão de Macau) aparecer da forma que vemos na imagem.



Em jeito de chalaça, pertinente neste contexto, poderíamos, chamar-lhe “D. Carlos, o Republicanizado”. O facto tornou-se tão insólito que os filatelistas sempre recusaram incluir tal selo nos catálogos oficiais por presumirem que a sobrecarga era falsa.

CONCLUSÃO

A finalizar, diríamos que todos estes acontecimentos e todas estas tensões nos permitem concluir que Macau, à sua dimensão e ao seu modo, não deixou de reproduzir algumas das mais importantes transformações e realizações que a Primeira República Portuguesa gerou e alimentou, sendo também verdade que, nesta conjuntura, as realidades em presença – Portugal, Macau e a China – deram mostras de grande flexibilidade, fazendo uma gestão muito cuidadosa da situação e colocando aí um consciente respeito por todas as variáveis e condicionantes em jogo. Sobre tudo

HISTORIOGRAFIA

houve da parte de Portugal e de Macau uma postura ditada pela intenção firme de manter a soberania portuguesa sobre o Território, não ofendendo, de qualquer forma, a população chinesa nem a grande nação vizinha onde, por feliz coincidência, também no ano seguinte – 1911 – viria a ser instituído um regime republicano.

A história da Primeira República Portuguesa e dos seus ecos e influências em Macau não acaba aqui; só que, por razões que se prendem com um necessário dimensionamento desta comunicação, não cabe aqui fazer a continuação dessa história.

Quanto ao que aqui agora se deixa escrito, para além de constituir uma súpula dos primeiros

e, decerto, mais importantes impactos da Primeira República Portuguesa em Macau, interessa sobretudo realçar que nestes tempos e espaços de República, marcados por quedas de regimes ancestrais, Macau deu mostras de, à sua maneira, saber muito bem lidar com situações sociais complexas e perigosas, colocando nisso sempre a diplomacia, a prudência, a recusa de roturas bruscas com o passado e o evitamento permanente do mal maior. Esses predicados serão, os factos o indiciam, os frutos de um saber acumulado e refinado ao longo de séculos de vivência numa terra que sempre foi um lugar de encontro e vivência de povos, verdadeiro cadinho de culturas e de civilizações. **RC**

NOTAS

- 1 Ver *Memória dos Festejos Celebrados em Hong Kong por Ocasião do Tricentenário do Príncipe dos Poetas Portuguezes I, Luís de Camões*.
- 2 “A rajada ciclópica passou amena em Macau”, in *Semanário Ponto Final* de 5/10/2010. on line em 16/07/2012: <http://pontofinalmacau.wordpress.com/2010/10/05/a-rajada-ciclopica-passou-amena-em-macau/>.
- 3 Célia Reis, “Um novo regime em Macau: A passagem à República”, in Fernando António Baptista Pereira (coord.), *Os Fundamentos da Amizade: Cinco Séculos de Relações Culturais e Artísticas Luso-Chinesas*, p. 179.
- 4 “A rajada ciclópica passou amena em Macau”.
- 5 Célia Reis, “Um novo regime em Macau: A passagem à República”, p. 180.
- 6 Unidade de guerra da Armada Portuguesa que permaneceu em Macau e no Extremo Oriente de 1909 a 1931, ano do seu abate. Foi então vendida por 50 000 patacas a um comerciante chinês que, posteriormente, a vendeu à República da China. Rearmada e modernizada, passou a ser um vaso de guerra da Marinha da China, com o nome de *Fu Yu*. Ver José Ferreira dos Santos, *Navios da Armada Portuguesa na Grande Guerra*, Lisboa, Academia de Marinha, 2008.
- 7 Célia Reis, “Um novo regime em Macau: A passagem à República”, p. 182.
- 8 Nome atribuído, ao tempo, ao documento colectivo a que hoje chamamos abaixo-assinado.
- 9 D. João Paulino de Azevedo e Castro, bispo de Macau de 1920 a 1918.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

Arquivos do Centro Cultural e Científico de Macau, Lisboa.
Memória dos Festejos Celebrados em Hong Kong por Ocasião do Tricentenário do Príncipe dos Poetas Portuguezes, Luís de Camões. Hong Kong: Tipografia De Souza e Ca., 1880.

Jornais

Semanário de Macau Ponto Final de 5 /10/ 2010. Em linha em 16/7/2012: <http://pontofinalmacau.wordpress.com/2010/10/05/a-rajada-ciclopica-passou-amena-em-macau/>.

Estudos

Marques, A. H. de Oliveira (dir.). *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 4 - *Macau e Timor no Período Republicano*. Lisboa: Fundação Oriente, 2003.
 Reis, Célia. *O Padroado Português no Extremo Oriente na Primeira República*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
 ——. “Um novo regime em Macau: A passagem à República”, in Fernando António Baptista Pereira (coord.), *Os Fundamentos da Amizade: Cinco Séculos de Relações Culturais e Artísticas Luso-Chinesas*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 1999.
 Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau*, vol. 4 - *Século XX*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1997.

Missionários ou Ricos Mercadores?

O Comércio da Seda entre o Japão e Macau nos Séculos XVI e XVII

MARIA DE DEUS BEITES MANSO*



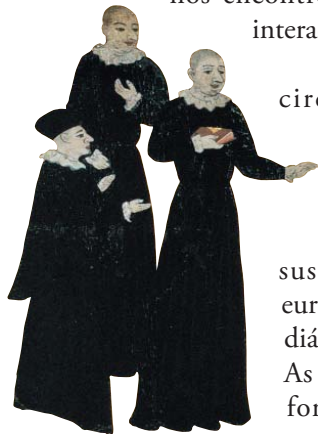
Desde há algumas décadas que o tema “circularidades” se integrou no debate académico. Se inicialmente o tema se centrou nas questões europeias, estendeu-se às matérias relacionadas com o Império português, reavaliado na perspectiva de um “mundo em movimento” (Russel-Wood),¹ numa referência às trocas comerciais e às relações intercoloniais que se deram no espaço colonial português entre os séculos xv e xix, a fim de explicar novos saberes e aquisições ocorridos nos encontros e confrontos, permutas e interações desta época.

O projecto da conquista/circulação lusa propunha-se conseguir saberes, almas e bens. As tão desejadas especiarias e o comércio dos produtos do Oriente sustentaram o expansionismo europeu. O mundo luso criou um diálogo com todos os continentes. As redes comerciais do Império foram tecidas unindo Europa,

África, Ásia e, posteriormente, a América, numa dinâmica intensa de circularidades económicas e culturais, e num espectro de civilidades por todo o século xvi. Assim, alargaram-se as ofertas de produtos e as rotas amalgamaram os espaços e as gentes.

Os missionários foram um dos grupos mais activos no projecto das conquistas ultramarinas, dividindo com os navegantes o papel de protagonistas e garantiram a participação da Igreja no expansionismo Português. A sua acção, legitimada pelo Padroado, integrou-se no projecto expansionista. Actuavam directamente em todas as possessões portuguesas. As diferentes Ordens concorreram por uma supremacia evangelizadora. No entanto, a Companhia de Jesus teve uma função decisiva nas acções comerciais, visto que os seus religiosos, empenhados na evangelização e nas acções catequéticas, diversificaram o seu contacto com o *Outro*, interessando-se incisivamente pelas operações mercantis, trocas e intercâmbios culturais e comerciais.

A Companhia de Jesus, embora sendo uma ordem de criação régia, devido ao seu modelo missionário reclamou outras formas de sobrevivência: rendas, doações de particulares, testamentos e acções mercantis. A maioria dos inicianos defendia abertamente a experiência mercantil. O trato desenvolvido pela Ordem estendeu-se de África ao Oriente e à América. Por exemplo, segundo Jorge Luzio na sua tese de mestrado, a profusão comercial em que Goa se encontrava como o grande centro mercantilista luso-



* Doutorada em História e Professora Auxiliar com Agregação na Universidade de Évora, a sua investigação centra-se na História da Expansão Portuguesa, na História Cultural e na História Religiosa. Investigadora do NICPRI (Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais) da Universidade de Évora.

Ph.D. in History. Assistant Professor with Habilitation at Évora University, conducts research in the areas of History of Portuguese Expansion, Cultural History and Religious History. Currently Associate Researcher at Évora University's NICPRI (Centre of Research in Political Science and International Relations).



MISSIONARY

-asiático, os inacianos viram, por exemplo, no marfim a mesma importância económica que o ouro obtinha em outras regiões.²

No presente artigo, pretendemos centrar-nos no comércio do Oriente, particularmente no trato entre Macau e o Japão nos séculos XVI e XVII.

A Companhia Jesus a Oriente, sobretudo na Índia, possuía enormes propriedades (Província de Goa) e abertamente dedicava-se a actividades mercantis, parte fundamental para o apoio das suas missões. Por exemplo, no caso da Índia, a questão do confisco de bens aos templos hindus e as doações dos agentes régios e de particulares contribuíram para o enriquecimento da Ordem,³ algo que não acontecia no Extremo Oriente, onde a dependência do apoio e doações dos ricos comerciantes se tornou fundamental para a continuidade do projecto missionário. Actualmente têm sido feitos estudos que abordam o comércio de monta que os inacianos executavam pelo Extremo Oriente, tornando-se numa das formas de sobrevivência.⁴

Entre os diferentes temas ainda por analisar, relativamente à presença da Companhia na intermediação comercial entre a China e o Japão, decidimos seleccionar talvez um dos maiores escândalos financeiros ocorrido na década de 80 do século XVI na cidade de Macau.

Até finais do século XVI os Jesuítas tinham somado uma série de privilégios. Entre estes, destacava-se o investimento facultado no contrato com a cidade de Macau, onde investiam entre 250 a 300 picos de seda, tomando-a por fiado aos mercadores da nau para depois a venderem ao mesmo preço da restante seda vendida no Japão. Contudo, os investimentos dos inacianos não se circunscreviam a este acordo. A realidade era bem diferente, já que os membros da Companhia aproveitavam qualquer ocasião para ampliar as suas rendas (devido ao seu endividamento causado pelo naufrágio do navio de Macau nas costas da Formosa, em 1582). Em 1583, estima-se que os lucros dos Jesuítas rondaram entre os 3000 e os 4000 cruzados, o que teria causado grande tumulto entre os comerciantes, os quais protestavam com razão, uma vez que, além do acordo realizado com a cidade de Macau, os jesuítas ainda se atreviam a negociar com sedas de outros comerciantes e a praticar aquilo

que nem os comerciantes portugueses faziam pelas muitas proibições, como seja deslocar essa seda para outros lugares e vendê-la mais cara. Nesta contenda, os comerciantes, exaltados, queriam que o procurador João de Crasto (1583-1594) devolvesse os 3000-4000 cruzados de lucro ao feitor da nau, alegando que o lucro realizado pelos padres com a seda fiada também poderia ter sido conseguido pelos mercadores, se tivessem procedido da mesma forma.

A disputa do procurador João de Castro foi desta forma neutralizada. O que os comerciantes de Macau desconheciam era que o então vice-provincial do Japão, Gaspar Coelho (1581-1590), ordenara que Castro fosse a Macau e nesse porto contactasse o antigo superior Francisco Cabral para o ajudar a acrescentar 30 picos de seda aos 70 estabelecidos no contrato com a cidade de Macau. Os seus esforços não foram totalmente alcançados, não conseguindo obter mais do que 15 a 20 picos.⁵

A título marginal, na época em questão os comerciantes mais ricos da cidade não conseguiam embarcar mais do que 15 a 20 picos de seda,⁶ pelo que podemos concluir que o maior investidor era sem dúvida a Companhia de Jesus. Não obstante o contrato estabelecido de apenas 70 picos e a pretensão de 30 picos⁷ adicionais,⁸ o padre procurador João Crasto teria também ido a Cantão com os comerciantes portugueses,⁹ evidenciando na feira, para indignação dos portugueses um grande talento de negociador, mostrando-se “mais solícito que eles” [mercadores lusos].¹⁰ Esta conjuntura seria minuciosamente descrita pelos jesuítas Alonso Sánchez^{11, 12} e Francisco Cabral ao padre geral Cláudio Acquaviva valendo um forte aviso ao visitador Alessandro Valignano:

*“En la tercera carta trata vuestra paternidad algunos puntos acerca del trato de la seda que los nuestros de Japón tienen en la China. el primero es tener vuestra paternidad sabido que un Padre fue de Japón a la China y se metió tanto, así en Cantón como en Japón, con este trato que dió algún escándalo. El segundo que la permisión que hasta ahora se concedió, así por vuestra paternidad como por Su Santidad fue dispensación a tiempos y más necesaria que voluntaria por salud de las almas y pues ahora estaba convenientemente proveído se había luego de tirar este trato. el tercero, prueba ser Japón suficientemente proveído en la cuenta que vuestra paternidad manda”.*¹³

Chegada do “barco negro” ao porto de Nagasáqui. Pormenor de biombo *namban* (século XVII).





Alessandro Valignano, em carta ao padre geral Acquaviva,¹⁴ fundamentou a atitude do procurador João de Crasto, dizendo que este arrecadara e atendera a ordens expressas pelo vice-provincial Gaspar Coelho, dado que, em 1582, os padres tinham perdido mais de 8000 cruzados de investimento, pois a embarcação comercial que fazia a escala Macau-Japão se afundara.

*Até finais do século XVI
os Jesuítas tinham somado uma
série de privilégios. Entre estes,
destacava-se o investimento
facultado no contrato
com a cidade de Macau...*

A forma como os Jesuítas arremetiam na armação da seda tornou-se de tal forma debatida que foram necessários outros acordos comerciais entre a Companhia de Jesus e os representantes da cidade de Macau. Em vez dos 90 picos que tinha por provisão régia, a Companhia de Jesus sugeria investir apenas 50 picos de seda anuais, com a garantia de que seriam vendidos na primeira “pancada” que se fizesse no porto japonês onde a nau estivesse ancorada¹⁵ – a “pancada” correspondia ao primeiro preço que se acordasse entre os comerciantes europeus e japoneses. Este tipo de “pancada” é diferente do “sistema de pancada” implantado pela Companhia de Jesus, no Japão, no início do século XVII. Se os mercadores não conseguissem vender toda a seda estimada pelos procuradores, esta seria vendida no Japão ao procurador da Companhia de Jesus pelo preço de compra mais os fretes e direitos, na medida em que, de outra forma, teriam de regressar com a seda que não tinham conseguido vender.¹⁶ Os Inacianos também se responsabilizavam a não enviar para Macau a prata proveniente da venda desses 40 picos adicionais, assim como a não a venderem no ano seguinte juntamente com os novos carregamentos de seda crua trazidos pela nau de Macau. Durante alguns anos os

padres conseguiram usufruir destes 40 picos de seda suplementar que não era escoada no mercado japonês; porém, geralmente toda a seda que era transportada pelos portugueses era vendida.¹⁷ O próprio Alessandro Valignano, herdeiro do português Francisco Cabral, também sustentaria este plano comercial.¹⁸ Valignano avalizava que o lucro retirado destes 50 picos de seda seria vulgarmente de 1600 cruzados¹⁹ e não de 5000 ou 6000 ducados como Francisco Cabral dizia.²⁰

Valignano confirma ainda que um pico de seda era obtido na feira de Cantão por 90 cruzados e vendido no Japão por 140 cruzados, dos quais se retiravam os fretes de 10% e os direitos de 3% o que originava a venda de um pico a 121 cruzados limpos.²¹ Esta estimativa é-nos dada já na década de noventa do século XVI, pelo que devemos salientar que, inicialmente, os lucros seriam muito maiores, devido ao sistema de exclusividade e monopólio das sedas da China no Japão, controlado pelos portugueses, e pela não utilização do “contrato da pancada” implementado por João Rodrigues Tçuzu. De qualquer forma, devemos ter em consideração que os números adiantados por Valignano seriam bastante inferiores aos reais, na medida em que havia uma política seguida pela Companhia de Jesus para obtenção de fundos, de forma a cobrir os gastos de um projecto de doutrinação muito oneroso. Desta forma, era essencial encobrir o valor real dos lucros provenientes do investimento operado pelos Jesuítas no Extremo Oriente.²²

A 18 de Abril de 1584, o vice-rei do Estado da Índia, Francisco Mascarenhas, confirma um acordo em nome do rei Filipe II com as seguintes palavras:

“e visto outrosy o concerto feito entre o Padre Visitador e o povo de Macao, o qual foi tambem apresentado, em o qual se concertarão da maneira que esta dito, querendo proveer a que não falte o sustentamento aos dittos Padres e para tirar todas as novidades que acerca disto podem fazer os eleitos do povo de Macao, ey por bem e me praz, pellos respeitos acima declarados, de confirmar o ditto concerto feito entre o Padre Visitador e o povo da maneira que nelle se contem, como por esta ey por confirmado.”²³

Este acordo é reiterado em 17 de Agosto de 1585 e, alguns anos mais tarde, em 1589, por Alessandro Valignano e pelo padre procurador da Companhia de Jesus em Macau, Miguel Soarez, aquando da segunda viagem do primeiro à China à cabeça da representação

Pormenor de biombo *namban* (século XVII).

MISSIONAÇÃO

diplomática do vice-rei do Estado da Índia, Duarte de Menezes.²⁴

O comércio da seda foi demasiado atacado pelos demais mercadores. Daí que Cláudio Acquaviva, geral da Companhia de Jesus, assim o justifique:

A primeira razão prendia-se com a necessidade deste comércio para sustento dos próprios padres; em segundo lugar, porque a cristandade japonesa era extremamente importante e, finalmente, porque, na carta que enviara para Roma anteriormente, Alessandro Valignano garantia que a participação por parte dos padres neste trato era “honesta” e sem qualquer “indecência”, sendo efectuada por intermédio de seculares, para grande contentamento de todos e sem provocar qualquer tipo de “escândalo”. Dito isto, e consultados os padres da Santa Sé, “*juzgamos todos ser uno de aquellos casos, en el qual la necesidad despinsa sobre toda Ley*”. Além desta consulta, Acquaviva tinha também falado com o Papa, o qual dera o seu beneplácito ao trato realizado pelos jesuítas no Japão, defendido pelo aperto da sobrevivência:

*“todavia para quitar toda a suerte de escrupulo me parecia dar parte desto tambien a Sua Santidad, y aviendodose dado plenaria noticia del negocio con todas suas circunstancias Sua Santidad sin ninguna dificultad la provou, ni parecia que tenia alguna cosa en contrario; y me dixo claramente que juzgava que esto no se podia llamar propriamente trato pues se hazia por pura necesidad.”*²⁵

A par da seda negociada entre Macau e o Japão, a Companhia de Jesus recebia, desde 1573, uma pensão de 1000 cruzados de Malaca,²⁶ mais 500 cruzados de Baçaim²⁷ e a que foram adicionados por Filipe II,²⁸ em 1580, 1000 cruzados provenientes de Goa.²⁹ Em 4 de Janeiro de 1583, Acquaviva informa Valignano que o Papa Gregório XIII concedia 4000 cruzados por ano para os colégios e residências que os Jesuítas pretendiam construir no Japão.³⁰ No entanto, devido à instabilidade política poderia aplicar essas rendas como melhor cuidasse.

Numa segunda carta, de 25 de Novembro de 1583, Cláudio Acquaviva adverte Alessandro Valignano da publicação de duas bulas em que os 4000 cruzados seriam enviados anualmente para o Japão, por pessoas de confiança, durante um período de 20 anos, a partir do qual seriam prorrogados até as residências e colégios serem economicamente auto-suficientes. Paralelamente, o geral da Companhia de Jesus informa

que se cumpriam as diligências indispensáveis para que o rei de Portugal e Espanha providenciasse uma tença anual à Província do Japão para os Jesuítas poderem obter uma maior estabilidade económica e não estarem tão dependentes do trato entre Macau e o Japão.³¹ Nesta mesma carta, Cláudio Acquaviva confirma a revogação da proibição do falecido geral Everardo:

*“Ya se escrivio a V.R. que acá parecia a todos y a sua Santidad juntamente que por agora no se dexasse el comercio dela seda, ni en ningun tiempo el passar adelante en la conversion de los gentiles.”*³²

Um outro conteúdo a acentuar prende-se com o comércio feito a título individual. Em 5 de Outubro de 1583, Francisco Cabral escreve para Cláudio Acquaviva, informando-o das transacções comerciais realizadas por jesuítas em nome pessoal, a par do investimento efectuado pela Companhia na viagem de Macau para o Japão. Cabral revela que, naquele ano de 1583, alguns padres europeus teriam adquirido entre 10 a 20 picos de seda através dos seus próprios fundos, com o pretexto de utilizarem esse dinheiro com os pobres e para a reparação de edifícios religiosos. Esta seda teria sido imediatamente vendida pelos padres.³³ Cabral, na mesma missiva, revela outro tipo de transacções individuais, afirmando estar contra essa conduta, a qual deveria ser debelada no início, temendo que, se tal não acontecesse, no futuro estes investimentos “privados” trariam grandes prejuízos para a Companhia de Jesus. Contrariamente ao que acontecera na década de 70, em que o comércio individual dos jesuítas podia ser supervisionado e controlado, na década de 80 de Quinhentos havia um maior número de padres no Japão, tornando-se impossível controlar esta prática.

À semelhança do que sucedera com o superior Francisco Cabral, também o visitador Alessandro Valignano, quando viajou pela primeira vez ao Japão, procurou conduzir estas actividades no “Regimento pera o Superior de Japão ordenado pelo padre Visitador no mês de Junho do anno de 1580”,³⁴ autorizando apenas o trato praticado sob a supervisão do vice-provincial do Japão. No ano seguinte, no “Regimento pera os Padres que estão nas residencias de Japão feito ultimamente pólo padre Visitador no mês de Novembro do anno de 1581”,³⁵ Valignano interdita os religiosos de, por conta própria, transportarem bens da ou para a China com a intenção de os venderem ou trocarem por outros bens.³⁶

MISSIONARY



Alessandro Valignano

Estas medidas visavam alcançar dois objectivos. O primeiro era controlar as transacções comerciais dentro da Companhia de Jesus, recorrendo a pessoas indigitadas para o efeito, evitando, assim, a proliferação cada vez maior de religiosos que, a título individual, comercializavam, quer em benefício próprio, quer de outrem. O segundo era evitar os danos, quer morais quer materiais, que o trato comercial praticado pelos

elementos da Companhia de Jesus, a título individual e sem qualquer controle, poderia causar. Neste aspecto, tanto Francisco Cabral³⁷ como Alessandro Valignano estavam de acordo. No entanto, ficando este último à cabeça da empresa evangelizadora no Japão, pretendia restringir ainda mais o comércio praticado pela Companhia de Jesus, ambicionando centralizá-lo na pessoa do procurador e seguindo apenas os trâmites contratuais estabelecidos com a cidade de Macau.

CONCLUSÃO

O presente artigo demonstra a multiplicidade do Império Português, as diferentes formas de fixação e de evangelização, com particular destaque para o financiamento da Companhia de Jesus no Japão e na China.

O período analisado é claramente influenciado pela União Ibérica e, ao contrário do que se poderia supor, na realidade os Jesuítas não sofreram grandes quebras nos privilégios adquiridos, antes pelo contrário, procuraram novas formas internas e externas de expandir investimentos e de se autofinanciarem. Em parte, esta estratégia, assumida inequivocamente pela elite da Companhia, dever-se-ia à permanente falta de meios financeiros, os quais, apesar de serem enviados pela monarquia luso-espanhola e pelo Vaticano, eram retidos em diversos lugares, não chegando, por vezes, ao seu destino. Por esse motivo, a duração das missões, o pagamento que se fazia no investimento catequético dependia, em parte, do comércio que lideravam.

Nota da Autora: A realização deste trabalho contou com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Quero agradecer ao Prof. Doutor Lúcio de Sousa as sugestões e a informação documental que me facultou.

NOTAS

- 1 Anthony John Russell Russell-Wood, *Um Mundo em Movimento: Os Portugueses na África, Ásia e América. 1415-1808*, Lisboa, Difel, 1998.
- 2 Jorge Luzio, "Sagrado Marfim: O Império português na Índia e as relações intracoloniais Goa e Bahia, século XVII: iconografias, interfaces e circulações", tese de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

- 3 Ver Maria de Deus Manso, *A Companhia de Jesus na Índia (1542-1622). Actividades Religiosas, Poderes e Contactos Culturais*, Macau, Universidade de Macau; Évora: Universidade de Évora, 2009.
- 4 Lúcio de Sousa, *The Early European Presence in China, Japan, The Philippines and Southeast Asia, (1555-1590). The Life of Bartolomeu Landeiro*, Macau, Fundação Macau, 2010; Lúcio de Sousa, "Shiliu

MISSIONAÇÃO

- shiji Aomen putaoyaren de renkou jegou” 16世纪澳门葡萄牙人的人口结构, Academia de Ciências Sociais de Guangdong, Centro de Estudos de História Marítima de Guangdong, *Huiyangshi Yanjiu* 海洋史研究, vol. 3, 2012, pp. 158-172.
- 5 Archivum Romanum Societatis Iesu [ARSI], Jap.Sin. 9-II, Carta de Francisco Cabral para o padre geral Cláudio Acquaviva, de Macau, de 6 de Outubro de 1584, fl. 63v. Este documento encontra correspondência numa carta semelhante de Francisco Cabral na mesma coleção de documentos: Cfr. *ibidem*, Carta de Francisco Cabral para o padre geral Cláudio Acquaviva, de Macau, de 5 de Outubro de 1583, fls. 167f-167v.
 - 6 Uma carta de um religioso da Companhia de Jesus que estava nesse porto indica claramente que nesse ano teriam sido transportados “100 quintais”, ou seja, 100 picos, de seda na nau de Macau. Afirma-o como testemunha presencial, pelo que existem duas versões distintas, uma primeira de Francisco Cabral que estima o investimento em seda desse ano em 90 picos, e a outra de Alonso Sánchez que estima o investimento desse ano em 100 picos. ARSI, *Fondo Gesuitico* 650-a, Nr. 504, Epist. Selectae VIII, Carta de Alonso Sánchez ao padre geral da Companhia, de Macau, a 22 de Junho de 1584. J.L. Álvarez Taladriz, *Miscelánea Japónica* [MJAT], Osaka: [s.n.], 1978-1980, vol. 3, n.º 13, p. 156.
 - 7 ARSI, Jap.Sin. 9-II, Carta de Francisco Cabral para o padre geral Cláudio Acquaviva, de Macau, de 6 de Outubro de 1584, fl. 63v.
 - 8 *Pero lo que sobretudo tiene afrentada la Compañía, en estas partes y en Luçon y Nueva España, donde ya llega, y aun a España habrá llegado, es la mercancia y trato más entablado en los nuestros que en genoveses, y no [les de extrañar] porque nunca tomamos cosa a pechos que no lo hagamos con más eficacia e mañas que ninguna outra suerte de gente. Aquí andan en trato quince ou veinte mil cruzados y diciendo cruzados aun son más. Agora están embarcados para Japón 100 mil quintales de seda cruda, que seis mercaderes no los embarcan, de lo cual así por lo que ocupan en el navío con esto como con muchos fardos y lios que van cada año.* ARSI, *Fondo Gesuitico* 650-a, Nr. 504, Epist. Selectae VIII, Carta de Alonso Sánchez ao padre geral da Companhia, de Macau, a 22 de Junho de 1584, fl. 6f. MJAT, vol. 3, n.º 13, p. 156. Nesta carta o jesuíta Alonso Sánchez critica e descreve o comportamento dos jesuítas em Macau e ainda censura Alessandro Valignano.
 - 9 Alonso Sánchez também faz referência ao procurador do Japão João de Crasto e à sua viagem a Cantão: *“Agora esta un Padre en Cantón con los portugueses que aún no ha cantado misa, dígoles porque no fue allá, dos meses ha, por razón de los ministerios de la Compañía sino por los de la mercancia, porque por ningún otro respecto fue sino para comprar brinquinios, que con todo descanso lo dicen ellos así, que nosotros llamamos dijes o bujerías, como porcelanillas doradas, cajoncillos, escritorios y otras cosas mayores de metal y alhajas que yo no sé contar.”* ARSI, *Fondo Gesuitico*. 650-a, Nr. 504, Epist. Selectae VIII, Carta de Alonso Sánchez ao padre geral da Companhia, de Macau, a 22 de Junho de 1584, fl. 7f. MJAT, vol. 3, n.º 13, p. 157.
 - 10 ARSI, Jap.Sin. 9-II, Carta de Francisco Cabral para o padre geral Cláudio Acquaviva, de Macau, de 6 de Outubro de 1584, fl. 63v.
 - 11 *“alguna vez se compra aquí y se lleva a Japón, mas aun allá no quieren ya que se venda nuestra mercaduría con la de los demás, sino que la tienen los nuestros en los puertos y las pasan a nuestra cuenta a otras tierras apartadas, por Japón adentro, para venderlo más caro, con buena nora así de japoneses como de portugueses.”* ARSI, *Fondo Gesuitico*. 650-a, Nr. 504, Epist. Selectae VIII, Carta de Alonso Sánchez ao padre geral da Companhia, de Macau, a 22 de Junho de 1584, fl. 6v. MJAT, vol.3, n.º 13, p. 156.
 - 12 O relato que Alonso Sánchez faz de Francisco Cabral contrasta com outras fontes documentais utilizadas. De qualquer forma é possível verificar nesta descrição que, em relação ao carácter cada vez mais mercantil assumido pela Companhia de Jesus, tanto Alonso Sánchez como Francisco Cabral estavam de acordo e existe uma grande correspondência entre ambas as missivas. A título de referência é também a visão que nos é dada de Cabral, um homem austero e conservador, discriminado dentro da Companhia por algumas situações em que este pretendia realizá-las a seu modo. Claro está, trata-se de uma alusão à rivalidade entre Cabral e Valignano e aos diferentes planos de evangelização para a missão do Japão: *“el Padre Francisco Cabral, que aunque por allá le hacen tachas por algunas cosillas en que quería seguir su modo, pero vuestra paternidad sepa que es de los hombres de prendas y tomo y celoso y verdad y llaneza y caridad que hay acá”*. ARSI, *Fondo Gesuitico* 650-a, Nr. 504, Epist. Selectae VIII, Carta de Alonso Sánchez ao padre geral da Companhia, de Macau, a 22 de Junho de 1584, fl. 9f. MJAT, vol. 3, n.º 13, p. 159.
 - 13 Terceira carta do padre geral Cláudio Acquaviva para Alessandro Valignano, datada de 24 de Dezembro de 1585. Cfr. MJAT, vol. 1, n.º 18, p. 6.
 - 14 ARSI, Jap.Sin. 10-II, Carta de Alessandro Valignano para o padre geral Cláudio Acquaviva, de Cochim, a 20 de Dezembro de 1586, fls. 209v-210f. MJAT, vol. 1, n.º 18, pp. 6-7. Todavia nesta mesma carta faz inúmeras acusações aos padres Alonso Sánchez, Lorenzo Mexias e Francisco Cabral. Veja-se: ARSI, Jap.Sin. 10-II, Carta de Alessandro Valignano para o padre geral Cláudio Acquaviva, de Cochim, a 20 de Dezembro de 1586, fl.210v. MJAT, vol. 3, n.º 13, p. 162.
 - 15 *“Determinaron que, en la cantidad de seda que juntaban en este pueblo para enviar, entrasen cincuenta picos de seda para los Padres, comprados con dinero de los mismos Padres, los cuales se les diesen vendidos por el precio de la primera pancada, que así se llama el precio primero en que se conciertan con los mercaderes japones”*. Alessandro Valignano, *Apología de la Compañía de Jesus de Japon y China*, ed. de J.L. Álvarez Taladriz, Osaka, Eikodo, 1998, p. 191.
 - 16 O máximo seria de 40 picos. ARSI, Jap.Sin. 4, Carta de Manuel Dias (Sénior) a Cláudio Acquaviva de Macau a 10 de Abril de 1610, fl. 341f.
 - 17 *Ibidem*, fl. 341f.
 - 18 Alessandro Valignano, *Apología de la Compañía de Jesus de Japon y China*, p. 191.
 - 19 Esta afirmação foi realizada num contexto de defesa (*Apología*), pelo que deduzimos que o valor apresentado por Valignano não corresponderia necessariamente ao valor real dos lucros obtidos. *Ibidem*.
 - 20 Taladriz indica que 6000 ducados poderá referir-se a 100 picos de seda e que 3000 ducados a 50 picos de seda. *Ibidem*, nota 8, p. 192.
 - 21 *“se compra la seda en la China a noventa ducados poco más o menos el pico y se vende en Japón por ciento y cuarenta, delos cuales descontando diez de cada ciento, que se pagan en fletes yb tres de derechos, sale vendida a ciento e veinte y un ducados cada pico poco más o menos.”* *Ibidem*.
 - 22 Veja-se nota de rodapé final deste sub-capítulo onde existe uma tabela de preços do pico de seda vendido no Japão que demonstra ser o preço geralmente muito superior ao apontado por Valignano na sua *Apología*.
 - 23 Alessandro Valignano, *Apología de la Compañía de Jesus de Japon y China*, p. 192.
 - 24 Este acordo é omitido em alguns manuscritos da *Apología* porém pode ser encontrado na Biblioteca Apostólica Vaticana, Ms. Vat. Lat. 3581, 172 páginas, verificado por Álvarez-Taladriz. Procurando fazer um breve apanhado das partes fundamentais deste documento assinado na Câmara de Macau a 29 de Abril de 1589: *“que por quanto havia muitos annos os ditos Padres tinham concertado e contratado com os eleitos que este porto havia de lhe darem licença e poder para levarem na nao o junco, com que se faz a viagem de Japão o se fizer, cinquenta picos de seda corrente vendida pela primeira pancada e assim mais quarenta picos de seda, da que ficar por vender em Japão, sobejando ao tempo que se a nao quer partir para esta cidade, para ayuda da sustentação dos Padres que andão na chrandade do dito Japão, e porque o dito contrato, poder e licença lhe foi dado com otorga dos ditos moradores, como parece dos ditos papeis e um asiento que esta no livro*

MISSIONARY

da dita Camara as folhas 8, feito aos dezessete dias do mês de agosto de 1585 anos. [...] pagarão os ditos Padres dez por cento a nao de fretes e tres por cento mais para os direitos a pesso que levar authoridade para os arrecadar, e assim mais havião por bem que da seda que sobejara em Japão na nao o junco por vender, que se de aos Padres, ao tempo que a dita nao o junco estiver para se partir a esta cidade, quarenta picos de seda daquella que ficar que se não possa vender, quarenta picos de seda corrente no dito Japão, a qual pagarão os ditos Padres pollo preço que em esta cidade costar ao tempo da pancada a mesma seda que foi para Japão, pagando allem diso os fretes e direitos, con tal condição e declaração que os ditos Padres a não vendão enquanto a nao ai estiver nem mandará a prata della a esta cidade na dita nao, nem a terão no dito porto aonde la derem o anno seguinte a tornada da otra nao.”

25 ARSI, Jap.Sin. 3, Carta do padre geral Cláudio Acquaviva para o Pe. Alessandro Valignano, de Fevereiro de 1578, fl. 3. Na *Apologia*, Valignano faz uma cópia exacta deste documento no capítulo XVI. Cf. Alessandro Valignano *Apologia de la Compañia de Jesus de Japon y China*, p. 193.

26 Até 1573 recebiam 600 pardaús o que correspondia a 500 cruzados.

27 Em 1585, o padre geral Acquaviva dá instruções a Valignano para investir os mil cruzados da cidade de Malaca e os 500 provenientes das aldeias de Baçaim conforme pretendesse. ARSI, Jap.Sin. 3, Carta do padre geral Cláudio Acquaviva para o Pe. Alessandro Valignano, de 18 de Janeiro de 1585, fls. 8v-9f.

28 Em 1589, Filipe II ordena ao vice-rei do Estado da Índia Duarte de Meneses que se informasse sobre o número de jesuítas que missionavam na China e Japão, dos rendimentos de que dispunham, e desse o seu parecer sobre o requerimento do provincial da mesma Ordem, em que pedia uma certa renda para a sustentação dos ditos religiosos. *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa* [BFUP]. Arquivo Histórico do Estado da Índia, “Livros das Monções” n.º 3-B (1589-1593), Ficheiro 2, gaveta 1, divisões 6 e 7 1-3 | 4/2 Carta régia de Filipe II para Duarte de Meneses, vice-rei da Índia de Lisboa, 22 de Fevereiro de 1589, fls. 360-364.

29 Filipe II determina, em 1596, que se continue a pagar aos jesuítas encarregados da conversão do Japão 2000 cruzados para seu mantimento, por mais cinco anos: informe sobre a necessidade de estes religiosos fundarem uma casa em Macau, conforme pediam, para se recolherem em caso de serem perseguidos. BFUP. Arquivo Histórico do Estado da Índia, “Livros das Monções” n.º 2-B (1596-1601), Ficheiro 2, gaveta 1, divisões 3-410 | 1/3 Carta régia de Filipe II para o conde almirante Francisco da Gama, vice-rei da Índia de Lisboa, 7 de Abril de 1596, fl. 341. Saliente-se que, por vezes, estas doações não passavam de promessas.

30 “Ha nos parecido mas bien el dezenho que V. R. me escrivo por las suas de dous de Deziembre de 79 de hazer en esos Reinos de Japon tres Collegios, y una casa de Probacion de la Companhia y tres seminarios de los naturales; Uno en las partes del ximo, otro en el Reino de Bungo, y otro en las partes de Miaco, de los quales Collegios dipiendan y se gobiernen las demas residencias necessarias para sustentar y promover essa Christandad la que tanto mas presto, y mejor se podra effectuar, como yo deseo se effectue, quanto la bondad del Señor ha movido ala Sanctidad de Greg. XIII a hazer limosna de quatro mil cruzados al año a su beneplacito, sobre los espolios de Espanha para lo dicho effecto de

los Collegios y Seminarios: y ha dado ordem, que se paguen luego esta primera paga la que se ha avisado al padre Rui Gonçalves Provincial de Toledo para que la cobre, y embie al padre Gabriel Afonso al qual tambien se ha dado ordem que com brevedad y con la vintage(?) que licita y honestamente (...) los remita a Goa. Gostaria yo mucho que con toda brevedad se hiziesse algun bueno effecto, y se nos diesse aviso del para que entienda su Sanctidad algum principio de fructu desta su obra.”

ARSJ, Jap.Sin. 3, Carta do padre geral Cláudio Acquaviva para o Pe. Alessandro Valignano, de 4 de Janeiro de 1583, fls. 4v-5f.

31 “Fue muy bien acordado heziesse la casa da probacion, Collegio y seminarios, a que V. R. dio principio en Japon, para que los nuestros vivan con algo mas recogimiento conforme a nuestro Instituto, y con los seminarios se puede ir sustentando y promoviendo la Christiandad de aquellos Reinos; la qual obra ansi como cremos aver sido muy grata a Dios nuestro Señor, assi su divina providencia y bondad ha movido el coraçon del Summo Pontifice a socorrer tan gran obra, y juntamente tan gran necessitat con una pension de quatro mil cruzados cada año sobre los espoleos de Espanha, como el año pasado se insinuó. Y despues de despacharon las bullas desto, cuias copias autenticas se embian por vias para consolacion de los nuestros, porque la Bulla original se ha embiado a Madrid, donde se han de cobrar cada año, y los concedio por vinte años y de ahí adelante hasta que esos Collegios ó seminarios esten provehidos de otra tanta renta; los quales quatro mil cruzados se embiaran este año y los siguientes, como se embiaron el passado para Japon. Procurarse ha tambien con la Magestad del Rey Catholico que ayude por su partes y nos por la nuestra no faltaremos con la divina gracia de embiar de los mejores subjeitos, que por acá tuvieremos para tan gran empreza.” ARSJ, Jap. Sin. 3, Carta do padre geral Cláudio Acquaviva para o Pe. Alessandro Valignano, de 25 de Novembro de 1583, fl. 5.

32 *Ibidem*, fl.6 v.

33 “Este mesmo ano alguns padres dos particulares com dizerem que era para os pobres e concertos das igrejas ouverão tambem quem 20 picos quem dez de seda que logo ahí se tornou a vender e o que pareceo muito mal, e alguns com este mesmo pretexto mandão qua empregar algum dinheiro posto que pouco masi se senão atalhar neste principio pode vir a coisa a muito mais.” Takase Koichirō 高瀬弘一郎 refere uma outra carta: ARSJ, Jap.Sin. 9-II, Carta de Francisco Cabral para Cláudio Acquaviva de 5 de Outubro de 1583, fl. 167v; contudo a carta que utilizo, com o mesmo conteúdo é: ARSJ, Jap.Sin. 9-II, Carta de Francisco Cabral para o padre geral Cláudio Acquaviva, de Macau, de 6 de Outubro de 1584, fl. 64f.

34 ARSJ, Jap.Sin. 8-I, fl. 262v.

35 ARSJ, Jap.Sin. 49, fl. 242.

36 Takase Koichirō, “Unauthorized Commercial Activities by Jesuits”, *Acta Asiatica*, 1976, n.º 30, p. 21.

37 Francisco Cabral afirmaria que: “e o bom era mandar Vossa Paternidade que nenhum particular nem para esmolas nem para fazer igrejas nem para nenhuma outra obra possa mandar nenhum dinheiro à china, nem na mesma terra fazer nenhum género de veniaga[comércio], nem por sim nem por outem porque se se comessa a abrir esta porta areço que difficoltosamente se venha a fechar e que antes de fechada tinha ja entrado por ella muita desaventura”. ARSJ, Jap.Sin. 9-II, Carta de Francisco Cabral para o padre geral Cláudio Acquaviva, de Macau, de 6 de Outubro de 1584, fl. 64f.



Aspectos da Missão Jesuíta da Cochinchina (em Terras do Vietname)

ISABEL AUGUSTA TAVARES MOURÃO*

Em 1615, os padres jesuítas Francesco Buzomi e Diogo de Carvalho foram escolhidos para deixarem o colégio de Macau e partirem rumo às terras governadas pelos príncipes Nguyen a que os Portugueses então chamavam de Cochinchina.¹ Seguiram viagem acompanhados de um irmão coadjutor, natural do Japão, e de mais dois pregadores (*dojukos*) japoneses.² Um dos principais objectivos dessa decisão da Companhia de Jesus era a fundação de uma nova missão num território até então inexplorado pelos Jesuítas, mas frequentado desde os inícios do século XVI pelos portugueses, na sequência da conquista de Malaca em 1511 e das viagens exploratórias para estabelecer contactos com a China dos Ming.

Várias questões se podem colocar relativamente a esta iniciativa: Porquê 1615? Porquê a Companhia de Jesus? Porquê as terras dos Nguyen?

A data de 1615 deve ser entendida no contexto da política internacional, quer da Companhia de Jesus, quer dos portugueses, particularmente dos residentes em Macau e em Malaca.

Desde o princípio do século XVII que a guerra europeia iniciada no século XVI entre os Habsburgo (que controlavam o império espanhol, outros territórios

europeus e o império português desde 1580) e os Tudor de Inglaterra, aliados quer à França quer aos rebeldes da Holanda liderados pela casa de Orange,³ atingira proporções alarmantes e iria extravasar do espaço europeu para todos os mares. Em 1595, ingleses e holandeses saquearam o Recife no Brasil. Em 1596, holandeses tentaram ocupar a feitoria portuguesa de São Jorge da Mina no golfo da Guiné; nesse mesmo ano, rumando a outros destinos, passaram por Madagáscar, atingiram a ilha de Java e terão estabelecido contactos com gente de Fujian (China). Contudo, a situação iria piorar para os portugueses a partir de Novembro de 1598, na sequência do embargo decretado, nos portos de Portugal, aos navios, marinheiros e mercadorias de Inglaterra e dos Países Baixos.

Surgiram então na Europa companhias dedicadas ao comércio com o Oriente: logo em 1600, em Inglaterra foi criada a Companhia Inglesa das Índias Orientais; em 1602, os holandeses reuniram várias pequenas companhias privadas e fundaram a Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC).

Apesar de uma trégua acordada em 1601 entre a Espanha e os rebeldes da Holanda, que viria a ser renovada, em 1610, por mais 12 anos, foi iniciada uma guerra predominantemente económica, revestindo, porém, aspectos bélicos em regiões fora da Europa, alternando-se vitórias e derrotas de um lado e do outro, mas com consequências nefastas para os mercadores portugueses nos mares da Ásia. Em 1601 ocorreu uma

* Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII) na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, doutorou-se em Estudos Ibéricos na École Pratique des Hautes Études (Paris). Actualmente investigadora associada ao Centro de História de Além-Mar. É autora de *Portugueses em Terras do Dai-Viêt (Cochinchina e Tun Kim) 1615-1660* (2005) e de diversos artigos.

Graduate in History from the Arts Faculty of Lisbon University; M.A. in History of the Age of Discovery and the Portuguese Expansion during the 15th-17th centuries (Lisbon's Universidade Nova); Ph.D. in Iberian Studies from the École Pratique des Hautes Études (Paris). Currently, she is Auxiliary Researcher at the Centre for Overseas History at Lisbon's Universidade Nova. She published Portuguese em Terras do Dai-Viêt (Cochinchina e Tun Kim) 1615-1660 (2005) several articles.

Pormenor da "Carte des royaumes de Siam, de Tunquin, Pegu, Ava, Aracan", de Jacques Bellin (1703- 1772).



MISSIONAÇÃO



batalha em Bantam, em que cinco barcos holandeses derrotaram 30 dos portugueses. Nesse mesmo ano, Jacob van Neck fez uma tentativa de desembarque em Macau. Em 1603, foram criadas as primeiras feitorias holandesas fortificadas na ilha de Java (em Bantam e Gresik). Rapidamente os holandeses estenderam a sua acção às Molucas, arrebatando aos Espanhóis a ilha de Amboíno em 1605. Porém, não foram apenas cobiçados territórios controlados pelo domínio espanhol, sucederam-se ataques a barcos portugueses. Em 1606, junto ao cabo Rachado ocorreu mais uma batalha entre 11 barcos holandeses e 20 portugueses que se saldou por uma vitória portuguesa, mas a intranquilidade nas viagens marítimas acabaria por se tornar uma constante durante várias décadas. As fortalezas portuguesas também deixaram de ser espaços seguros. Em 1607, uma frota holandesa de 13 navios, que rumava à Índia sob o comando de Paul van Carden, atacou a fortaleza de Moçambique, defendida por D. Estevão de Ataíde e seus homens; um novo ataque à mesma fortaleza ocorreu no ano seguinte, desta vez provindo de uma frota comandada por Pieter Blens. E, em 1610, já os holandeses navegavam na área das Filipinas, defendidas então pelo governador D. Juan de Silva.

Os portugueses sentiram que era absolutamente necessário consolidar alianças políticas com os príncipes asiáticos em todos os espaços frequentados e fidelizar relações comerciais, se possível em exclusividade, o que não era, à partida, fácil de obter. Neste contexto, de esforço diplomático acrescido para renovar alianças existentes, deve ser entendido o pedido feito por Fernão da Costa⁴ para que a Companhia de Jesus enviasse missionários às terras da Cochinchina, onde os nossos mercadores, residentes em Malaca e em Macau, mantinham comércio, alternadamente, ao ritmo das monções.

Se, para estabelecer um bom tratado de aliança, convinha dialogar sem recorrer a intérpretes, no panorama das línguas asiáticas o vietnamita era de difícil aprendizagem, pelas várias tonalidades vocais e pelo uso de sistemas de escrita que os portugueses não sabiam ler. Ora, desde a chegada ao Oriente de Francisco Xavier, os missionários jesuítas desdobraram-se em aprendizagens linguísticas, em geral com sucesso. A Companhia de Jesus granjeou uma imensa consideração

por parte dos fidalgos-mercadores⁵ portugueses. Estes, frequentemente desejosos de recorrer aos bons serviços da Companhia, retribuía generosamente os favores recebidos. No entanto, poderíamos pensar que outras ordens religiosas possuíam idênticas características e, nesse caso, seria mais difícil entender o pedido de Fernão da Costa. Contudo, sabe-se que, ao longo do século XVI, várias tentativas haviam sido feitas por parte das ordens mendicantes e, devido às inúmeras dificuldades enfrentadas, os projectos haviam sido abandonados. Dominicanos e Franciscanos (portugueses e espanhóis), religiosos da Ordem de Santo Agostinho ou clérigos seculares⁶ não obtiveram grande sucesso nos seus esforços. Os frades das diversas ordens religiosas, saídos de Malaca, de Macau ou de Manila, tinham vivido várias peripécias naquelas paragens, mas não tinham conseguido permanecer nem aprender eficazmente a língua; alguns escreveram relatos que enfermam de pouca veracidade sobre a realidade local. O Pe. António Cardim na sua obra *Batalhas da Companhia de Jesus na sua Gloriosa Província do Japão* descreveu essas tentativas dos frades, anteriores à ida dos Jesuítas para a Cochinchina, e referiu relatos, um dos quais lera e considerava inverosímil tendo em consideração a sua própria experiência.⁷

Em 1615, não existia, portanto, nenhuma missão de qualquer ordem religiosa em terras dos Nguyen, onde uma população flutuante de origem portuguesa realizava negócios enquanto esperava a monção favorável para prosseguir viagem, ora em direcção a Macau, ora rumando a Malaca, ou Índia, ou outras partes.⁸ Além disso, tinham vindo fixar-se naquelas terras muitos japoneses⁹ e outros faziam estadas prolongadas.¹⁰

Instalarem-se os Jesuítas na Cochinchina e prosseguirem a tarefa de assistência espiritual aos japoneses cristãos, sobretudo depois da expulsão recente, em 1614, de todas as ordens religiosas fixadas no arquipélago nipónico,¹¹ foi uma motivação extra para a Companhia de Jesus. No rescaldo do gravíssimo insucesso em terras do Japão, com o colégio de São Paulo repleto de missionários regressados e onde o ambiente se crispara, multiplicando-se as críticas de uns à actuação de outros, a abertura de uma nova missão onde se prosseguisse também a cristianização de japoneses deve ter sido para os Jesuítas como o vislumbrar de uma nova luz através de uma janela que, sob protecção celestial, permitiria substituir a porta encerrada. Assim, numa

MISSIONARY

primeira fase, foram enviados às terras dos Nguyen jesuítas que falavam a língua japonesa e que se fizeram acompanhar de alguns *dojukos*.¹²

Um outro motivo se afigurava igualmente interessante para a Companhia de Jesus: diversos juncos japoneses viajavam a partir daquela costa rumo ao arquipélago nipónico. Houve a intenção secreta de aproveitar esse facto não só para obter notícias e enviar mensagens, mas para clandestinamente fazer regressar ao Japão alguns padres disfarçados de marinheiros ou mercadores. Mas isso não poderia ser claramente dito, embora fosse desejado e tentado, e viria a tornar-se uma dificuldade para a acção missionária dos Jesuítas em terras dos Nguyen. Estes príncipes, zelosos da manutenção do comércio com o distante mas bem informado governo japonês, de cujo país chegavam frequentes notícias, nomeadamente sobre as viagens clandestinas dos padres e as respectivas consequências,

ficavam apreensivos, ou furiosos, quando se constava que os missionários haviam utilizado barcos saídos dos seus portos. Ao longo dos tempos os Nguyen oscilaram entre aceitar os missionários nas suas terras ou reenviá-los para Macau, não hesitando em fazê-lo sempre que as populações se agitavam contra os padres e era necessário encontrar um meio de as acalmar; também os expulsavam, mesmo em período de acalmia, se algum dos missionários se mostrava pouco obediente às regras, circulando por áreas proibidas a estrangeiros, fora da zona onde residiam portugueses e japoneses a quem era suposto darem assistência espiritual. Se a presença dos padres se mostrava ineficaz para aumentar o número de barcos mercantis, ou se não lhes era encontrada nenhuma utilidade pelos conhecimentos matemáticos, astronómicos, ou médicos, dispensavam facilmente a presença dos jesuítas. Vários foram os problemas que ensombraram a acção missionária, muitos dos quais

Mapa do Vietname inserto no livro de Alexandre de Rhodes, *Histoire du royaume de Tunquin, et des grands progresz que la prédication de l'Évangile y a faits en la conversion des infidelles*, Lyon, 1651.



MISSIONAÇÃO

relacionados com a falta de diálogo, a dificuldade de comunicar na língua da terra ou a insensibilidade para questões diplomáticas.

Convém esclarecer um pouco mais quem eram os Nguyen.¹³ Ainda no século XVI, Nguyen Hoang fora nomeado governador de Thuận Hoa, pela dinastia Lê a quem pertencia o território do Dai-Việt (conhecido na China por An Nam); em 1570, acumularia o governo dessa província com o da região de Quang-Nam; por bons serviços prestados recebeu, em 1573, o título de *Thai Pho*, acrescido do de *Thai Uy* em 1592. Em 1600, deu início a um processo de autonomia do território governado e começou um ciclo de expansão em direcção ao sul, atacando o reino de Champá e ocupando, em 1611, a zona norte desse reino, transformada então em Phu Yên phu. Após um longo governo e uma não menos longa vida, aquele senhor que nascera em 1514 viria a falecer em 1613, sucedendo-lhe no governo o 6.º filho – Nguyen Phuc Nguyen – que concederia aos Jesuítas uma primeira autorização de residência junto dos portugueses e japoneses.

De 1615 a 1779, datas de início e de fim desta missão jesuíta em terras da Cochinchina e que

coincidem, grosso modo, com a ascensão e queda deste principado, foram oito os governantes Nguyen. (Quadro 1)

Em síntese, poderíamos dizer que o território se caracterizou no período assinalado por uma continuidade na orientação política, prosseguindo o rumo expansionista para sul até à total anexação do Champá e de parte do Camboja, e por uma insubmissão relativamente ao norte, cessando o pagamento da tributação em 1620, o que conduziria a uma longa e intermitente guerra com os Trinh que assumiam o poder em nome da dinastia Lê. Os governos foram em geral de longa duração e os governantes, salvo raras excepções, assumiram o poder já na maturidade. As opções e estratégias definidas não se coadunavam com interferências estrangeiras e o território estava muito controlado. A política expansionista dos Nguyen necessitava de aliados. Precisavam que o seu governo fosse reconhecido. Careciam de produtos para a guerra (desde mezinhas a moedas chinesas para pagar aos soldados, de pólvora a armas diversas, para não falar em bens sumptuários). Neste contexto de guerra, os portugueses perfilaram-se como aliados indispensáveis

QUADRO 1. GOVERNANTES NGUYEN, 1615-1779

NOMES DOS PRÍNCIPES GOVERNANTES	DATA DE NASCIMENTO	IDADE NO INÍCIO DA GOVERNAÇÃO	GOVERNAÇÃO	PERÍODO DE GOVERNAÇÃO
Nguyen Phuc Nguyen	1563 (6.º filho de Nguyen Hoàng)	50 anos	22 anos	1613-1635
Nguyen Phuc Lan	1601 (2.º filho do anterior)	34 anos	13 anos	1635-1648
Nguyen Phuc Tan	1620 (2.º filho do anterior)	28 anos	39 anos	1648-1687
Nguyen Phuc Tran	1649 (2.º filho do anterior)	38 anos	4 anos	1687-1691
Nguyen Phuc Châu	1675 (1.º filho do anterior)	16 anos	34 anos	1691-1725
Nguyen Phuc Chu	1696 (1.º filho do anterior)	29 anos	13 anos	1725-1738
Nguyen Phuc Khoat	1714 (1.º filho do anterior)	24 anos	27 anos	1738-1765
Nguyen Phuc Thuân	1754 (16.º filho do anterior)	11 anos	11 anos	1765-1776

Seguiu-se o período da rebelião dos Tây-Son (com o assassinato, em 1777, de Nguyen Phuc Thuân, obrigado a abdicar em 1776). Da família Nguyen apenas sobreviveu um jovem príncipe – Nguyen Phuc Anh – que, em 1802, fundou uma nova dinastia e reunificou o país, a partir de 1804 designado Vietname.)

MISSIONARY

e, por isso, para obter o respectivo apoio de forma continuada, os Jesuítas foram aceites, ou tolerados, desde que com eles vivessem, sem interagirem com as populações locais nem circularem noutras áreas, excepto se servissem de intérpretes quando acompanhassem delegações em deslocação à corte.

Mas quem foram afinal os jesuítas que obtiveram o privilégio de residir em território dos Nguyen? Ainda está por fazer um estudo aprofundado da missão da Cochinchina após 1660, no entanto conhecem-se todos os jesuítas do período de 1615 a 1660.¹⁴

De 1615 a 1660 estiveram na Cochinchina 15 padres portugueses jesuítas cujos nomes ficaram registados e sabe-se que outros por lá passaram em estadas ocasionais e cujos nomes nem sempre foram referidos nas cartas anuais. Além dos jesuítas portugueses, também pertenceram à missão oito italianos (oriundos de regiões de Itália governadas pelos Habsburgo), um luso-nipónico, três japoneses, um de Avinhão (território do Papa) e um francês (por o barco onde viajava ter naufragado). Em alguns casos os padres não ficaram registados nas cartas anuais porque se encontravam na clandestinidade e com intenção de passar ao Japão, como aconteceu com Gaspar do Amaral, alojado por uma família japonesa em 1626-1627 com intuito de aperfeiçoar os conhecimentos linguísticos do japonês.

Fizeram também parte desta missão entre 1615 e 1660 alguns irmãos: António Dias, Joseph Japão, Paulo Saytô, Domingos Mendez, Domingos Dias, Romão Nixi. Destes, alguns, como Paulo Saytô, viriam a ser ordenados padres posteriormente em Macau.

Os locais de residência dos missionários foram, ao longo deste período, em Fayfô (actual Hôï Na), Nuoc Man, Ke Cham (Cachão, Cacham), Pullo Camby, Turão (neste caso a residência foi construída em 1654, na zona hoje conhecida por Da Nang).

Desde o início da missão que os Jesuítas se viram confrontados com inúmeras dificuldades, de que a primeira de todas foi a aprendizagem da língua, já referida. As várias tonalidades de uma língua monossilábica e uma grafia em caracteres chineses, ou em *nôm* (a escrita da terra que simplificava em parte a grafia chinesa) não ajudavam a aprendizagem. Nem o Pe. Diogo de Carvalho nem Francesco Buzomi, que foram os primeiros a chegar, conseguiram aprender vietnamita. O Pe. Diogo de Carvalho, português natural de Coimbra, falava muito bem japonês e vivera no Japão de onde saíra em 1614 desterrado.¹⁵ Iria ser o



Alexandre de Rhodes.

primeiro a partir clandestinamente para o arquipélago nipónico. O Pe. Francesco Buzomi, companheiro do anterior e destinado à evangelização dos naturais da terra, também não obteve sucesso e apenas tardiamente viria a conseguir expressar-se. Só o Pe. Francisco de Pina, enviado de Macau em 1616,¹⁶ conseguiu realizar rapidamente essa aprendizagem e, na qualidade de intérprete, viria a ter a possibilidade de se deslocar à corte em diversas ocasiões, conseguindo ter residência em Ke Cham, longe de Fayfô e de Turão, lugares onde residiam chineses, japoneses e portugueses,¹⁷ tornando-se intérprete e professor de outros missionários chegados posteriormente, nomeadamente António de Fontes e Alexandre de Rhodes.

Entretanto, no seio da Companhia discutiam-se questões de jurisdição relacionadas com a nova missão e não se encontrava unanimidade para decidir a qual das províncias deveria pertencer a missão da Cochinchina, estando em debate várias opções. Parecia desapropriada a ligação ao distante Malabar, tanto mais que fora a província do Japão a tomar a iniciativa. Tudo se complicava porque também era preciso definir qual o bispado sob cuja alçada ficaria a novíssima missão. O bispado de Malaca acabou por ter a primazia e a missão

MISSIONAÇÃO

QUADRO 2. PADRES JESUÍTAS NA MISSÃO DA COCHINCHINA (1615-1660)

PORTUGUESES	ITALIANOS	JAPONESES	OUTRAS NAÇÕES
Diogo de Carvalho	Francesco Buzomi	Maqui Miguel	Alexandre Rhodes
Francisco de Pina	Christoforo Borri	Justo Yamanda	
Pero Marquez	Girolamo Mayorica	Matias Japão	
António Fernandes	Giovanni Leria		
Manoel Fernandez	Metello Saccano		
Gabriel de Matos (Visitador)	Domingos Fuciti		
Gaspar Luís	António Rubino		
Emanuel Gonçalves	Francesco Rivas		
António de Fontes			
Bento de Matos			
Álvaro Semedo (em trânsito)			
Pero Alberto			
Baltazar Caldeira			
Carlos da Rocha			
Francisco Ignacio			Edmundo Poncet

da Cochinchina ficou sob a sua jurisdição eclesiástica, porém continuaram os Jesuítas a partir do Colégio de Macau para esse novo destino. E, depois de algumas hesitações, as cartas anuais passaram a ser remetidas também para Macau, em parte pelas vicissitudes da guerra marítima que mantinha dificultosa a navegação no estreito de Singapura e nas imediações de Malaca.

Ao longo do século XVII a Companhia de Jesus andou nesta missão em dependência estreita dos mercadores portugueses e japoneses (que ora apoiavam ora desapojavam, consoante a adesão ao Cristianismo ou a outras crenças); também não foram alheias as vicissitudes do comércio, que se corria bem criava uma maior empatia e vice-versa. As notícias que chegavam do Japão por via oficial do governo nipónico aumentavam a

desconfiança dos Nguyen sobre os missionários. Nunca houve uma acomodação total à terra, no que se refere ao traje dos missionários que andavam vestidos como na Índia, o que os distinguia nitidamente das gentes da terra.

Nem sempre foram acauteladas as deslocções fora da área a que estavam confinados e que era a zona de residência dos mercadores. É preciso reflectir que a “Cochinchina” do século XVII era um território em guerra contra o governo do Norte controlado pelos Trinh, a quem cessaram de pagar tributo em 1620, tendo sido invadidos em diversas ocasiões ao longo de várias décadas. Qualquer movimentação de estrangeiros era suspeita, podendo estar a espiar ao serviço do inimigo.

MISSIONARY

A partir de 1657 sentiu-se necessidade dos missionários desempenharem funções no paço e na sociedade que lhes dessem a oportunidade de transitar por diversos lugares. Essa norma fora seguida no Tun Kim desde 1631, na corte dos Trinh, mas, apesar de se revelar de grande eficiência, tardou a ser implementada na Cochinchina dos Nguyen. O Pe. Pero Marques (luso-nipónico) foi o primeiro a exercer medicina, estratégia que teve continuidade por parte de outros jesuítas ao longo do século XVIII.

As más condições climáticas, com a consequente falta de alimentos e agitação social, tornavam os jesuítas muito vulneráveis, já que a população local atribuía à presença dos religiosos o castigo do céu em virtude de propagarem uma nova crença tão alheia aos costumes da terra. E os governantes mostravam-se contrários à evangelização dos seus súbditos, talvez por recearem que eles embarcassem para longes terras (coisa que viam ter sido feita por muitos japoneses), perdendo assim os tributos pagos *per capita*. Havia mesmo alguma confusão entre o que significava ser “português” e ser “cristão”, como a certa altura foi notado pelos missionários, ao observarem que o tema era motivo de chacota em peças de teatro popular representadas onde havia algum bazar. Não parece ter havido uma oposição aos missionários de cariz religioso por parte dos Nguyen, mas mais uma questão de controlo político, tanto mais que, apesar das elites seguirem uma filosofia confucionista, não havia qualquer obstáculo à propagação do Budismo, que era suposto contribuir para a pacificação de um território (anteriormente do Champá) onde o Hinduísmo estivera longamente enraizado. Se o Budismo se propagasse, haveria menos rebeldia nos territórios conquistados, aceitando cada qual mais facilmente a roda da fortuna que de senhores e livres os tornara cativos e pobres¹⁸ e talvez tenha sido esse um dos principais motivos para a maior protecção dada aos bonzos e aos seus templos que o Pe. Borri referiu serem inúmeros, muito belos com altas torres e campanários.¹⁹

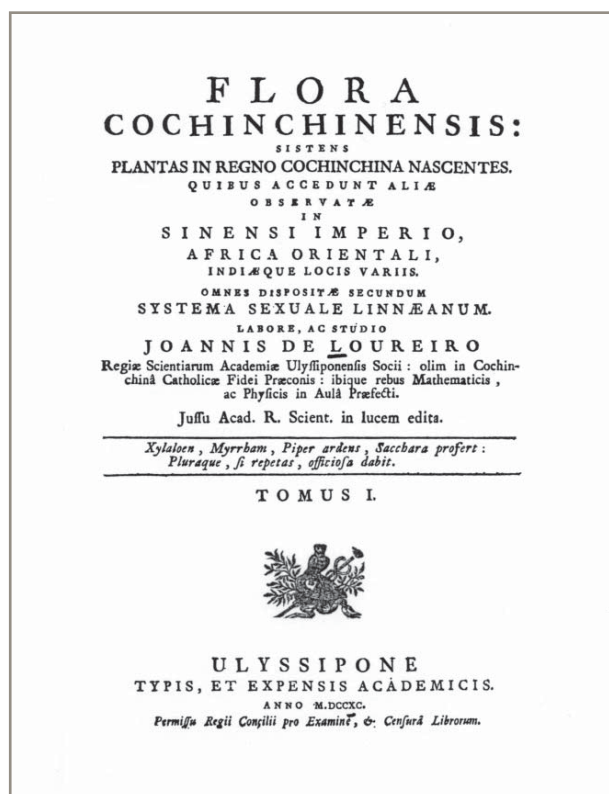
A Cochinchina, além de lutar pela autonomia, também estava carente de população que ora fugia à guerra, ora procurava escapar à fome, procurando sobreviver em áreas a sul, no reino do Champá ou no Camboja. Essa fuga de população servia de pretexto para “uma guerra justa” contra os senhores que acoitavam os súbditos dos Nguyen, e isso contribuiu para a total aniquilação do governo dos príncipes

Chames ao longo do século XVII e para a progressiva anexação do delta do Mekong que o Camboja considerava pertencer-lhe.

A vinda dos portugueses (de Malaca, de Macau ou de outras partes) era dinamizadora para o comércio local: permitia escoar a produção local de seda e as madeiras odoríferas (tão abundantes nas matas do Champá) e obter produtos que só por via marítima eram adquiridos, visto que as ligações por terra com a China estavam impossibilitadas e o governo dos Nguyen não era reconhecido pelo império chinês. Pretendia o governo local manter amizade com os portugueses, que considerava aliados. Na verdade, não precisavam dos missionários para atrair os comerciantes, porque a mudança de ventos a isso obrigava e a maior parte das rotas seguidas pelos galeões, juncos e outras embarcações pilotadas por portugueses, ou em parcerias com outros asiáticos, convergiam no litoral da Cochinchina. Os príncipes locais apenas se compraziam com a presença de jesuítas que se distinguíssem por saberes científicos (medicina ou astronomia) e que servissem de intérpretes. Sem mais valias, que não fossem teológicas, tornavam-se dispensáveis. E, se a população assaltava templos ou destruía ídolos para procurar riquezas no seu interior, desculpavam-se com os cristãos a quem acusavam do crime, o que ainda dificultava mais a evangelização. Se, por um lado, eram expulsos os padres sempre que o respectivo comportamento não respeitava as regras estabelecidas, por outro eram aceites novos missionários que de Macau fossem enviados em próxima viagem dos navios.

A lista de expulsões de jesuítas e de proibições do Cristianismo no território dos Nguyen ao longo de vários séculos ainda não está completa, embora haja uma ideia mais precisa para o período de 1615 a 1660.²⁰ Um primeiro “bando” contra os padres ocorreu em 1616, um segundo em 1629 (a 10 de Agosto), outro em 1639 com proibição de residência; de 1640 a 1645 só foi autorizada a sua permanência enquanto o barco estivesse no porto; de novo surgiram problemas em 1645, 1648 e 1650. Entre os padres considerados *persona non grata* estão Alexandre de Rhodes (em 1645), Carlos da Rocha (expulso em 1648), Metello Saccano (expulso em 1648 e regressado em 1650, mas preso pouco depois). As perseguições aos cristãos, umas mais gerais do que outras, foram intercaladas no tempo, mas em alguns casos houve condenação à

MISSIONAÇÃO



Frontispício de *Flora Cochinchinensis: Sistens Plantas in Regno Cochinchina Nascentes* do Pe. João Loureiro, Lisboa, 1790.

morte, nomeadamente no caso de André, catequista martirizado em 1644, de *Thay* Ignacio e de Vicente em 1645, e de outros em 1646 e em 1650. Em 1653, a propagação do Cristianismo continuava, mas os Jesuítas assinalavam a 11.^a perseguição contra a lei cristã. Em 1665 foi ordenada a morte dos cristãos de Fayfô e sempre os Nguyen interditavam a pregação, mandando variadas vezes queimar livros ou imagens. Porém, mesmo depois da expulsão dos Jesuítas em 1750, Vo-Vuong manteve na corte o seu médico jesuíta Johann Köffler.

De 1615 até fins do século XVIII (mesmo depois da extinção da Companhia de Jesus em Portugal no tempo de Pombal), houve jesuítas que conseguiram acomodar-se à terra e ser bem aceites, desenvolvendo diversas actividades por períodos mais ou menos longos. O primeiro de todos é indubitavelmente Francisco de Pina, pioneiro da transcrição fonética da língua vietnamita,²¹ mas que não conseguiu completar a sua obra por ter morrido num naufrágio em 1625, entre a ilha de Cham e a costa de Fayfô, tendo ficado enterrado em solo vietnamita. Outro que se notabilizou no seu

tempo foi Christoforo Borri que frequentou o paço de um dos príncipes Nguyen e que corrigiu os cálculos matemáticos da previsão de um eclipse feita pelos mandarins locais que, pelo erro, foram severamente punidos. A ele se deve um dos primeiros trabalhos sobre a missão da Cochinchina, editado na Europa em língua italiana e em língua francesa em 1631. Outro que convém não esquecer foi Girolamo Mayorica²² com uma presença discreta mas eficiente, tendo mais tarde sido enviado para o Tun Kim onde viveu largos anos, dedicando grande parte da sua actividade a escrever e a traduzir orações e textos hagiográficos, muitos das quais em *nôm*, criando-se assim uma nova literatura de cariz religioso. A lista das personalidades notáveis é extensa, sobretudo no século XVIII, mas apenas referiremos alguns dos mais notáveis.

Segundo Nguyen Thanh-Nha,²³ Nguyen Phuoc Chu no início do seu reinado fazia-se acompanhar pelo Pe. António de Arnedo, seu matemático-astrónomo, e, desde 1724, pelo Pe. Lima; sob Nguyen Phuc Khoat (Vu-Vuong) este cargo foi ocupado pelo Pe. Neugebauer e o Pe. Siebert desempenhava o cargo de mandarim-médico. Após o falecimento deste último, em 1745, coube a vez sucessivamente aos padres Slamenski e Johann Köffler.²⁴ Em 1752, ainda durante o governo do mesmo príncipe, dois jesuítas portugueses desempenhavam funções importantes – o Pe. Xavier Monteiro era geómetra e o Pe. João de Loureiro, médico.

A juntar às dificuldades vividas na Cochinchina, a situação da Companhia de Jesus que conseguira permanecer no território apesar das lutas pela supremacia da *Propaganda Fide* sobre o Padroado do rei de Portugal, e que sobrevivera aos conflitos com os vigários apostólicos, enfrentou na Europa diversos reveses. Em Portugal, o marquês de Pombal foi o seu principal opositor, dando ordem para que regressassem das colónias, prendendo alguns e expulsando depois outros missionários. Dois dos padres desta missão, Jakob Graff²⁵ e Johann Köffler, acabaram por regressar a Portugal, onde foram presos em 1764 e libertados e expulsos em 1767. Algum tempo depois, por um Breve papal, datado de Setembro de 1773, a Companhia de Jesus foi extinta.

Contudo, houve um jesuíta português que, ao contrário dos restantes, não saiu da Cochinchina, lá continuando a cuidar dos cristãos, apesar do fim do principado dos Nguyen em 1776, aguentando o

período da rebelião dos Tây Son, e só se retirando do território em 1779, depois de entregar a sua missão a um bispo chegado àquela terra com um grupo de sacerdotes em 1778. João de Loureiro regressou a Portugal em 1781, depois de uma longa viagem, aproveitada em parte para continuar a sua observação da natureza e os seus estudos sobre a flora e fauna das diversas terras. Nascido em Lisboa em 1717, numa família de militares, estudara no colégio de Santo Antão e vestira o hábito de jesuíta em 1732. Conhecedor de estudos de Astronomia e Mecânica, em 1742, ou em 1744, foi enviado à missão da Cochinchina onde permaneceu largos anos. Obteve de um capitão de um navio inglês alguns livros de Botânica, nomeadamente escritos por Lineu, e dedicou-se ao estudo das plantas e dos seus efeitos medicinais, para poder exercer a função de médico a par da de missionário. Em 1779, conseguiu passar a Cantão com os seus preciosos manuscritos, onde exaustivamente anotara todas as plantas da Cochinchina. Sócio da Academia das Ciências de Lisboa desde 1781, membro da Royal Society de Londres, correspondeu-se com os sábios do seu tempo, enviou amostras da sua colectânea

para Inglaterra e Suécia. Parte da sua obra foi publicada em 1790 pela Academia das Ciências de Lisboa sob o título de *Flora Cochinchinensis*, em dois volumes. Além de botânico foi também paleontólogo e o seu trabalho foi muito apreciado, originando traduções e republicações, embora ainda existam textos seus inéditos. Faleceu em Lisboa em 1791.²⁶

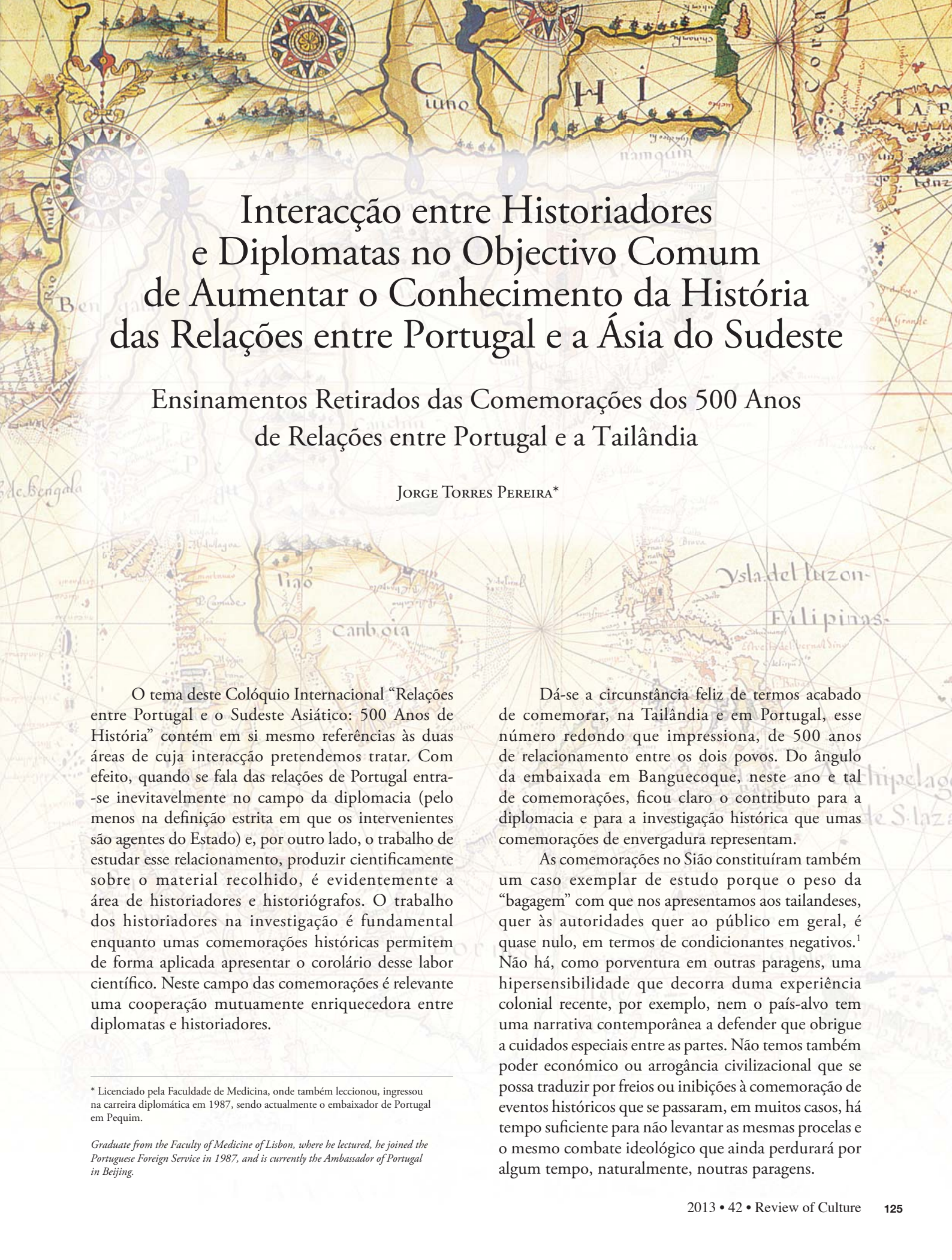
Em síntese, poderemos dizer que os missionários se desdobraram em estratégias múltiplas ao longo dos tempos para conseguir manter a missão jesuíta da Cochinchina e desenvolveram um esforço notável para a evangelização que deu frutos. A comunidade cristã foi progredindo apesar dos contratempos. O elevado nível do trabalho intelectual de alguns foi reconhecido localmente e em muitos casos pela comunidade científica da época. Também a transcrição fonética conhecida por *Quoc Ngu*, iniciada por Francisco de Pina e aperfeiçoada e concluída por Gaspar de Amaral, viria a revelar-se de uma enorme utilidade, uma vez generalizado o seu uso no Vietname, permitindo erradicar o analfabetismo, além de alargar horizontes culturais. **RC**

NOTAS

- O nome de Cochinchina começou a ser utilizado pelos portugueses depois de 1511 para todo o território a sul do império chinês dos Ming e a norte do antigo reino do Champá (conquistado ao longo do século XVII pelos antepassados dos vietnamitas). No século XVII, já os portugueses chamavam Cochinchina apenas aos territórios dominados pelos príncipes Nguyen que, em 1615, controlavam as províncias do sul em nome da dinastia Lê no reino a que os chineses chamavam An Nam e a que os autóctones designavam por terras do Dai-Viêt (na região centro do Vietname dos nossos dias). Com a progressiva autonomia dos Nguyen que se rebelaram, acabando por se tornar independentes e fundar a dinastia do mesmo nome, os portugueses continuaram a designar como Cochinchina o território controlado por estes príncipes, independentemente dos respectivos limites (variando as latitudes da área abrangida com as vicissitudes das variadas guerras); este facto deu azo a que em Portugal se usasse essa palavra Cochinchina para falar de terra distante, quase lendária porque não se sabia bem onde se situava. Portanto a designação não coincide com a “Cochinchine” dos franceses, que lhe é posterior e que abrangia só a região em redor do delta do Mékong.
- ARSI, Jap.Sin. 114, “Anua do Collegio de Macao desde Janeiro de 1616”, fl. 4v; Jap.Sin. 16 -II, carta de Valentim Carvalho para António Mascarenhas, escrita em Macau em 9/02/1615, fl. 174; Jap.Sin. 16 -II, carta de Lucena para A. Mascarenhas datada de 13/05/1615, fl. 195.
- Uma aliança entre a França e a Inglaterra contra a Espanha foi firmada em 24/05/1596 e, em 31/10/1596, a Holanda, pelo Tratado de Haia, juntou-se à França e à Inglaterra nessa mesma luta.
- Segundo Christoforo Borri, na sua obra traduzida em francês, este “bravo capitão” foi enviado como embaixador em nome da cidade de Macau à Cochinchina para impedir o comércio com os holandeses. (Ver de Christoforo Borri, *Relation de la nouvelle mission des pères de la Compagnie de Jesus au royaume de la Cochinchine. Traduite de l’Italien du Père Christofle Borri Milanois, qui fut un des Premiers qui entreurent en ce Royaume. Par le Père Antoine de la Croix de la mesme Compagnie*, Lille, 1631, pp. 93, 94). Outras referências a Fernão da Costa encontram-se em Paulo Jorge de Sousa Pinto, *Portugueses e Malaio, Malaca e os Sultanatos de Johor e Achém 1575-1619*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1997, p. 227 e 228. Segundo Paulo Jorge Sousa Pinto, Fernão da Costa desenvolveu uma intensa actividade militar e diplomática: participou na defesa de Malaca em 1606; em 1614, foi enviado a Johor como embaixador; em 1615, comandou a armada de vigia da costa e voltou a participar na defesa de Malaca; em 1618, foi de Goa a Malaca como capitão da armada de socorro e, em 1620, socorreu Perak, constando dos casados em Malaca até 1626.
- Sobre os fidalgos-mercadores ver em geral Charles Ralph Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente, 1550-1570*, Macau, Fundação Oriente/ Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990.
- Sobre este assunto ver por exemplo Roland Jacques, *De Castro Marim à Faifo: Naissance et développement du padroado portugais d’Orient des origines à 1659*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, pp. 126-141.
- Luciano Cordeiro (ed.), *Batalhas da Companhia de Jesus na sua Gloriosa Província do Japão pelo Padre Antonio Francisco Cardim da*

MISSIONAÇÃO

- mesma Companhia de Jesus, natural de Vianna do Alentejo. Inédito destinado à X Sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas por Luciano Cordeiro S.S.G.L., Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, pp. 175-176.
- 8 Sobre os portugueses nestas paragens ver em geral Isabel Augusta Tavares Mourão, *Portugueses em Terras do Dai-Việt (Cochinchina e Tun Kim) 1615-1660*, Macau, Fundação Oriente/IPOR, 2005.
 - 9 Existia, em 1614, uma comunidade japonesa na Cochinchina em número superior a 400 pessoas, umas cristãs, outras gentias. Ver Isabel A. T. Mourão, *Portugueses em Terras do Dai-Việt (Cochinchina e Tun Kim)*, 1615-1660, p. 71 e ARSI, Jap.Sin. 46, "Annuaire do Collegio de Amacao do anno de 1614, 2ª via pela Índia, assinada por Manoel Dias em Macau, 2/1/1615", fl. 362v. Esta carta encontra-se publicada por João Paulo Oliveira e Costa (dir.) e Ana Fernandes Pinto, *Cartas Anuas do Colégio de Macau (1594-1627)*, Macau, Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Fundação de Macau, 1999, e sobre este assunto ver p. 143.
 - 10 Entre 1604 e 1635 terão frequentado os portos da Cochinchina 87 barcos com selo vermelho (*shuin jo*). Ver Robert LeRoy Innes, *The Door Ajar: Japan's Foreign Trade in the Seventeenth Century*. Tese fac-similada, Universidade de Michigan, 1980, p. 58.
 - 11 Sobre este assunto ver em geral o livro de Charles Ralph Boxer, *The Christian Century in Japan 1549-1650*, Manchester, Carcanet/Fundação Calouste Gulbenkian/Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Fundação Oriente, 1993.
 - 12 *Dojikos* ou *dojukos* eram japoneses instruídos para ajudarem os padres nas tarefas de evangelização. Para mais detalhes ver os artigos de Jesús López-Gay, S. J., "Las Organizaciones de Laicos en El Apostolado de la Primitiva Misión del Japón", in *Archivum Historicum Societatis Iesu*, ano XXXVI, fasc. 71, Janeiro-Junho 1967, vol. XXXVI, Roma, Institutum Historicum S. I., 1967; "Métodos misioneros en el Japón del siglo XVI", in Nuno da Silva Gonçalves (coord.), *A Companhia de Jesus e a Missão no Oriente. Actas do Colóquio Internacional Promovido pela Fundação Oriente e pela Revista Brotéria - Lisboa, 21-23 de Abril de 1997*, Lisboa, Brotéria/Fundação Oriente, 2000, pp. 103-116.
 - 13 Para a história do Vietname ver, em geral, Lê Thành Khôi, *Histoire du Viêt Nam des origines à 1858*, Paris, Sudestasie, 1987 e Yang Baoyun, *Contribution à l'histoire de la principauté des Nguyễn au Vietnam meridional (1600-1775)*, Genebra, Éditions Olizane, 1992.
 - 14 Ver Isabel A. Tavares Mourão, *Portugueses em Terras do Dai-Việt...*, pp. 317-326.
 - 15 Luciano Cordeiro (ed.), *Batalhas da Companhia de Jesus...*, p.p 177-178. Diogo de Carvalho, segundo Cardim, viria a sair da Cochinchina na sequência de ordem de expulsão dos padres (em 1616), porque os povos atribuíam à respectiva presença a falta de chuva e de alimentos no território. Cardim afirma ainda que Diogo Carvalho no Japão fez grandes serviços a Deus e viria a morrer enregelado nas águas frias em 22 de Fevereiro de 1624.
 - 16 Biblioteca da Ajuda, *Jesuitas na Ásia* 49-V-5, "Annuaire do Collegio da Madre de Deus da Companhia de Jesus de Macao do anno de 1616", fol. 186v.
 - 17 Sobre a população flutuante e respectivos portos frequentados ver Isabel A. Tavares Mourão, *Portugueses em Terras do Dai-Việt...*, pp. 70-84. Sobre a representação confucionista do mundo e concepção político-filosófica que levava a que estrangeiros devessem residir em áreas periféricas ver por exemplo a opinião de Nguyen Thê Anh no prefácio do livro *Le Dai-Việt et ses voisins d'après le Dai-Viet su ky toan thu* (= *Mémoires historiques du Dai-Viet au complet*), tradução de Bui Quang Tung et Nguyen Huong revista e anotada por Nguyen Thê Anh, Paris, L'Harmattan, 1990, pp. 1-5.
 - 18 Semelhante política já havia sido posta em prática na Índia no tempo de Açoka que governou entre 269 a.C. e 232 a.C. Ver Jean Boisselier, *La sagesse du Bouddha*, Paris, Gallimard, 1993, pp. 120-126 e Henri Arvon, *Le Bouddhisme*, Paris, Presses Universitaires de France, 1994, pp. 84-86.
 - 19 Christoforo Borri, *Relation de la nouvelle mission des pères...*, pp. 196-197.
 - 20 Ver Isabel A. Tavares Mourão, *Portugueses em Terras do Dai-Việt...*, pp. 317-326.
 - 21 Este trabalho viria a ser aperfeiçoado e completado por Gaspar de Amaral no Tun Kim governado pelos Trinh. Ver Isabel Augusta Tavares Mourão, *Gaspar do Amaral S. J. (1594-1646). La vie et l'oeuvre d'un Jésuite portugais fondateur de la mission jésuite du Tun Kim à la cour des Trinh* (tese de doutoramento defendida na École Pratique des Hautes Études em Paris a 19 de Outubro de 2011), 3 vols. Paris, EPHE, 2011. Sobre este tema ver também em geral Roland Jacques, *Portuguese Pioneers of Vietnamese Linguistics Prior to 1650. L'œuvre de quelques pionniers portugais dans le domaine de la linguistique vietnamienne jusqu'en 1650*, edição bilingue, Banguetcoque, Orchid Press, 2002; do mesmo autor "Le Portugal et la romanisation de la langue vietnamienne. Faut-il réécrire l'histoire?", in *Revue française d'histoire d'outre-mer*, t. 85 (1998), n.º 318, pp. 21-54; "Aux origines du Quoc Ngu: Quelques observations sur les circonstances historiques et l'environnement scientifique des premiers écrits sur la phonétique vietnamienne", in *Tap San Khoa Hoc A-DH TH TP. HCM - Annals of Ho Chi Minh City University*, 3 (1995), Vietnam, pp. 93-109.
 - 22 Girolamo Mayorica aparece por vezes referido como Jerónimo Maiorica. Nasceu em Nápoles em 1591 e entrou na Companhia com 14 anos. Leccionou Humanidades em Goa durante quatro anos e terá ido ao Idalcão duas vezes em missão, além de ter cuidado de enfermos no Hospital Real de Goa. Esteve na Cochinchina em diversas ocasiões entre 1624 e 1629; de uma das vezes tentou passar ao Japão, mas um tufão obrigou o barco a regressar; expulso da Cochinchina em 1629 juntamente com outros padres, o respectivo bote foi atacado por holandeses e vararam na costa do Champá onde ficaram cativos. Regressado a Macau em 1631, enviado ao Tun Kim em 1632 aí viveu até 27 de Janeiro de 1656, data do seu falecimento. Ver Isabel A. Tavares Mourão, *Portugueses em Terras do Dai-Việt...* p. 275, n. 205, onde são referidos outras detalhes e diversas fontes relativas a este jesuíta que chegou a ser provincial de Japão.
 - 23 Nguyen Thanh-Nha *Tableau économique du Vietnam aux XVII^e et XVIII^e siècles*, Paris, Éditions Cujas, 1970, p. 203. Nguyen Thanh-Nha, para fundamentar as referências a estes padres, cita (sobre Bartolomeu da Costa) De San-Januario, "Documents sur les Missions portugaises du Camboje et en Cochinchine", in *Bulletin de la Société Académique Indochinoise de France*, II (1882) p. 184, e sobre os restantes missionários referidos cita Charles B. Maybon, *Histoire moderne du pays d'Annam 1592-1820*, Paris, Plon, 1919, pp. 140-141.
 - 24 Johann Köffler nasceu em 1711 em Praga; entrou na Companhia de Jesus em 1726 na Boémia; esteve em Goa em 1738, em 1739 em Macau e terá ido para a Cochinchina em 1740, donde regressou a Portugal em 1764. Morreu em 1780 em Siebenburger mas antes escreveu a *Historica Cochinchinae Descriptio* publicada em Nuremberga em 1806.
 - 25 Jakob Graff nasceu em 1709 em Niederberg. Entrou na Companhia de Jesus em 1727 na província do Baixo-Reno e missionou entre 1738 e 1764 na Cochinchina e no Siao. Preso, em Portugal, de 1764 a 1767, veio a morrer em Trier em 1773.
 - 26 Ver Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [IAN/TT], Arquivos Particulares, Abade Correia da Serra, Caixa 2 B, A 42, 4 f. "Elogio do senhor João de Loureiro (12 de Maio de 1792)" de que se encontra on-line (em 25 de Outubro de 2012) uma transcrição de J.C.S. Jesus (2004): IAN/TT_Arq/_Part/_Correia_da_Serra. CX_2B-A42.1792.pdf. Este documento contém outras referências nomeadamente constando do *Catalogue général des manuscrits des bibliothèques publiques de France*, t. LV, Paris, Bibliothèque Centrale du Musée d'Histoire naturelle (supplément).



Interacção entre Historiadores e Diplomatas no Objectivo Comum de Aumentar o Conhecimento da História das Relações entre Portugal e a Ásia do Sudeste

Ensinamentos Retirados das Comemorações dos 500 Anos de Relações entre Portugal e a Tailândia

JORGE TORRES PEREIRA*

O tema deste Colóquio Internacional “Relações entre Portugal e o Sudeste Asiático: 500 Anos de História” contém em si mesmo referências às duas áreas de cuja interacção pretendemos tratar. Com efeito, quando se fala das relações de Portugal entra-se inevitavelmente no campo da diplomacia (pelo menos na definição estrita em que os intervenientes são agentes do Estado) e, por outro lado, o trabalho de estudar esse relacionamento, produzir cientificamente sobre o material recolhido, é evidentemente a área de historiadores e historiógrafos. O trabalho dos historiadores na investigação é fundamental enquanto umas comemorações históricas permitem de forma aplicada apresentar o corolário desse labor científico. Neste campo das comemorações é relevante uma cooperação mutuamente enriquecedora entre diplomatas e historiadores.

Dá-se a circunstância feliz de termos acabado de comemorar, na Tailândia e em Portugal, esse número redondo que impressiona, de 500 anos de relacionamento entre os dois povos. Do ângulo da embaixada em Banguetcoque, neste ano e tal de comemorações, ficou claro o contributo para a diplomacia e para a investigação histórica que umas comemorações de envergadura representam.

As comemorações no Sião constituíram também um caso exemplar de estudo porque o peso da “bagagem” com que nos apresentamos aos tailandeses, quer às autoridades quer ao público em geral, é quase nulo, em termos de condicionantes negativos.¹ Não há, como porventura em outras paragens, uma hipersensibilidade que decorra duma experiência colonial recente, por exemplo, nem o país-alvo tem uma narrativa contemporânea a defender que obrigue a cuidados especiais entre as partes. Não temos também poder económico ou arrogância civilizacional que se possa traduzir por freios ou inibições à comemoração de eventos históricos que se passaram, em muitos casos, há tempo suficiente para não levantar as mesmas procelas e o mesmo combate ideológico que ainda perdurará por algum tempo, naturalmente, noutras paragens.

* Licenciado pela Faculdade de Medicina, onde também leccionou, ingressou na carreira diplomática em 1987, sendo actualmente o embaixador de Portugal em Pequim.

Graduate from the Faculty of Medicine of Lisbon, where he lectured, he joined the Portuguese Foreign Service in 1987, and is currently the Ambassador of Portugal in Beijing.

DIPLOMACIA

No final da digressão que se segue pelas comemorações na Tailândia dos “500 Anos” aludiremos aos outros países do Sudeste Asiático que pertencem à esfera de competência da Missão em Banguecoque: Myanmar, Camboja, Laos, Malásia e Vietname. Nestas outras paragens há também muito a justificar comemorações e muito em que a história pode ajudar a diplomacia no seu trabalho. Em última análise, este Seminário poderia ser encarado como a oportunidade dum grande *brainstorming* sobre aquilo que se poderá comemorar e sobre a forma mais apropriada e mais correcta, do ponto de vista historiográfico, de o fazer.

Uma digressão prévia justifica-se. Não há ocupante da missão portuguesa em Banguecoque, desde os tempos de posto consular e feitoria, até aos de Embaixada com plenipotenciário residente, passando por Legação, que não tenha sentido a atracção pela historiografia amadora. Quem chega a Banguecoque incumbido de representar o Estado português muito cedo se apercebe do peso da História e do quinhão importante que irá ser atribuído à dimensão cultural na sua actividade. Assim que se refrescam leituras sobre o que andámos a fazer por estas paragens, em particular pelo Sião (Tailândia), pelo Pegu, por Arracão, pelos territórios onde residiam povos Khmer e Laos, pela Cochinchina (Vietname) e pela península malaia, descobre-se que todo o diplomata em posto em Banguecoque acabou por se interessar pela presença portuguesa na Ásia e se envolver com a historiografia.

Há, aliás, mesmo uma tendência para a intrusão no campo próprio da historiografia ou, pelo menos, da compilação histórica. Joaquim Campos, nos anos 30, como anotou, entre outros, Rita Bernardes de Carvalho,² foi cônsul em Banguecoque de 1935 a 1938 e tinha também a incumbência de estudar “os feitos portugueses naquelas paragens do Oriente”. Como ensinamento a assinalar, o ter publicado em inglês aumentou a disseminação da sua obra sobre os portugueses na Tailândia.³ Um seu antecessor, no final século XIX, o cônsul Frederico António Pereira, representante no Sião de 1886 a 1890, entregou-se a um exercício semelhante.⁴ Em 1961, o então Encarregado de Negócios interino em Banguecoque, Inácio Rebello de Andrade, ocupou-se a elaborar uma compilação sobre a História dos Portugueses no Sião mas pondo-a no contexto regional, que hoje diríamos do Sudeste Asiático.⁵

Numa acepção mais lata do que entendemos por diplomatas, temos um contributo notável, de 1889,

do secretário do ministro plenipotenciário Firmino J. da Costa, descrevendo a visita deste ao Sião para apresentação de credenciais,⁶ antecedido, aliás, do trabalho de José Maria da Fonseca, segundo-tenente de Armada, secretário da Missão Extraordinária a Banguecoque, em Janeiro de 1859, do ministro plenipotenciário Isidoro Francisco Guimarães.⁷

Há também o exemplo de diplomatas estrangeiros que se deixam tentar pela História dos portugueses na Ásia, como o cônsul-geral britânico em Chiang Mai que entendeu juntar-se àqueles que, na altura, duvidavam energicamente da veracidade dos relatos de Fernão Mendes Pinto.⁸

Mais recentemente, em 2006, surgiu a monografia do então conselheiro cultural Jorge Morbey sobre a actual residência dos embaixadores de Portugal em Banguecoque,⁹ no seguimento duma comunicação num seminário na Universidade de Chulalongkorn. É também um exemplo da “tentação historiográfica” em que caem os ocupantes de cargos naquela Embaixada, da conferência ao artigo, até ao “postar” num blogue.

Outros esforços foram mais tradicionais, nomeadamente na promoção de palestras sobre aqueles temas, no empenho na participação de representantes nacionais em simpósios e, duma forma geral, no patrocínio de eventos que consolidem ou despertem os conhecimentos locais sobre o encontro histórico de culturas em que os portugueses se envolveram.

Há também o caso excepcional de *lobbyist* tenaz pelas escavações arqueológicas nos locais de vestígios da presença portuguesa, sendo sempre de ressaltar o empenho do embaixador José de Mello Gouveia em conseguir interessar as autoridades tailandesas (desde logo o Fine Arts Department) e simultaneamente obter apoios financeiros da Fundação Gulbenkian para escavação dos vestígios na Igreja de São Domingos no campo português em Ayutthaya.¹⁰ A angariação de fundos, a obtenção de patrocínios, é de resto uma das facetas modernas da actividade dum diplomata.

Outra área em que os diplomatas portugueses deram o seu contributo foi naturalmente no apoio, de diversas formas, aos investigadores que trabalharam sobre estes temas, desde o arquitecto Khol de Carvalho aos historiadores Leonor de Seabra, Maria da Conceição Flores, Rita Bernardes de Carvalho, entre outros, nomeadamente Miguel Castelo Branco mais recentemente. Apoio traduzido em empenho na superação de empecilhos burocráticos à consulta de

materiais e documentação, e facilitação do espaço de manobra do investigador, ou muito simplesmente pela disponibilização da residência como local de repouso e lazer sempre acessível.

Um das comemorações, em particular quando estamos a falar de aniversário tão marcante como 500 anos (que imediatamente nos distinguem dos demais), constituem um desafio e uma oportunidade insubstituíveis, quer para diplomatas, na medida em que se facilita a acção do Estado com os seus objectivos e agenda próprios, quer para historiadores, que aí encontram premência na publicação de trabalhos, perspectiva de reedição de obras, apoios à feitura e publicação de livros, oportunidades de participar em colóquios e seminários alusivos ou em eventos que careçam do conselho ou da curadoria dum historiador.

O desafio das "Comemorações dos 500 Anos de Relações Diplomáticas entre Tailândia e Portugal" era tanto mais de não perder porque pressupunha uma disponibilidade excepcional de apoio financeiro para as actividades de uns e outros. Virá ao espírito de muitos o notável impulso à historiografia portuguesa que adveio da acção da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, um dos factores, como aponta Walter Rossa,¹¹ do desenvolvimento considerável, nas últimas duas a três décadas, do conhecimento da História da presença portuguesa no Oriente.

As Comemorações dos 500 Anos, *grosso modo* de Outubro de 2010, com a acostagem do navio-escola *Sagres* ao porto de Banguecoque, até Junho de 2012, com a entrega a SAR a princesa Sirindhorn do diploma de sócia-correspondente da Academia das Ciências de Lisboa na residência da Embaixada de Portugal, constituíram um período fértil nesse intercâmbio, nessa "polinização diplomático-histórica".

De referir que estas observações se limitam ao ângulo do diplomata em posto, chegado a Banguecoque em Dezembro de 2010. Os antecedentes, nomeadamente a dimensão institucional na sede, com a criação da "Comissão Comemorações Ásia", no seio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e o contributo específico do Instituto Camões – o ângulo de Lisboa, por assim dizer – deixá-lo-emos para outros.

Tendo presentes os principais eventos dos "500Y",¹² onde é que se identificam os primeiros aspectos desta dinâmica entre diplomatas e historiadores? Na consolidação do programa (que já vinha naturalmente

duma gestação laboriosa pelo menos desde 2009), na solicitação de ideias, nos conselhos quanto ao "trabalho de casa" que o embaixador é obrigado a fazer para mergulhar no material histórico publicado (sem aprofundar até um nível de quase-perito os seus conhecimentos não compreenderá devidamente as opções e as sugestões que lhe vão sendo propostas). Desde os primeiros contactos – no caso em apreço as conversas e as trocas de "e-mails" com o Prof. Vasconcelos de Saldanha¹³ – foi possível constatar a extrema utilidade desta troca de informação, a importância de estabelecer sinergias nos projectos comuns em que nos envolvíamos e a dívida enorme que se vai acumulando para com um historiador perito do tema histórico que estamos a comemorar (cenário que se repetiria para os casos Myanmar e Vietname).

De notar, por outro lado, que a agenda do diplomata não coincide com a agenda do historiador. Um das comemorações desta natureza têm um contexto político-diplomático e inserem-se numa lógica de diplomacia cultural que não são exactamente sobreponíveis aos objectivos de divulgação da historiografia do período em causa. O diplomata aposta, oportunista, no pretexto, no alibi duma comemoração, para prosseguir outros interesses (do estreitamento das relações bilaterais; como catalisador de encontros políticos de alto nível; como plataforma para promoção interesses comerciais; como fonte de entretenimento que cause boas vontades). O historiador tenderá a ver o ano comemorativo mais como marco duma sucessão de eventos históricos e como benesse para o progresso da historiografia portuguesa na área de investigação em causa.

Um dos primeiros eventos do calendário das Comemorações em Banguecoque, o lançamento na Siam Society dum livro de Miguel Castelo Branco sobre o Tratado Luso-Siamês de 1820,¹⁴ logo em Fevereiro, foi paradigmático da importância em contar não só com o apoio institucional clássico (departamentos dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Cultura, nomeadamente) mas também de grandes instituições na sociedade civil empenhadas no mesmo combate da divulgação cultural, aliados objectivos da diplomacia cultural: as Universidades e, no caso em apreço, a Siam Society, uma prestigiadíssima agremiação de Banguecoque que leva a cabo um rico programa actividades anuais e que promove a publicação duma das mais importantes revistas de estudos do Sudeste Asiático.¹⁵

DIPLOMACIA

Um segundo evento, a participação num Seminário organizado por terceiros, os “National Museum Volunteers” (o equivalente aos Amigos do Museu Nacional de Banguécoque), subordinado ao tema “*500 Years: Europeans in Siam*”, com contributos de especialistas de diferentes presenças europeias, e não só a portuguesa, foi também rico em ensinamentos. A maior facilidade na divulgação do evento e na obtenção de público interessado, por ter essa chancela mais vasta, dos europeus, abalou um pouco a nossa ortodoxia em não querer justificadamente diluir o nosso pioneirismo (aliás de quase um século antes da potência europeia seguinte a aportar estas paragens). Constata-se que nalguns casos o ângulo “europeu” poderá ser um veículo para uma mais eficaz demonstração dos nossos “assets” nesta matéria. Pode aliás avançar-se com um exemplo prático: o “cluster” EUNIC da Tailândia¹⁶ está presentemente a estudar a possibilidade de compilar os testemunhos da presença europeia em Banguécoque, que redunde numa espécie de roteiro, que poderá interessar a diferentes públicos, tailandeses e visitantes estrangeiros, e que se concretize na forma duma aplicação – “app” – para telefones 3G e 4G, ou para “tablets” como o iPad. Atendendo ao relevo, poderemos dar a testemunhos portugueses, como as igrejas de Santa Cruz, Rosário e Calvário, ou como o próprio edifício da embaixada, num contexto mais vasto, europeu, poderemos afinal sair grandemente beneficiados em associarmo-nos aos nossos parceiros. (Afigura-se que é um ângulo também a ter em conta quando pensarmos como dinamizar a história dos portugueses em Ayutthaya.)

Os eventos de maior dimensão das Comemorações dos 500 Anos, aquilo que apelidámos de eventos-âncora, foram exemplos muito claros da importância dos historiadores, na curadoria de exposições e na produção de textos de apoio. A exposição elaborada pela Fundação Gulbenkian sobre o património histórico português no Mundo¹⁷; a exposição sobre o legado, no domínio da Arte, do intercâmbio entre siameses e portugueses, a propósito de peças da Coleção Távora Sequeira Pinto¹⁸ (que contava, no catálogo, com um notável texto sobre a história das relações e uma introdução ao respectivo legado artístico da autoria do Prof. Pedro Dias); e a exposição de “Máscaras da Ásia do Museu do Oriente”,¹⁹ foram também ocasiões em que o acerto *in loco* de opções, no diálogo entre Embaixada e os “produtores” das exposições, ilustram a importância desse mesmo diálogo.

O Seminário Internacional de historiadores, co-organizado pela Universidade Técnica de Lisboa/ Instituto do Oriente/ Universidade de Chulalongkorn,²⁰ foi, porventura, a ocasião em que o protagonismo e o contributo de historiadores, peritos no período a ser comemorado, permitiu aprofundar e consolidar o estudo das relações luso-tailandesas. Depositamos a maior confiança nas Actas daquele Seminário como instrumento de grande relevância na continuidade da investigação histórica sobre esta área.

Enquanto nós, portugueses, em cooperação com contrapartes tailandesas, estávamos apostados nesta dimensão académica e científica da celebração da relação, (que também teve naturalmente expressão em Portugal²¹), os tailandeses deram-nos inúmeras provas de igual empenho: envolveram universidades e escolas na explicação aos respectivos públicos do significado dos eventos iniciados em 1511. Houve mesmo eventos organizados ou co-organizados pela Universidade de Ayutthaya,²² pela Biblioteca Nacional de Banguécoque,²³ pela Universidade de Chulalongkorn,²⁴ pela Universidade de Thammasat,²⁵ pela Universidade de Burapha²⁶ e pela Universidade Kohn Kaen.²⁷

Houve um relevante esforço editorial, onde destacaria, pelo seu significado institucional, o “*Festchrift*”, que o Ministério dos Negócios Estrangeiros tailandês encomendou à Siam Society, tendo sido editor Michael Smithies.²⁸ Lá encontramos contributos de nomes da historiografia portuguesa contemporânea ligados ao estudo do Sião, incluindo Maria da Conceição Flores, Jorge Santos Alves e Leonor de Seabra. Também os publicistas tailandeses Krailerk Nana, Prydee Phisphumvidee e Yuwadee Watcharangkul publicaram em 2010 e 2011 trabalhos alusivos aos “500 Anos”.

Uma lição que poderíamos retirar é de quanto as universidades são tantas vezes mais pró-activas que os departamentos do Estado na comemoração destas relações históricas e aliados objectivos dos diplomatas empenhados na promoção do relacionamento.

Outro ensinamento que retiraríamos tem a ver com a multiplicidade dos média e de linguagens (não apenas historiográficas ou museológicas) em que se transmitiu a história dos eventos que se comemoravam. O documentário em dez episódios para televisão com versão reduzida para sala de cinema, da National Broadcasting Corporation, da Tailândia; e a exposição “*Olá Sião!: Five Centuries of Thailand-*

-Portugal Relations” no Museum Siam,²⁹ e eventos à margem, foram exemplos de formas aliciantes de atrair outros públicos, nomeadamente a juventude escolar. Afigura-se que formas mais de entretenimento, da comemoração histórica, deveriam ser incluídas cada vez mais num plano de comemorações que queira ter um público o mais lato possível. Neste contexto, a valorização das redes sociais não deve ser esquecida. A Embaixada decidiu, logo no início 2011, dotar-se de uma página no Facebook,³⁰ onde foi colocando informações, anúncios e fotografias dos diferentes eventos. Explorar as potencialidades de uma página específica do Facebook, quando a envergadura dumas comemorações o justifica, parece ser uma ilação útil a retirar da nossa própria experiência.

Tem sido tentado que a acção cultural de Bangucoque não fique circunscrita à Tailândia, ou sequer aos postos onde há Leitorados, mas antes ao conjunto dos seis países em que está acreditado o embaixador residente em Bangucoque. Em termos gerais, pugna-se pelo objectivo de estar presente, ano após ano, em cada um desses países, com pelo menos um evento puramente bilateral mais a participação num evento do âmbito da União Europeia (festivais de cinema; iniciativas no domínio das línguas europeias; mostras de fotografia; actividades dos núcleos EUNIC; etc.).

As audiências e os objectivos a atingir com as estas nossas acções nestes países têm que ser vistos em função das características destas sociedades e, muito embora não deva ser descurada a divulgação da modernidade dos criadores portugueses contemporâneos, cremos que não será possível alhearmo-nos do “trunfo histórico” da nossa presença pioneira na Ásia, que é, por vezes, na ausência de penetração empresarial, a única carta de entrada de Portugal no consciente de alguns estes países, muito em particular no Cambodja, Laos e Myanmar.³¹

Deste processo circular de contactos com investigadores de história e historiadores já traqueados em iniciativas de comemoração, bem como no seguimento contactos estabelecemos com os historiadores que uma pesquisa preliminar revelara como essenciais para determinados dos países abrangidos, foi possível chegar a um certo número de ideias (permitimo-nos desde logo citar a troca de ideias, graças ao correio electrónico, com Isabel Augusta Tavares Mourão sobre o Vietname³² e o Laos³³ e com Maria Ana Marques Guedes relativamente a Myanmar³⁴).

Consciente embora das fortíssimas restrições orçamentais que atravessamos, cremos que uma ideia condutora abrangente para a divulgação de Portugal nestes países, nessa perspectiva histórico-cultural, poderia passar por ir preparando o terreno para a comemoração em 2014 do quarto centenário da publicação da *Peregrinação*³⁵ com iniciativas centradas nas referências ali feitas a cada um dos países da área geográfica que cobrimos.

Em 2014, poderia ser lançado em cada um destes países, num evento a definir (expositivo ou programa de expressão artística), uma monografia ilustrada contendo o fac-símile do excerto da *Peregrinação* que alude ao respectivo país (algo que já foi aliás parcialmente feito relativamente às referências ao Sião³⁶) juntamente com a tradução em inglês e com a tradução na língua nacional respectiva (tailandês, laociano, birmanês, khmer, malaio, vietnamita) devidamente anotada. No fundo, adaptar para um público receptor específico – e com as características duma acção de diplomacia cultural – aquilo que foi feito em termos notáveis pela equipa dirigida pelo Prof. Jorge Santos Alves para a edição da *Peregrinação*, de 2010,³⁷ da Fundação Oriente/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Outra ideia a explorar, havendo mecenas que o concretizassem, seria uma aplicação (“app”) para iPhone e similares, e para iPad, sobre os Portugueses na Ásia, com roteiros, mapas, textos de introdução, passagens e e-book da *Peregrinação*, e até jogos.

Em cada um destes países haverá que, antes de mais, identificar qual o aspecto histórico-cultural que mereceria efectivamente o nosso empenho, assim:

Na Tailândia, poderíamos prolongar o efeito das comemorações 500 Anos,³⁸ incluindo consolidando os projectos levados a cabo pelas comunidades luso-descendentes ligadas à Igreja de Santa Cruz (Thai-Portuguese Cultural Heritage Museum, patrocinado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros tailandês e pela Associação dos Arquitectos Siameses e do Rosário (museu-colecção de objectos alusivos à comunidade *Portuket* na capela Wat Noi). Entroncando com o revisitar de Fernão Mendes Pinto em 2014, prosseguir os esforços na valorização de Ayutthaya, em conjugação com as aspirações da cidade em ser escolhida para realização da Exposição Mundial de 2020.

É possível que o nosso interesse na revitalização do património português em Ayutthaya³⁹ seja melhor logrado num contexto multinacional, incluindo não só

DIPLOMACIA

os *farang* que lá tiveram feitoria e/ou estabelecimentos religiosos mas também os japoneses – trata-se de um dos casos de cooperação internacional que poderia dinamizar as entidades tailandesas responsáveis pela preservação do património.⁴⁰

Na Malásia, e não esquecendo o *atout* do núcleo de ensino da língua portuguesa em Kuala Lumpur, importaria tentar algo na dimensão Malaca, porventura confinado essencialmente a acções de apoio aos *Portuguis* do Bairro Português de Malaca.⁴¹ Quanto aos vestígios arquitectónicos portugueses na cidade, para além do trabalho de recenseamento, sob a égide da Fundação Calouste Gulbenkian, que já foi feito,⁴² permanece a aspiração de restauro dalguns dos vestígios mais importantes (desde logo a Igreja São Paulo). Não deixa, por outro lado, de ser curioso e relevante que a mais imediata celebração e de maior impacto visual da presença portuguesa histórica em Malaca seja a réplica da nau *Flor de la Mar* num molhe da ribeira de Malaca.⁴³

No Myanmar, poderíamos divulgar a historiografia contemporânea sobre portugueses no Pegu e Arracão,⁴⁴ em evento comemorativo dos 500 anos da nossa presença na Birmânia e do património português remanescente.⁴⁵ Só muito recentemente as alterações do regime Naipidau permitem um relacionamento oficial normalizado que sustenha um projecto de comemorações. Também aqui os diplomatas, mais concretamente na acção a levar a cabo pela Embaixada portuguesa, necessitam do apoio dos historiadores e doutros especialistas, para melhor seleccionar aquilo que se pode comemorar. A figura de Filipe de Brito e Nicote, no Sirião, é sempre referida nos livros de história da Birmânia,⁴⁶ e terá, conjuntamente com a vida de Sebastião Gonçalves Tibau, na ilha Sandwip, no mar de Bengala, um enorme potencial mas é um ângulo na *awareness* do público birmanês relativamente a Portugal que comporta alguns riscos. Talvez a figura de Sebastião de Manrique⁴⁷ seja menos polémica e possa servir de possível veículo para um projecto local.

No Camboja, poderia colocar-se o enfoque na primeira descrição ocidental das ruínas de Angkor, por Diogo do Couto, num capítulo da décima segunda das *Décadas da Ásia*, que não chegou a ser publicado mas que foi redescoberto por B-P. Groslier.⁴⁸ Poderá também incluir-se o Cambodja no projecto FMP2014. Poderia ser dada alguma atenção, por último, à figura de Diogo

Veloso,⁴⁹ governador no século XVI duma província cambojana (incluindo se Amarante continuasse interessada em promover um dos seus mais célebres conterrâneos).

No Laos, poder-se-ia recorrer às referências ao “Calaminhão” na *Peregrinação*, no quadro da preparação do projecto FMP2014, possivelmente com uma pequena exposição iconográfica em Vienciana e em Luang Prabang.

No Vietname (em cooperação com o Leitorado em Hanói e, eventualmente, com o futuro Centro de Cultura e Língua Portuguesas, em instalações na Universidade de Hanói) seria relevante promover eventos e comemorações para que a Francisco de Pina e a Gaspar do Amaral seja reconhecida a primazia que tiveram nos trabalhos de transcrição fonética da língua anamita (vietnamita) e na concretização do primeiro dicionário de tunkinense-português por Amaral.⁵⁰ A este respeito, dá-nos um grato prazer confirmar a participação no IV Congresso Internacional de Estudos Vietnamitas, a realizar no final de Novembro deste ano, em Hanói, com um trabalho sobre a matriz portuguesa da transcrição da língua vietnamita em caracteres latinos com sinais diacríticos (o *Quoc Ngu*, considerado a “língua nacional”).⁵¹ Será, porventura, um caso paradigmático da profícua interacção entre diplomatas e historiadores. A substância da contribuição provém da historiadora, mas a estratégia de concretizar tal oportunidade de divulgar a figura de Gaspar do Amaral foi um trabalho de cooperação estreita entre Isabel Augusta Tavares Mourão e o embaixador em Banguecoque.

A médio prazo, será de aproveitar estudos historiográficos contemporâneos sobre presença portuguesa no Vietname, incluindo sobre a figura do Pe. Gaspar do Amaral.⁵² É um campo em que a especialista na presença portuguesa no Vietname tem vindo a apresentar-nos sugestões de como comemorar em 2015 eventos centenários de primeira ordem, mas distintos – a chegada dos portugueses e o estabelecimento dos primeiros jesuítas, um século depois.

Esperamos ter deixado claro que o caminho da cooperação estreita entre historiadores e diplomatas, no instrumento específico da diplomacia cultural que são as comemorações de aniversários de grande envergadura, é não só desejável, mas também indispensável. **RC**

NOTAS

- 1 Os nossos interlocutores tailandeses falam de mercenários portugueses no século XVI, mas quase sempre no apoio ao Sião contra os birmaneses e pouco se debruçando sobre a presença de soldados portugueses nas fileiras do Pegu (território que integra a Birmânia); revelam assim uma memória selectiva, preservando a amizade que nos uniu.
- 2 Rita Bernardes de Carvalho, *La présence portugaise à Ayutthaya (Siam) aux XVIe et XVIIe siècles*, Mémoire de Master de Sciences Historiques, École Pratique des Hautes Études, Paris, 2006, p. 11.
- 3 Joaquim Campos, “Early Portuguese accounts of Thailand”, in The Siam Society (ed.), *Selected Articles from The Siam Society Journal*, vol. VII, *Relationship with Portugal, Holland and the Vatican*, Bangucoque, Siam Society, 1959.
- 4 Frederico António Pereira, *Relações de Portugal com Siam e das Modernas Alianças deste País com as Potências Estrangeiras*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1887.
- 5 Inácio José d’Araújo Rebelo de Andrade, “Os Portugueses no Sião no contexto da Península da Indochina”, trabalho nunca publicado, mas cujo original dactilografado, datando de 1961, pode ser consultado na biblioteca da Siam Society. Serviu, aliás, para inspirar o autor do presente trabalho na palestra, justamente na The Siam Society, em Janeiro de 2012, “The Portuguese and Siam and its South East Asia Context – Revisited”.
- 6 J. Gomes da Silva *Viagem a Siam*, Macau, Typographia do Independente, 1889.
- 7 “Relatório da Missão Extraordinária de Portugal a Siam de que foi encarregado como Ministro Plenipotenciário de S.M.F. o Conselheiro Isidoro Francisco Guimarães, Governador Geral de Macau, etc. etc.,” Macau, Typographia de J. Da Silva, 1859.
- 8 W.A.R. Wood, “Fernão Mendez Pinto’s Account of Events in Siam”, The Siam Society (ed.), *Selected Articles from The Siam Society Journal*, vol. VII, *Relationship With Portugal, Holland and the Vatican*, cit.
- 9 Jorge Morbey, *Uma Casa Histórica em Bangkok. Residência do Embaixador de Portugal*, Bangucoque, Serviços Culturais da Embaixada de Portugal em Bangucoque/Centro Cultural ICA-IPOR, 2006.
- 10 Ver também, a este respeito, obra já citada de Rita Bernardes de Carvalho, *La présence portugaise à Ayutthaya (Siam) aux XVIe et XVIIe siècles*, p. 12.
- 11 Walter Rossa, “Enquadramento geral; os quês deste volume”, in José Mattoso (dir.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo: Arquitectura e Urbanismo: Ásia Oceania*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- 12 Está ser ultimada uma lista quase exaustiva dos eventos realizados no âmbito das comemorações, incluindo os títulos das intervenções feitas nos diferentes seminários e colóquios, que dará uma ideia do espectro da temática discutida, e identifica padrões de temas recorrentes.
- 13 Estamos particularmente gratos a António Vasconcelos de Saldanha por nos ter facultado o seu trabalho *Uma Lição Siamesa*, que foi particularmente útil para colocar a presença dos portugueses em Ayutthaya em contexto.
- 14 Miguel Castelo-Branco, *The Portuguese-Siamese Treaty of 1820. Siam’s First Attempt of Integration into the International Community*, Lisboa, Instituto do Oriente, ISCS, Universidade Técnica de Lisboa, 2011, com um prefácio de António Vasconcelos de Saldanha sobre o enquadramento e justificação das comemorações adequadas dos quinhentos anos de relações luso-tailandesas.
- 15 Quando for altura de tentar alicerçar um programa de comemorações no Vietname ou na Malásia, por exemplo, será importante assegurarmos o mesmo tipo de relação estreita com uma instituição académica ou de sábios, análoga à The Siam Society, para nos ajudar onde o impulso das agências do Estado possa não se revelar suficiente ou o mais eficaz.
- 16 Sobre actividade da EUNIC, que reúne os Intitutos Culturais dos estados-membros da União Europeia, por intermédio duma rede – em expansão - de *clusters* em diferentes países ver www.eunic/online.com.
- 17 A exposição “The Portuguese Historical Heritage Throughout the Worlds and the Calouste Gulbenkian Foundation” sobre a intervenção da Fundação Gulbenkian na identificação, restauro e conservação de património português no Mundo, nomeadamente na Tailândia, no campo português em Ayutthaya, esteve patente ao público no Museu Nacional de Bangucoque, em Maio de 2011.
- 18 A exposição “Portugal-Thailand 500 Years of a Common Past: The Art Legacy. The Távora Sequeira Pinto Collection” esteve patente no Museu Nacional de Bangucoque, no segundo semestre 2011, prolongando-se até Fevereiro 2012. Exibia, à entrada do circuito de exposição permanente, peças da Coleção Távora Sequeira Pinto e peças escolhidas dos museus tailandeses, em que objectos de arte portuguesa de influência asiática poderiam ser cotejados com peças tailandesas reveladoras de influências ocidentais.
- 19 A exposição “Masks of Asia” esteve patente ao público, no Bangkok Art and Culture Center – BACC, em Set.-Out. 2011. Graças ao apoio da Fundação Oriente, 250 máscaras asiáticas, da Índia ao Japão, da colecção Kwok On do Museu do Oriente, incluindo máscaras siamesas em lugar expositivo de destaque, demonstraram a insuspeita riqueza, para o público tailandês, do acervo dos museus portugueses nesta área.
- 20 O colóquio internacional “500 Years of Thai-Portuguese Relations” acabou por ter lugar em Março de 2012 no edifício Maha Chulalongkorn da Universidade de Chulalongkorn, em Bangucoque, e contou com a participação dum importante contingente de historiadores portugueses vindos de Portugal. Foi oficialmente aberto na presença do príncipe herdeiro – SAR Príncipe Maha Vajivalonkorn – o que foi considerado localmente como um gesto de grande significado.
- 21 Nomeadamente, a título de exemplo, o “Colóquio Internacional Portugal e o Sueste Asiático: 500 Anos”, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 4 e 5 de Maio de 2011, organizado por FLUL-CH, embora de entre os trabalhos apresentados não houvesse um contributo especificamente sobre o tema das relações luso-siamesas.
- 22 Simpósio em Ayutthaya, organizado pelo Fine Arts Department sobre a presença portuguesa no Sião. Incluiu visita ao Campo de São Domingos. Coincidiu com o lançamento conjunto, em Portugal e na Tailândia, de selo comemorativo da chegada a Ayutthaya.
- 23 “Archaeology: Ayutthaya and Portugal”, seminário académico patrocinado por NBC na Biblioteca Nacional da Tailândia, Bangucoque.
- 24 “Seafaring/SpiceRoute/Sacred Christ”, seminário académico patrocinado por NBC na Faculty of Arts da Universidade de Chulalongkorn.
- 25 “Siamese-Portuguese Descendants: Language /Architecture / Way of Life”, seminário académico patrocinado pela NBC na Faculty of Liberal Arts da Universidade de Thammasat.
- 26 “Thailand-Portugal 500 Years of Diplomatic Relations”, seminário organizado MNE e ME para estudantes do ensino secundário, na Universidade de Burapha.
- 27 “Thailand-Portugal 500 Years of Diplomatic Relations”, seminário organizado MNE e ME para estudantes do ensino secundário, na Universidade de Khon Khaen.
- 28 *500 Years of Thai-Portuguese Relations: a Festschrift*, edited by Michael Smithies, Bangucoque, The Royal Society Under Royal Patronage, 2011. Contém um preâmbulo do então ministro dos Negócios Estrangeiros, Kasit Piromya.
- 29 Na “Olá Sião!”, actores vestidos com roupas da época desempenhavam os papéis de Afonso de Albuquerque, de Domingos de Seixas, de Fernão Mendes Pinto ou de Maria Guiomar de Pina, entre outros, e entretinham a audiência, maioritariamente juvenil, com falas que

DIPLOMACIA

- tinham sido escritas, com rigor, pelo consultor da exposição, perito na história luso-siamesa. Uma batalha naval simulada, nos jardins do Museum Siam, onde uma réplica duma nau e uma réplica duma fortaleza constituíam o cenário, ensinava ao público, numa linguagem de “Piratas das Caraíbas”, como os portugueses tinham ajudado os siameses a expulsar os inimigos da Tailândia (birmaneses) das cidadelas que tinham ocupado.
- 30 Facebook.com/500Y.Portugal.Thailand
- 31 Se excluirmos, bem entendido, o “factor Cristiano Ronaldo/Mourinho”, já que a popularidade do futebol, e em particular do futebol europeu, é um fenómeno muito evidente em todo o Sudeste Asiático.
- 32 Ver em geral de Isabel Augusta Tavares Mourão, “Olhares Portugueses sobre o reino do Dai-Viet no século XVI e na primeira metade do século XVII”, in *Oceanos* n.º 32, Outubro-Dezembro 1997, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 105-117; “Aspectos da presença portuguesa na Cochinchina e no Tun Kim (Vietname)”, in Rosa Maria Perez (coord.), *Os Portugueses e o Oriente. História, Itinerários, Representações*, Lisboa, D. Quixote, 2006, p. 255-273; *Portugueses em Terras do Dai-Viêt (Cochinchina e Tun Kim) 1615-1660*, Macau, IPOR/Fundação Oriente, 2005.
- 33 Isabel A. Tavares Mourão, “Notícias dos Laos...”, in *Oceanos* n.º 32, pp. 87-101.
- 34 Maria Ana Marques Guedes, *Interferência e Integração dos Portugueses na Birmânia, ca 150-1630*, Lisboa, Fundação Oriente, 1994.
- 35 Valorizando porventura pergaminhos na Literatura de Viagens e a figura de Fernão Mendez Pinto como antecessor dos modernos “Travel Writers” – dos Bruce Chatwin aos colaboradores do *Lonely Planet* (Quem sabe se esta última empresa não poderia ser co-sponsor de tal projecto?).
- 36 Michael Smithies, “Siam in Mendes Pinto’s Travels”, in idem (ed.), *500 Years of Thai-Portuguese Relations: a Festschrift*, cit.
- 37 Jorge Santos Alves (ed.), *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação. Studies, Restored Portuguese Text, Notes and Indexes*, Lisboa, Fundação Oriente/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010.
- 38 Daí equacionarmos incluir a exibição em Banguecoque duma adaptação da exposição “Das Partes do Siao”, levada a cabo em Lisboa pela Biblioteca Nacional, em colaboração com o Instituto do Oriente /UNL, no final de 2011.
- 39 Ver de Rita Carvalho, “Ayuttaya [Ayuthia/Ayudhia/ Odiá/ Bandel de Siao] Enquadramento Histórico e Urbanismo”, in José Mattoso (dir.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo: Arquitectura e Urbanismo: Ásia Oceania*, cit., pp. 426-427.
- 40 Fine Arts Department e, mais recentemente, o Siamese Heritage Trust constituído como entidade autónoma no seio da The Siam Society de Banguecoque.
- 41 Propomo-nos, por exemplo festejar o Dia da Língua Portuguesa e das Culturas Países CPLP, num 5 de Maio, em Malaca. Também, mas já numa perspectiva médio prazo, ir lançando semente da possibilidade de vir a ser organizado em Malaca um dos Encontros de Escritores de Língua Portuguesa, como o que se realizou recentemente em Natal.
- 42 Ver de Pedro Dias, “Mallaca [Malaca] Enquadramento Histórico e Urbanismo; Arquitectura Militar; Arquitectura Religiosa”, in José Mattoso (dir.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo: Arquitectura e Urbanismo: Ásia Oceania*, cit., pp. 448-454.
- 43 A réplica da famosa nau de Albuquerque que naufragou no golfo de Andaman é uma das grandes atracções turísticas de Malaca. Foi mandada construir pelo então primeiro-ministro da Malásia, Dr. Mahathir Mohamad, alegadamente depois duma viagem à Europa em que se teria deslocado privadamente a Portugal. (Já nos ocorreu que poderia tentar concretizar-se algo de análogo, de óbvio impacto visual, em Ayuthaya junto ao pequeno cais do bairro português).
- 44 Maria Ana Marques Guedes *Interferência e Integração dos Portugueses na Birmânia, ca 150-1630*, Lisboa, Fundação Oriente, 1994; e da mesma autora, “D. Martim An Arakanese Prince at the Service of Estado da India, and of Portugal’s Designs for the Submission of Burma”, in Francis A. Dutra, João Camilo dos Santos (EDS.), *The Portuguese Discoveries in the Pacific*, Santa Barbara, Center for Portuguese Studies, University of California, 1995.
- 45 Maria Ana Marques Guedes “Thanlyin [Sirião/ Syriam] (Myanmar/ Birmânia) Arquitectura Militar – Forte e Igreja de Santiago”, in José Mattoso (dir.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo: Arquitectura e Urbanismo: Ásia Oceania*, pp. 461-462.
- 46 Thant Myint-U, *The River of Lost Footsteps: A Personal History of Burma*, Nova Iorque, Farrar, Strauss and Giroux, 2006. Num subcapítulo intitulado “From the Rio Tejo” /pp. 76-79 conta o episódio e refere a amizade de Brito (que os birmaneses chamavam Nga Zinga, “o homem bom”), com o príncipe Natshinnnaung, o qual embora um dos mais celebrados poetas clássicos birmaneses não deixa de ser um príncipe de sangue que abjurou o Budismo. Thant Myint-U confirma que pouco resta do legado de Brito no Sirião, à excepção das ruínas de tijolos dum muro e duma igreja católica, mas aponta que, em Henzada, há um pequeno pagode com uma inscrição onde se lê que foi construído por “Nanda Baya e sua irmã Supapa Devi”, filhos duma senhora arraquesa Saw Thida e “do Feringhee Nga Zinga, rei do Sirião”. Ver também: G. E. Harvey, *History of Burma: From the Earliest Times to 10 March 1824: The Beginning of the English Conquest*, Londres, Frank Cass & Co, 1925 e Maria Ana Marques Guedes, “O estabelecimento português no Sirião segundo uma crónica birmane” in *Oceanos* n.º 32, pp. 35-43.
- 47 Michael Collins, *The Land Of The Great Image: Being Experiences of Friar Manrique in Arakan*, Londres, Faber and Faber, 1946.
- 48 B. P. Groslier, *Angkor and Cambodia in the Sixteenth Century: According to Portuguese and Spanish Sources* (trad. Michael Smithies), Banguecoque, Orchid Press, 2006, (originalmente publicado em 1958, em Paris).
- 49 Diogo Veloso, ou Diego Beloso em fontes espanholas, natural de Amarante, ajudou, com Blás Ruiz, à pacificação do Camboja em 1598 e à consolidação no poder do rei Barom Reachea II, que o nomeou governador da província Baphnon (onde ainda poderá existir um padrão que lhe erigiu o Residente colonial francês no Camboja, em 1934). Ver Pe. Manuel Teixeira, *Portugal no Camboja*, Macau, Direcção dos Serviços de Turismo, 1983. Para uma epopeia romanceada destes dois aventureiros ler Gabriel Quiroga de San Antonio, *Les derniers conquistadores. La non-conquête du Cambodge*, Toulouse, Ed. Anarchasis, 2009.
- 50 Roland Jacques, *Portuguese Pioneers of Vietnamese Linguistics Prior to 1650. L’œuvre de quelques pionniers portugais dans le domaine de la linguistique vietnamienne jusqu’en 1650*, edição bilingue, Banguecoque, Orchid Press, 2002; “Le Portugal et la romanisation de la langue vietnamienne. Faut-il réécrire l’histoire?”, in *Revue Française d’histoire d’Outre-Mer*, tome 85 (1998), n.º 318, p. 21-54; “Aux origines du Quoc Ngu: Quelques observations sur les circonstances historiques et l’environnement scientifique des premiers écrits sur la phonétique vietnamienne”, in *Tap San Khoa Hoc A-DHTH TP. HCM – Annals of HCM City University*, 3 (1995), Vietnam, pp. 93-109.
- 51 Isabel Augusta Tavares Mourão e Jorge Ryder Torres-Pereira “Portuguese Language as Matrix of the Written Vietnamese (Quoc Ngu), and its Historical Impact on the Sustainability of Viêt Nam’s Development”, IV International Conference of Vietnam Studies, University of Hanoi, 25-28 November 2012.
- 52 Sobre a vida do Pe. Gaspar do Amaral ver Isabel Augusta Tavares Mourão, *Gaspar do Amaral S.J. (1594-1646). La vie et l’œuvre d’un jésuite portugais fondateur de la mission jésuite du Tun Kim à la cour des Trinh*, tese de doutoramento defendida na École Pratique des Hautes Études (Sorbonne) em 19 Outubro 2011), 3 vol., Paris, EPHE, 2011. Ocorre sugerir que poderia ser equacionada a instituição de “Bolsas Gaspar do Amaral”, que incentivassem o estudo em Portugal de estudantes universitários vietnamitas.

Pelos Trilhos da História

Imagens da Cultura Chinesa

em *A Quinta Essência* de Agustina Bessa-Luís

DORA NUNES GAGO*



INTRODUÇÃO

A obra *A Quinta Essência* de Agustina Bessa-Luís, publicada em 1999, ano da transferência da administração de Macau para a República Popular da China, possibilita-nos uma labiríntica “viagem temporal” (que abrange quase 400 anos de permanência portuguesa em Macau) na companhia da personagem José Carlos, radicado neste território com o intuito de se vingar dum inimigo e conhecer a verdadeira “fonte” do espírito chinês.

Tendo visitado Macau em 1989, Agustina serve-se de múltiplas e variadas fontes históricas, frequentemente mencionadas na narrativa, como cartas, memórias, diários, relatos de viagem, dicionários, contratos e decretos-lei produzidos por diplomatas, navegadores, funcionários e reis, maioritariamente europeus, por conseguinte, veiculadores de uma visão estereotipada ao descreverem a presença dos portugueses no Oriente, desde o século XVI até ao século XX. Além disso, a autora apoia-se culturalmente

em algumas obras emblemáticas da literatura e cultura chinesas, entre as quais destacamos *O Sonho do Pavilhão Vermelho* (*Hong Lou Meng* 红楼梦) de Cao Xueqin 曹雪芹 (século XVIII).

De entre as diversas temáticas que percorrem o romance, centrar-nos-emos num ponto fulcral: o “olhar” de José Carlos perante a cultura chinesa, no modo como é configurado esse “outro” culturalmente distinto e a sua relação com a cultura de origem. Neste contexto, assume particular relevância, como elemento estruturador da identidade e da alteridade, a inscrição de *O Sonho do Pavilhão Vermelho*, que se evidencia no seio de uma panóplia de textos que compõem um mundo de referências culturais, intersectadas com o mundo da vivência empírica das personagens, que passa por Portugal, Macau e China.

Analisaremos, então, os mecanismos utilizados pela personagem, numa fusão entre a fantasia, o delírio e o real, para tentar decifrar a realidade estrangeira e distinta, simultaneamente próxima e distante, através duma fusão de planos e de linhas temporais, onde a História desempenha um papel preponderante.

AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E A CHINA

O protagonista deste romance, José Carlos, depois de dois casamentos fracassados e após a Revolução do 25 de Abril de 74, que tem como consequência a ocupação das casas da sua família, decide partir para Macau

* Doutorada em Línguas e Literaturas Românicas Comparadas pela Universidade Nova de Lisboa, é Professora Auxiliar de Literatura no Departamento de Português da Universidade de Macau. Publicou, entre outros, *Planície de Memória* (poesia, 1997), *A Sul da Escrita* (2007), *Imagens do Estrangeiro do 'Diário' de Miguel Torga*.

Ph.D. in Comparative Romance Languages and Literatures from Lisbon's Universidade Nova. She is currently Assistant Professor of Literature in the Department of History, University of Macau. She published, among other works, *Planície de Memória* (poetry, 1997), *A Sul da Escrita* (2007), *Imagens do Estrangeiro do 'Diário' de Miguel Torga* (2008).

LITERATURA

com um objectivo de vingança: seduzir e depois abandonar a filha do seu inimigo, o capitão Silveira, a quem atribuiu a ocupação dos bens patrimoniais da sua família e as humilhações sofridas.

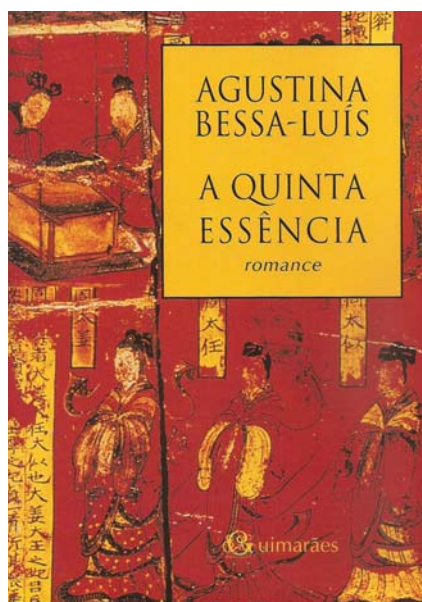
Assumido como uma espécie de “fresco” histórico, mesclado de ficção, a obra possibilita duas linhas de leitura diferenciadas, entrelaçadas de modo deambulatório e fragmentário: a construção ou enredo do romance e a História subjacente.

O fio narrativo transporta-nos pelos trilhos da História, desde a chegada dos portugueses ao Oriente e, nomeadamente a Macau, como administradores duma feitoria chinesa, até à transferência administrativa e política de Macau para a China, assinada em 1987 e concretizada, posteriormente, em 1999. Neste contexto, é feita desde o início, uma análise de certas condições possibilitadoras da nossa presença no Oriente, sendo referido que:

“da nossa presença no Oriente pode dizer-se que foi trabalho de teimosia, que é trabalho de pirata e de santo. Ambos têm em vista lucros por demais abundantes que a retirada lhes parece insensata. Uma vez, consentidos, outras vezes proibidos pelas autoridades chinesas, por culpa de capitães de mau entendimento de regras e de convivência. Outras das condições que possuíam os portugueses para se instalarem onde chegavam era a celeridade com que o faziam.” (Bessa-Luís, 2004: 56)

Constatamos que são equacionados os factores que conduziram ao surgimento do território e à instalação dos portugueses.

Em Macau, José Carlos exerce a profissão de professor no liceu, sendo posteriormente explicador de Iluminada, filha de Emília Andrade, macaense, e do tal capitão português chamado Sequeira. O interesse revelado pelo protagonista, desde o início, pela cultura chinesa é notório, visto que ambiciona descobrir a verdadeira “fonte do espírito chinês”. São referidas afinidades (extensivas ao povo português) com os chineses.



É precisamente na questão das afinidades que a personagem se centra, tentando apreender um mundo que lhe é estranho através de um mecanismo de familiarização, de aproximação perante o “outro”:

“Em que nos aproximamos tanto portugueses e chineses? – perguntava José Carlos. Ambos guardam uma natureza um tanto primitiva que levam consigo como amuleto, quando ascendem a altos postos, ou, simplesmente, se tornam ricos. Como aquele pastor que, chegando a ministro levou para a corte o seu cajado. Ou o mandarim Lin-Koueï que, já na

qualidade de governante, escondia no palácio o cavalo de batalha.” (Bessa-Luís, 2004: 129)

Assim, a história das relações entre Macau, Portugal e a China vai desfilando ao longo de toda a obra, sendo constantemente narrados episódios, discutidos, por exemplo, entre Iluminada e José Carlos. Então diversos elementos e perspectivas presentes em textos historiográficos vão-se articulando e revelando ao longo dos jantares em casa de siara Debra, a bisavó de Iluminada – representante do poder negocial das mulheres num mundo dominado por homens – e durante as investigações feitas por José Carlos acerca da história e cultura chinesas.

Com frequência, ficção e história mesclam-se numa teia indistinta, discurso histórico funde-se com o ficcional, ambos enraizados na memória, pois como refere Agustina, “A História não desvenda os mistérios, só os adensa” (2004: 110). Os vários enigmas e charadas vão tecendo a História e as histórias.

A certa altura, evidencia-se uma atitude preconceituosa e etnocêntrica da parte de Iluminada face ao seu professor, como se ele se encontrasse num patamar inferior:

“Ela pensou que não estava bem descer ao ponto de informar um branco sobre a História da China. No fim de contas, há três mil anos que já se escreviam na China novelas que deixavam Goethe de rastos. Que trouxeram os portugueses? A palavra mandarim, que deriva de mando e pouco mais.” (126)

Mais adiante, constatamos que esta digressão anacrônica por várias épocas históricas revela uma lógica arbitrária relativamente ao tempo. No âmago desta concepção arbitrária, Iluminada, na óptica de José Carlos, surge como uma alegoria representativa das relações luso-chinesas, uma espécie de símbolo duma identidade miscigenada:

“José Carlos compreendia agora o que significava Iluminada. Era o auge da mestiçagem que consagrara a presença dos portugueses no Oriente, alguma coisa de íntegro nas suas redes de interesses e de força de adaptação, e efêmero nas suas opiniões, laços diplomáticos e subtilíssimas relações de corte e de comércio. Viera para seduzi-la e estava despedido como um mordomo que não chegara à categoria de eunuco porque não era totalmente de confiança.” (200)

De entre os elementos da história e da cultura chinesa evocados, a literatura é, sem dúvida, aquela que revela uma atitude de maior admiração face ao outro, que é delineado como superior. Tal facto faz com que o elemento estrangeiro seja importado, através dum processo de aculturação. Tal postura transparece no diálogo entre José Carlos e Iluminada, no terraço do Hotel da Bela Vista, onde se realizava um jantar de família:

“É evidente que os chineses têm poetas espantosos líricos e filósofos e tudo o que precisam. Nós passamos a vida a impor-lhes o nosso Camões que, ainda para mais, foi um exilado em Macau, ou que nem aqui esteve. Só os poetas da dinastia T’Ang antes do ano mil depois de Cristo, meus senhores, encham-nos de espanto e, mais do que isso, de tristeza. Porque não passamos de moscardos ao pé desses sábios, magistrados, ministros, que faziam poesia que enche novecentos volumes. Só lê-los nos faz poetas.” (133)

A imagem dos “moscardos” revela bem a posição de inferioridade da cultura de origem perante a estrangeira. Nesta esteira, para além de ler afincadamente os poetas da dinastia Tang, José Carlos ainda os imitava, através de um processo de aculturação. Por último, a autenticidade reconhecida à cultura chinesa é sintetizada nesta frase:

“Na China, as pessoas que o amor e a guerra fazem imortais, que rompem com as suas vidas a aridez da promiscuidade humana, têm que ser

verdadeiras como o vento e a chuva de Outono.” (133)

No panorama da literatura chinesa destaca-se *O Sonho do Pavilhão Vermelho*, que se inscreve como modelo literário, assumindo uma importância determinante, como a seguir veremos.

O SONHO DO PAVILHÃO VERMELHO: UM MODELO LITERÁRIO

A inscrição de modelos literários, sobretudo estrangeiros, constante nas obras de Agustina Bessa-Luís, relaciona-se com o que Álvaro Manuel Machado, denominou uma “arte da repetição”, ligada a um “movimento perpétuo da tentativa do conhecimento de seres e coisas levada ao limite das suas possibilidades” (2003: 245), através da utilização duma estratégia de modelização repetitiva, quase obsessiva.

Esses modelos poderão ser meramente de referência (quando não se inscrevem na estrutura



LITERATURA

紅樓夢

da obra) ou ter o estatuto de modelos produtores ou catalisadores, ao projectarem-se constantemente no espaço ficcional, iluminando-o.

Assim, a certa altura José Carlos faz um pequeno retiro em que se refugia na Taipa, local onde lê esta obra magistral da literatura chinesa, escrita na segunda metade do século XVIII, que Cao Xueqin deixou inacabada e onde se cruzam quatrocentas e quarenta e oito personagens.

Com efeito, *o Sonho do Pavilhão Vermelho* começou por se intitular *Memória de um Rochedo* (ou *História de uma Pedra*). Visto que nos conta que a deusa Nügua, há 4623 anos, salvou o género humano da sua completa destruição quando a cúpula do céu se partiu. Então, preparou 36 501 pedras finas de jade para consertar a fenda aberta no firmamento. Todavia, utilizou apenas 36 500 e deitou a outra fora. Essa pedra, com personalidade própria, sofreu por ter sido rejeitada da sua sagrada missão e mostrou-se curiosa em conhecer o mundo dos homens. A pedra sensibilizou os viajantes que acabaram por a levar, transformada em pedra de jade. Muitos séculos depois, um padre taoista, encontrou-a, leu-lhe a inscrição e descobriu nela uma história impressionante que copiou.

A referida história centra-se em duas famílias poderosas do mesmo sangue (Zhen e Jia), próximas

da Corte. Nesse ambiente, cresce o morgado Pao-Yu, que revela um comportamento pouco adequado à sua posição social que desilude profundamente a família. Por conseguinte, ele não se empenha nos estudos, adora a poesia, a música e a convivência com as mulheres que são por ali às dúzias.

Um dia, Pao-Yu perde a pedra de jade com que nascera entre os lábios e que trazia sempre ao pescoço, e aí principiam as desgraças: a ruína das famílias Zhen e Jia, a oposição da Corte, o casamento a que o conduzem com Pao-Chai, a morte de desgosto de Tai-Yu, a sua preferida e muitas outras desgraças. Por fim, este personagem acaba num convento budista, de cabeça rapada, descalço, tal como a fada Desencanto lhe vaticinara no País da Ilusão durante o seu sonho no pavilhão vermelho.

Crê-se que o conteúdo desta obra é semi-autobiográfico, baseado na história da própria família do autor. Com mais de 400 personagens, ela constitui uma minuciosa descrição da vida quotidiana e das estruturas sociais típicas da aristocracia chinesa do século XVIII.

A influência que esta obra exerce em José Carlos é notória e notamos muito pontos em comum, tanto entre ele e Pao-Chai como com a biografia de Cao Xueqin:

“O autor, Cao Xueqin, nascera por alturas de 1715, e a sua vida despertou sentimentos

Estátua de Cao Xueqin no Jardim Botânico de Pequim.



LITERATURE

arrebatados em José Carlos. A grande família dos Cão fora protegida e honrada, mantendo de pais para filhos o cargo de intendent das sedas imperiais, durante cinquenta e oito anos. Com a morte de Kangxi, um soberano benévolo e que os jesuítas sonharam fazer cristão, a família Cão caiu em desgraça. [...] Cao Xueqin, numa versatilidade que às vezes põe em dúvida o génio entre os inimigos, viu-se expulso da casa da família que lhe tinha sido confiscada.” (2004: 150)

Imediatamente notamos as semelhanças: também o protagonista é oriundo de uma família aristocrática do Porto, cujos bens foram confiscados, que viu o seu destino alterado após a Revolução do 25 de Abril de 1974, tendo, um pouco como a do escritor chinês, caído em desgraça com a ocupação das casas de família. Nesta sequência, José Carlos converte-se numa espécie de personagem da obra, verificando-se uma desintegração da sua identidade, pois converte-se num “outro” de teor ficcional:

“José Carlos tornou-se a personagem inacabada ao ler o livro prodigioso de Cao Xueqin. Viveu com ele no pavilhão vermelho rodeado de primas, e irmãs e cunhadas e criadas que faziam uma multidão chilreante e laboriosa. Só esta visão de felicidade onde as maquinações do sexo e da ambição tinham guarida, o deixavam como que entorpecido. Entrou no sonho do Pavilhão Vermelho como quem se entrega a uma vida emprestada e tanto mais fascinante quanto não lhe era imputada.” (295)

Deste modo, a lenda da restauração do universo da deusa Nügua, interpretada por Cao Xueqin para espelhar a decadência da família Jia e, indirectamente, a ruína do sistema feudal imperial chinês, é reinterpretada por José Carlos como a consciência sobre a vaidade, que implica a aquiescência da condição efémera do mundo, numa origem, correspondente ao vazio.

O *Sonho do Pavilhão Vermelho*, inscrito na obra como intertexto, surge como uma janela aberta à fantasia e ao sonho, através da qual José Carlos percipia a vida, no seio de todos os seus enigmas. Tal como refere Mónica Simas:

“José Carlos embarca para a China, no fim do Império, exibindo como em *O Sonho do Pavilhão Vermelho*, uma aventura que percorre personagens e episódios inacreditáveis, histórias de governantes e de mulheres, enigmas que são

resolvidos no fluir da imaginação ou que ficam por resolver, num percurso inacabado e falhado para alcançar uma plena compreensão da vida, isto é a perfeição, seja na glória, seja no amor.” (2007: 297)

Então, o protagonista navega pelos meandros do sonho, sem que saibamos se ele próprio sonha ou é sonhado, numa fusão de diversos planos, delineando-se a compreensão do conhecimento como um conflito entre a fantasia e a razão.

Já perto do final, após um longo período de doença vivido na China, em Pequim, recebe o *Sonho do Pavilhão Vermelho*, enviado talvez por Iluminada com o objectivo de que os seus amores fossem tomados por imaginários e volta a lançar-se na leitura da obra, na esperança de solucionar alguns enigmas. A carga simbólica do romance é salientada:

“O pavilhão vermelho simboliza uma grande família, porque o vermelho é a cor do luxo e das felicidades. O romance descreve os amores, entre reais e fantásticos, de jovens raparigas e rapazes de alto nascimento. As meninas ricas do Pavilhão Vermelho aludem a um poema de Bai Juyi.” (314-315).

É constatada uma afinidade entre o sentido do romance de Cao e os romancistas europeus mais tardios, visto que o seu objectivo ao escrever a obra terá sido libertar do esquecimento seres dignos de habitar a memória e de permanecer além-tempo. Por conseguinte:

“Ao livro de Xueqin, o professor dedicou, daí em diante, grande parte do seu tempo. A teoria de que a unidade do universo se reflecte na união de todos os seres, todos por igual dignos de amor e de atenção, encheu-o de preocupação e, de certo modo, influiu na sua cura. Sem deixar de amar Iluminada, montanha sagrada da sua peregrinação, nivelou-a até à massa humana que entendeu ser parte do universo em expansão.” (315-316).

A obra aparece assim como uma terapêutica para a estranha doença psicossomática que vitimara durante longo tempo o protagonista, durante a sua estada em Pequim: “Depois de ler algumas páginas do *Pavilhão Vermelho*, José Carlos Pastor achou-se curado.” (316)

Seguidamente a própria Iluminada é comparada a uma mulher da obra, numa fusão entre a realidade e a fantasia:

LITERATURA

“Iluminada não voltou a dar notícias (se é que o livro de Cao provinha dela), e ele foi-se habituando a guardá-la na memória, produzindo-se uma espécie de esquecimento à medida que ela se tornava um ser meio sonhado, meio real. Como se fosse uma jovem mulher do Pavilhão Vermelho.” (316)

Após um breve resumo da acção central da obra, José Carlos acentua o facto de Cao ter inovado a literatura, trazendo a lume a narrativa íntima, sem omitir, nem enfatizar, factos, contemplando os sentimentos quotidianos, até aí escamoteados. A sua obra assume-se como “dupla” de *As Mil e Uma Noites*, devido ao modo como são encadeadas as histórias.

A própria casa de siara Debra acaba por se assemelhar ao Pavilhão Vermelho, abrindo as portas à entrada num mundo mágico, onde as histórias e as aparências se encadeiam infinitamente:

“Era tão bonito todo aquele chilrear de mulheres na casa da siara Debra! O barulho das escovas

e das vassouras, dos leques e das plumas, das asas dos flamingos no parque. Um verdadeiro pavilhão vermelho! E quando se medeiam as sedas para presentes! Cetins e crepes bordados e lisos...” (359)

No final da obra, após o regresso de José Carlos a Portugal, mais concretamente a Lisboa, depois de dez anos passados no Oriente, constatamos que também o seu passado se encontra inscrito no “pavilhão vermelho”:

“José Carlos pensou que tinha tido o seu Pavilhão Vermelho, com jardins de buxo e salinhas de chá envidraçadas, e japoneiras carregadas de flores, e jovens criadilhas e concubinas com uma volta de ouro ao pescoço. A avó Carmo, com uma bengala preta que brilhava. Doía lembrar-se de tudo aquilo.” (369)

Em suma, a função deste modelo literário favorece, como referiu Álvaro Manuel Machado, uma “estratégia de ambiguidade irónica e de essencial incompletude” (2003: 245). Nesta sequência, e neste caso particular, podemos considerar que, na sua dupla função intratextual e transtextual, serve um discurso frequentemente filosófico e histórico-cultural, inserido num tecido narrativo de errância das ideias, e da História, paralela à da realidade ficcional. Por conseguinte, instaura “na sua alteridade cultural (imagem do “outro”, do estrangeiro) e na sua dupla dinâmica de construção e desconstrução, uma sibilina paixão da escrita, aliado ao renovado prazer da leitura. E no final, quando tudo permanece em aberto, é a voz de Cao Xueqin que tem a última palavra, evocadora também das *Mil e Uma Noites*, interpellando o leitor:

“Numa história em que as charadas não são resolvidas nem os mistérios são compreendidos, só podemos dizer como Cao Xueqin no fim de cada capítulo d’*O Sonho do Pavilhão Vermelho*: ‘Quem quiser saber o que se segue, não tem senão que remeter-se às explicações da próxima narração.’” (374)

A intertextualidade com estas duas obras reassume-se como uma autoridade na construção da imagem da cultura chinesa, do “outro”, inerente ao processo de construção do “eu”, complementado em diálogos constantes com os outros “eus” e com o meio histórico e social. Isto porque, neste contexto e segundo Bakhtin “todas as palavras e formas que povoam a linguagem são vozes sociais e históricas que



LITERATURE

lhe dão determinadas significações concretas e que se organizam no romance em um sistema estilístico harmonioso”. (1979: 106). Não obstante, a função destes dois intertextos não é propriamente dotar a obra de uma estrutura forte, como preconizaria Dallenbach, mas antes, através da interpelação ao leitor instaurar o efeito de *mise en abyme*, desencadeando um constante questionamento.

CONCLUSÃO

Em suma, podemos considerar que a viagem de José Carlos rumo à civilização e cultura chinesas, ao conhecimento do “outro”, corresponde a um jogo de decifração de impossível conclusão. Por conseguinte, fia-se o tecido enigmático duma narração, impregnada de elementos históricos e culturais, que sempre desvia a possibilidade de resolução para incertezas fronteiriças, onde surgem elementos estranhos, gerando outras possibilidades. Neste contexto, a intertextualidade com uma obra clássica da cultura chinesa, mesclada com referências às *Mil e Uma Noites*, assume um papel preponderante na representação do “outro”, de um tempo histórico e de uma cultura distinta. Nesta esteira, o protagonista é um estranho (*ferangi*), tentando desvendar o Oriente, exactamente como o jesuíta

Matteo Ricci, ou mesmo como Camilo Pessanha, referências também presentes na obra. Para tal,

“José Carlos jogou todas as cartas, burilou personalidades, seduziu, entregou-se voluntário ao sofrimento, entranhou-se numa cultura estranha como se fosse sua e perdeu-se na nostalgia dum Ocidente nunca integrado no Oriente.” (209)

Ao tentar descobrir este “outro” tão distinto, sofreu perdas que lhe talharam os limites e lhe configuraram uma nova identidade, no seio da alteridade. Contudo, a sua atitude face à cultura estrangeira revela profunda admiração, evidenciadora maioritariamente duma “filia” enraizada, num diálogo bilateral, numa sede de aproximação face ao “outro”, cuja imagem, embora construída a partir de alguns elementos estereotipadas, assume traços muito positivos e originais.

A digressão empreendida por várias épocas históricas (surgindo diversas versões da História que se entrecruzam, pois o texto é percorrido por questões e nunca por certezas) integra-se numa estética pós-moderna ao pretender entender o passado literário fascinado pelo Oriente, que deve ser reformulado constantemente para que o real se converta em memória e não em silêncio. **RC**

BIBLIOGRAFIA

- Bakhtin, Mikhail. *Questões de Literatura e Estética: A Teoria do Romance*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- Bessa-Luís, Agustina. *A Quinta Essência*, 5.^a ed. Lisboa: Guimarães Editores, 2004.
- Branco, Maria do Carmo Castelo. “Quinta Essência ou o desejo do Oriente/construção da fábula”, in Isabel Ponce de Leão (org.), *Estudos Agustinianos*, pp. 225-233.
- Bueno, Aparecida de Fátima. “Agustina, entre a história e a ficção”, *Estudos Agustinianos*, in Isabel Ponce de Leão (org.), *Estudos Agustinianos*, pp. 409-415.
- Carvalho, Tânia Franco, “História, memória e ficção na obra de Agustina Bessa-Luís”, in Isabel Ponce de Leão (org.), *Estudos Agustinianos*, pp. 331-337.
- Faria, Maria Arlette Salgado, “A Quinta Essência – o eterno desvendamento ou o romance palimpsesto”, in Isabel Ponce de Leão (org.), *Estudos Agustinianos*, pp. 201-209.
- Gago, Dora. “Referências e modelos estrangeiros em Doidos e Amantes de Agustina Bessa-Luís”, in Isabel Ponce de Leão (org.), *Estudos Agustinianos*, pp. 113-116.
- Lopes, Silvina Rodrigues. *As Hipóteses do Romance*. Rio Tinto: Ed. Asa, 2006.
- Machado, Álvaro Manuel. *Agustina-Bessa Luís. O Imaginário Total*. Lisboa: Guimarães Editores, 1983.
- . “Agustina e os modelos literários estrangeiros: paixão e ironia”. In idem, *Do Ocidente ao Oriente. Mitos, Imagens, Modelos*. Lisboa: Editorial Presença, 2003, pp. 236-245.
- . “Agustina: sagração e enigma da palavra”, in Isabel Ponce de Leão (org.), *Estudos Agustinianos*, pp. 25-32.
- Pageaux, Daniel-Henri. *La littérature générale et comparée*. Paris: Armand Colin, 1991.
- Ponce de Leão, Isabel (org.), *Estudos Agustinianos*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2009.
- Simas, Mónica. *Margens do Destino, Macau e a Literatura em Língua Portuguesa*. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2007.
- . “Em busca d’A Quinta Essência: saudades de Cao Xueqin”. *Revista Semeiar* 7, 2003, Cátedra Padre António Vieira de Estudos Portugueses. http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/7Sem_14.html (consultado em 20/10/2012).



Macao's Two Opera Seasons in 1833 and 1865

A Study of Travelling Musicians and Maritime Connections in the 19th-Century World¹

AKIKO SUGIYAMA*



'I got Rossini's "Memoirs" from the library, and amused myself with them till it was time to go to hear one of his best operas, "Barbiere de Seviglia." ... Oh, the Italians certainly have the soul for music! If I were anything but an American, I would choose to be an Italian, with an English education after I was twelve years old. I admire their nature, their enthusiasm, their strength and warmth of feeling, and their love of music, which I think must be innate ...'²

So wrote the animated Harriet Low (1809-1877), a young American resident of Macao, about Italian music in her diary on 7 June 1833. By 'Italian music', Low was evidently referring to Italian opera, specifically the works by the famed Italian composer, Gioachino Rossini (1792-1868). In another entry one week earlier on 30 May, Low reflected on her evening at Rossini's *Tancredi* and wrote in closing: 'I begin to admire the Italian music very much. It is quite an acquired taste.'³ The very musicians who sparked Low's curiosity in Italian music were the '*Corps d'Opera ambulant*', so identified in a local weekly, which was an opera company of six from South America who stayed in Macao from April to October 1833 on their way to Calcutta.⁴ While in Macao, the company performed weekly and presented 'no less than eleven

separate operas' of predominantly Italian selections.⁵ So extensive was the company's journey that the local press rightly called them 'the adventurous *corps* of Operatic circumnavigators'.⁶

To many contemporary observers, Italian opera and Macao may seem an odd couple. Yet the meeting of the two was by no means a fluke. Opera was a global phenomenon in the 19th century and was primarily an Italian affair. By the 1850s, popular works of Italian opera were performed in Europe, across the Americas, and in Australia, India, and South Africa.⁷ A Portuguese settlement from around the 16th century to 1999, Macao's musical culture has mirrored trends in Europe, especially in Portugal.⁸ Reflecting its colonial past, Macao has adopted new musical styles, such as band music, from Portugal during the 19th century.⁹ Although European influences in Macao's musical culture have been widely noted, opera has received scanty attention beyond brief references in surveys or in footnotes to case studies on other musical genres.¹⁰ This article focuses on two opera seasons in Macao by touring companies in 1833 (quoted previously) and in 1865, and uses these cases to situate Macao and Asia in the global movement of musicians and musical ideas in the 19th century.

Dom Pedro V Theatre.

* Ph.D. in Southeast Asian History from the University of Hawai'i. Assistant Professor of History at the University of Macau.

Doutorada em História do Sudeste Asiático pela Universidade do Hawai'i. Professora Auxiliar de História na Universidade de Macau.

OPERA AS WORLD CULTURE

Opera was already a cultural establishment in European cities in the 18th century.¹¹ Yet during the 19th century opera circumnavigated the globe and grew

MÚSICA



to become 'the earliest example' of world culture.¹² When it came to operatic expansion of the 19th century, it was primarily an Italian affair. The years between 1814 and 1830 witnessed a 'Rossini fever' when the composer gained the international reputation as the most celebrated opera creator of the time.¹³ His early works, such as *Tancredi* (1813) and *Il barbiere di Siviglia* (1816), were phenomenal successes both

artistically and financially in such major cities as Vienna, Manchester, Odessa, Constantinople, New York, Havana, and Caracas.¹⁴ The global appeal of Italian opera was by no means Rossini's one-man show. His early retirement from opera composition in 1829 in France following the premier of his last opera, *Guillaume Tell*, at the Paris Opera, only coincided with the blossoming careers of contemporary and younger creators, such as Vincenzo Bellini (1801-1835), Gaetano Donizetti (1797-1848), and a decade later, Giuseppe Verdi (1813-1901).¹⁵ By the 1850s, their works, along with Rossini's, were well incorporated into the operatic repertoires across Europe and the Americas. The wave of Italian opera also reached as far afield as Australia, India, South Africa, and other remote regions.¹⁶

On one level, the ever-expanding reach of opera was a product of sweeping popularisation of the genre in Europe during the first half of the 19th century. For example, in Italy and France, in particular, the published transcriptions of popular operas were rearranged into a variety of vocal and instrumental pieces and were played regularly at private salons, often by amateur musicians. Operatic tunes and texts also found their way into 'less grand venues', such as marionette and burlesque theatres in Italy and England, respectively. Equally relevant was the foundation of journals and intellectual outlets dedicated specifically to the discussion of opera and operatic activity, which engendered public discourse about opera.¹⁷

Furthermore, a series of innovations in opera production since the 18th century, first in Italy and across Europe, paved the way for the impending diffusion beyond Europe in the following century. By the closing decade of the 18th century, opera branched

out from a category of spoken theatre and established itself as a musical genre, suggesting that music gradually took over librettos as its primary component.¹⁸ The growing importance of the musical element meant that opera composers were now gaining influence in opera industry so much so that they could set in place a new operatic taste through their compositions. Rossini, for instance, played a pivotal role in starting a new trend of vocally demanding serious opera, which by the 1820s had replaced the previously prevalent comic opera as the new reigning genre.¹⁹ As serious opera gained popularity, modest companies with limited vocal range, who for generations had made living by producing comic opera at low-end theatres, were losing their niche in the European market and looking to new opportunities abroad.²⁰

The means of opera production was also in transition. In the 17th and 18th centuries, opera houses were commonly owned by the nobles and were integral to affairs of the ruling courts. As the old regime of absolute monarchy and aristocratic rule crumbled towards the end of the 18th century, a new system of opera production came into shape. By the second half of the 18th century, the traditional method of compensation in kind was giving way to cash payment of fees and salaries for concerned personnel. Increasingly, one's standing in the opera industry was measured by one's salary, engendering a status divide between first-rank singers and composers and their middling and struggling counterparts.²¹ Alongside the monetisation of opera industry was the rising profession of the impresario. Often with some degree of musical training, particularly in singing, the impresario oversaw the general management of opera houses and took charge of coordinating seasons and hiring singers and composers.²² Some ambitious and entrepreneurial impresarios sought opportunities in the emerging markets overseas, especially in the Americas. Periodic economic slumps, political unrest, and wars in Europe led some musicians and impresarios of all ranks to seek opportunities abroad. Although wages of leading singers were on the rise in Italian opera houses in the 1820s and 1830s, when they were paid two to three times more than before, this trend came to a temporary halt in 1848 when revolution swept across much of Europe and triggered economic crises that lasted well into the 1850s and 1860s. In this time of economic difficulty, fees of opera singers were reduced by as much

MUSIC

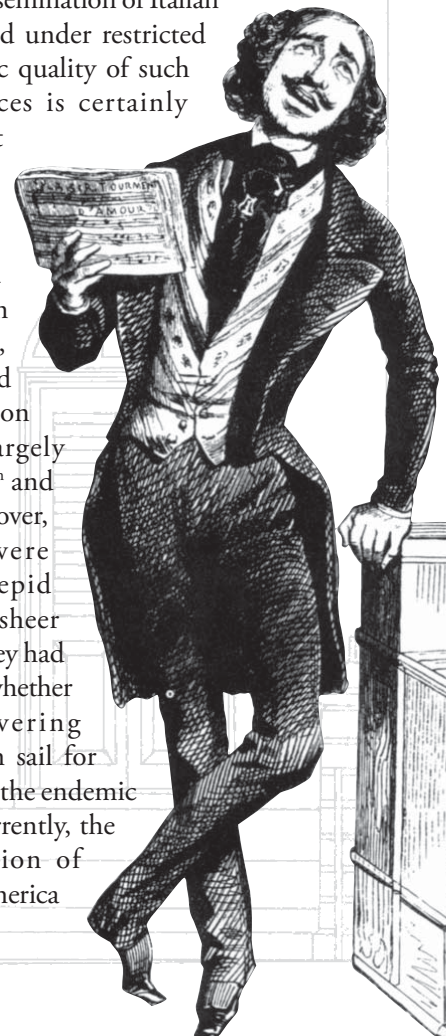
as a third, and increasing numbers of musicians of all ranks were looking for 'better terms', especially in the Americas.²³ Italy endured another bout of financial crisis in the 1870s in the immediate aftermath of the unification, when government subsidies for theatres were terminated and only accelerated the migration of musicians out of the country.²⁴

Meanwhile, the flourishing economies of the New World, fuelled by the Atlantic slave trade, industrialisation, agricultural advances and immigration, were growing to become the chief market for the export of Italian opera in the 19th century. In a booming colonial economy, such as Havana, local elite invested their wealth from slave trade into the construction of a new theatre. Completed in 1838, the new venue was of comparable size as Milan's La Scala with the financial capacity to offer hefty fees for leading singers. Soon Havana became a crucial destination combined with New York, New Orleans, and such towns as St. Louis and Cincinnati along the Mississippi and Ohio rivers for travelling musicians and singers on the eastern side of North and Central America.²⁵ To the west, a separate circuit linking Mexico, Costa Rica, Guatemala, Panama, and San Francisco, especially after the gold rush of 1849, was coming into shape. The western circuit sometimes extended to Lima and Santiago with the nearby port towns of Callao and Valparaíso, respectively, serving as their gateways.²⁶

Looking to the east side of South America, urban centres of the Iberian empires, such as Rio de Janeiro and Buenos Aires, were evolving into hubs of opera production and consumption. By the end of the 18th century, Rio de Janeiro gained reputation as a cultural capital of the Portuguese colony in South America. With a new theatre, *casa da ópera* (house of opera) serving as a chief venue of drama and opera productions since its inception in the 1760s, Rio's cultural finesse was widely noted among visitors and dignitaries so much so that it helped elevate the city from the seat of viceroy to the capital of Portuguese America in 1802 and subsequently the capital of independent Brazil in 1822.²⁷ Buenos Aires offers another contemporary example of the vibrant music scene in South America. A new theatre also known as *casa de ópera* was founded in 1757 and housed its own orchestra in residence whose repertory ranged from instrumental to theatrical pieces.²⁸ By the mid-19th century, Buenos Aires was home to some of the most spacious theatres of the time.

This was in marked contrast to colonial theatres in Rio, which tended to be of modest size with around 300 to 600 seats.²⁹ The first Teatro Colón³⁰ built in 1857 could hold about 2,000 people, and the Teatro de la Ópera completed in 1872, held about 1,500 people. These new theatres, together with the Solís (1856) in Montevideo, were centres of opera production especially from May to September during the summer and off season in continental Europe and North America, and the temperate 'winter' in the southern hemisphere.³¹ Irrespective of the size of the venue, theatres in Rio, Buenos Aires, and Montevideo, as well as coastal towns in Brazil and riverine cities along the River Plate such as Rosario, collectively formed the Austral-American circuit for touring singers and musicians.³²

The multiplying venues and expanding circuits undoubtedly gave a boost to the export of Italian opera to the Americas so much so that opera export had grown into 'a fast-growing business' by the 1840s.³³ In particular, the booming productions of modest scale in the first few decades of the 19th century were instrumental to the dissemination of Italian opera. Often produced under restricted conditions, the artistic quality of such low-end performances is certainly questionable. Yet it was the struggling small companies that helped cultivate the taste for Italian opera at the grass roots in American outposts, as they often travelled with an eclectic selection of several operas, largely Italian, from the 18th and 19th centuries.³⁴ Moreover, these musicians were in every sense intrepid 'pioneers' given the sheer logistical challenges they had overcome on the way, whether that meant persevering with arduous trips on sail for months or weathering the endemic yellow fever.³⁵ Concurrently, the sustained immigration of Italians into Austral America



MÚSICA

in the course of the 19th century, many of whom were music teachers or with a degree of musical training, spurred the popular interest in Italian opera, and those cities with sizable Italian communities, such as Rosario and Buenos Aires, effectively developed into the regional centres of opera industry.³⁶

The demographics of opera export began to diversify in the latter half of the 19th century as more lead singers in their prime were arriving in the New World.³⁷ The improved transport, especially the advent of fast steamboats and the construction of railways, greatly eased the logistics of travel and reduced health risks of touring in tropics.³⁸ Spurred by the economic boom, the fees in American theatres in such leading cities as New York, Mexico City, Rio de Janeiro, and San Francisco rose sharply and attracted star singers to undertake engagements in the New World.³⁹ By the beginning of the 20th century, American theatres were firmly incorporated into the regular engagements of the best singers of the time as witnessed in the appearances of international stars, such as Enrico Caruso (1873-1921) and Titta Ruffo (1877-1953), in New York and Buenos Aires.⁴⁰ Also at the end of the 19th century, cases of 'reserve' migration of operatic talents, from the Americas to Europe, developed as increasing numbers of Italo-American singers sought their careers in Europe.⁴¹ By this time, the age of operatic pioneers, once the engine of opera exports, was over.

'OPERATIC CIRCUMNAVIGATORS' OF 1833

'We hear that the adventurous *corps* of Operatic circumnavigators who have enlivened the summer at Macao by the hitherto unheard of pleasure of regular Italian Operas acted weekly, are shortly about to take their departure for Calcutta ... The *corps* consists of two ladies, Signoras Schieron, and Caravaglia, both contraltos, the latter of whom invariably enacts gentleman's parts; and three male performers, Signori Pizzoni, Bettali, and Mayorga. The maestro and leader of the orchestra, Monsieur Planel, and a Spanish American who leads the choruses, and is a useful actor of all work, constitute the *Corps d'Opera ambulant* who are now going to try their fortune in the great metropolis of the East ... During the six months they have remained at Macao, no less than eleven separate Operas have been produced; offering a variety in number greater than almost any Theatre on the continent; and, in point

of selection, comprising some of the choicest works of the best composers. We submit the list in the order in which they were acted. *Agnése, L'Italiana in Algieri* [Algeri], *Il Tancredi*, *Il Barbiere di Siviglia* [Siviglia], *Eduardo e Christina* [Cristina], *Portantini*, *I Bacchanali* [Baccanali] di Roma, *Inganno Felice*, *La Gazza Ladra*, *Otello*, *Elisa e Claudio*.'⁴²

Entitled 'Italian Opera at Macao', the anonymous correspondent of *Canton Register* reported on 24 October 1833 about the rather unusual highlights of the summer that witnessed possibly the first ever regular performances of Italian opera in Macao, then the Portuguese colony in the south-eastern corner of China. The exclusively Italian and predominantly Rossinian selections, with the exceptions of *Agnése* by Ferdinando Paer (1771-1839), *I Bacchanali di Roma* by Giuseppe Nicolini (1762-1842), *Elisa e Claudio* by Saverio Mercadante (1795-1870) and *Portantini* by an unspecified composer, speak well for the global reach of Italian opera, which found its way to the far-eastern outpost. Some of the expressions in the report, such as 'the choicest works' and 'the best composers', suggest the author was possibly a seasoned music observer with some knowledge of current trends in opera industry.

Aside from the brief sketch of the musicians and programs, we learn surprisingly little about Macao's reportedly first season of Italian opera from the previously mentioned review article. For example, it is impossible to independently verify whether the '*Corps d'Opera ambulant*' was the first opera company ever to perform Italian operas in Macao.⁴³ Neither can we independently verify the exact venue nor the complete schedule of the season.⁴⁴

Although the coverage of the company's activity in the local press maybe limited, other sources reveal that the six members of the troupe were sighted in several cities in South America in 1829-1830 before leaving for Asia. Harriett Low, for example, is one contemporary observer who noted in her diary on 7 March 1833 that: 'a company of Italian singers has just landed here, four gentlemen and two ladies. It seems they have been driven from South America'.⁴⁵ John Rosselli's extensive research on Italian opera business and singers offers further details on the company's footprints in South America. By 1829, 'Teresa Schieron, Margherita Garavaglia and their companions' appeared in Buenos Aires with 'three local male singers', who were possibly the previously

MUSIC

mentioned Pizzoni, Bettali, and Mayorga.⁴⁶ In Buenos Aires, the five singers were joined by Federico Planel, the Uruguayan violinist, music director, and conductor. Together, the company of six embarked on the next leg of their American tour in the two Chilean cities, Valparaíso and Santiago, then in Lima, all of which took place in 1830-1831, and resurfaced in Macao two years later.⁴⁷

Of the five singers, the best documented is the contralto, Teresa Schieronì, whom Harriet Low described as 'the better of the two [female singers]'.⁴⁸ Prior to her undertakings in South America, Schieronì had appeared in some comic opera in such northern Italian cities as Piacenza and Reggio Emilia and had sung a supporting role in Rossini's *Elisabetta, regina d'Inghilterra* in Modena. We know far less about the second contralto, Margherita Garavaglia, who also took the breeches roles in Macao and was believed to have previously sung in 'minor Italian theatres'.⁴⁹ The careers of the three male singers, Pizzoni, Bettali, and Mayorga, prior to their appearances in Macao are virtually unknown.⁵⁰ What we do know is all three singers were either baritone or bass in training because the company lacked both tenor and soprano. All in all, the five singers had proven themselves to be competent singers and actors of 'comic opera' and their singing and acting on most occasions was praised in the local press as 'powerful' and 'impressive'.⁵¹

Slightly more information is available about the leader of the company, Federico Planel, who directed the productions from pianoforte because the company was without an orchestra or a chorus. His piano performances, nonetheless, received tough criticism and were singled out as the source of 'defects' of the company.⁵² Planel was in fact a violinist in training and received lessons from his brother-in-law and the Italian violinist, Giacomo Massoni, who himself was a pupil of the celebrated violin virtuoso and composer, Niccolò Paganini (1782-1840).⁵³ Planel's family connection, especially with his brother-in-law, played out in the company's decision to head to Calcutta, where Massoni himself had successfully completed his musical engagements two years earlier.⁵⁴

The exact itineraries of Planel and his musicians to and from Macao may never be known because of the inconclusive nature of surviving sources. Yet it is still possible to gain some insight into their journey by weaving together the contemporaneous shipping

information and travel accounts. Following their documented appearances in Valparaíso, Santiago, and Lima in 1831, the company was next seen in Macao in March 1833.⁵⁵ Harriett Low was one of the early observers in Macao who noted in her diary of 7 March 1833 that the company travelled from South America without specifying the port of origin.⁵⁶ If the company were to travel from 'South America', they could have easily opted to take a trans-Pacific route. Valparaíso and Lima, for example, were located along vital waterways for a trans-Pacific journey and were leading ports in the galleon trade (1565-1815) that connected South America and Manila, the Asian headquarters of the Spanish empire.⁵⁷

The whereabouts of Planel and his musicians following their extended stay in Macao through October 1833 are rather sketchy. The local shipping intelligence chronicled at least three ships, all British, that reportedly left Canton for Calcutta on 4, 5, and 8 November, respectively, thus making these freights likely options for the company's journey to Calcutta.⁵⁸ We are left with conflicting records as to whether the company landed in Calcutta. One account suggests they were lost in the sea, while others link Planel to a certain 'Planel French Opera Company' who took his company from Mexico to San Francisco in 1853.⁵⁹ If the latter account proves accurate, Planel (and possibly his musicians) returned to the Americas at some point, making him a bona fide circumnavigator of the operatic world.

TOURING ALONG AN ASIAN CIRCUIT
IN 1865

The next documented operatic pioneers to set foot in Macao were a certain 'French company' ('*companhia franceza*') that gave weekly performances of Italian and French operas between 21 May and 5 July 1865 at the newly refurbished Dom Pedro V Theatre.⁶⁰ The programs were primarily Italian and included Donizetti's *La fille du régiment*, *Lucia di Lammermoor*, *La favorite*, and *Don Pasquale*, Rossini's *Il barbiere*, and Verdi's *Il trovatore*. A few French comic operas were also performed.⁶¹ The company consisted of at least four core members whose names appeared consistently in the local press: the multi-tasking Mr Maugard, who served as director, conductor, and an occasional tenor; two female singers, Mrs Maugard and Mrs Tholer; and

MÚSICA

a baritone, Mr Merglet.⁶² Also mentioned in passing was another singer named Mr Bernadae, who appeared in an unspecified French comic opera.⁶³ Although the company was without its own orchestra, the singers were accompanied by at least two musicians, Mrs De-Liagre, a piano and violin player, and Mr Emmanuel, another violin player and a teacher.⁶⁴ The absence of a tenor was later resolved by the addition of Mr Viard, who arrived in Macao on a French steamer, *Tiger* ('*vapor francez Tigre*'), from Marseille on 28 June 1865, just in time for the last two productions, *Il barbiere* and *Il trovatore*.⁶⁵

The local media keenly reported the visit of the Maugard opera company as it presented local music lovers a rare opportunity to enjoy opera. Though some shortcomings were noted, the company received overwhelmingly positive reviews and accolades for their singing and acting.⁶⁶ Also forthcoming in the local reviews was the overall popularity of Italian opera *vis-à-vis* French opera among local audiences. One reviewer was particularly vocal about his or her preference for the former: 'The French operas are not so beautiful ... and so complete as the Italian operas.'⁶⁷ The same commentator further observed that the presentation of Donizetti's *La favorite* on 4 June attracted 'more numerous theatre audiences' than had an unspecified French comic opera performed the previous day.⁶⁸ The public thirst for Italian opera was likely satisfied by the two successive opera seasons that followed. The same Maugard Opera Company returned to Macao in 1866 and gave presentations of Bellini's *Norma* and two other operas.⁶⁹ In 1867, another opera company, this time Italian, toured for the first time in Macao from April to July and performed the following: Rossini's *Il barbiere*; Donizetti's *Lucia di Lammermoor*, *La favorite*, and *Don Pasquale*; Verdi's *Il trovatore*, *La traviata*, and *Les Vêpres siciliennes*; and Bellini's *La sonnambula*.⁷⁰

Italian opera was gaining an even wider support outside the theatre and was being incorporated into a broader mosaic of Macao's musical life at around the time the Maugard Opera Company toured in Macao in 1865. The interim period between the two opera seasons in 1833 and 1865 was a time when local outlets for music were multiplying and serving as alternative venues for playing operatic tunes. These decades coincided with the formative years of Macao's musical bands of brass and wind instruments. Military bands were founded around 1820 and remained central to

Macao's musical life until their disbandment in 1912 through regular street performances and appearances at official ceremonies. Band music kept its momentum well into the 20th century with the formation of municipal bands in 1912 and their resurgence in 1928 following an interim period of 1920-1928.⁷¹ Reflecting the global appeal of Italian opera, the military bands 'preferred Italian music, particularly opera, over any other genres' in the latter half of the 19th century and early 20th century.⁷² The municipal bands were no exception when it came to their aptitude for developing operatic repertoires and played works by Pietro Mascagni, Giacomo Puccini, and Richard Wagner.⁷³ Opera remained integral to band music traditions until public taste began to shift towards incoming Anglo-American music, most notably jazz, at the beginning of the 20th century.⁷⁴

Besides the occasional opera seasons and the blossoming band music, operatic tunes were circulating at alternative venues, such as local seminaries. The advent of foreign steamers in the South China Sea meant more foreigners, some of whom were trained musicians, were arriving and residing in Macao in the mid-19th century.⁷⁵ For example, Luigi Antinori (1816-1873) studied at the prestigious Academy of St. Cecilia in Rome and arrived in Macao around 1864 at the invitation of a resident Catholic priest at St. Joseph's Seminary.⁷⁶ While in Macao, Antinori gave private lessons and occasionally oversaw ceremonies held at St. Joseph's. For example, at a prize-awarding ceremony held on 26 December 1864, Antinori conducted a choir and an orchestra composed of musicians from the battalion band and played two of his own compositions and excerpts from Verdi's *Nabucco*. On another occasion in 1872, he played overture to Rossini's *Semiramide* on the piano together with a fellow musician at an official reception marking the visit of the Cambodian king to Macao.⁷⁷

The lively musical landscape was reflected in the growing voice of music connoisseurs who endorsed operatic activity. The local print media was one main outlet for discussion about music and other artistic activities, and published performance reviews, concert programs, and featured reports.⁷⁸ Another highlight of the maturing music community in Macao came in 1857, when a group of residents formed a committee and presented to the local government a petition to build a new theatre dedicated specifically to artistic

MUSIC

and musical activities. This movement culminated in the opening of Dom Pedro V Theatre, which was completed initially by the end of 1858 and reopened in 1873 with a new façade.⁷⁹ Since its inception, the theatre has played host to countless endeavours of all forms, ranging from vocal and instrumental recitals, balls, to opera productions.

Although much of the journey of the Maugard Opera Company remains unknown the available records of their itineraries speak for their sustained presence in the Asia-Pacific region. Described in the local media as a company that 'performs only in Asia and Oceania', the Maugard musicians left for Hong Kong on Tuesday, 22 May, upon completion of their first two performances in Macao, which took place on 21 and 22 May, respectively, and reportedly returned to Macao on 27 May.⁸⁰ Following the conclusion of their Macao tour on 5 July, the company left for Manila, where they first sought a performing contract with the city's main theatre, Principe Alfonso, but was unable to do so because of lack of agreement with the theatre's entrepreneur. Then the company opted for a lower-end and signed a contract with 'some other smaller [theatre] in Quiapo' (*'outro mais pequeno em Quiapo'*) near Manila, where they were set to begin their engagements on 23 July with Donizetti's *Lucia*.⁸¹ Although further details on their touring itineraries in Manila (and beyond) remain unknown, the Maugard Opera Company possibly stayed in the Asia-Pacific region at least until their reappearance in Macao in June 1866.⁸² Such extensive sojourn in Asia even alludes to the possibility that the company might have travelled along some form of a touring circuit that encompassed at least Macao, Hong Kong, and Manila.

FINAL NOTES

This article set out to examine the so-far little documented opera seasons in an Asian outpost of Macao. The two seemingly incidental opera seasons in 1833 and 1865 as well as other sporadic cases of operatic activities, when read together, present a convincing case of 'opera explosion' that mirrors the experience of Europe and the Americas.⁸³ Macao's opera seasons further illuminated the popularity of Italian



operas and came at a time when the local venues for musical activities were multiplying and when public discourse about opera and music in general was blossoming, especially among members of European community.

In a global history of opera, the early mid-19th century was the age of 'pioneers', when intrepid touring companies of modest standing persevered on difficult journeys and made their way into operatic frontiers. In parallel to the Americas, the maritime movement of struggling musicians, often travelling with versatile selections of operatic works, was a force behind the ever-expanding reach of opera in Asian outposts, such as Macao. The members of the Planel and Maugard opera companies, both small-sized with limited human power, were in every sense 'pioneers' who tried their luck and sought opportunities in Asia as well as in South America, in the case of the former.

Moreover, the journeys of the two companies, one taking the trans-Pacific route from South America and the other coming from continental Europe, further illuminate the position of Macao as a crossroads of maritime traffic that carried operatic circumnavigators. In both cases, Macao was by no means the only destination but rather was one of the several stopovers alongside Calcutta, Hong Kong, Manila, and possibly others. These findings showcase a possibility that some form of an Asian touring circuit was already in place or at least was in the making in the mid-19th century, an experience similar to the contemporaneous development of regional circuits across the Americas.

MÚSICA

Although this article focuses primarily on Macao, it paves the way for future research that will further document the interconnections between maritime traffic along Asian port cities and the movement of musicians and musical ideas.

Some of the findings of this article, though still preliminary, are suggestive of vital links between the movement of opera singers and transport technology. Given the growing presence of foreign steamers in maritime traffic, it was no coincidence that the tenor of the Maugard opera company arrived in Macao

on a French steamer. In the Americas, the easing of travelling conditions with the advent of steamships and the opening of railways in the latter half of the 19th century opened a new era in the history of opera export with the increasing arrivals of the world-class singers. It remains to be seen whether and to what extent the changing mode of maritime transport influenced the dynamics of musical exchange in Asia. An answer may lie somewhere in the cross-fertilisation of music history, maritime history, and the study of Asian port cities. **RC**

NOTES

- 1 This article understands 'opera' as a genre in Western classical music. I am grateful for the support I have received from the University of Macau's Multi-Year Research Grant and Students Research Programme by Honours College.
- 2 Harriet Low Hillard and Katharine Hillard, *My Mother's Journal: A Young Lady's Diary of Five Years Spent in Manila, Macao, and the Cape of Good Hope from 1829-1834*, pp. 205-207. Low accompanied her uncle, William Henry Low, who had a new business in opium and tea trading in Canton, and his wife, Abigail Knapp Low, and lived with the latter as her companion in Macao between 1829 and 1834. For a fuller account of Low's life, see Hillard and Hillard, *My Mother's Journal*, pp. 1-17.
- 3 Ibid., pp. 204-205.
- 4 'Italian Opera at Macao', *Canton Register*, 24 Oct. 1833. The italics are in the original.
- 5 Ibid.
- 6 Ibid. The italics are in the original.
- 7 Roger Parker, 'The Opera Industry'. In *The Cambridge History of Nineteenth-Century Music*, edited by Jim Samson, pp. 89-91.
- 8 On social life of European community, see, for example, Oswaldo da Veiga Jardim Neto, 'The Role of the Military and Municipal Bands in Shaping the Musical Life of Macao, ca. 1820-1935', pp. 80-82. For a brief history of western classical music in Macao, see, for example, Tang Kaijian 汤开建, 'Shiliu shiji zhongye zhi shijiu shiji zhongye xiyang yinyue zai Aomen de chuanbo yu fazhan' 16 世纪中叶至19世纪中叶西洋音乐在澳门的传播与发展 (Western Music in Macao from the Mid-16th Century to the Mid-19th Century), pp. 49-54. For a general survey of music history in Macao, see, for example, Li Yan 李岩, *Bin fen miao xiang: Aomen yinyue* 缤纷妙响在澳门音乐 (Music of Macao). For a comprehensive survey of Macao's history, see, for example, Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau*. For Chinese translation on 19th-century Macao, see Beatriz Basto da Silva, *Aomen bian nian shi: shi jiu shi ji* 澳门编年史：十九世纪.
- 9 Li Yan, *Bin fen miao xiang: Aomen yinyue*, pp. 60-71; Neto, 'The Role of the Military and Municipal Bands'; Neto, 'The Tradition of "Bandas de Música"', *Revista de Cultural Review of Culture* 16 (2005), pp. 7-43. A longstanding centre of Christian missions in East Asia, Church music had established its foothold in Macao since around the 16th century. For concise surveys of the history of church music in Macao, see, for example, Li Yan, *Bin fen miao xiang*, pp. 18-43; Manuel Carlos de Brito and Luísa Cymbron, *História da Música Portuguesa*, pp. 61-80.
- 10 Neto, 'The Role of the Military and Municipal Bands', pp. 36-37, 90-91, 104-106, 109, 123-124, 151-160, 163-169; Li Yan, *Bin fen miao xiang*, pp. 72-74; Tang Kaijian, 'Shiliu shiji zhongye', p. 52.
- 11 See Simon P. Keefe (ed.), *The Cambridge History of Eighteenth-Century Music*, especially, 'Part II Music for the Theatre', chs. 8-12.
- 12 Parker, 'The Opera Industry', p. 89.
- 13 Ibid., pp. 90-91; Rosselli, 'Opera Production, 1780-1880', p. 99.
- 14 Parker, 'The Opera Industry', p. 89; Rosselli, 'Opera Production', pp. 99, 103.
- 15 William Weaver persuasively called the years between 1816 and 1926 'the golden century' of Italian opera marked by the succession of the luminaries from Rossini to Puccini. Weaver, *The Golden Century of Italian Opera from Rossini to Puccini*. It must be noted Italian opera was by no means the only prevailing genre of opera. For a concise overview of major works and composers of Italian, French, and German operas, see Parker, 'The Opera Industry', pp. 92-116.
- 16 Ibid., pp. 89-91.
- 17 Ibid., pp. 89-90.
- 18 Ibid., p. 87.
- 19 Rosselli, *Singers of Italian Opera. The History of a Profession*, p. 135; Parker, 'The Opera Industry', p. 87.
- 20 Rosselli, 'The Opera Business and the Italian Immigrant Community in Latin America 1820-1930: The Example of Buenos Aires', p. 162.
- 21 Rosselli, *The Opera Industry in Italy from Cimarosa to Verdi: The Role of the Impresario*, p. 122.
- 22 Parker, 'The Opera Industry', p. 92.
- 23 Rosselli, *Singers of Italian Opera*, p. 135.
- 24 On a period of cultural and financial downturn in the immediate years after Italian unification, see Fiamma Nicolodi, 'Opera Production from Italian Unification to the Present', in L. Bianconi and G. Pestelli (eds.), *Opera Production and Its Resources* (Chicago: University of Chicago Press, 1998), pp. 165-177.
- 25 Rosselli, *Singers of Italian Opera*, p. 186; Rosselli, 'The Opera Business', p. 166.
- 26 Rosselli, 'The Opera Business', p. 166.
- 27 Rogério Budasz, 'Music, Authority and Civilization in Rio de Janeiro, 1763-1790', in Geoffrey Baker (ed.), *Music and Urban Society in Colonial Latin America* (Cambridge: Cambridge University Press, 2011), pp. 156, 162-163, 169.
- 28 Bernardo Illari, 'The Slave's Progress: Music as Profession in Criollo Buenos Aires', *ibid.*, p. 199.
- 29 Budasz, 'Music, Authority and Civilization', p. 164.
- 30 The second Teatro Colón opened in 1908.

MUSIC

- 31 Rosselli, 'The Opera Business', pp. 167-169.
- 32 Ibid., p. 165.
- 33 Rosselli, *The Opera Industry in Italy*, p. 78; Nicolodi, 'Opera Production', p. 170.
- 34 Rosselli, 'The Opera Business', p. 168.
- 35 Ibid., p. 161.
- 36 Ibid., pp. 159-160.
- 37 Ibid., p. 167.
- 38 Ibid., pp. 160-161, 165.
- 39 Rosselli, *The Opera Industry in Italy*, p. 77-78; Rosselli, *Singers of Italian Opera*, p. 144-145.
- 40 Rosselli, *The Opera Industry in Italy*, pp. 155-156.
- 41 Ibid., p. 165.
- 42 'Italian Opera at Macao', *Canton Register*, 24 Oct. 1833. The italics are in the original.
- 43 It is possible that Italian opera had already been performed, if not in its entirety, prior to the visit of the 'Corps d'Opera ambulant' in 1833. For example, Harriett Low mentions her encounter with Rossini's *La cenerentola* on 18 October 1832, which was presented in Spanish by 'the chiefly Portuguese' company under the direction of 'Mr Pavia'. Low, *Lights and Shadows of a Macao Life: The Journal of Harriett Low, Travelling Spinster*, ii, p. 450.
- 44 Harriett Low's diaries identify performance schedule as follows: an Italian opera, '*The Father and Daughter*', by an unspecified composer on 26 April; *L'italiana in Algeri* on 18 May; *Tancredi* on 1 June; *Il barbiere di Siviglia* on 5 and 7 June; *Eduardo e Cristina* on 22 June; an unspecified program on 24 June; *Agnese* on 16 July; *Il Baccanali di Roma* on 23 July; an unspecified program on 6 August; an unspecified program on 11 August; an unspecified program on 20 August; *Otello* on 3 September. See Hillard and Hillard, *My Mother's Journal*, pp.145-146, 197-198, 200-201, 203-210, 219-220, 222-223, and Low, *Lights and Shadows*, pp. 450, 553-554, 560, 564, 569, 586, 591, 623.
- 45 Hillard and Hillard, *My Mother's Journal*, p. 183.
- 46 See, for example, Rosselli, 'The Opera Business', pp. 162-163.
- 47 Ibid., pp. 162-163, 166.
- 48 Hillard and Hillard, *My Mother's Journal*, pp. 197-198. John Rosselli, on the other hand, describes her as 'a prima donna of... limited vocal attainments', in Rosselli, 'The Opera Business', p. 162.
- 49 Rosselli, 'The Opera Business', p. 162; Hillard and Hillard, *My Mother's Journal*, pp. 197-198.
- 50 Harriett Low describes Mr Pizzoni as '[T]he tallest man ... nearly touches the ceiling'. Cited in Hillard and Hillard, *My Mother's Journal*, p. 204.
- 51 'Italian Opera at Macao', *Canton Register*, 24 Oct. 1833.
- 52 Ibid.
- 53 Rosselli, 'The Opera Business', p. 163.
- 54 'Italian Opera at Macao', *Canton Register*, 24 Oct. 1833. From Calcutta, Giacomo Massoni went to Cape Town and then to London (Rosselli, 'The Opera Business', p. 163).
- 55 Rosselli, 'The Opera Business', pp. 162-163.
- 56 Hillard and Hillard, *My Mother's Journal*, p. 183.
- 57 See, for example, Shirley Fish, *The Manila-Acapulco Galleons: The Treasure Ships of the Pacific with an Annotated List of the Transpacific Galleons 1565-1815*, pp. 47-49.
- 58 *Canton Register*, 14 Nov. 1833.
- 59 Rosselli, 'The Opera Business', pp. 162-163; Works Progress Administration, *The History of Opera in San Francisco* (San Francisco, 1938), pp. 12-13.
- 60 *Ta-Ssi-Yang-Kuo: Arquivos e Anais do Extremo-Oriente Português, 1863-1866*, pp. 365, 374-375, 377, 382, 386, 390. I am thankful for Patrick Connolly and Shiping Shen for providing English translations of the aforementioned Portuguese reports in TSYK.
- 61 Ibid., p. 365.
- 62 Ibid., pp. 365, 374-375.
- 63 Ibid., p. 386.
- 64 Ibid., pp. 365, 386.
- 65 Ibid., pp. 386, 390. The italics are in the original. See also Li Yan, *Bin fen miao xiang*, p. 73. I am thankful for Ho Si Meng for her assistance in verifying my reading of Chinese sources.
- 66 For example, in one review, Mrs Maugard was described as 'not being an excellent singer' and Mr Viard being 'a singer of poor standard' (*Ta-Ssi-Yang-Kuo, 1863-1866*, p. 390).
- 67 Ibid., pp. 374-375.
- 68 Ibid., pp. 374-375.
- 69 Li Yan, *Bin fen miao xiang*, p. 73; Tang Kaijian, 'Shiliu shiji zhongye', p. 52.
- 70 The company was led by a certain Pompel, and the singers on tour included two 'famous' female singers, Benchi and Marietta Veradi, a tenor named Pizzioli, a baritone named Reima, a bass named Columbo, and others. Li Yan, *Bin fen miao xiang*, p. 74.
- 71 Neto, 'The Role of the Military and Municipal Bands', p. 6.
- 72 Ibid., p. 151.
- 73 Beatriz Basto da Silva, 'Macau, Army and Culture', *Review of Culture* 15 (1988), p. 92.
- 74 Neto, 'The Role of the Military and Municipal Bands', p. 164.
- 75 During the first opium war of 1839-1842, which engulfed Canton, Macao became a refuge for expelled foreigners in Canton and likely accelerated the influx of foreigners into the city. Neto, 'The Role of the Military and Municipal Bands', p. 33.
- 76 Ibid., pp. 82-83.
- 77 Ibid., pp. 82-83. On other resident musicians, see *ibid.*, pp. 105-106.
- 78 Silva, 'Macau, Army and Culture', p. 90; Neto, 'The Role of the Military and Municipal Bands', p. 130.
- 79 Neto, 'The Role of the Military and Municipal Bands', pp. 36-37. For further details on the history of the theatre, see Manuel Teixeira, *O Teatro D. Pedro V.*
- 80 *Ta-Ssi-Yang-Kuo, 1863-1866*, p. 365.
- 81 Ibid., pp. 390, 414. This brief account hints at the presence of a Manila-based agent who might have acted in the capacity comparable to that of impresario.
- 82 Li Yan, *Bin fen miao xiang*, p. 73; Tang Kaijian, 'Shiliu shiji zhongye', p. 52.
- 83 The phrase is taken from Parker, 'The Opera Industry', p. 89.

MÚSICA

BIBLIOGRAPHY

- Brito, Manuel Carlos de, and Luísa Cymbron. *História da Música Portuguesa*. Lisbon: Universidade Aberta, 1992.
- Budasz, Rogério. 'Music, Authority and Civilization in Rio de Janeiro, 1763-1790'. In *Music and Urban Society in Colonial Latin America*, edited by Geoffrey Baker and Tess Knighton. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- Canton Register. Canton, 1827-1843.
- Fish, Shirley. *The Manila-Acapulco Galleons: The Treasure Ships of the Pacific with an Annotated List of the Transpacific Galleons 1565-1815*. Central Milton Keynes, UK: AuthorHouse, 2011.
- Hillard, Harriet Low, and Katharine Hillard. *My Mother's Journal: A Young Lady's Diary of Five Years Spent in Manila, Macao, and the Cape of Good Hope from 1829-1834*. Boston: G.H. Ellis 1900.
- Illari, Bernardo. 'The Slave's Progress: Music as Profession in Criollo Buenos Aires'. In *Music and Urban Society in Colonial Latin America*, edited by Geoffrey Baker and Tess Knighton. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, pp. 186-207.
- Keefe, Simon P., ed. *The Cambridge History of Eighteenth-Century Music*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- Li Yan 李岩. *Bin fen miao xiang: Aomen yinyue 缤纷妙响在澳门音乐 (Music of Macao)*. Beijing: Wenhua yishu chubanshe, 2005.
- Low, Harriett. *Lights and Shadows of a Macao Life: The Journal of Harriett Low, Travelling Spinster*, 2 vols. Woodinville, WA: History Bank, 2002.
- Milhou, Judith, Gabriella Dideriksen, and Robert D. Hume. *Italian Opera in Late Eighteenth-Century London*. Vol. 2, *The Pantheon Opera and Its Aftermath 1789-1795*. Oxford: Oxford: Clarendon Press, 2001.
- Neto, Oswaldo da Veiga Jardim. 'The Role of the Military and Municipal Bands in Shaping the Musical Life of Macao, ca. 1820 to 1935'. The University of Hong Kong Ph.D. thesis, 2002.
- . 'The Tradition of "Bandas de Música" in Macao'. *Revista de Cultural Review of Culture* 16, 2005, pp. 7-43.
- Nicolodi, Fiamma. 'Opera Production from Italian Unification to the Present'. In *Opera Production and its Resources*, edited by L. Bianconi and G. Pestelli. Chicago: University of Chicago Press, 1998, pp. 165-228.
- Parker, Roger. 'The Opera Industry'. In *The Cambridge History of Nineteenth-Century Music*, edited by Jim Samson, Cambridge: Cambridge University Press, 2001, pp. 87-118.
- Pereira, J. F. Marques, ed. *Ta-Ssi-Yang-Kuo: Arquivos e Anais do Extremo-Oriente Portugues*, 3 vols. Macao: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1995 (originally published in 1889-1902).
- Price, Curtis, Judith Milhou, and Robert D. Hume. *Italian Opera in Late Eighteenth Century London*, vol. 1, *The Kings' Theatre, Haymarket 1778-1791*. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- Rosselli, John. 'The Opera Business and the Italian Immigrant Community in Latin America 1820-1930: The Example of Buenos Aires'. *Past & Present*, 127(May 1990), pp. 155-82.
- . *The Opera Industry in Italy from Cimarosa to Verdi: The Role of the Impresario*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- . 'Opera Production, 1780-1880'. In *Opera Production and its Resources*, edited by L. Bianconi and G. Pestelli. Chicago: University of Chicago Press, 1998, pp. 81-164.
- . *Singers of Italian Opera: The History of a Profession*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- Silva, Beatriz Basto da. *Aomen bian nian shi: shi jiu shi ji 澳门编年史: 十九世纪 (Cronologia da História de Macau. Século XIX)*. Trad. de Yao Jingming 姚京明. Macau, Fundação Macau, 1998.
- . *Cronologia da História de Macau*. 5 vols. Macao: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1992-1998.
- . 'Macao, Army and Culture.' *Review of Culture* 5, 1988, pp. 80-94.
- Tang Kaijian 汤开建. 'Shiliu shiji zhongye zhi shijiu shiji zhongye xiyang yinyue zai Aomen de chuanbo yu fazhan' 16 世纪中叶至 19 世纪中叶西洋音乐在澳门的传播与发展 (Western Music in Macao from the mid-16th century to the mid-19th century). *Gangao yanjiu 港澳研究*, 49, 2002, pp. 49-54.
- Teixeira, Manuel. *O Teatro D. Pedro V*. Macau: Imprensa Nacional, 1971.
- Van Dyke, Paul. *The Canton Trade: Life and Enterprise on the China Coast, 1700-1845*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2005.
- Weaver, William. *The Golden Century of Italian Opera from Rossini to Puccini*. New York, NY: Thames & Hudson, 1980.
- Works Progress Administration. *The History of Opera in San Francisco*. San Francisco, CA: Works Progress Administration 1938.

RESUMOS

Uma Perspectiva Geopolítica: As Invasões Turcas da Europa e a Expansão Portuguesa para a Ásia

Tendo como ponto de partida a chegada da missão jesuíta à China e ao Japão no século XVI, ao mesmo tempo que as dinastias de Habsburgo, na Áustria, e de Avis, em Portugal, defrontavam os turcos otomanos numa batalha mortal pelo controlo do Mediterrâneo, do norte de África e dos Balcãs, tentar-se-á construir um quadro de referência geopolítico da expansão portuguesa para a Ásia durante o século XVI. O enquadramento será alargado à dinastia Qing e às conquistas russas do Turquestão 200 anos mais tarde. A exploração da componente geopolítica da primeira missão ocidental permanente a Pequim poderá alargar as opiniões dos analistas sobre a política externa actual e futura da China em relação à região lusófona, à União Europeia e à Comunidade de Estados Independentes. O trabalho de Peter C. Perdue e a sua análise da expansão da dinastia Qing para a Ásia Central durante este período (*China Marches West: The Qing Conquest of Central Eurasia*, Cambridge, MA, Harvard University Press) poderão ser relevantes. [Autor: Paul B. Spooner, pp. 7-19]

A Questão do Tamanho e o Tamanho da Questão nas Expedições Marítimas da China Durante a Dinastia Ming e de Portugal Durante a Dinastia de Avis. Uma Análise Comparativa da Missão e das Consequências das Frotas de Zheng He e de Vasco da Gama

A frota do tesouro de Zheng He embarcou em sete expedições ao Oceano Ocidental (1405-1433), da Ásia até à África Oriental. A frota era composta por centenas de navios e milhares de soldados, consolidando o prestígio diplomático e militar da grande dinastia Ming (1368-1644) e reintroduzindo o sistema tributário chinês. A missão “diplomática” foi de uma importância crítica para a fundação ou reforço das políticas

e colónias ultramarinas chinesas, e para a luta contra a pirataria e a garantia da segurança no comércio marítimo. No entanto, os novos imperadores decidiram pôr fim às políticas ultramarinas, dando prioridade às questões continentais e criando, assim, um “vazio no oceano” anteriormente ocupado pela presença chinesa. Em pouco tempo, esse vazio foi preenchido pela rede muçulmana árabe-mappila, que controlava a maior parte do comércio marítimo entre África e o Sudeste Asiático. As três expedições de Vasco da Gama (1497-1524), com poucos navios, tiveram missões diferentes, começando por criar uma ligação directa entre a Europa e a Ásia, ultrapassando os comerciantes venezianos e indianos árabe-mappila e apoderando-se de uma vasta parte da rota da seda marítima. Este foi o resultado, na década de 1460, das políticas de saída para o mar e de reconquista estabelecidas pela nova dinastia de Avis (1385-1582), que evitavam conflitos com os vizinhos da península (o reino cristão espanhol e o reino muçulmano). Estabeleceram-se várias colónias ultramarinas, muitas delas em locais anteriormente visitados por Zheng He. A constituição e as consequências destas expedições marítimas são analisadas neste trabalho, escrito por entusiastas chineses e portugueses dos estudos comparativos do Património Chinês/Português, do qual Macau é não só uma consequência directa e, actualmente, a mais brilhante jóia e relíquia reconhecida pela UNESCO, mas também um sinal de que ambas as nações devem preservar a sua amizade, a pesquisa sobre legados marítimos e a promoção de uma vocação marítima em comum.

[Autores: Francisco Vizeu Pinheiro, Denise Lu Dan, Fiona Qi, Fiona Tang, pp. 20-41]

Sultões, Rajás, Sangaji e Khimalaha: A Cultura e o Poder nas Ilhas Molucas Segundo as Primeiras Fontes Portuguesas e Espanholas

A abertura do arquipélago das Molucas aos portugueses e espanhóis provocou uma rotura política que deixou vestígios

abundantes nas fontes narrativas e primárias. Para além dos episódios incluídos nas crónicas gerais (de autores como Correia, Castanheda, Barros, Couto e Pinto Pereira), são também avaliadas várias outras histórias centradas especificamente nas Molucas. Referem-se, ainda, autores portugueses como Galvão, Rebelo e um autor anónimo, assim como o espanhol Argensola e o jesuíta italiano Antonio Marta. Apesar de as suas descrições da realidade indígena serem, geralmente, bastante superficiais, servindo propósitos políticos, económicos ou religiosos, alguns autores apresentam uma visão bastante imparcial e não comprometida. Alguns estudos historiográficos contemporâneos que recorrem a esses primeiros materiais são também abordados, salientando-se aqueles (de autores como Abdurachman, Villiers, Thomaz, Andaya, entre outros) que contribuíram para a compreensão da dinâmica da região ao longo do século XVI sob uma perspectiva asiática autêntica, tendo em consideração o forte sentido de hierarquia social e integração de grupo apresentado pelos habitantes nativos das ilhas. Os primeiros observadores europeus – os portugueses e os espanhóis – recorriam, normalmente, a imagens retiradas da estrutura social europeia para descrever a sociedade local. Os chefes (ou *sangaji*), com maior ou menor autonomia em relação aos reis, são descritos como duques ou condes, ocupando o lugar cimeiro de uma aristocracia de sangue que inclui ainda os cavaleiros e valetes, que eram, na realidade, os chefes das aldeias e a elite guerreira, os chamados *khimalaha*. [Autor: Manuel Lobato, pp. 42-59]

Subsídios para o Estudo da Embaixada de Manuel de Saldanha a Pequim (1668-1670): Cartas e Outros Documentos no Historical Archives of Goa

Entre 1667 e 1670 teve lugar uma embaixada a Pequim, enviada pela elite senatorial de Macau, devido à proibição de navegação imposta em 1661

RESUMOS

em sequência dos ataques perpetrados pelas forças do pirata Coxinga. As fontes existentes sobre esta deslocação diplomática são relativamente poucas. Contudo, no Historical Archives of Goa encontra-se um códice, contendo cartas, regimentos, orientações para várias personalidades de Macau, todas elas da lavra directa do embaixador Manuel de Saldanha, que foi secretariado pelo membro de confiança do Leal Senado, Bento Pereira de Faria. Tais documentos assumem um papel muito esclarecedor sobre as diferentes perspectivas em jogo: a da edilidade e dos comerciantes de Macau; a dos jesuítas e a do próprio embaixador. O espólio em questão, composto por 52 documentos, que irá ser alvo de publicação oportuna, fornece uma visão muito interessante da mecânica das relações entre os membros do séquito diplomático e das próprias vicissitudes da embaixada que não contou com a credibilidade do mandarinato de Cantão durante quase dois anos. Espaço temporal onde o desespero em Macau cresceu exponencialmente, buscando uma saída para a situação de rotura em que o estabelecimento se encontrava.

[Autora: Anabela Nunes Monteiro, pp. 60-74]

A Feitoria Portuguesa de Bangucoque: Uma Visão Geral (Século XIX)

O primeiro contacto entre os portugueses e os siameses ocorreu quando Afonso de Albuquerque enviou Duarte Fernandes ao rei do Sião e este, em troca, enviou um dos seus embaixadores a Afonso de Albuquerque, começando, assim, as relações comerciais entre Portugal e o Sião. Desde os primeiros contactos, a possibilidade de obter ajuda militar desempenhou um papel essencial nas relações entre o Sião e as autoridades portuguesas no Oriente que, em troca desta ajuda, procuraram garantir a posição favorável deste reino importante no Sudeste Asiático no que dizia respeito à sua permanência na região. Os comerciantes de Macau não mostraram, inicialmente, interesse algum nos mercados do Sudeste Asiático. Foi

o desenvolvimento de actividades comerciais por parte de comerciantes japoneses e chineses em vários portos dos mercados do arquipélago malaio e no mar da China Meridional que levou ao desenvolvimento do comércio nesta região por parte de Macau. A expansão das acções dos missionários do Padroado Português contribuiu também para que crescesse o interesse comercial na região do Sudeste Asiático por parte dos comerciantes de Macau. Os portugueses foram o primeiro povo europeu a conquistar uma posição segura no Sião, assim como os primeiros a estabelecer aí uma feitoria (entrepósito comercial), sendo que Macau serviu de plataforma entre Portugal e o Reino do Sião. [Autora: Leonor Diaz de Seabra, pp. 75-93]

Ecoss e Influências da Primeira República Portuguesa em Macau

A instauração da República em Portugal, em 5 de Outubro de 1910, representando a entrada em vigor de um novo regime, teve grandes repercussões nas vidas dos cidadãos e das instituições em todo o território nacional – Metrópole e Colónias. Sendo as leis da República imperativas, a aplicação das mesmas não pressupunha, em princípio, quaisquer excepções. Em Macau, porém, dadas as distâncias geográficas e culturais e também as especificidades do território, a execução prática dos fundamentos e intenções dessas leis ocorreu diferentemente, no tempo e na substância. As chamadas “Leis Religiosas” foram as que maior impacto tiveram e maior polémica alimentaram. A par desta questão central, encontram-se abordados outros aspectos de manifesto interesse histórico, designadamente, tomadas de posição, movimentações e acções de membros do Poder e de personalidades civis e militares de Macau. A revolta militar havida a 29 de Novembro de 1910 e a aplicação no Território das Leis Religiosas da República foram acontecimentos também muito marcantes e com forte impacto na vida dos macaenses. Neste contexto insere-se ainda a efervescência política vivida então pelo grande vizinho, a China, assunto abordado nos estritos termos em que

contribui para a explicitação do ambiente social vigente no Macau dessa época.

[Autor: Fernando Mendonça Fava, pp. 94-104]

Missionários ou Ricos Mercadores? O Comércio da Seda entre o Japão e Macau nos Séculos XVI e XVII

Os missionários foram um dos grupos mais activos no projecto das conquistas ultramarinas, dividindo com os navegantes o papel de protagonistas e garantindo a participação da Igreja no expansionismo português. A sua acção legitimada pelo Padroado integrou-a no projecto expansionista. Actuavam directamente em todas as possessões portuguesas. As diferentes Ordens concorreram por uma supremacia evangelizadora. No entanto, a Companhia de Jesus teve uma função decisiva nas acções comerciais visto que os seus religiosos, empenhados na evangelização e nas acções catequéticas, diversificaram o seu contacto com o “outro”, interessando-se incisivamente pelas operações mercantis, trocas e intercâmbios culturais e comerciais. Neste estudo é nosso objectivo estudar o comércio levado a cabo pela Companhia de Jesus, sobretudo entre Macau e o Japão. [Autora: Maria de Deus Beites Manso, pp. 105-113]

Aspectos da Missão Jesuíta da Cochinchina (em Terras do Vietname)

Em 1615, uma nova missão foi fundada pela Companhia de Jesus, situada então em terras dominadas pelos Nguyen a que os portugueses chamavam de Cochinchina. Essa missão acabaria por ficar sob a jurisdição do bispado de Malaca. Se a motivação primeira fora dar apoio espiritual aos japoneses cristãos na diáspora, a aprendizagem da língua vietnamita (dita “anamita”) veio dar novas perspectivas aos missionários. De Francisco de Pina (pioneiro na transcrição fonética da referida língua) a João Loureiro (botânico, estudioso da flora da Cochinchina e ilustre académico da Academia das Ciências de Lisboa) decorrem cerca de 200 anos de uma missão que deixou frutos.

ABSTRACTS

Personalidades como Christoforo Borri e Girolamo Mayorica, entre outros jesuítas, deram uma contribuição cultural notável a uma missão que sempre viveu sujeita a condicionalismos impostos pelo poder local e que sofreu as adversidades conjunturais decorrentes da política internacional. Um olhar retrospectivo sobre o que foi a dedicação, o esforço e os resultados do trabalho dos missionários da Companhia de Jesus é o objectivo que nos propomos. [Autora: Isabel Augusta Tavares Mourão, pp. 114-124]

Interacção entre Historiadores e Diplomatas com o Objectivo Comum de Dar a Conhecer a História entre Portugal e o Sudeste Asiático

O autor coordenou, no âmbito do seu trabalho na Embaixada de Portugal em Banguecoque, um extenso programa de comemoração dos 500 anos de relações luso-tailandesas, que incluiu eventos relacionados com Património e Historiografia. Reconheceu-se a existência de uma boa área em comum entre as necessidades práticas e políticas da Embaixada e o ângulo profissional específico dos historiadores e peritos em Património como uma vantagem clara na tarefa partilhada de dar a conhecer aos diferentes públicos-alvo a realidade da presença histórica de Portugal na Ásia e a sua relação com as culturas locais. Identificaram-se outros países do Sudeste Asiático, também sob a alçada do Embaixador residente em Banguecoque, como um terreno fértil para estes empreendimentos que se reforçam mutuamente entre diplomatas e historiadores. Por isso, o autor propõe o estabelecimento de uma relação mais operacional e voltada para os resultados e considera que tanto a pesquisa historiográfica moderna sobre a presença portuguesa no Vietname, Camboja e Birmânia, assim como o futuro 4.º Centenário da publicação de *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, em 2014, constituem uma motivação real para a criação de uma nova abordagem multidisciplinar. [Autor: Jorge Torres Pereira, pp. 125-132]

Pelos Trilhos da História: Imagens da Cultura Chinesa em *A Quinta Essência* de Agustina Bessa-Luís

A obra *A Quinta Essência* de Agustina Bessa Luís, publicada em 1999, possibilita-nos uma labiríntica “viagem temporal” (que abrange quase 400 anos de permanência portuguesa em Macau) na companhia da personagem José Carlos, radicado neste território com o intuito de conhecer a verdadeira “fonte” do espírito chinês. De entre as diversas temáticas que percorrem o romance, centrar-nos-emos num ponto fulcral: o “olhar” de José Carlos perante a cultura chinesa, no modo como é configurado esse “outro” culturalmente distinto e a sua relação com a cultura de origem. Neste contexto, assume particular relevância, como elemento delineador, estruturador da identidade e da alteridade, a inscrição da obra *O Sonho do Pavilhão Vermelho* (datada da segunda metade do século XVIII) de Cao Xueqin, cuja importância como intertexto abordaremos. Em suma, analisaremos os mecanismos utilizados pela personagem, numa fusão entre a fantasia, o delírio e o real, para tentar decifrar a realidade estrangeira e distinta, simultaneamente próxima e distante, através duma fusão de planos e de linhas temporais, onde a História desempenha um papel preponderante. [Autora: Dora Nunes Gago. pp. 133-139]

As Duas Temporadas de Ópera de Macau (1833 e 1865): Um Estudo sobre Músicos Itinerantes e as Ligações Marítimas no Mundo do Século XIX

Macau foi uma colónia portuguesa e, consequentemente, a sua cultura musical espelhou as tendências da Europa, em particular as de Portugal. Ao longo do século XIX, Macau adoptou novos estilos musicais a partir de Portugal, como a música filarmónica, por exemplo. Apesar de as influências europeias na cultura musical de Macau terem sido extensamente observadas, a ópera – aqui entendida como um género na música clássica ocidental – recebeu uma atenção escassa para além de algumas breves referências em inquéritos ou notas

de rodapé em estudos de caso sobre outros géneros musicais. Este artigo centra-se em duas temporadas de ópera em Macau, realizadas por companhias itinerantes em 1833 e 1865, e utiliza estes casos para situar Macau e a Ásia no movimento global de músicos e ideias musicais do século XIX. [Autora: Akiko Sugiyama, pp. 140-150]

RESUMOS

ABSTRACTS

Geopolitical Lens: The Turkish Invasions of Europe and the Portuguese Expansion to Asia

A geo-political frame of reference for Portuguese expansion into Asia in the 16th century will be sought that builds from the arrival of the Jesuit mission to China and Japan in the 16th century as the Habsburg-Avis Dynasties of Austria and Portugal confronted the Ottoman Turks in a deadly struggle for the Mediterranean, North Africa and the Balkans. The framework will be extended to the Qing Dynasty and Russian conquests of Turkestan 200 years later. Exploring the geo-political component of the first permanent Western mission to Beijing may widen analysts' views with respect to China's present and future foreign policy towards the Lusophone region, the European Union and the Commonwealth of Independent States. The work of Peter C. Perdue and his analysis of the Qing expansion into Central Asia during this period (*China Marches West: The Qing Conquest of Central Eurasia*. Cambridge, MA, Harvard University Press, 2005) may be of relevance.

[Author: Paul B. Spooner, pp. 7-19]

The Matter of the Size and the Size of the Matter in Ming China and Portuguese D' Avis Maritime Expeditions. A Comparative Analysis of the Mission and Consequences of Zheng He and Vasco da Gama Fleets

The Zheng He Treasure fleet embarked on seven expeditions to the Western Ocean (1405- 1433) from Asia to East Africa. The fleet consisted of hundreds of ships and thousands of soldiers consolidating the Great Ming (1368-1644) Dynasty diplomatic and military prestige and re-establishing the Chinese tributary system. The overall 'diplomatic' mission was critical for founding or reinforcing Chinese overseas policies and settlements, fighting piracy and securing safety in the sea trade. However, the new emperors decided to put an end to the overseas policies, giving priority to inner land matters, thus creating an 'ocean void'

of Chinese presence that soon was filled by an Arab-Mappila Muslim network that controlled most maritime trade from Africa to Southeast Asia. Vasco da Gama's three expeditions (1497-1524) of few ships had different missions, starting by opening a direct link between Europe and Asia, bypassing Venetian and Arabs-Mappila Indian traders and taking a good share of the Maritime Silk route. This was the result in the 1460s of going to sea and re-conquest policies of the new Dynasty of Avis (1385-1582), avoiding conflicts with the peninsular neighbours (Spanish Christian and Muslim kingdoms). Several overseas settlements were established, many of them in previous places visited by Zheng He. The composition and consequences of these Chinese and Portuguese maritime expeditions are analysed in this essay, written by Portuguese and Chinese enthusiasts for the comparative studies of Chinese-Portuguese Heritage in which Macao is a consequence and currently the most brilliant jewel and relic recognised by UNESCO, and a signal that both nations should continue their friendship, research on maritime legacies and promote the common maritime vocation.

[Authors: Francisco Vizeu Pinheiro, Denise Lu Dan, Fiona Qi, Fiona Tang, pp. 20-41]

Sultans, Rajas, Sangaji and Khimalaba: Culture and Power in the Maluku Islands According to the Early Portuguese and Spanish Sources

The opening of the Maluku Archipelago to the Portuguese and the Spaniards operated a political rupture which had left abundant traces in narrative and primary sources. Besides the chapters included in the general chronicles (Correia, Castanheda, Barros, Couto and Pinto Pereira), several other histories focusing specifically on the Maluku are evaluated: Portuguese authors as Galvão, Rebelo, and an anonymous, as well as the Spaniard Argensola and the Italian Jesuit Antonio Marta. Despite the fact that their descriptions of the indigenous realities are generally rather superficial,

advancing political, economic or religious principles, some offer a rather unbiased and uncommitted view. Contemporary historiographical studies using those early materials are also discussed, highlighting contributors (Abdurachman, Villiers, Thomaz, Andaya, among others) to understanding the regional dynamics throughout the 16th century in a genuine Asian perspective, given the strong sense of social hierarchy and group integration offered by native islanders. The early Europeans observers—namely, Portuguese and Spaniards—usually resorted to images taken from the European social structure to describe the local society. The heads—or *sangaji*—with greater or lesser autonomy *vis-à-vis* the kings, are described as dukes or earls, occupying the top of a blood aristocracy further comprising its 'knights' (*cavaleiros*) and 'knaves' (*valetes*), actually the heads of the villages and warrior elite, the *khimalaba*.

[Author: Manuel Lobato, pp. 42-59]

Subsidies for the Study of Manuel de Saldanha's Embassy to Beijing (1668-1670): Letters and Other Documents in the Historical Archives of Goa

Between 1667 and 1670, there was an embassy to Beijing, sent by the senatorial elite in Macao, due to the prohibition of navigation through an imperial edict in 1661, as a result of the attacks made by the forces of the pirate, Koxinga. There is relatively little information about this diplomatic journey. However, in the Historical Archives of Goa, India, there is a codex with letters, regiments, guidelines for various personalities in Macao, all by the hand of Ambassador Manuel de Saldanha, whose secretary was a trusted member of the Leal Senado, Bento Pereira de Faria. Such documents are an important source of enlightenment on the different perspectives in play: that of the authorities and merchants in Macao; that of the Jesuits and the ambassador himself. The information in question, consisting of fifty-two documents, which

ABSTRACTS

will be published in due course, provides a very interesting view of the mechanics of the relationships between the members of the diplomatic corps and the vicissitudes of the embassy, which was not accepted by the powers that be in Canton for almost two years. This was a space in time where the despair in Macao grew exponentially trying to find a way out of the difficult situation the settlement was in.

[Author: Anabela Nunes Monteiro, pp. 60-74]

Portuguese *Feitoria* (Trading House) of Bangkok: An Overview (19th Century)

The first contact between the Portuguese and the Siamese occurred when Afonso de Albuquerque sent Duarte Fernandes to the king of Siam and, in exchange, the king of Siam sent one of his ambassadors to Afonso de Albuquerque, thus beginning the commercial relations between Portugal and Siam. Since these first contacts, the possibility of military aid played an important role in relations between Siam and the Portuguese authorities in the Orient who, in exchange for this aid, sought to guarantee the favourable position of this important kingdom in Southeast Asia, regarding its permanency in the region. Initially, the merchants of Macao were not interested in the Southeast Asia markets and it was the development of commercial activities of the Japanese and Chinese merchants in various ports of the markets of the Malay Archipelago and the South China Sea that caused the development of commerce from Macao in this region. The expansion of the action of missionaries of the Portuguese Patronage also resulted in merchants from Macao gaining a commercial interest in the region of Southeast Asia. The Portuguese were the first Europeans to gain a foothold in Siam as well as the first to establish a *feitoria* there, with Macao having acted as a platform between Portugal and the Kingdom of Siam.

[Author: Leonor Diaz de Seabra, pp. 75-93]

Echoes and Influences of the First Portuguese Republic on Macao

The establishment of the Republic in Portugal on 5 October 1910, representing the beginning of a new regime, had major repercussions on the lives of the people and on institutions on all national territory—Portugal itself and the colonies. As the laws of the Republic were imperative, their application did not, in principle, allow for any exceptions. In Macao, however, given the geographic and cultural distances as well as the specific nature of the territory, the practical implementation of the fundamentals and intentions of these laws took place differently, in time and in substance. It was the so-called 'Religious Laws' that had the greatest impact and that gave rise to the greatest polemics. Along with this central question, other aspects of clear historical interest are covered, in particular, the taking of positions, the movements and actions of those in power and of the civilian and military personalities in Macao. The military revolution on 29 November 1910 and the application of the Religious Laws of the Republic on the territory were also very significant events which had a major impact on the life of the Macanese people. In this context, there was also the political ebullience experienced by neighbouring China at that time, which is looked at in the strict sense of how it contributes to clarifying the social context in Macao at that time.

[Author: Fernando Mendonça Fava, pp. 94-104]

Missionaries or Wealthy Merchants? The Silk Trade Between Japan and Macao in the 16th and 17th Centuries

Missionaries were one of the most active groups in the overseas conquests, sharing the role of protagonists with the navigators and guaranteeing the participation of the Church in Portuguese expansionism. Their actions, validated by the *Padroado* (Patronage) made them part of the expansionist project. They operated directly in all Portuguese possessions. The different Orders competed for supremacy in spreading the gospel. However, the

Society of Jesus played a decisive part in trade as its members, committed to preaching and teaching, diversified their contact with others, taking a close interest in merchant trading, bartering and cultural and trade exchanges. The aim of this study is to look at the trade carried out by the Society of Jesus, especially between Macao and Japan.

[Author: Maria de Deus Beites Manso, pp. 105-113]

Aspects of the Jesuit Mission in Cochin China

In 1615, a new mission was founded by the Society of Jesus, then located in the lands occupied by the Nguyen, which the Portuguese called Cochin China. This mission would end up under the jurisdiction of the Diocese of Malacca. If the primary motivation had been to give spiritual support to Japanese Christians in the Diaspora, learning the Vietnamese language (called Anamese) would give the missionaries new perspectives. From Francisco de Pina (pioneer in phonetic transcription of the language) to João Loureiro (botanist, studying the flora of Cochin China and a reputable member of the Sciences Academy of Lisbon), there were two hundred years of missionary work that bore fruit. Characters like Christoforo Borri and Girolamo Mayoricca, and other Jesuits, made a remarkable contribution to a mission that was always subject to the restrictions imposed by local warlords and which suffered through the adversities of the time arising from international politics. What we propose is a retrospective look at the dedication, the efforts and the results of the work of the Society of Jesus missionaries.

[Author: Isabel Augusta Tavares Mourão, pp. 114-124]

Interaction Between Historians and Diplomats in the Common Goal of Raising Awareness of the History of the Relations Between Portugal and Southeast Asia

The author, former Ambassador of Portugal to Thailand, coordinated, as per his job in the Embassy of Portugal

RESUMOS

in Bangkok, an extensive program of commemorations of the 500 Years of Relations between Portugal and Thailand, which included events dealing with Heritage and Historiography. A good interface between the practical and political necessities of the Embassy and the specific professional angle of Historians and experts on Heritage was identified as a clear 'plus' in the shared task of raising the awareness of different target audiences to the realities of the Portuguese historical presence in Asia and its rapport with local cultures. As other countries in South East Asia, falling into the competence of the Ambassador resident in Bangkok, are also fertile ground for this diplomats-historians mutually reinforcing endeavours, the author proposes a more operational, results-oriented relationship, identifying modern historiography research on Portuguese presence in Vietnam, Cambodia and Myanmar, and the forthcoming Fourth Centenary of the publication of Fernão Mendes Pinto's *Peregrinação*, in 2014, as a concrete motivation for a new multi-disciplinary approach.

[Author: Jorge Torres Pereira, pp. 125-132]

**Along the Paths of History:
Images of Chinese Culture
in *A Quinta Essência* by Agustina
Bessa-Luís**

A Quinta Essência by Agustina Bessa-Luís, published in 1999, provides a labyrinthine 'trip through time' (covering almost 400 years of Portuguese presence in Macao) in the company of the character, José Carlos, who settled in the territory in order to get to know the true 'source' of the Chinese spirit. Of the many themes running through the novel, we will focus on one pivotal point: José Carlos' perspective on Chinese culture, on how this culturally different 'other' is shaped and his relationship with his culture of origin. In this context, the inscription of the novel, *The Dream of the Red Chamber* (dating from the second half of the 18th century) by Cao Xueqin, whose importance as intertext will be covered, takes on particular relevance, as a defining element that gives the identity and the otherness a structure.

In short, we will be analysing the mechanisms used by the character, in a mix of fantasy, delirium and reality, to try to decode the foreign and distant reality, at once near and far, through a fusion of planes and timelines, where history plays a prominent role.

[Author: Dora Nunes Gago, pp. 133-139]

**Macao's Two Opera Seasons
in 1833 and 1865: A Study
of Travelling Musicians and
Maritime Connections in the
19th-Century World**

A Portuguese settlement from around the 16th century to 1999, Macao's musical culture has mirrored trends in Europe, especially in Portugal. Macao has adopted new musical styles, such as band music, from Portugal in the course of the 19th century. Although European influences in Macao's musical culture have been widely noted, opera—here understood as a genre in western classical music—has received scanty attention beyond brief references in surveys or in footnotes to case studies on other musical genres. This article focuses on two opera seasons in Macao by touring companies in 1833 and in 1865, and uses these cases to situate Macao and Asia in the global movement of musicians and musical ideas in the 19th century.

[Author: Akiko Sugiyama, pp. 140-150]



郵票
Selo

中國 澳門
塔石廣場
文化局大樓
澳門特別行政區政府文化局
《文化雜誌》編輯部

INSTITUTO CULTURAL do Governo
da Região Administrativa Especial de Macau
Revista de Cultura
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural
Macau, China

RC

Boletim de Assinatura Subscription Form Aquisição de Publicações Back Issue Order

- ☐ Desejo fazer uma assinatura anual (4 números) da RC Edição Internacional a partir do n.º _____
- ☐ I would like to subscribe to RC International Edition (4 issues) starting from No. _____
- ☐ Desejo adquirir o(s) seguinte(s) número(s) _____ da RC Edição Internacional
- ☐ I would like to buy No(s) _____ of RC International Edition
- ☐ Desejo adquirir o(s) seguinte(s) número(s) _____ da RC Edição Portuguesa e/ou _____ da Edição Inglesa
- ☐ I would like to buy RC back issue(s) No(s) _____ of the Portuguese Edition and/or No(s) _____ of the English Edition

Nome / Name

Endereço / Address

Tel.

e-mail

Forma de Pagamento Payment

- ☐ Junto envio o saque bancário em nome do **Conselho Administrativo do Fundo de Cultura** n.º _____ no valor de MOP / US\$ _____
- ☐ Enclosed please find bank draft no. _____ payable to **Conselho Administrativo do Fundo de Cultura** for the amount of MOP / US\$ _____
- Endereçar a / Send to**
Revista de Cultura – Instituto Cultural do Governo da RAEM
Edifício do Instituto Cultural – Praça do Tap Seac – Macau, China
- ☐ Cartão de Crédito / Credit Card
- ☐ Visa ☐ Master

Nome do portador do cartão / Cardholder's name

N.º do cartão / Credit card no.

Validade (mês/ano) / Expiry date (m/y)

Por favor, indique os 3 últimos algarismos constantes da zona reservada para a assinatura na parte posterior do cartão



Please write the last 3 digits of the number printed on the signature strip at the back of your credit card



Eu, _____, autorizo o Instituto Cultural do Governo da RAEM a debitar o meu Cartão de Crédito no montante de _____ pela aquisição da(s) publicação(ões) referida(s).

Data

Assinatura do titular do cartão

I, _____ hereby authorize the Instituto Cultural do Governo da RAEM to debit my account stated as above, for the amount of _____ in order to buy the above-mentioned publication(s)

Date

Signature of cardholder

50% de desconto do preço de capa na compra de 4 exemplares.
discount off cover price when buying 4 issues.

Números anteriores Edição Internacional

Revista de Cultura

Back issues International Edition Review of Culture



N.º 29 Janeiro/January 2009

Macau e as Relações Sino-Americanas
Macao and Sino-American Relations



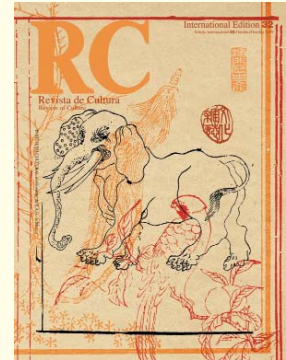
N.º 30 Abril/April 2009

Cidades e Fronteiras
Cities and Borders

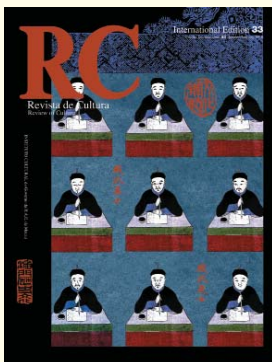


N.º 31 Julho/July 2009

Diálogo Inter-artes e Macau
Inter-arts Dialogue and Macao

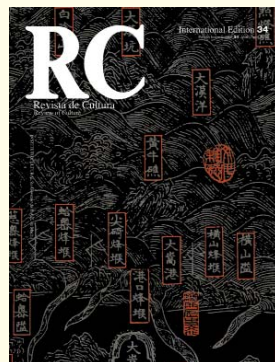


N.º 32 Outubro/October 2009



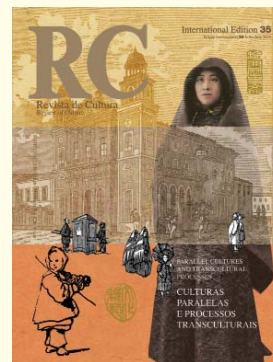
N.º 33 Janeiro/January 2010

Portugal e China:
Duas Revoluções, Dois Centenários - II
Portugal and China:
Two Revolutions, Two Centenaries - II



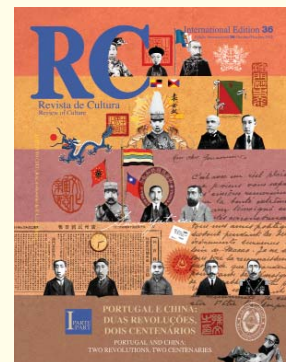
N.º 34 Abril/April 2010

Macau: Artes e Letras - I
Macao: Arts & Letters - I



N.º 35 Julho/July 2010

Culturas Paralelas
e Processos Transculturais
Parallel Cultures
and Transcultural Processes



N.º 36 Outubro/October 2010

Portugal e China:
Duas Revoluções, Dois Centenários - I
Portugal and China:
Two Revolutions, Two Centenaries - I



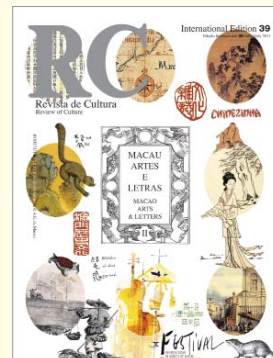
N.º 37 Janeiro/January 2011

Portugal e China:
Duas Revoluções, Dois Centenários - II
Portugal and China:
Two Revolutions, Two Centenaries - II



N.º 38 Abril/April 2011

Macau: Artes e Letras - I
Macao: Arts & Letters - I



N.º 39 Julho/July 2011

Macau Artes e Letras - II
Macao Arts & Letters - II



N.º 40 Outubro/October 2011

Para encomendar qualquer destes exemplares ou para fazer uma assinatura, preencha e envie s.f.f. o formulário destacável da página anterior. Para saber da disponibilidade dos números das séries anteriores (edição portuguesa e edição inglesa) bem como da edição chinesa, queira contactar-nos: rci@icm.gov.mo

To buy any of these issues or to subscribe, please fill in and mail the form on the opposite page. Please contact us at: rci@icm.gov.mo concerning previous series in English and Portuguese, or the current Chinese series.

高即務

翼城

不葛蘭

甘巴里頭

第一赤泥

短知歪

酒溪里麻

歲

用丹戌針五十五更收此平年無角

用辛戌針五十五更收起來

佳知滿

三和

華益七指官

酒來起

用庚酉庚酉針一百五十五更船收水官都

用癸丑針六十五更船收水官都

十

用庚酉針五十五更收此平年無角

用辛戌針五十五更收起來

用壬戌針五十五更收此平年無角

用癸丑針六十五更船收水官都



N quel mare così vasto dell'Indie Occidentali, che da Ferdinando Magaglianes con tanto rischio & valore fu solcato l'anno **MDXIX**, cominciando dal capo di San Vincentio, che è lontano dall'Equinottiale **xxxvii** gradi, & passando fra Capo verde d'Africa & l'Isole, che gli sono all'incontro, lontane **xiiii** gradi & mezzo dall'Equinottiale, & indi nauigando a uento della costa di Guinea dell'Ethiopia, ou'è la montagna di Serra Lione, ottanta gradi sopra la linea, & appresso passando detta Linea dell'Equinottiale; là che gli Spagnuoli dal numero grande delle Isole chiamarono Arcipelago, pie come dicono di **7448**. Isole; son poste drittamente a Ponente le Molucche, Isole tanto presso noi famose, & per la copia grande delle Speriarie, che ci mandano, hauute in consideratione. Queste in tutto son cinque, Tarenate, Tidore, Mutir, Macchian, e Bacchian: benche in questi nomi trouo qualche alteratione, così presso color c'hanno scrit



Caput. 1.

De accentibus.



Accentus hoc in Lingua sua tonorum mutationem
ex quibus solis multarum significationum
mi debet; unde patet huiusmodi tonos ex arte
necessitas sunt autem sequentes.
Primus tonus est aequalis, et dicitur ulla uocis in
pronunciatur. Dicitur quoque tam, quando vox ali
ex his quinque signis \, /, ~, ? , . : Hoc ultim
libus tantum abstrahitur ut apud Gracos
scriptum: / notatur. Sunt sunt quidem et alia
quia non ad uocis inflexionem, u
m certam pronuntiationem digno
ntur, accentus non sunt, et de his agam infra
Litteris hinc sunt in



ISSN 1682-1106

